

RELATÓRIO FINAL DO 59º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional

Aracaju/SE, 21 a 24 de agosto de 2014

SUMÁRIO

PARTICIPANTES	004
ATAS	
• Ata da Plenária de Abertura do 59º CONAD e Posse da Diretoria do ANDES-SN Gestão 2014-2016	009
• Ata da Plenária de Instalação	012
- Pauta e Cronograma do 59º CONAD	018
- Regimento do 59º CONAD	019
• Ata da Plenária do Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 33º CONGRESSO	028
• Ata da Plenária do Tema II – Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores	029
• Ata da Plenária do Tema III – Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores	040
• Ata da Plenária do Tema IV – Questões organizativas e financeiras	043
• Ata da Plenária de Encerramento	049
- Carta de Aracaju	050
- Moções	053
RESOLUÇÕES	
TEMA II – Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores	
- Sindical	060
- Educacional	062
- Ciência e Tecnologia, Pós-Graduação e Trabalho Docente	063
- Agrária, Urbana e Ambiental	064
- Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria	064
- Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual	066
- Direitos dos Trabalhadores	067

TEMA III – Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores	
- Atualização do Plano de lutas do setor das IEES/IMES	068
- Atualização do Plano de lutas do setor das IFES	069
- Atualização do Plano de lutas do setor das IPES	071
TEMA IV – Questões organizativas e financeiras	
- Sede do 60º CONAD do ANDES-SN	072
- Homologações: novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical	072
- Comissão da Verdade do ANDES-SN	072
- Prestação de Contas do exercício 2013	073
- Previsão Orçamentária para 2015	096
- Prestação de Contas do 33º CONGRESSO	098
- Mudanças na estrutura e metodologia do Congresso do ANDES-SN	099
Rateio do 59º CONAD	101
Caderno de Textos	104
Anexo ao Caderno de Textos	263
Ajustes, complementações e textos apresentados na plenária de instalação	288

RELAÇÃO DOS DELEGADOS AO 59º CONAD

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
1	Vilemar Gomes da Silva	APRUMA	F
2	Tadeu Lopes Machado	SINDUFAP	F
3	Javier Emílio Lazo Chica	ADFMTM	F
4	Celeste dos Santos Pereira	ADUFPEL	F
5	Cláudio Antônio Tonegutti	APUFPR	F
6	Francisco Miraglia Neto	ADUSP	E
7	Suelene Leite Pavão	ADUFPA	F
8	Gilberto Correia da Silva	APUG	E
9	Oswaldo Germano do Rocio	SESDUEM	E
10	Jorgetânia da Silva Ferreira	ADUFU	F
11	Adriano Melo Medeiros	SESDUF-RR	F
12	Iva Ferreira Gonçalves	ADUFMAT	F
13	Elda Maria Freire Maciel	SINDUECE	E
14	Bruno Souza Bechara Maxta	Sindicalizado da APUBH	F
15	Cláudio Rezende Ribeiro	ADUFRJ	F
16	Maria Cecília Cardoso Benatti	ADUNICAMP	E
17	Emerson Antonio Rocha Melo de Lucena	ADUSC	E
18	Renata Rodrigues Vereza	ADUFF	F
19	Agostinho Beghelli	APESJF	F
20	Maria Alzira Diniz	ADUFOP	F
21	Benedito Gomes dos Santos Filho	ADUFRA	F
22	José Milton Pinheiro de Souza	ADUNEB	E
23	Sérgio Luiz Carmelo Barroso	ADUSB	E
24	José Alcimar de Oliveira	ADUA	F
25	Aderaldo Alexandrino de Freitas	ADUFERPE	F
26	Fabiano Ostapiv	SINDUTFPR	F
27	Amanda Castro Oliveira	ADUFLA	F
28	Gilberto Cunha de Sousa	ADUFEPE	F
29	Heitor Fernandes Mothé Filho	ADUR-RJ	F
30	Vadim da Costa Arsky Filho	ADUnB	F
31	Adauto de Oliveira Souza	ADUFDOURADOS	F
32	Raimundo Nonato Nunes	Sindicalizado da ADURN	F
33	Suzana Maria Zatti	SINDCEFET-MG	F
34	Júlio Cezar Gandarela	ADUFS	F
35	Raimundo Wanderley Correa Padilha	SINDUNIFESSPA	F
36	Adriano Figueiró	SEDUFMS	F
37	Bruno Deusdará	ASDUERJ	E
38	Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	F
39	Elson Moura Dias Junior	ADUFS-BA	E
40	Mauro Tilton	Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC	F
41	Viviane Becker Narves	ADUNIRIO	F
42	Josenildo Oliveira de Moraes	ADFURN	E
43	Cássio Expedito Galdino Pereira	SINDURCA	E
44	Gilberto Francisco Alves de Melo	ADUFAC	F
45	Fábio Henrique Duarte	SESDUFT	F
46	Risomar Alves dos Santos	ADUC	F

RELAÇÃO DOS OBSERVADORES AO 59º CONAD

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
1	Ariel Clodoaldo M. Costa	APRUMA	F
2	Daniela Stevanin Hoffmann	ADUFPEL	F
3	Henrique Andrade Furtado de Mendonça	ADUFPEL	F
4	Claudete Botelho Coelho	ADUFPEL	F
5	Luís Alan Kunzle	APUFPR	F
6	Maria Suely Soares	APUFPR	F
7	Vitor Marcel Schuli	APUFPR	F
8	Adriana Hessel Dalagassa	APUFPR	F
9	João Francisco Ricardo Kastner Negrão	APUFPR	F
10	Elmo Swoboda	APROFURG	F
11	Rodnei Valentin Pereira Novo	APROFURG	F
12	Humberto Calloni	APROFURG	F
13	Luís Fernando Minasi	APROFURG	F
14	Marlene Teda Pelzer	APROFURG	F
15	Rosângela Sarteschi	ADUSP	E
16	Lighia B. H. Matsushigue	ADUSP	E
17	Fernando Pinheiro Reis	ASPUV	F
18	Henrique Maria Rodrigues	ASPUV	F
19	José Maria Alves da Silva	ASPUV	F
20	Juliana Silva Rocha	ASPUV	F
21	Márcia Cristina Fontes Almeida	ASPUV	F
22	Jennifer Susan Webb Santos	ADUFPA	F
23	Maria da Conceição Rosa Cabral	ADUFPA	F
24	Andrea Cristina Cunha Solimões	ADUFPA	F
25	Paulo Henrique Costa Mattos	APUG	E
26	Joel Pinho	APUG	E
27	Joaquim Penoni	APUG	E
28	Márcio Mendes Rocha	SESDUEM	E
29	Luiz Caetano de Salles	ADUFU	F
30	Aurelino José Ferreira Filho	ADUFU	F
31	Paulo de Oliveira Fortes	ADUFMAT	F
32	Waldir Bertulio	ADUFMAT	F
33	Edson Pereira Cardoso	ADUFES	F
34	Francisco Mauri de Carvalho Freitas	ADUFES	F
35	Cenira Andrade de Oliveira	ADUFES	F
36	José Antonio da Rocha Pinto	ADUFES	F
37	Alexandre Antonio Gili Náder	ADUFPB	F
38	Auta de Souza Costa	ADUFPB	F
39	Paulo Cezar dos Santos Cardoso	ADUFPB	F
40	Terezinha Diniz	ADUFPB	F
41	Cleusa Santos	ADUFRJ	F
42	Luciano Rodrigues de Souza Coutinho	ADUFRJ	F
43	Regina Célia de Souza Pugliese	ADUFRJ	F
44	Maria Cristina Miranda da Silva	ADUFRJ	F
45	Dulce Martins	ADUFVJM	F
46	Maria Aparecida Santos de Aguiar	ADUSC	E
47	Luiz Henrique dos Santos Blume	ADUSC	E
48	Sérgio Ricardo Aboud Dutra	ADUFF	F
49	Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso	ADUFF	F
50	Elza Dely Veloso Macedo	ADUFF	F

51	Eblin Joseph Farage	ADUFF	F
52	Ana Livia Adriano	ADUFF	F
53	Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa	ADUFF	F
54	Custódio Gouveia Lopes Mota	APESJF	F
55	Joaquim Batista de Toledo	ADUFOP	F
56	Caroline de Araújo Lima	ADUNEB	E
57	Ricardo Alves Sampaio	ADUNEB	E
58	José Nunes da Silva	ADUFERPE	F
59	Levy Paes Barreto	ADUFERPE	F
60	Cícero Monteiro de Souza	ADUFERPE	F
61	Leandro dos Santos	ADUFERPE	F
62	Jazomar Vieira da Rocha	SINDUTFPR	F
63	Altemir José Borges	SINDUTFPR	F
64	José Dílson Cavalcanti	ADUFEPE	F
65	Fabiano Ferreira	ADUFEPE	F
66	Augusto César Barreto Neto	ADUFEPE	F
67	Rejane Dias da Silva	ADUFEPE	F
68	José Audísio Costa	ADUFEPE	F
69	Alexandre Pinto Mendes	ADUR-RJ	F
70	Luciano da Silva Alonso	ADUR-RJ	F
71	Wellington Silva	ADUR-RJ	F
72	Virgílio Caixeta Arraes	ADUnB	F
73	Ana Lúcia Carneiro Sarmento	ADUnB	F
74	Osmar Riehl	ADUnB	F
75	Rachel Nunes da Cunha	ADUnB	F
76	Aida Alves Fadel	ADUnB	F
77	Maria Elenita Menezes Nascimento	ADUnB	F
78	Luiz Carlos Galetti	ADUnB	F
79	Adriana de Fátima Barbosa Araújo	ADUnB	F
80	Laura Souza Fonseca	Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS	F
81	Tricia Zapula	SINDCEFET-MG	F
82	Benedito Magalhães	SINDCEFET-MG	F
83	Pedro Leite Santana	ADUFS	F
84	Augusto Cesar Vieira dos Santos	ADUFS	F
85	Fernando Sá	ADUFS	F
86	Airton Paula Souza	ADUFS	F
87	David Soares	ADUFS	F
88	Noêmia Lima	ADUFS	F
89	Vera Núbia Santos	ADUFS	F
90	César Ricardo Siqueira Bolano	ADUFS	F
91	Christiane Senhorinha Soares Campos	ADUFS	F
92	Catarina Nascimento de Oliveira	ADUFS	F
93	Gilson Penalva	SINDUNIFESSPA	F
94	Getúlio Silva Lemos	SEDUFMS	F
95	Adriana Graciela Desiré Zecca	SEDUFMS	F
96	Luciano Mendonça de Lima	ADUFCG	F
97	Josevaldo Pessoa da Cunha	ADUFCG	F
98	Lia de Mattos Rocha	ASDUERJ	E
99	Guilherme Lúcio Abelha Mota	ASDUERJ	E
100	Gracinete Bastos de Souza	ADUFS-BA	E
101	Sandra Boari Silva Rocha	ADFUNREI	F
102	Pablo Luiz Martins	ADFUNREI	F

103	Carla Silvana Daniel Sartor	ADUNIRIO	F
104	Bruno José da Cruz Oliveira	ADUNIRIO	F
105	Rodrigo Castelo Branco Santos	ADUNIRIO	F
106	Delair Osvaldo Martinelli	ADUEMS	E
107	Roseli Rocha	ADUEMS	E
108	Antônio Gautier Falconieri	ADFURRN	E
109	Jurandir Gonçalves Lima	ADUFPI	F
110	Aléxis Bezerra Leite	ADUFPI	F
111	Ângela Maria Benedita Bahia de Brito	ADUFAL	F
112	Moisés Silveira Lobão	ADUFAC	F
113	Silvia Helena de Lima Monteiro	SINDIUVA	E
114	Paulo Rocha Aguiar Junior	SINDIUVA	E
115	Edney Rocha Freitas	ADCAJ	F
116	Nelson Eliezer Ferreira Junior	ADUC	F
117	Marcelo de Carvalho Alves	ADUFLA	F

RELAÇÃO DOS CONVIDADOS AO 59º CONAD

Nº	NOME	Regional e/ou Entidade
1	Raimundo Nonato Oliveira Furtado	Nordeste II
2	Márcio Antônio de Oliveira	Secretário-Geral gestão 2012-2014
3	Guilherme Pires Silva de Almeida	Pantanal
4	André Vasconcelos Ferreira	ADUFC Sindicato
5	Lea Carvalho Rodrigues	ADUFC Sindicato
6	Francisca Geny Lustosa	ADUFC Sindicato

ATAS

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA DO 59º CONAD E POSSE DA DIRETORIA DO ANDES-SN GESTÃO 2014-2016

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e um de agosto do ano de dois mil e quatorze, no auditório do Hotel Riverside, na cidade de Aracaju, estado de Sergipe, deu-se início à Plenária de Abertura do 59º CONAD e posse da Diretoria do ANDES-SN gestão 2014-2016. Em seguida à apresentação do grupo folclórico Samba de Pareia da Mussuca da cidade de Laranjeiras, foram convidados a fazer parte da mesa Marinalva Silva Oliveira, Presidente do ANDES-SN, Márcio Antônio de Oliveira, Secretário Geral, Fausto de Camargo Júnior, 1º Tesoureiro, Paulo Marcos Borges Rizzo, Presidente eleito do ANDES-SN, Cláudia March Frota de Souza, Secretaria Geral eleita, Amauri Frago de Medeiros, 1º Tesoureiro eleito, o Vice-Presidente da Secretaria Regional Nordeste III, Professor Marcos Pedroso, a Presidente da ADUFS Seção Sindical, Professora Brancilene Santos de Araújo, o sindicalista Paulo Barela representando a CSP Conlutas, o discente Iargo Souza representando a ANEL, a Coordenadora do SINASEFE, Professora Silvana Pineda, o representante do DIEESE, Sr. Luis Moura, o representante do DCE da UFS, discente Celso Aquino, o Secretário do SINTUFS, o Técnico Administrativo José Atamário Cordeiro. Composta a mesa, a Presidente Marinalva assumiu a direção dos trabalhos. Em breves palavras, a Presidente Marinalva deu boas vindas a todos – convidados, delegados e observadores, augurando a realização de um grande CONAD. Em seguida passou a palavra ao Secretário do SINTUFS, o Técnico Administrativo José Atamário Cordeiro, que chamou a atenção para as lutas dos trabalhadores da educação e os esforços que vêm sendo feitos na defesa da educação pública e gratuita. Depois usou a palavra o representante do DCE da UFS, discente Celso Aquino, que cumprimentou o ANDES-SN pela luta que vem realizando em defesa da educação e ensinou força na mobilização para avançarmos na luta. A seguir, o representante do DIEESE, Sr. Luis Moura, enfatizou os esforços que vem sendo feitos para assessorar com dados técnicos as lutas dos trabalhadores e cumprimentou a diretoria que se despede, assim como a nova diretoria do ANDES-SN que está tomando posse. O discente Iargo Souza representando a ANEL deu prosseguimento às falas, saudando o ANDES-SN como parceiro nas lutas pela educação e chamando a atenção para a importância do Encontro Nacional de Educação e para as bandeiras da carreira e dos 10% do PIB para a Educação, Já! Prosseguindo, a Presidente Marinalva passou a palavra à Coordenadora do SINASEFE, Professora Silvana Pineda, que enfatizou as lutas conjuntas das entidades da educação, com destaque para o recente Encontro Nacional da Educação, marco importante nas lutas do setor. Continuando, o sindicalista Paulo Barela, representando a CSP Conlutas, fez uso da palavra, elogiou o ANDES-SN, cumprimentou a diretoria que se despede e a diretoria que assume a direção do sindicato, e enfatizou os grandes desafios que temos pela frente reafirmando a importância do ANDES-SN para a CSP Conlutas na luta conjunta com os trabalhadores brasileiros. Dando sequência aos Trabalhos, a Presidente Marinalva passou a palavra ao Secretário Geral, Márcio Antônio de Oliveira, que fez o lançamento, em nome da Comissão Editorial, da 54ª edição da Revista Universidade e Sociedade que teve como tema: “50 anos do Golpe Militar – Dores, Sonhos e Resistência: uma história inacabada”. No lançamento, foi bem destacado que o conjunto de artigos contidos nesse volume compõe um importante documento para ser propagado nas universidades e também para a sociedade. Logo após, a palavra foi dada à Presidente da ADUFS Seção Sindical, Professora Brancilene, que enfatizou as lutas recentes da ADUFS e reforçou os esforços na luta pela autonomia da universidade. Dando sequência, o Vice-Presidente da Secretaria Regional III, Professor Marcos Pedroso, fez uma breve saudação aos presentes, dando boas vindas e ensinando a todos um bom CONAD. Em seguida às falas dos componentes das mesas, a Presidente do ANDES-SN, Marinalva Silva Oliveira, fez o seu discurso de despedida. Ao final, passou o relatório das atividades da diretoria gestão 2012-2014 para o presidente eleito. A seguir, o secretário-geral, professor Márcio Antônio de Oliveira, fez a leitura do Termo de Posse da diretoria eleita para o biênio 2014-2016: **ATO DE POSSE DA DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO 2014 –**

2016 DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDES-SN - Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, no Auditório do Hotel Riverside, em Aracaju - Sergipe, na Plenária de Abertura do 59º Conselho do ANDES-SINDICATO NACIONAL – CONAD, de acordo com o Estatuto do ANDES-SN, art. 30, inciso VIII e art. 55, tomou posse a Diretoria eleita para o biênio 2014-2016, tendo como presidente o professor Paulo Marcos Borges Rizzo, conforme os resultados proclamados pela Comissão Eleitoral Central, no dia 19 de maio de 2014, da eleição realizada nos dias 13 e 14 de maio de 2014: **Chapa 1 – ANDES-SN de luta e pela base:** 8.390 (oito mil trezentos e noventa) votos; brancos: 516 (quinhentos e dezesseis) votos; nulos 251 (duzentos e cinquenta e um) votos. Aracaju/SE, 21 de agosto de 2014: Presidente: Paulo Marcos Borges Rizzo (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC); 1ª Vice-Presidente: Marinalva Silva Oliveira (SINDUFAP); 2º Vice-Presidente: Eptácio Macário Moura (SINDUECE); Secretária Geral: Cláudia March Frota de Souza (ADUFF); 1º Secretário: Francisco Jacob Paiva da Silva (ADUA); 2º Secretário: Fausto de Camargo Junior (SINDCEFET-MG); 3º Secretário: Alexandre Galvão Carvalho (ADUSB); 1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros (ADUFCG); 2º Tesoureiro: Daniel de Oliveira Franco (ADUFPI); 3º Tesoureiro: Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ) - **Regional Norte I:** 1º Vice-Presidente: Antônio José Vale da Costa (ADUA); 2ª Vice-Presidente: Vânia Graciele Lezan Kowalczuk (SESDUF-RR); 1ª Secretária: Laurinete Rodrigues da Silva (SINDUERR); 2º Secretário: Moisés Silveira Lobão (ADUFAC); 1º Tesoureiro: Marcelo Mario Vallina (ADUA); 2º Tesoureiro: Otino José de Araújo Freitas (ADUNIR) - **Regional Norte II:** 1º Vice-Presidente: André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); 2ª Vice-Presidente: Olgaídes Cabral Maués (ADUFPA); 1º Secretário: Rigler da Costa Aragão (SINDUNIFESSPA); 2ª Secretária: Jennifer Susan Webb Santos (ADUFPA); 1ª Tesoureira: Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); 2º Tesoureiro: Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP) - **Regional Nordeste I:** 1º Vice-Presidente: Alexandre Araujo Costa (SINDUECE); 2ª Vice-Presidente: Marta Maria Azevedo Queiroz (ADUFPI); 1ª Secretária: Sirliane de Souza Paiva (APRUMA); 2ª Secretária: Lila Cristina Xavier Luz (ADUFPI); 1ª Tesoureira: Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); 2º Tesoureiro: Ariel Clodoaldo Magalhães Costa (APRUMA) - **Regional Nordeste II:** 1ª Vice-Presidente: Maria Regina de Avila Moreira (ADURN); 2º Vice-Presidente: Clodoaldo da Silveira Costa (ADUFPB); 1ª Secretária: Rejane Dias da Silva (ADUFEPE); 2ª Secretária: Daniela Maria Ferreira (ADUFEPE); 1º Tesoureiro: Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE); 2º Tesoureiro: Antônio Gautier Farias Falconieri (ADFURRN) - **Regional Nordeste III:** 1º Vice-Presidente: Gean Claudio de Souza Santana (ADUFS-BA); 2º Vice-Presidente: Tiago Leandro da Cruz Neto (ADUFAL); 1º Secretário: Luiz Henrique dos Santos Blume (ADUSC); 2º Secretário: Jailton de Jesus Costa (ADUFS); 1º Tesoureiro: José Milton Pinheiro de Souza (ADUNEB); 2ª Tesoureira: Elza Margarida de Mendonça Peixoto (APUB) - **Regional Planalto:** 1º Vice-Presidente: Alexandre Aguiar dos Santos (ADUFG); 2ª Vice-Presidente: Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB); 1º Secretário: Fábio Henrique Duarte (SESDUFT); 2ª Secretária: Karinne Regis Duarte (ADCAC); 1ª Tesoureira: Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ); 2º Tesoureiro: Paulo Henrique Costa Mattos (APUG) - **Regional Pantanal:** 1º Vice-Presidente: Marlon Leal Rodrigues (ADUEMS); 2º Vice-Presidente: Eduardo Soares Gonçalves (ADUNEMAT); 1º Secretário: Cláudio Freire de Souza (ADUFDOURADOS); 2ª Secretária: Maria Aparecida Mendes de Oliveira (ADUFDOURADOS); 1º Tesoureiro: Rogério Benedito da Silva Añez (ADUNEMAT); 2º Tesoureiro: Alexandre Bergamin Vieira (ADUFDOURADOS) - **Regional Leste:** 1º Vice-Presidente: Antônio Libério de Borba (SINDCEFET-MG); 2ª Vice-Presidente: Renata Rena Rodrigues (ASPUV); 1ª Secretária: Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); 2ª Secretária: Sandra Boari Silva Rocha (ADFUNREI); 1º Tesoureiro: Joaquim Batista de Toledo (ADUFOP); 2ª Tesoureira: Valéria Siqueira Roque (ADFMTM) - **Regional Rio de Janeiro:** 1º Vice-Presidente: Luis Eduardo Acosta Acosta (ADUFRJ); 2º Vice-Presidente: Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); 1º Secretário: Guilherme Lucio Abelha Mota (ASDUERJ); 2ª Secretária: Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF); 1º Tesoureiro: Wellington Augusto da Silva (ADUR-RJ); 2º Tesoureiro: Raúl Ernesto Lopéz Palacio (SESDUENF) - **Regional São Paulo:** 1º Vice-Presidente: César Augusto Minto (ADUSP); 2º Vice-Presidente: Paulo Cesar Centoducatte (ADUNICAMP); 1ª Secretária: Rosangela Sarteschi (ADUSP); 2ª Secretária: Maria Lucia

Salgado Cordeiro dos Santos (Regional São Paulo/Fac. Sumaré); 1ª Tesoureira: Lighia Brigitta Horodynski Matsushigue (ADUSP); 2º Tesoureiro: Paulo Jorge Moraes Figueiredo (ADUNIMEP) - **Regional Sul:** 1ª Vice-Presidente: Maria Luiza Domingues (SINDUTF-PR); 2ª Vice-Presidente: Mary Sylvia Miguel Falcão (SINDUNESPAR); 1º Secretário: Leonardo Rafael Santos Leitão (SINDUFFS); 2ª Secretária: Carmen Susana Tornquist (APRUDESC); 1º Tesoureiro: Altemir José Borges (SINDUTF-PR); 2º Tesoureiro: Alberto Elvino Franke (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC) - **Regional Rio Grande do Sul:** 1º Vice-Presidente: Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFFPel); 2º Vice-Presidente: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS); 1º Secretário: Jefferson Marçal da Rocha (SESUNIPAMPA); 2º Secretário: Daniel Luiz Nedel (SESUNIPAMPA); 1º Tesoureiro: Paulo Juarez Rieger (APROFURG); 2º Tesoureiro: Carlos Schmidt (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS). Faz-se mister registrar a seguinte ressalva: a 3ª Vice-Presidente eleita, Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (ADUFS), não toma posse neste momento pois teve que se desincompatibilizar para concorrer ao cargo de Governadora do Estado de Sergipe. Ao final, o Presidente empossado Paulo Marcos Borges Rizzo proferiu o seu discurso e declarou aberto o 59º CONAD. Nada mais havendo a tratar, eu, Secretário Geral da gestão 2012-2014 lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pela Presidente do ANDES-SN, gestão 2012-2014.

Márcio Antônio de Oliveira
Secretário-Geral

Marinalva Silva Oliveira
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DO 59º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às quatorze horas e trinta minutos do dia 21 de agosto de 2014, no auditório do Hotel Riverside, em Aracaju, Sergipe, confirmado o quorum regimental, foram iniciados, pelo professor Paulo Marcos Borges Rizzo, os trabalhos da plenária de instalação do 59º CONAD. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelo presidente do ANDES-SN, professor Paulo Marcos Borges Rizzo; pela secretária geral, professora Cláudia March Frota de Souza; pelo 1º tesoureiro, professor Amauri Fragoso de Medeiros e pelo professor Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, 2º secretário da mesa. A professora Claudia March apresentou o número de participantes do CONAD, informando a presença de 58 seções sindicais, 46 delegados, 117 observadores, 6 convidado, 33 diretores, totalizando 202 participantes. Após apresentar a pauta da plenária, composta por: a) regimento do 59º CONAD; b) cronograma e pauta do 59º CONAD; c) pendências de credenciamento e outros assuntos relacionados ao credenciamento; d) inclusão de novos textos e TRs, o presidente da mesa, professor Paulo Rizzo, passou ao primeiro ponto da pauta. A professora Claudia informou a metodologia de apreciação do Regimento do 59º CONAD, a saber: Leitura dos títulos de Capítulos, com acolhimento de pedidos de destaques, os quais serão analisados ao final de leitura. Na sequência, passou à leitura do **Regimento do 59º CONAD: Capítulo I - Do 59º CONAD. Art. 1º O 59º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (59º CONAD do ANDES-SN), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á no período de 21 a 24 de agosto de 2014, em Aracaju-SE, organizado pela ADUFS – Seção Sindical do ANDES-SN. Parágrafo único. O período de realização do 59º CONAD poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, para o dia 25 de agosto de 2014. Art. 2º O 59º CONAD tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN. Art. 3º O 59º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o art. 22. Capítulo II - Das Atribuições. Art. 4º São atribuições do 59º CONAD: I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 33º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição; II - implementar o cumprimento das deliberações do 33º CONGRESSO do ANDES-SN; III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 33º CONGRESSO do ANDES-SN; IV – exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN, nos termos do seu Estatuto; V – examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela diretoria; VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria; VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN; VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as) do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN; IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las; X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente; XI - homologar a constituição de seções sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de associações de docentes (AD) em seções sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente. Art. 5º Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN. Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO do Sindicato imediatamente subsequente. Capítulo III - Dos Participantes. Art. 6º São participantes do 59º CONAD: I – um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto; II – um(a)**

delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto; III – uma representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN; IV – o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto; V – observadores(as) de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito a voz; VI – os demais membros efetivos da diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz; VII - os membros das comissões organizadora e diretora, com direito a voz; VIII – os(as) convidados(as) pela comissão organizadora ou diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz. § 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as), salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos; § 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 59º CONAD, obedecidas as seguintes condições: a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora; b) os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas assembleias gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais dos sindicalizados via secretaria regional, devem estar credenciados(as) como observadores(as); c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento. Art. 7º A (O) presidente do ANDES-SN preside o 59º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões. Capítulo IV - Do Credenciamento. Art. 8º O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) ao 59º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 18h (dezoito) horas do dia 21 de agosto de 2014, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação. § 1º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença. § 2º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata (ou extrato) que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. justificando a situação. § 3º Para credenciamento de observadores(as) de sindicalizados(as), via secretaria regional, deve ser apresentada a ata da assembleia geral que os(as) escolheu. § 4º Cada delegado (a) ou observador (a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e ou votação, em cores diferentes. § 5º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária. § 6º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora. § 7º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final. Capítulo V - Do Funcionamento. Seção I - Dos Órgãos. Art. 9º São órgãos do 59º CONAD: I - Comissão organizadora; II - Comissão diretora; III - Grupos mistos; IV – Plenárias. § 1º As comissões organizadora e diretora são criadas a partir da convocação. § 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização. § 3º O quorum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 59º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto. § 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quorum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto. § 5º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quorum previsto no § 3º deste artigo. Seção II - Da Comissão Organizadora. Art. 10 A comissão organizadora do 59º CONAD é constituída por 3 (três) representantes da ADUFS e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SN. Art. 11 É de competência da comissão organizadora: I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 59º CONAD; II - organizar a sessão de abertura; III providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as)

participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação; IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.; V - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes. Seção III - Da Comissão Diretora. Art. 12. A comissão diretora do 59º CONAD é composta pela diretoria do ANDES-SN. Art. 13. É de competência da comissão diretora (do 59º CONAD): I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes; II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento; III - elaborar a prestação de contas, para apreciação no próximo Congresso; IV - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por membros efetivos da diretoria do ANDES-SN; V - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 14 deste Regimento. Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente. Seção IV - Dos Grupos Mistos. Art. 14. Os grupos mistos são compostos por: I delegados(as) de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto; II observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz; III diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz; IV convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz. Parágrafo único. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 25 (vinte e cinco) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as). Art. 15 Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a). § 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do referido grupo. § 2º O(A) coordenador(a) da mesa coordenadora de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as) componentes do mesmo. § 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as). § 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora. Art. 16 Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento. Art. 17 Compete ao(à) Relator(a): I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação; II - participar dos trabalhos previstos no art. 21, deste Regimento. Art. 18 Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades. Art. 19 As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma do 59º CONAD, observado o quorum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo. § 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quorum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo. § 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma nova lista de frequência. § 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo. Art. 20 Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à comissão diretora o relatório de seu grupo, digitado; sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal. Parágrafo único. Para os relatórios de grupos mistos cujas reuniões terminem após às 19 horas, o prazo limite é até às 10 horas do dia seguinte. Art. 21 A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, em conjunto com os(as) relatores(as) dos diversos grupos mistos. Art. 22 Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 59º CONAD constarão,

necessariamente: I - as propostas aprovadas por maioria simples; II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em pelo menos um dos grupos mistos; III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e, sempre que necessário, por esta última em conjunto com os(as) relatores(as). Art. 23 Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas. Seção V - Das Plenárias. Art. 24 As plenárias são compostas por: I – delegados(as) de S.Sind (de AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto; II – observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz; III - membros das comissões diretora e organizadora do 59º CONAD, com direito a voz; IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito a voz. Art. 25 Os trabalhos das plenárias do 59º CONAD serão dirigidos por uma mesa coordenadora composta por um(a) presidente, um(a) vice-presidente, um(a) 1º(1ª) secretário(a) e um(a) 2º(2ª) secretário(a). § 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da mesa coordenadora de cada plenária. § 2º A plenária poderá, a partir de encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos. Art. 26 Compete ao(à) presidente da mesa coordenadora: I - preparar, junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária; II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento. Art. 27 Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora: I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades; II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos. Art. 28 Compete ao 1º (à 1ª) secretário(a): I - preparar, junto com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária; II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária; III – entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 58º CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva. Parágrafo único No caso das plenárias de instalação, inicial e encerramento, caberá ao 1º secretário a elaboração e acompanhamento do protocolo da sessão. Art. 29 Compete ao 2º (à 2ª) secretário(a): I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades; II - elaborar a ata da plenária; III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 58º CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva. Art. 30 A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte: I - Plenária de abertura: (duas) horas; II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; III - Plenária do tema I: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; IV - Plenária do tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; V - Plenária do tema III: 3 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; VI - Plenária do tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; VII - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas. § 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária. § 2º. Compete à plenária de instalação: I - aprovar o Regimento e cronograma do 59º CONAD; II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 59º CONAD; III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 59º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento. § 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao 59º CONAD, nos termos deste Regimento. § 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior. § 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário. Art. 31A verificação do quorum no início das plenárias do 59º CONAD será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da seção sindical ou AD-Seção sindical ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o

horário da assinatura. **Parágrafo único.** A verificação de quorum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto. **Capítulo VI - Das Discussões e Votações.** **Art. 32** Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e nas plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições. **Art. 33** Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do plenário ou do grupo misto, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária. **§ 1º** O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo. **§ 2º** O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão. **Art. 34** As discussões e votações terão o seguinte procedimento: I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário. **§ 1º** Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscritos(as). **§ 2º** Somente serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas: a) as aprovadas nos grupos mistos; b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes nos grupos mistos; c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com os relatores, nos termos do art. 22 deste Regimento; d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário. **Art. 35** As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária. **§ 1º** Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento. **§ 2º** Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento. **Art. 36** As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28 do Estatuto do ANDES - SN. **Capítulo VII - Das Disposições Gerais e Finais.** **Art. 37** As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do 59º CONAD, até às 18 (dezoito) horas do dia 23 de agosto de 2014, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo. **§ 1º** As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do CONAD; sendo, neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 6º e incisivos deste Regimento. **§ 2º** A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 59º CONAD o teor das moções propostas, até às 14 (quatorze) horas do dia 24 de agosto de 2014. **§ 3º** Excepcionalmente, a critério do plenário, podem ser apresentadas e apreciadas outras moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto. **§ 4º** As propostas de moções das quais não constem os destinatários e os respectivos endereços completos e devidamente anotados não serão recebidas para apreciação do CONAD. **Art. 38** As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora. **Art. 39** Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se abstiverem no momento da votação. **§ 1º** Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora. **§ 2º** Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação. **Art. 40** A diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 59º CONAD, para divulgar o respectivo relatório final. **Art. 41** Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária. **Art. 42** Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do

59º CONAD do ANDES-SN. Foram apresentados três destaques: o primeiro, que tratava da prorrogação no prazo de credenciamento, referente ao artigo 8º, cuja proposta de alteração - **"O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) ao 59º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 20 (vinte) horas do dia 21 de agosto de 2014, foi aprovada por unanimidade;** o segundo destaque foi apresentado pelo professor Audísio em relação ao Artigo 30º, tendo sido rejeitado por ampla maioria; o terceiro e último destaque foi apresentado por Francisco Miraglia, de inclusão, no **Artigo 3º**, passando a redação a ser a seguinte: **O 59º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o art. 22 e 24. A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.** Na sequência, a professora Claudia passou à leitura do Temário e Cronograma do 59º CONAD, adotando a mesma metodologia, de acolhimento dos destaques. AO texto do temário e cronograma não foram apresentados destaques, entretanto, a mesa ressaltou a necessidade de votação da alteração no cronograma decorrente da alteração no regimento aprovada anteriormente. Sendo assim o cronograma foi aprovado por ampla maioria com a seguinte redação: **"Cronograma: 5ª feira (21/08) - 9h às 12h - Credenciamento; 10h às 12h - Plenária de abertura; 14h às 16h - Plenária de instalação; 14h às 20h - Credenciamento; 18h às 20h - Plenária tema I; 6ª feira (22/08) - 9h às 12h - Grupo misto - Tema II; 14h às 17h - Grupo misto - Tema III; Sábado (23/08) - 9h às 12h - Grupo misto - Tema IV; 14h às 17h - Plenária tema II; 18h30 às 21h30 - Plenária tema III; Domingo (24/08) - 9h às 12h - Plenária tema IV; 15h às 17h - Plenária de encerramento"**. Na sequência o temário foi aprovado por unanimidade com a seguinte redação: **"Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 33º CONGRESSO. Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores. Tema IV: Questões organizativas e financeiras"**. Dando prosseguimento à pauta, foi iniciado o ponto referente ao item de "pendências de credenciamento e outros assuntos relacionados ao credenciamento", quando foi apresentada a proposta de financiamento de delegados eleitos, segundo o Estatuto do ANDES-SN em seu artigo 41, inciso VIII, parágrafo 5º, que trata do financiamento da participação de delegados eleitos em assembleias convocadas pelas regionais, conforme o já citado Inciso VIII. Foram apresentados os nomes dos(as) delegados(as) – regionais Leste e Nordeste II – Bruno Souza Bechara Maxta, sindicalizado da APUBH Seção Sindical e Raimundo Nonato Nunes, sindicalizado da ADURN Seção Sindical e submetida à votação a proposta de financiamento da participação dos mesmos pela Tesouraria do ANDES-Sindicato Nacional, a qual foi aprovada por ampla maioria, com alguns votos contrários. Em relação ao último ponto de pauta - inclusão de novos textos e TR – a mesa consultou o plenário sobre a existência de proposição de inclusão de novos textos e TR. A professora Viviane, da ADUNIRIO – S.Sindical ANDES-SN, apresentou proposta de Texto de Apoio e TR intitulado "A sindicalização dos docentes precarizados pela política de EAD no Brasil", apresentando os argumentos para a inclusão depois do prazo de apresentação previsto, a saber, a luta contra a aprovação da EBSEH na UNIRIO. A inclusão foi votada e APROVADA pela plenária. A Plenária de Instalação teve início às 14h do dia 21 de agosto e às 16hs o professor Paulo Rizzo colocou em votação a prorrogação da mesma por mais uma hora, o que foi APROVADO por ampla maioria. No entanto, não foi necessária a prorrogação de uma hora. Na sequência o Professor Paulo Rizzo propôs a antecipação da Plenária do Tema I "Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 33º CONGRESSO (de São Luiz do Maranhão)" para as 16h 15min a que foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eu, Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, 2º secretário desta mesa, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente do ANDES-SN, Paulo Marcos Borges Rizzo.

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos
2º Secretário

Paulo Marcos Borges Rizzo
Presidente

PAUTA E DE CRONOGRAMA DO 59º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Aracaju/SE 21 a 24 de agosto de 2014

Tema Central: Luta em defesa da educação: autonomia da universidade, 10% do PIB exclusivamente para a educação pública

5ª feira (21/8)	6ª feira (22/8)	Sábado (23/8)	Domingo (24/8)
9h às 12h Credenciamento 10h às 12h Plenária de Abertura Posse da Diretoria do ANDES-SN	9h às 12h Grupo Misto - Tema II	9h às 12h Grupo Misto - Tema IV	9h às 12h Plenária do Tema IV
14h às 16h Plenária de Instalação 14h às 20h Credenciamento	14h às 17h Grupo Misto - Tema III	14h às 17h Plenária do Tema II	15h às 17h Plenária de Encerramento
18h às 20h Plenária Tema I		18h30 às 21h30 Plenária do Tema III	

TEMÁRIO:

Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 33º CONGRESSO.

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores.

Tema IV: Questões organizativas e financeiras

REGIMENTO DO 59º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I Do 59º CONAD

Art. 1º O 59º CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á no período de 21 a 24 de agosto de 2014, em Aracaju-SE, organizado pela ADUFS Seção Sindical do ANDES-SN.

Parágrafo único. O período de realização do 59º CONAD poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, para o dia 25 de agosto de 2014.

Art. 2º O 59º CONAD tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 59º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o art. 22 e 24.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 59º CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 33º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do 33º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 33º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN, nos termos do seu Estatuto;

V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela diretoria;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as) do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN;

IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente;

XI - homologar a constituição de seções sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de associações de docentes (AD) em seções sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO imediatamente subsequente.

Capítulo III Dos Participantes

Art. 6º São participantes do 59º CONAD:

I - um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II - um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III - uma representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN;

IV - o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V - observadores(as) de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito a voz;

VI - os demais membros efetivos da diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz;

VII - os membros das comissões organizadora e diretora, com direito a voz;

VIII - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora ou diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as), salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos;

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 59º CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora;

b) os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas assembleias gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais dos sindicalizados via secretaria regional, devem estar credenciados(as) como observadores(as);

c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 7º A (O) presidente do ANDES-SN preside o 59º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 8º O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) ao 59º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 20h (vinte) horas do dia 21 de agosto de 2014, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata, ou extrato de ata, da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata, ou extrato de ata, que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. justificando a situação.

§ 3º Para credenciamento de observadores(as) de sindicalizados(as), via secretaria regional, deve ser apresentada a ata da assembleia geral que os(as) escolheu.

§ 4º Cada delegado (a) ou observador (a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e ou votação, em cores diferentes.

§ 5º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 6º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora.

§ 7º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos Órgãos

Art. 9º São órgãos do 59º CONAD:

- I - Comissão organizadora;
- II - Comissão diretora;
- III - Grupos mistos;
- IV - Plenárias.

§ 1º As comissões organizadora e diretora são criadas a partir da convocação.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização.

§ 3º O quorum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 59º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quorum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 5º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quorum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 10. A comissão organizadora do 59º CONAD é constituída por 3 (três) representantes da ADUFS e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SN.

Art. 11. É de competência da comissão organizadora:

- I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 59º CONAD;
- II - organizar a sessão de abertura;
- III providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação;
- IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD-S.Sind.;
- V - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 12. A comissão diretora do 59º CONAD é composta pela diretoria do ANDES-SN.

Art. 13. É de competência da comissão diretora:

- I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes;

II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;

III - elaborar a prestação de contas, para apreciação no próximo Congresso;

IV - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(as) do ANDES-SN;

V - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 14 deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente.

Seção IV **Dos Grupos Mistos**

Art. 14. Os grupos mistos são compostos por:

I - delegados(as) de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz;

IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz.

§ 1º. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 25 (vinte e cinco) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as).

§ 2º Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um observador(a) de uma mesma seção sindical ou AD-S.Sind, ou mais de um observador(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de observador(as) seja superior ao número de grupos mistos.

Art. 15. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do grupo.

§ 2º O(A) coordenador(a) da mesa coordenadora de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as).

§ 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as).

§ 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com este Regimento.

Art. 17. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com este Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II - participar dos trabalhos previstos no art. 21, deste Regimento.

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma deste CONAD, observado o quorum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quorum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma 2ª (segunda) lista de presença.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

Art. 20. Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à comissão diretora o relatório digitado de seu grupo; sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal.

Parágrafo único. Para os relatórios de grupos mistos cujas reuniões terminem após às 19 (dezenove) horas, o prazo limite é até às 10 (dez) horas do dia seguinte.

Art. 21. A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, em conjunto com os(as) relatores(as) dos grupos mistos.

Art. 22. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em pelo menos um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e, sempre que necessário, por essa comissão em conjunto com os(as) relatores(as).

Art. 23. Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas.

§ 1º A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo Misto, ser prorrogada por, no máximo 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do CONAD.

§ 2º Os grupos mistos poderão ter o início do trabalho antecipado por deliberação da sessão anterior, desde que não implique no funcionamento do CONAD.

Seção V

Das Plenárias

Art. 24. As plenárias são compostas por:

I - delegados(as) de S.Sind (de AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - membros das comissões diretora e organizadora do CONAD, com direito a voz;

IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito a voz.

Art. 25. Os trabalhos das plenárias do CONAD serão dirigidos por uma mesa coordenadora composta por um(a) presidente, um(a) vice-presidente, um(a) 1º(1ª) secretário(a) e um(a) 2º(2ª) secretário(a).

§ 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da mesa coordenadora de cada plenária.

§ 2º A plenária poderá, a partir de encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos.

Art. 26. Compete ao(à) presidente da mesa coordenadora:

- I - preparar, junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária;
- II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

- I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;
- II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) secretário(a):

- I - preparar, junto com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária;
- II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária;
- III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação, inicial e encerramento, caberá ao 1º secretário a elaboração e acompanhamento do protocolo/registro de cada sessão.

Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) secretário(a):

- I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;
- II - elaborar a ata da plenária;
- III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

- I - Plenária de abertura: 2 (duas) horas;
- II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- III - Plenária do tema I: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- IV - Plenária do tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- V - Plenária do tema III: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- VI - Plenária do tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- VII - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 2º Compete à plenária de instalação:

- I - aprovar o Regimento e cronograma do CONAD;
- II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao CONAD;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao CONAD, nos termos deste Regimento.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 31. A verificação do quorum, no início das plenárias do CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da seção sindical ou AD-Seção sindical ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

Parágrafo único. A verificação de quorum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 32. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e das plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 33. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do grupo misto ou da plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34. As discussões e votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no *inciso* II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscritos(as).

§ 2º Somente serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as), em pelo menos um grupo misto;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com os relatores, nos termos do art. 22 deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

Art. 35 As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36. As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28 do Estatuto.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do CONAD, até às 18 (dezoito) horas do dia 23 de agosto de 2014, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do CONAD; sendo, neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 6º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do CONAD o teor das moções propostas, até às 14 (quatorze) horas do dia 24 de agosto de 2014.

§ 3º Excepcionalmente, a critério do plenário, podem ser apresentadas e apreciadas outras moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem os destinatários e os respectivos endereços completos e devidamente anotados não serão recebidas para apreciação do CONAD

Art. 38. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 39. Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se abstiverem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação.

Art. 40. A diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 59º CONAD, para divulgar o respectivo relatório final.

Art. 41. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária.

Art. 42. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 59º CONAD.

Aracaju-SE, 21 de agosto de 2014

Atendendo ao disposto no Art. 37 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 59º CONAD obedeçam ao seguinte formulário:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

Cidade _____ **Cep.:** _____

E-mail _____

Fato motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, manifestam

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA I DO 59º CONAD - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 33º CONGRESSO

Ao vigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às dezesseis horas e quinze minutos, no auditório do Centro de Eventos do Hotel Riverside – Aracaju-SE, depois de confirmado o *quorum* regimental, foi aberta a plenária do tema I – Movimento Docente e Conjuntura: Avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 33º Congresso. A mesa foi composta pela professora Maria Regina de Avila Moreira, presidente; professor Paulo Cesar Centoducatte, vice-presidente, professora Liliane Maria Macedo Machado, primeira secretária; Tiago Leandro da Cruz Neto, segundo secretário. O presidente iniciou os trabalhos informando o horário previsto da plenária, que foi antecipado por decisão da plenária de abertura, com início às dezesseis horas e quinze minutos e término às dezoito horas e quinze minutos, com possibilidade de prorrogação por mais uma hora. Dando início aos trabalhos, a presidente da mesa informou o número de participantes no 59º CONAD até o momento: cinquenta e sete seções sindicais, quarenta e seis delegados, cento e doze observadores, trinta e três diretores do ANDES-SN e três convidados. Em seguida, informou sobre a existência de quatro textos de conjuntura, sendo: um no Caderno de Textos: *Texto 1*, de título Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 33º Congresso, apresentado pela diretoria do ANDES-SN; três textos no Anexo do Caderno de Textos; o *texto 20* – Para Enfrentar a nova conjuntura: fortalecer o Andes-SN e avançar na unidade da luta, contribuição da diretoria da ADUFF-SSind; o *texto 21* – Avançando na participação sindical – contribuição da diretoria da ADUFPI – SSind e o *texto 22* – Todo apoio e solidariedade à luta do povo palestino – contribuição do professor Helvio Alexandre Mariano – da ADUNICENTRO- SSind que não compareceu ao CONAD. A presidente da mesa informou aos presentes sobre o modo de desenvolvimento da plenária, que consistiria da apresentação oral dos textos de conjuntura, com direito a dez minutos de fala, seguindo-se debate com intervenções dos presentes à plenária mediante inscrição feita com o crachá de identificação depositado na mesa, sendo essas intervenções de três minutos cada. A ordem das falas foi definida a partir do sorteio dos crachás entregues. A seguir, a presidente da mesa concedeu a palavra ao professor Paulo Rizzo para a apresentação do Texto 1 - *A atual conjuntura e os desafios do ANDES – SN para o próximo período da diretoria do ANDES-SN*. Na sequência, foi apresentado o *texto 20* – Para Enfrentar a nova conjuntura: fortalecer o Andes-SN e avançar na unidade da luta, contribuição da diretoria da ADUFF-SSind, apresentado pela professora Renata Vereza e o *texto 21* – Avançando na participação sindical – contribuição da diretoria da ADUFPI – SSind, apresentado pelo professor Alexis A seguir, a presidente da mesa abriu as inscrições para intervenções da plenária, com o recebimento dos crachás relativos às inscrições pela mesa, definindo-se a aprovação das inscrições até término das falas ou da plenária, o que ocorrer primeiro. Às dezoito horas e treze minutos visando o final da plenária e considerando a possibilidade de prorrogação da plenária a mesa encaminhou votação, sendo 23 favoráveis, 17 contra e com o registro de uma abstenção. Encerradas as inscrições, a presidente deu alguns informes. Encerrados os informes e não havendo mais nada a tratar, a presidente deu por concluídos os trabalhos da plenária, e eu, Tiago Leandro da Cruz Neto, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente da mesa.

Tiago Leandro da Cruz Neto
2º Secretário

Maria Regina de Avila Moreira
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA II DO 59º CONAD - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia vinte e três de agosto do ano de dois mil e quatorze, no auditório do Hotel Riverside, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, foi instalada a PLENÁRIA DO TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO 59º CONAD. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos professores André Rodrigues Guimarães, presidente; Gean Claudio de Souza Santana, vice-presidente; Antônio José Vale da Costa, 1º secretário, e Vânia Graciele Lezan Kowalczyk, 2ª secretária. O presidente da mesa iniciou os trabalhos apresentando os componentes da mesa, informando sobre a participação no evento de 58 seções sindicais e 202 participantes, sendo 46 delegados, 117 observadores, 6 convidados e 33 diretores. Em seguida, iniciou anunciando como se daria a metodologia dos trabalhos, dizendo que os TRs (Textos Resolução) pertinentes ao tema II em apreciação seguiriam o mesmo agrupamento e sequência (TR 2; TRs 3 e 23; TR 4; TR 5; TR 6; TR 7; TR 24 e TR 25) discutidos nos grupos mistos. Iniciando pelo **TR 2 – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA SINDICAL**, relatou a situação nos grupos, que foi de aprovação com modificação, registrando-se a seguinte votação: grupo 1, F8, C4, A1; grupos 2, 3, 4 e 5, unanimidade. Em seguida, passou à leitura do item 1, que diz: “1. Realizar, nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2014, nos termos definidos pelo 33º Congresso, Seminário Nacional sobre a estrutura organizativa do ANDES-SN frente aos desafios políticos atuais”. A proposta de modificação aprovada pelos grupos 1 (5/5/0), 2 (7/1/2), 3 (4/0/0) e 4 (6/0/0) foi: “1. Realizar, nos dias 1º e 2 de novembro de 2014, nos termos definidos pelo 33º Congresso, Seminário Nacional sobre a estrutura organizativa do ANDES-SN frente aos desafios políticos atuais”. O grupo 5 aprovou (5/1/0) a proposta de modificação: “1. Realizar, nos dias 31 de outubro, 1º e 2 de novembro de 2014, nos termos definidos pelo 33º Congresso, Seminário Nacional sobre a estrutura organizativa do ANDES-SN frente aos desafios políticos atuais”. O grupo 1 também aprovou a proposta de modificação: “1. Realizar, nos dias 28, 29 e 30 novembro de 2014, nos termos definidos pelo 33º Congresso, Seminário Nacional sobre a estrutura organizativa do ANDES-SN frente aos desafios políticos atuais”. Após algumas falas de defesa das propostas, foi proposta inicialmente a votação se o Seminário seria no início ou final de novembro, sendo aprovada, por ampla maioria, a realização no início de novembro, e um voto para o final de novembro. Logo em seguida, foi posto em votação se o evento teria dois ou três dias de duração, com a maioria dos votos para dois dias de duração, e algumas abstenções. Foi solicitado recurso de votação a respeito da duração do evento, o qual não foi aprovado pela plenária, tendo duas abstenções. Portanto, foi aprovada a modificação: “1. Realizar, nos dias 1º e 2 de novembro de 2014, nos termos definidos pelo 33º Congresso, Seminário Nacional sobre a estrutura organizativa do ANDES-SN frente aos desafios políticos atuais”. Quanto ao item 2 – Publicar, no dia 3 de outubro de 2014, um caderno de textos com contribuições ao debate preparatório do Seminário, cujos textos deverão ser remetidos à secretaria do ANDES-SN até o dia 2 de outubro de 2014, foi aprovada pelos grupos 1 (5/5/0), 2 (8/0/1), 4 (5/0/1) e 5 (6/0/0) a proposta de modificação: “2. Publicar, no dia 10 de outubro 2014, um caderno de textos com contribuições ao debate preparatório do Seminário, cujos textos deverão ser remetidos à secretaria do ANDES-SN até o dia 9 de outubro de 2014.”; pelo grupo 3 (5/2/0), a proposta de modificação: “2. Publicar, no dia 10 de outubro de 2014, um caderno de textos com contribuições ao debate preparatório do Seminário, cujos textos deverão ser remetidos à secretaria do ANDES-SN até o dia 8 de outubro de 2014.”, e pelo grupo 1 (5/5/0), “2. Publicar, no dia 7 de novembro de 2014, um caderno de textos com contribuições ao debate preparatório do Seminário, cujos textos deverão ser remetidos à secretaria do ANDES-SN até o dia 5 de novembro de 2014”. O presidente da mesa encaminhou que a proposta do grupo 1 já estava superada pela votação anterior e colocou em votação as duas outras propostas, vencendo por

ampla maioria o texto do item **2. Publicar, no dia 10 de outubro 2014, um caderno de textos com contribuições ao debate preparatório do Seminário, cujos textos deverão ser remetidos à secretaria do ANDES-SN até o dia 9 de outubro de 2014.** Em relação ao item “3. Incentivar as seções sindicais a relatarem, nesse caderno, suas experiências organizativas diante da multicampia, para propiciar a participação dos docentes na vida sindical.”, foi aprovada nos grupos 1 (10/0/0), grupo 2 (8/0/0), grupo 3 (5/3/0), grupo 4 (6/0/0) e grupo 5 (6/0/0) a seguinte proposta de modificação: “3. As seções sindicais devem encaminhar, para a confecção do caderno de textos, suas experiências organizativas e reflexões relacionadas à organização sindical – considerando as seguintes questões: multicampia, aposentadoria, contratações precarizadas (no âmbito do ensino a distância e em outras situações), de modo a propiciar a participação dos docentes na vida sindical – e à estruturação do ANDES-SN (incluindo composição e forma de eleição da diretoria)”. O grupo 3 apresentou como proposta minoritária o texto “3. Incentivar as seções sindicais a relatarem, nesse caderno, suas experiências organizativas diante da multicampia e da EAD para propiciar a participação dos docentes e dos professores tutores precarizados da EAD na vida sindical.”. Foi posto em votação, sendo aprovado por unanimidade o item “**3. As seções sindicais devem encaminhar, para a confecção do caderno de textos, suas experiências organizativas e reflexões relacionadas à organização sindical – considerando as seguintes questões: multicampia, aposentadoria, contratações precarizadas (no âmbito do ensino a distância e em outras situações), de modo a propiciar a participação dos docentes na vida sindical – e à estruturação do ANDES-SN (incluindo composição e forma de eleição da diretoria).**”. Em seguida, o presidente informou que, por ter referência à temática do item 3, seria apreciada, naquele momento, a inclusão de item proposto pelo grupo 2: “A multicampia é um instrumento que tem pautado a organização docente, ao tempo em que tem precarizado as condições de trabalho, permanência e difusão de conhecimento. Nesse sentido, propomos um Seminário Nacional sobre a multicampia.”. Nesta questão, houve grande debate sobre os problemas causados pela multicampia, não só na questão organizativa, mas na precarização que ela causa; foi resgatado que a ideia originária do Seminário organizativo foi a multicampia e, portanto, já estaria contemplado no item aprovado anteriormente, e muitas falas trouxeram a preocupação, pelo fato de o Seminário ter diminuído de três para dois dias e, ao mesmo tempo, ampliado as temáticas de discussão, de as propostas organizativas a serem encaminhadas para o Congresso ficarem prejudicadas na ampla discussão. A partir destas falas, foi solicitado recurso de votação da votação inicial do número de dias no Seminário, o qual foi aprovado pela plenária. O presidente então encaminhou inicialmente pela apreciação da inclusão do novo item e informou que, na sequência, faria novamente a votação do item 1, quanto ao número de dias. Abriu-se nova rodada de discussão e, ao ser posta em votação, a inclusão do novo item foi rejeitada pela maioria dos delegados, com uma abstenção. Em seguida, foi colocada novamente em votação a quantidade de dias do Seminário, vencendo, por ampla maioria, a duração de 3 dias. Desse modo, o item 1 passou a ter a seguinte redação: **1. Realizar, nos dias 31 de outubro, 1º e 2 de novembro de 2014, nos termos definidos pelo 33º Congresso, Seminário Nacional sobre a estrutura organizativa do ANDES-SN frente aos desafios políticos atuais.** Em seguida, o presidente passou para o item 4, cujo texto original é: “Incentivar as seções sindicais a promoverem atividades de formação sindical, em articulação com a coordenação do GTPFS.”, o qual foi aprovado sem modificações nos grupos 2 (9/0/0), 3 (8/0/0) e 5 (8/0/0). O grupo 1 (10/0/0) aprovou a modificação: “4. Incentivar as seções sindicais a promoverem atividades de formação sindical, em articulação com a coordenação do GTPFS, *incluindo os professores e/ou professores tutores precarizados que trabalham em educação a distância.*”, e o grupo 4 (6/0/0) aprovou a modificação: “4. Incentivar as seções sindicais a promoverem atividades de formação sindical, em articulação com o GTPFS.”. Após o debate, o presidente encaminhou a votação inicialmente entre o texto original contra a proposta de modificação, para, depois, caso aprovada a modificação, votar qual seria a modificação. Na votação, 18 delegados votaram pela proposta original, 16, pela modificação e 3 se abstiveram, sendo a redação final para o item **4. Incentivar as seções sindicais a promoverem atividades de formação sindical, em articulação com a coordenação do GTPFS.** Passou-se ao item 5, cujo texto “Tomar iniciativas no sentido de articular com outras entidades, como a FASUBRA e o SINASEFE, a luta contra as

terceirizações nas instituições públicas de ensino, pelo restabelecimento de funções que foram extintas no serviço público, tais como limpeza, segurança, entre outras.”, foi aprovado sem modificação pelo grupo 2 (9/0/0). O grupo 1 (7/3/0) aprovou a modificação: “5. Tomar iniciativas no sentido de articular com outras entidades, como a FASUBRA e o SINASEFE, a luta contra as terceirizações e contra as precarizações nas instituições públicas de ensino, pelo restabelecimento de funções que foram extintas no serviço público, tais como limpeza, segurança, entre outras.”. O grupo 3 (8/0/0) aprovou: “5. Articular com entidades de classe em níveis nacional, estadual e municipal a luta contra a precarização e terceirização nas instituições públicas de ensino.”. O grupo 4 (7/0/0) aprovou retirar os termos “que foram extintas” da proposta original, e o grupo 5 (6/0/0), o texto “5. Tomar iniciativas no sentido de articular com outras entidades, como a FASUBRA e o SINASEFE e outras estaduais e municipais, a luta contra as terceirizações nas instituições públicas de ensino, pelo restabelecimento de funções que foram extintas no serviço público, tais como limpeza, segurança, entre outras.”. A mesa apresentou uma proposta compatibilizada das modificações aprovadas nos grupos 1, 4 e 5, que foi: “5. Tomar iniciativas no sentido de articular com outras entidades, como a FASUBRA, o SINASEFE e outras estaduais e municipais, a luta contra as terceirizações e contra as precarizações nas instituições públicas de ensino, pelo restabelecimento de funções no serviço público, tais como limpeza, segurança, entre outras.”, e o presidente encaminhou inicialmente a votação da proposta original contra a modificação, sendo que, com algumas abstenções, a ampla maioria dos delegados aprovou com modificação, e então foi votada a proposta de modificação do grupo 3 contra a proposta compatibilizada pela mesa, sendo esta última aprovada pela ampla maioria. Desse modo, o item cinco ficou com a seguinte redação final: **5. Tomar iniciativas no sentido de articular com outras entidades, como a FASUBRA, o SINASEFE e outras estaduais e municipais, a luta contra as terceirizações e contra as precarizações nas instituições públicas de ensino, pelo restabelecimento de funções no serviço público, tais como limpeza, segurança, entre outras.** Em seguida, passou-se a discutir o item 6, cujo teor é: “Pautar na CNESF, no fórum dos SPF e outros existentes nos estados, a luta contra as terceirizações e a defesa dos direitos dos trabalhadores terceirizados.”, o qual foi aprovado sem modificações nos grupos 1 (5/4/1), 2 (9/0/0), 3 (5/3/0), 4 (8/0/0) e 5 (8/0/0). Entretanto, alguns grupos apresentaram modificações que foram minoritárias no grupo 1: “6. Pautar na CNESF, no fórum dos SPF e outros existentes nos estados, a luta contra as terceirizações e precarizações e a defesa dos direitos dos trabalhadores terceirizados e precarizados.”, e no grupo 3: “6. Propor na CNESF, no fórum dos SPF e outros existentes nos estados, a luta contra as terceirizações e a defesa dos direitos dos trabalhadores terceirizados precarizados.”. O presidente encaminhou a votação do texto original contra modificações, sendo rejeitado o texto original. Em seguida, foram votadas várias modificações: o termo “pautar” ou “propor”, sendo aprovado “propor” pela maioria dos delegados; a inclusão do termo “e precarizados” após terceirizações, a qual foi aprovada; e na parte final, após terceirizados, o termo “e precarizados” ou apenas “precarizados”, sendo aprovado “e precarizados”. A redação final do item ficou: **6. Propor na CNESF, no fórum dos SPF e outros existentes nos estados, a luta contra as terceirizações e precarizações e a defesa dos direitos dos trabalhadores terceirizados e precarizados.** Em seguida, o presidente leu o item “7. Cobrar posição das reitorias em relação às terceirizações, que comprometem parte expressiva das verbas de custeio das instituições, cabendo às seções sindicais pesquisar as situações e condições existentes em cada uma das instituições.”, o qual foi aprovado com modificações nos grupos. A modificação aprovada nos grupos 1 (9/0/1), 3 (minoritária) e 5 (5/0/1) foi: “7. Cobrar posição das reitorias em relação às terceirizações, que comprometem parte das verbas de custeio das instituições.”. A modificação aprovada no grupo 2 (8/0/0) foi: “7. Cobrar posição das reitorias e conselhos universitários em relação às terceirizações que comprometem parte das verbas de custeio das instituições.”. A modificação aprovada no grupo 3 (4/3/2) foi: “7. Promover debates sobre a terceirização no interior das instituições públicas de ensino, convocando para tal os dirigentes institucionais.”, e no grupo 4 (7/0/0) foi: “7. Cobrar posição das reitorias em relação às terceirizações, que comprometem parte das verbas de custeio das instituições. Cabe às seções sindicais pesquisar as situações e condições existentes em cada uma das instituições.”. Após debate que pontuou o fato de as reitorias já terem posição sobre o assunto e o problema das terceirizações não estar no fato de

elas comprometerem as verbas de custeio, foi posta em votação inicialmente a proposta de modificação do grupo 3 contra as outras, tendo maior número de votos a modificação aprovada pelo grupo, ficando a redação final do item: **7. Promover debates sobre a terceirização no interior das instituições públicas de ensino, convocando para tal os dirigentes institucionais.** Em seguida, o presidente leu o item “8. Cobrar das entidades nacionais de reitores, como a ANDIFES e a ABRUEM, posição sobre as terceirizações e a precarização do trabalho no interior das instituições públicas de ensino.”, o qual foi aprovado por unanimidade pelos grupos 2 (9/0/0), 4 (8/0/0) e 5 (8/0/0), rejeitado pelo grupo 1 (5/2/2) e modificado pelo grupo 3 (7/1/0): “8. Cobrar das entidades nacionais, *estaduais e municipais* de reitores, como a ANDIFES, a ABRUEM e o CONIF, *entre outras*, posição sobre as terceirizações e a precarização do trabalho no interior das instituições públicas de ensino.”. Após discussão, foi posta em votação a aprovação sem prejuízo de modificações contra a rejeição, sendo que, com algumas abstenções, foi aprovada a manutenção do item. Em seguida, foi votado o texto original contra a modificação proposta pelo grupo 3, o qual recebeu a maioria dos votos, ficando a redação final do item **8: Cobrar das entidades nacionais, estaduais e municipais de reitores, como a ANDIFES, a ABRUEM e o CONIF, entre outras, posição sobre as terceirizações e a precarização do trabalho no interior das instituições públicas de ensino.** Passou-se a deliberar a inclusão de novo item aprovado pelos grupos 1 (9/0/0), 3 (8/0/0), 4 (7/0/0) e 5 (6/0/1): “Recomendar que as seções sindicais, caso necessário, solicitem dados formais sobre contratos de terceirização na instituição, com base na Lei de Acesso à Informação.”, e o grupo 2 (8/0/0) aprovou “Recomendar que as seções sindicais, caso necessário, solicitem dados formais sobre contratos de terceirização na instituição, com base na Lei de Acesso à Informação e *relatem violação dos direitos trabalhistas de terceirizados.*”. Foi posta em votação a inclusão do item sem prejuízo de modificação contra a não inclusão, sendo que a maioria dos delegados aprovou a inclusão. Em seguida, foi aprovado o acréscimo no texto aprovado pelo grupo 2 e sugerida uma correção, ficando a redação final do novo item: **Recomendar que as seções sindicais solicitem dados formais sobre contratos de terceirização na instituição, caso necessário, com base na Lei de Acesso à Informação e relatem violação dos direitos trabalhistas de terceirizados.** Passou-se a votar a inclusão de novo item aprovado pelo grupo 2 (5/2/2): “**De posse dos dados que envolvem terceirização, privatização e precarização, oferecer denúncia via seções sindicais ou ANDES-SN junto ao Ministério Público ou órgãos competentes via luta ou ação jurídica.**”, o qual foi aprovado por 17 votos favoráveis, 9 contrários e 4 abstenções, sendo portanto incluído na resolução. Considerando o horário - dezesseis horas e cinquenta minutos -, o presidente da mesa colocou em votação a prorrogação da plenária por até 1 hora, sendo aprovada pela plenária, e após passou a apreciar o item nove do TR. O presidente leu o item “9. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, caso sejam necessários, na planilha do Seminário Nacional, que acontecerá nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2014, em Brasília”, e considerou superadas pela primeira votação da mesa as modificações propostas nos grupos 1 (8/0/1), 2 (9/0/0) e 4 (7/0/1), no que diz respeito às datas do evento. Entretanto, ainda havia a proposta de modificação aprovada pelo grupo 3 (6/1/0), que foi lida: “9. Aprovar a planilha do Seminário Nacional, que acontecerá nos dias 01 e 02 de novembro de 2014 em Brasília, autorizando ajustes necessários, inclusive aqueles referentes à inclusão de outras seções sindicais, de acordo com os critérios aprovados no 23º Congresso do ANDES-SN.”. A plenária percebeu que uma proposta de modificação do grupo 1 não foi relatada e o presidente da mesa solicitou que fosse enviado o texto por escrito, passando-se a discutir os ajustes na planilha, para em seguida retornar ao texto do item 9. Os grupos 1 (9/0/1), 2 (8/0/0), 4 (7/0/1) e 5 (5/0/1) aprovaram a **inclusão da ADUNIMONTES** da Regional Leste, com gastos similares ao SINDFAFEID, e o grupo 4 (7/0/1) aprovou a **inclusão da ADUEPB**, sendo ambas as inclusões aprovadas pela plenária e constam na planilha da página 61 do relatório. O grupo 1 (7/2/1) aprovou acrescentar um convidado da ADUERGS, com gastos similares aos das duas seções sindicais da regional, o que, após debate, foi sugerido que fosse remetida a decisão para a diretoria. Colocada em votação, foi aprovado por maioria remeter para a diretoria do ANDES-SN o pedido de acréscimo de um convidado docente da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul para participar do Seminário Nacional. Foi entregue à mesa o seguinte texto para o item 9: “**9. Aprovar a planilha do Seminário Nacional, que acontecerá**

nos dias 31 de outubro, 1º e 2 de novembro de 2014, que explicita a contribuição da tesouraria do ANDES-SN às seções sindicais com menos de 200 sindicalizados ou que estejam em dificuldades financeiras devidamente justificadas, autorizando a diretoria a fazer ajustes, caso sejam necessários, relativos à inclusão de outras seções sindicais e atualizações de custos previstos.”, o qual foi lido e aprovado pela plenária; assim, o presidente colocou em votação a aprovação do TR 2 como um todo com as modificações já aprovadas, sendo que a ampla maioria dos delegados, com uma abstenção e nenhum voto contrário, aprovou o TR 2. Passou-se então para o TR 3, sendo explicado pelo presidente da mesa que este TR foi discutido pelos grupos junto com o TR 23 e, portanto, a mesa utilizaria a mesma metodologia. O presidente da mesa leu a situação nos grupos, que foi aprovado com modificações nos grupos 1 (8/0/0), 2 (7/0/0), 3 (7/0/0), 4 (8/0/0) e 5 (6/0/1) e, em seguida, passou a ler o item 1 do TR “1. Fortalecer a ação na categoria e intensifique a articulação com os movimentos classistas populares e sindicais, dando continuidade à agenda de lutas e ações que foram construídas no primeiro semestre de 2014, incorporando as deliberações do Encontro Nacional de Educação”, bem como as modificações – aprovada pelos grupos 1 (7/0/2) e 5 (7/0/1) - “1. Fortalecer a ação na categoria e intensificar a articulação com os movimentos classistas populares e sindicais, dando continuidade à agenda de lutas e ações que foram construídas no primeiro semestre de 2014, incorporando as deliberações do Encontro Nacional de Educação: *os participantes indicaram a constituição de comitês estaduais em defesa da escola pública, a realização, nos estados, na segunda quinzena de outubro, de um dia de luta em defesa da educação pública e a realização, em 2016, do II Encontro Nacional de Educação, precedido de encontros estaduais e a manutenção e ampliação do Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública já!*”; – aprovada pelo grupo 3 (7/0/1) – a qual era igual à modificação anterior, excluído o trecho “e a manutenção e ampliação do Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!”; - aprovada pelo grupo 2 (6/1/1) - “1. Fortalecer a ação na categoria e *intensificar* a articulação com os movimentos classistas populares e sindicais, dando continuidade à agenda de lutas e ações que foram construídas no primeiro semestre de 2014, incorporando os encaminhamentos do Encontro Nacional de Educação, em especial: 1.1. Realizar, na segunda quinzena de outubro, um dia de luta em defesa da educação pública nos estados; 1.2. Construir comitês estaduais em defesa da escola pública junto a movimentos sociais e entidades classistas; 1.3. Propor para os comitês estaduais a realização, ainda em 2014, de seminários regionais para dar sequência aos debates iniciados no ENE, priorizando o debate sobre privatização/mercantilização da educação e a ressignificação do público que vem sendo imposta pelo governo.”; aprovada pelo grupo 4 (7/0/0) - “1. Fortalecer a ação na categoria que intensifique a articulação com os movimentos classistas, populares e sindicais, dando continuidade à agenda de lutas e ações que foram construídas no primeiro semestre de 2014, incorporando os encaminhamentos do ENE: a) constituição de comitês estaduais em defesa da escola pública; b) realização, nos estados, de um dia de luta em defesa da educação pública, na segunda quinzena de outubro/2014; c) realização do II Encontro Nacional de Educação, em 2016, precedido de encontros estaduais; d) manutenção e ampliação do Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!”. A mesa encaminhou para ser votado primeiro a redação do termo “intensifique”, após a inclusão ou não do item referente ao Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já! e depois sobre o formato do texto. A plenária solicitou que antes de colocar em votação os itens do TR fosse aberto o debate sobre os desdobramentos do Encontro Nacional de Educação e da aprovação do PNE pelo Congresso Nacional, o qual foi acatado pela mesa, mas, em função do horário, esta encaminhou que fosse apenas votada a questão da redação do termo intensifique, o qual foi aprovado como “e intensificar”. Às dezessete horas e cinquenta minutos, o presidente da mesa remeteu o restante dos TRs do tema 2 para a plenária do tema 3 e informou que seria feito um intervalo e a plenária começaria às dezoito horas e trinta minutos. O presidente da mesa reiniciou os trabalhos, após atingir o quórum, às dezoito horas e trinta e cinco minutos, com o debate, sendo apontada a importância do Encontro Nacional de Educação como um grande espaço aglutinador para o debate sobre a educação e a necessidade de ampliar ainda mais a participação de pessoas e entidades na organização, bem como dar encaminhamento às deliberações tomadas; sobre a importância do Comitê Nacional

em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já! e dos comitês estaduais; do debate do PNE aprovado e do PNE da Sociedade Brasileira, entre outras questões. Após o debate, o presidente da mesa colocou em votação a inclusão ou não do subitem “manutenção e ampliação do Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!”, o qual, com algumas abstenções e nenhum voto contrário, foi incluído. Em seguida, o presidente da mesa colocou em votação a forma do texto sobre as deliberações do ENE, se em forma corrida ou em forma de itens, tendo sido aprovada, com algumas abstenções, a proposta de redação na forma de itens. A plenária entendeu que a proposta do grupo 4 estava mais completa que a do grupo 2; entretanto, havia o subitem 1.3, que era diferenciado. Portanto, foi inicialmente colocada em votação a proposta do grupo 4, a qual foi aprovada, sem nenhum voto contrário e com 3 abstenções, com a redação final do item **1. Fortalecer a ação na categoria e intensificar a articulação com os movimentos classistas, populares e sindicais, dando continuidade à agenda de lutas e ações que foram construídas no primeiro semestre de 2014, incorporando os encaminhamentos do ENE: a) constituição de comitês estaduais em defesa da escola pública; b) realização, nos estados, de um dia de luta em defesa da educação pública, na segunda quinzena de outubro/2014; c) realização do II Encontro Nacional de Educação, em 2016, precedido de encontros estaduais; d) manutenção e ampliação do Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!** Após, o presidente da mesa colocou em votação o subitem 1.3 da proposta do grupo 2 como novo item, o qual foi aprovado, ficando como segundo item na resolução e com a seguinte redação: **Propor para os comitês estaduais a realização, ainda em 2014, de seminários regionais para dar sequência aos debates iniciados no ENE, priorizando o debate sobre privatização/mercantilização da educação e a ressignificação do público que vem sendo imposta pelo governo.** Foi sugerido por membros da plenária que se fizesse a discussão dos itens do TR 23, que dizem respeito ao Encontro Nacional de Educação e ao Plano Nacional de Educação, antes de se discutir os outros temas do TR, a qual foi acolhida pela mesa. O presidente da mesa então explicou que iria tratar da inclusão dos novos itens que se originaram da discussão do TR 23; dessa forma, ele leu a situação nos grupos, que foi discutido com o TR 3 nos grupos 1, 3, 4 e 5 e remetido para a plenária pelo grupo 2 (9/0/0), e após leu o **TR 23 - Em luta contra as perdas em consequência do novo PNE** “1. intensificar a luta pelo investimento público em educação pública, constituindo o Encontro Nacional de Educação como fórum de discussão e espaço de luta dos/as trabalhadores/as por uma educação de qualidade, gratuita, laica e socialmente referenciada; 2. resgatar o “PNE da Sociedade Brasileira” como orientador da luta pela educação que defendemos; 3. denunciar a utilização do PNE para financiar a iniciativa privada na área da educação. Como nenhum grupo aprovou a TR 23 como um todo e sim alguns itens modificados, o presidente da mesa passou a ler os itens aprovados nos grupos: “Fortalecer a ação na categoria e intensificar a luta pelo investimento público em educação pública, constituindo o Encontro Nacional de Educação como fórum de discussão e espaço de luta dos/as trabalhadores/as por uma educação de qualidade, gratuita, laica e socialmente referenciada” - aprovado pelo grupo 5 (7/0/1); “Denunciar a utilização do PNE para financiar a iniciativa privada na área da educação” - item 3 do TR 23, aprovado nos grupos 1 (7/0/2) e 4 (7/0/0); **“Intensificar a defesa do ‘PNE da Sociedade Brasileira’ como orientador da luta pela educação que defendemos e denunciar a utilização do PNE em vigor para financiar a iniciativa privada na área da educação”** - aprovado no grupo 3 (7/0/1); “Que o GTPE realize o Seminário Estado e Educação com o tema PNE do governo e PNE da Sociedade, em preparação ao Congresso Nacional do Andes-SN” - aprovado pelo grupo 5 (8/0/1); e **“Denunciar, amplamente, a tentativa de ressignificação do conceito de educação “pública” por meio do PNE, visando à utilização de verba pública para fins privados, favorecendo a iniciativa privada na área de educação”** - aprovado no grupo 5 (8/0/1). Um dos participantes do grupo 5 afirmou que o grupo havia considerado superada a primeira modificação; entretanto, outros afirmaram que não. Desse modo, o presidente encaminhou votar inicialmente a inclusão do último item de inclusão, a qual foi aprovada por ampla maioria. Em seguida, foi acordado que a segunda inclusão estava superada pela votação anterior e passou à votação da terceira inclusão de item oriunda do grupo 3, a qual foi aprovada com 16 votos favoráveis, 14 votos contrários e 3 abstenções. Em seguida, passou à votação da quarta inclusão, a qual foi rejeitada.

Voltando à primeira inclusão, foi proposto que fosse retirada a parte do texto que fazia referência ao Encontro Nacional de Educação por já estar superado, mas permanecesse e fosse posta em votação a parte inicial do item. O presidente da mesa acolheu a sugestão e colocou em votação a inclusão do item **“Fortalecer a ação na categoria e intensificar a luta pelo investimento público em educação pública”**, a qual foi aprovada por maioria dos votos, com alguns votos contrários e algumas abstenções. Finalizadas as inclusões referentes ao ENE e ao PNE, o presidente da mesa retornou ao item 2: **“2. Acompanhar e debater o PLC 6840/2013, enquanto reforma do ensino médio, num contexto dominante de uma formação com caráter minimalista, fragmentado e aligeirado para a classe trabalhadora.”**, que foi aprovado sem modificações por unanimidade nos grupos 1 (8/0/0), 2 (7/0/0) e 4 (8/0/0); com modificação pelo grupo 3 (7/1/0): **“2. Ampliar as discussões do PLC 6480/2013 conjuntamente com o processo de entrada via SISU, enquanto reforma do ensino médio, num contexto dominante de uma formação com caráter minimalista, fragmentado e aligeirado para a classe trabalhadora”**, e pelo grupo 5 (8/0/1): **“2. Acompanhar e debater o PLC 6840/2013, enquanto reforma do ensino médio, num contexto dominante de uma formação aligeirada, fragmentada e de caráter minimalista.”**. Após debate, o presidente da mesa colocou em votação a proposta original contra modificações, sendo que as modificações tiveram a maioria dos votos. Foi sugerido pela plenária que este item fosse subdividido entre o projeto de lei e o processo de entrada. Após aprovação dos dois itens pela plenária, a redação final ficou: **2. Acompanhar e debater o PLC 6840/2013, enquanto reforma do ensino médio, num contexto dominante de uma formação aligeirada, fragmentada e de caráter minimalista**. E, em separado, novo item: **Pautar o debate sobre o ingresso via SISU**. Em seguida, o presidente da mesa leu o item **“3. Continuar acompanhando e combatendo os PLs – PLC 4372/2012 e PLS 518/2009 – que tramitam no Congresso Nacional.”**, o qual foi aprovado por unanimidade, sem modificações nos grupos 1 (8/0/0), 2 (7/0/0) e 4 (8/0/0), com modificação pelo grupo 3 (7/0/0): **“3. Continuar acompanhando e combatendo os PLs – PLC 4372 (que cria o INSAES) e PLS 518/2009 (transfere o ensino superior do MEC para o MCT) – que tramitam no Congresso Nacional e Senado Federal.”**, e pelo grupo 5 (sem informação do resultado da votação): **“3. Continuar acompanhando e combatendo os PLs - PLC 4372/2012 (INSAES) e PLS 518/2009 (transformação do Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base e transferência do ensino superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia) – que tramitam no Congresso Nacional.”**. O presidente da mesa explicou que as duas modificações dizem respeito à explicação do que tratam os PLs e, desta forma, encaminhou a votação da proposta original contra a modificação proposta pelo grupo 5, sendo esta a mais votada. Passou-se então a deliberar sobre a inclusão de novos itens: **“Considerando a implantação do Banco de Equivalência para a carreira EBTT no início de 2014: a) organizar um levantamento da quantidade de professores EBTT em cada IFE e do déficit gerado a partir desta implantação; b) aprofundar a discussão no GTPE sobre o efeito da implantação do Banco de Equivalência na carreira EBTT, pensando ações para reverter essa política.”**, aprovado pelo grupo 2 (5/0/1), e **“Realizar levantamento da situação de entrada de vaga na carreira EBTT nas IFES.”**, pelos grupos 1 (6/0/3) e 5 (7/0/2), e **“Propor à Comissão Organizadora Nacional do ENE e às comissões regionais uma reunião nacional de avaliação do ENE em setembro.”**, aprovado pelo grupo 1 (07/00/02). O presidente da mesa encaminhou pela deliberação, inicialmente com a primeira inclusão e, se esta fosse aprovada, a segunda já estaria superada. Posta em votação, a primeira inclusão foi aprovada por ampla maioria, com algumas abstenções. Considerando a segunda inclusão superada, o presidente da mesa passou a deliberar sobre a terceira inclusão, a qual foi rejeitada por ampla maioria. Em seguida, o presidente da mesa colocou os TRs 3 e 23 com as modificações já aprovadas, os quais foram aprovados por unanimidade. Antes de entrar no TR 4, foi dado informe pela professora Marinalva, às vinte horas e vinte e dois minutos, sobre a nova composição da Executiva Nacional da CSP-Conlutas, que será: Paulo Rizzo, como presidente do ANDES-SN e Amauri Fragoso de Medeiros, como encarregado de relações sindicais. Passou-se então ao TR 4; o presidente leu a situação nos grupos: aprovaram com modificações os grupos 2 (7/0/0), 3 (8/0/0), 4 (8/0/0) e 5 (7/0/1), e remetido para a plenária pelo grupo 1 (7/0/2), e o item **“1. Que as seções sindicais acompanhem e relatem à coordenação do GTC&T a celebração de possíveis convênios entre as IFE com as**

fundações de apoio, órgãos de fomento e outros entes da iniciativa privada.”, que foi suprimido pelo grupo 5 (4/1/1) e modificado pelos grupos 2 (8/0/1), 3 (8/0/0) e 4 (7/0/0); “1. Que as seções sindicais acompanhem e relatem à coordenação do GTC&T a celebração de possíveis convênios entre as *Instituições de Ensino Públicas* com as fundações de apoio, órgãos de fomento e outros entes da iniciativa privada.”. Após debate, foi posta em votação a aprovação do item sem prejuízo de modificação contra rejeição, a qual foi aprovada, com 2 abstenções. A plenária sugeriu retirar o termo possíveis e em seguida colocou em votação a proposta original contra modificação, que apresentou maior número de votos, ficando a redação final: **1. Que as seções sindicais acompanhem e relatem à coordenação do GTC&T a celebração de convênios entre as instituições de ensino públicas com as fundações de apoio, órgãos de fomento e outros entes da iniciativa privada.** Passou-se em seguida à leitura do item “2. Que as seções sindicais intensifiquem debates relativos à Ciência e Tecnologia através da organização de eventos acerca dos seguintes temas: 2.1. políticas de C & T e orçamentos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica (Pesquisa e Desenvolvimento); **2.2. a questão da pesquisa, da pós-graduação, as políticas produtivistas e o trabalho docente;** 2.3. a ética na produção do conhecimento, focalizando, especialmente, o direito dos animais.”, que foi proposta modificação pelo grupo 5 (6/0/1); “2.1. políticas de C & T e orçamentos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica (Pesquisa e Desenvolvimento), *a Lei de Inovação Tecnológica e o trabalho desenvolvido pela EMBRAPA*”; pelos grupos 2 (5/1/1) e 4 (6/0/0); “2.3. ética na produção do conhecimento, focalizando, especialmente, o direito dos *seres humanos e demais* animais.”, pelo grupo 3 (8/0/0); “2.3. ética na produção do conhecimento, *considerando inclusive* o direito dos animais;”, pelo grupo 5 (7/0/0); “2.3. ética na produção do conhecimento, focalizando: *o direito dos seres humanos, as questões ambientais e considerando os direitos dos animais.*” e inclusão de novos subitens “A Lei de Inovação Tecnológica e o trabalho da EMBRAPA.”, pelo grupo 3 (4/0/2) e “A Lei de Inovação Tecnológica e o trabalho desenvolvido pela EMBRAPA.”, no grupo 4 (7/0/0). O presidente da mesa colocou em votação o subitem 2.1 entre a proposta original e a modificação proposta pelo grupo 5, a qual recebeu a maior parte dos votos, ficando assim a redação final: **2.1. políticas de C & T e orçamentos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica (Pesquisa e Desenvolvimento), a Lei de Inovação Tecnológica e o trabalho desenvolvido pela EMBRAPA.** Em seguida, passou-se ao subitem 2.3, sendo que, após debate, foi posta em votação a proposta de modificação pelos grupos 2 e 4 contra a proposta pelo grupo 5, sendo que a ampla maioria votou na primeira proposta, ficando a redação final: **2.3. ética na produção do conhecimento, focalizando, especialmente, o direito dos seres humanos e demais animais.** As outras inclusões foram consideradas superadas pela votação do item 2.1. Em seguida, o presidente colocou em votação o TR4 como um todo, com as modificações já aprovadas, o qual foi aprovado com algumas abstenções. Em seguida, o presidente da mesa iniciou a discussão do TR 5 **Avaliação e atualização do plano de lutas de política agrária, urbana e ambiental**, leu a situação nos grupos, o qual foi aprovado com modificações nos grupos 3 (7/0/0), 4 (8/0/0) e 5 (4/0/2), e remetido para a plenária nos grupos 1 (9/0/0) e 2 (7/0/0), o item **“1. Que as seções sindicais intensifiquem o debate relativo às políticas agrárias, urbanas e ambientais, através da organização de eventos acerca dos seguintes temas: 1.1. a estrutura da matriz energética brasileira, suas consequências e alternativas, dando destaque às questões sociais, ambientais e de suas consequências e alternativas (agroecologia camponesa), destacando as questões sociais, ambientais e de desenvolvimento; 1.3. impacto socioambiental na implementação das políticas urbanas e dos planos diretores das cidades e nas propostas de expansão dos espaços urbanos.”**, o qual foi aprovado com proposta de modificação apenas no item 1.3 pelo grupo 4 (7/0/0), “1.3. impacto socioambiental na implementação das políticas urbanas e dos planos diretores das cidades e nas propostas de *organização* e expansão dos espaços urbanos.”, pelo grupo 5 (5/0/0), “1.3. impacto socioambiental na implementação das políticas urbanas e *elaboração/implementação* dos planos diretores das cidades e nas propostas de expansão dos espaços urbanos.”. O presidente da mesa leu uma proposta compatibilizada pela mesa “1.3. impacto socioambiental na implementação das políticas urbanas e *elaboração/implementação* dos planos diretores das cidades e nas propostas de *organização e expansão* dos espaços urbanos.”; em seguida, abriu o debate, sendo proposto pela

plenária a retirada dos termos “impacto socioambiental na”, que foi acolhida pelo presidente da mesa. Posta em votação, foi aprovada a proposta compatibilizada com a modificação proposta na plenária, ficando assim a redação final: **1.3. Implementação das políticas urbanas e elaboração/implementação dos planos diretores das cidades e nas propostas de organização e expansão dos espaços urbanos.** Passou-se então ao item “2. Que as seções sindicais façam um levantamento sobre a situação dos povos tradicionais de sua região - etnias presentes, área ocupada, presença de conflitos, presença ou não de atendimento de todos os dispositivos para demarcação de área, ações realizadas pelos governos, presença e consequências de megaempreendimentos - no sentido de alimentar um banco de informações do GT e orientar ações políticas referenciadas”, o qual foi aprovado como recomendação pelo grupo 5 (6/0/0), com modificação pelo grupo 3 (7/0/0), “2. Que as seções sindicais e secretarias regionais colem dados/informações sobre povos tradicionais e populações urbanas em situação de vulnerabilidade em sua região - etnias presentes, área ocupada, presença de conflitos, presença ou não de atendimento de todos os dispositivos para demarcação de área, ações realizadas pelos governos, presença e consequências de megaempreendimentos - no sentido de alimentar um banco de informações do GT e orientar ações políticas referenciadas, apoiando os movimentos sociais urbanos”, pelo grupo 4 (6/0/1), “2. Que as seções sindicais façam um levantamento sobre a situação dos povos tradicionais de sua região e população urbana - etnias presentes, área ocupada, presença de conflitos, presença ou não de atendimento de todos os dispositivos para demarcação de área, ações realizadas pelos governos, presença e consequências de megaempreendimentos - no sentido de alimentar um banco de informações do GT e orientar ações políticas referenciadas.”. Após amplo debate, surgiu um novo texto: “**Que as seções sindicais, as secretarias regionais, o GTPAUA e o GTCEGDS (onde existirem) façam um levantamento sobre a situação dos povos tradicionais de sua região - etnias presentes, área ocupada, presença de conflitos, presença ou não de atendimento de todos os dispositivos para demarcação de área, ações realizadas pelos governos, presença e consequências de megaempreendimentos - no sentido de alimentar um banco de informações e orientar ações políticas do ANDES-SN.**”, o qual foi colocado em votação se será uma recomendação sem prejuízo de modificação ou como item de resolução, sendo aprovado como recomendação, com algumas abstenções. Às nove horas e quinze minutos, o presidente da mesa propôs a prorrogação da plenária por mais uma hora, que foi aprovada por ampla maioria, com uma abstenção. Em seguida, passou-se a discutir a inclusão de novos itens propostos pelo grupo 4 (7/0/1): “**Intensificar e aprofundar no âmbito do Sindicato e, particularmente, em suas seções sindicais, o debate sobre a questão urbana, articulando-se com os movimentos sociais que trabalham o tema.**”, e pelo grupo 5 (5/0/0): “Que o ANDES-SN organize um evento nacional sobre a questão urbana.”, e uma recomendação do grupo 5 (4/0/2): “Que, a partir da realidade de cada local, as seções sindicais considerem o apoio aos movimentos sociais urbanos e a realização de atividades conjuntas.”. Após o debate, o presidente da mesa colocou a primeira inclusão proposta pelo grupo 4 em votação, a qual foi aprovada e sugerida para ser encaminhada ao TR 2 de GTPFS. Em seguida, foi posta em votação a segunda inclusão, a qual foi rejeitada pela maioria. A recomendação foi considerada como superada pela votação anterior. Então, o presidente da mesa colocou em votação o TR 5 como um todo com as modificações aprovadas, o qual foi aprovado, com uma abstenção. Passou-se ao TR 6, **Avaliação e atualização do plano de lutas de política de seguridade social e assuntos e aposentadoria**, e o presidente leu a situação nos grupos, sendo que os grupos (9/0/0) e 2 (7/0/0) remeteram-no à plenária, 3 (sem informação) e 5 (5/0/1), e aprovado com modificações pelo grupo 4 (8/0/0). O presidente explicou que o grupo 4 trabalhou com o texto modificado pela diretoria e apresentado nos grupos mistos e, portanto, não leria o texto do caderno de textos, mas que neste novo texto as modificações estão destacadas em itálico, e passou a ler os itens do texto do TR: “**1. Intensificar, por intermédio das seções sindicais, a discussão sobre as políticas de saúde pública implementadas pelos governos federal, estaduais e municipais, assim como o seu processo de financiamento; 2. Intensificar a mobilização contra a implementação da EBSERH, inclusive compartilhando as experiências de resistência à sua contratualização; 3. Reiterar que as seções sindicais, frente à contratação da EBSERH, se empenhem na obtenção de informações sobre: 3.1 forma de**

estabelecimento do contrato; ou seja, histórico político desse processo de contratualização; 3.2 situação do quadro funcional e situação trabalhista; 3.3. relatório da administração dos recursos, os quais, por serem públicos, devem ser, por lei, disponibilizados/publicizados; 3.4 relações estabelecidas com os departamentos e unidades acadêmicas quanto ao contexto de formação na graduação e pós-graduação, assim como sobre o processo de pesquisa e extensão; 3.5 que os referidos dados sejam repassados para a coordenação do GTSS/A; 4. *A partir das contribuições das seções sindicais, elaborar material de divulgação dos impactos negativos da adesão à EBSERH e as táticas utilizadas pelo movimento para o seu enfrentamento*; 5. *Denunciar a ofensiva privatizante das diferentes modalidades de contratos de gestão (parcerias público-privadas e outras formas, como o REUNI, EBSERH, PDP- Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo) que têm intensificado, por diferentes meios, o processo de privatização, combinada com a precarização das condições de trabalho*; 6. *Que as seções sindicais e os GTSS/A aprofundem o acompanhamento e análise das medidas (portarias, resoluções, contratos e outros instrumentos) de implementação da EBSERH, a exemplo da Portaria Interministerial 09 (educação, saúde, ciência & tecnologia e Mvog), de 13 de agosto de 2014 – que institui o Programa EBSERH de Pesquisas Clínicas e Estratégicas para o Sistema Único de Saúde – EPECSUS -, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares*; 7. *Que o GTSS/A, em conjunto com o setor das estaduais, acompanhe os processos de cessão e privatização dos hospitais universitários vinculados às IEES*; 8. Em relação à aposentadoria dos servidores: 8.1 intensificar, junto aos demais SP federais, estaduais e municipais, a luta contra o Regime de Previdência Complementar, o FUNPRESP e fundos de pensão privados, que vêm sendo sistematicamente criados nos estados e municípios, bem como pelo direito à aposentadoria integral e paritária; 8.2 intensificar as lutas contra o FUNPRESP nas IFES, ampliando a divulgação do material já produzido (cartilha, panfleto explicativo e cartaz), assim como o debate sobre os riscos a que ficam expostas as aposentadorias; 8.3 que as seções sindicais façam o levantamento junto aos DRH sobre solicitações de aposentadoria especial baseadas no *Mandado de Injunção (MI) 880* que estejam enfrentando dificuldades de efetivação; 8.4 que as seções sindicais encaminhem para a secretaria do ANDES-SN o resultado desse levantamento para a sua socialização com as outras seções sindicais, para que o Sindicato, com base na Súmula 33 do STF, tome a iniciativa de mover possíveis ações em busca de uma solução definitiva; 8.5 ampliar a articulação com as outras entidades de servidores públicos federais, estaduais e municipais, para montar estratégias de ações no Congresso Nacional, nos estados e municípios, de forma a pressionar os deputados federais, intensificando a luta pela aprovação da PEC 555/2006 e do PL 4434 (*Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária – Revisão de aposentadorias e pensões no sentido de sua recomposição*). Após algumas falas, o presidente colocou em votação o TR como aprovado pelo grupo 4, que foi aprovado por ampla maioria dos votos. Passou-se para o TR 7, e o presidente da mesa leu a situação nos grupos: remetido para plenária pelos grupos 1 (9/0/0), 2 (7/0/0), 3 (sem informação) e 5 (5/0/1), e aprovado com modificações pelo grupo 4 (8/0/0), e o item 1 do TR “1. Realizar, nos dias 14, 15 e 16 novembro de 2014, o Seminário Nacional sobre Povos Indígenas, conforme planilha a seguir:”. A plenária lembrou que deveria ser modificado tal como foi feita em TR anterior, e foi apresentado um texto substitutivo: “**Realizar, nos dias 14, 15 e 16 novembro de 2014, o Seminário Nacional sobre Povos Indígenas, conforme planilha a seguir, que explicita a contribuição da tesouraria do ANDES-SN às seções sindicais com menos de 200 sindicalizados ou que estejam em dificuldades financeiras devidamente justificadas:**”, o qual foi posto em votação juntamente com a planilha que consta na página 66 do relatório, sendo aprovado, com 4 abstenções. Passou-se ao item 2, o qual o presidente da mesa leu: “2. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, casos sejam necessários, na planilha anterior do Seminário Nacional sobre Povos Indígenas, que acontecerá nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 2014, em Brasília.”, e a modificação proposta pelo grupo 4 (8/0/0): “**2. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, casos sejam necessários, na planilha anterior do Seminário Nacional sobre Povos Indígenas, que acontecerá nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 2014, em Brasília, sobretudo em relação a:**

a) participação de convidados no evento; b) participação de seções sindicais que manifestem interesse em participar do evento, justificando inviabilidade financeira; c) atualização dos custos já previstos.”, o qual foi aprovado por ampla maioria, com algumas abstenções. Em seguida, foi posta em votação a inclusão do novo item aprovado pelo grupo 4: **“3. A diretoria estabelecerá prazo para a confirmação da participação pelas seções sindicais contempladas na planilha.”**, sendo aprovada pela plenária, com 1 voto contrário e 1 abstenção. Em seguida, foi posto em votação o TR 7 como um todo com as modificações já aprovadas, o qual foi aprovado pela plenária por unanimidade. Iniciou-se o **TR 24 - Retomando os rumos**, com a leitura pelo presidente da mesa da situação nos grupos: rejeitado pelos grupos 3 (8/0/0) e 4 (7/0/1); remetido para plenária pelos grupos 1 (9/0/0), 2 (7/0/0) e 5 (5/0/1), e do TR “Que a partir desta data sejam retomados os princípios que nortearam a criação do nosso ANDES-SN e que as ações prioritárias da direção nacional sejam dirigidas no sentido de atender as necessidades e as preocupações profissionais dos seus professores sindicalizados”. Posto em votação, o TR foi rejeitado, com uma abstenção com declaração de voto do delegado Adriano da SESDUFMS: “Apesar de entendermos a necessidade de rejeição do TR 24, votamos pela abstenção por indicação da nossa assembleia geral, que tomou tal posicionamento em função de os propositores desta TR sequer terem aparecido na assembleia para defendê-la.”. Em seguida, passou-se para o **TR 25 Perdas, salários achatados e endividamento**, com a leitura pelo presidente da situação nos grupos: modificação no grupo 4 (7/0/0); remetido para plenária, grupo 1 (9/0/0), grupo 2 (7/0/0), grupo 3 (sem informação) e grupo 5 (5/0/1); e do TR “Que o ANDES/SN faça um levantamento via regionais e ADs dos problemas de endividamento com empréstimos/reempréstimos consignados que são praticados nas propostas de refinanciamento, abrindo uma pauta com o MEC/MPOG para fazer uma auditoria via indicadores de viabilidade, taxa de juros cobrada e quantidade de refinanciamentos. Entende-se aqui a necessidade de desdobramentos, trazendo autoridades públicas e os bancos privados “autorizados” para um debate público, apontando o ressarcimento e sustação dos desvios que são cometidos no mercado financeiro em nome do poder público.”, e da modificação aprovada pelo grupo 4: *“Que seja deflagrada, a partir de dados coletados pelo DIEESE, uma campanha de divulgação do endividamento e pauperização dos trabalhadores, neles incluídos os docentes das IES, denunciando a financeirização em curso da vida da classe trabalhadora, elemento mobilizador para a campanha salarial.”*. Após amplo debate, posto em votação o texto original contra a proposta do grupo 4, foi aprovado o texto aprovado pelo grupo, ficando a seguinte redação para o TR como um todo: **Que seja deflagrada, a partir de dados coletados pelo DIEESE, uma campanha de divulgação do endividamento e pauperização dos trabalhadores, neles incluídos os docentes das IES, denunciando a financeirização em curso da vida da classe trabalhadora, elemento mobilizador para a campanha salarial.** Em seguida, o presidente da mesa colocou em votação a remessa dos TRs do tema IV, a qual foi aprovada, agradeceu aos membros da mesa e da plenária, e finalizou a mesa às vinte e duas horas e dezenove minutos. Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa deu por encerrado os trabalhos e eu, Vânia Graciele Lezan Kowalczuk, 2ª secretária, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo presidente.

Vânia Graciele Lezan Kowalczuk Guimarães
2ª secretária

André Rodrigues Guimarães
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA III – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES 59º CONAD DO ANDES-SN

Às nove horas e vinte e três minutos do dia vinte e quatro de agosto do ano de dois mil e quatorze, no auditório do Hotel Riverside, na cidade de Aracaju – Sergipe, foi dado início aos trabalhos da PLENÁRIA DO TEMA III – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS – SETORES do 59º CONAD. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos professores Francisco Jacob Paiva da Silva, presidente; Giovanni Felipe Ernst Frizzo, vice-presidente; Fausto de Camargo Jr, 1º secretário, e Renata Rena Rodrigues, 2ª secretária. O presidente da mesa informou sobre os TR a serem tratados nesta plenária, a saber: **TR 8 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES, TR 9 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES, TR 10 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IPES**. Inicialmente, os TRs seriam lidos e, logo em seguida, apresentada a situação deles nos grupos. Caso fossem aprovados, sem modificação, em todos os grupos, não haveria necessidade de apreciação do TR e, conseqüentemente, dos itens que o compunham, sendo posteriormente aprovados em bloco. Caso houvesse proposta de supressão do TR, a votação seria encaminhada da seguinte forma: manutenção ou supressão. Quando houvesse necessidade de discussão dos TR na plenária, seria feito o seguinte encaminhamento: acolhimento das inscrições pela mesa, intervenções feitas em bloco de cinco inscrições, sendo submetida à plenária, após o final das inscrições do bloco, havendo necessidade de novas intervenções. O tempo de intervenção proposto pela mesa foi de três minutos. O presidente apresentou o **TR 8 – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES**. O 59º CONAD delibera: 1- Realizar, nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2014, o XII Encontro Nacional das IEES/IMES, conforme planilha apresentada no relatório, página 68 do relatório. Inclusão de item proposto pelo grupo 1 – “A planilha abaixo explicita a contribuição do ANDES-SN às seções sindicais com menos de duzentos sindicalizados ou que se encontram em dificuldades financeiras justificadas” – foi aprovada por unanimidade pela plenária. 3. Modificação proposta pelos grupos: grupo 1 (6/0/0), grupo 2 (6/0/1), grupo 3 (5/0/0), grupo 4 (5/0/1), grupo 5 (8/0/0): acrescentar a ADUNIMONTES na Regional Leste, com referência de custos similares ao da SINDUEMG; modificação 2, grupo 2 (6/0/2): acrescentar a SINDIUVA, SINDURCA E SINDUECE (trecho FOR/BSB/FOR) à Regional Nordeste 1; modificação 3, grupo 5 (8/0/0): acrescentar a SINDUNITAU à planilha; as modificações foram aprovadas por unanimidade; modificação 4, grupo 2 (3/4/1), proposta minoritária: retirar a ADUPE da planilha; a modificação foi aprovada por ampla maioria, com três abstenções. Foi aprovada pela plenária a substituição de delegados, a saber: da ADUNEB, professor José Milton P. da Silva pela professora Caroline de Araújo Lima; da ADUFOP, professor Joaquim Batista de Toledo pela professora Maria Auzira Diniz Almeida; da SESDUEM, professor Osvaldo Pormano do Rocio pelo professor Marcio Mendes Rocha. Em seguida, passou-se à apreciação do **TR 9: AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES**. **Item A** - aprovado com modificações: grupo 1 (8/0/0), grupo 2 (7/0/0), grupo 3 (6/0/0), grupo 4 (7/0/0), grupo 5 (8/0/0). Foi sugerido pelo grupo 2 modificação do **item 4: “Durante o segundo semestre de 2014, prosseguir e fortalecer as ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades e movimentos sociais do campo classista, ampliando a experiência e as ações da jornada de lutas e do Espaço de Unidade de Ação**. A modificação foi aprovada por ampla maioria, com um voto contrário. Na sequência, foi apreciado o **Item B**- modificação item 2: grupo 1 (8/0/0), grupo 2 (7/0/0), grupo 3 (6/0/0), grupo 4 (7/0/0), grupo 5 (8/0/0), **“2 -Levantar informações em cada IFE sobre condições de funcionamento, precarização das condições de trabalho e falta de professores como subsídio para as lutas contra a precarização das condições de trabalho nas IFE”**, aprovado por ampla maioria, com uma abstenção. Foi colocada em apreciação a inclusão de novos itens: grupo 2 (7/0/0), grupo 3 (6/0/0), grupo 4 (7/0/0), grupo 5 (8/0/0), “Dar continuidade à luta contra a EBSEH e o FUNPRESP”, rejeitado por unanimidade, grupo 1

(8/0/1) – aprovado com modificação no acréscimo **“Intensificar a luta contra a EBSERH e o FUNPRESP, e pela anulação da reforma da previdência de 2003”**, aprovado por unanimidade; inclusão de novo item: grupo 1 (8/0/0), grupo 2 (7/0/0), grupo 3 (6/0/0), grupo 4 (7/0/0), grupo 5 (8/0/0), **“Exigir do governo a retomada da agenda com o ANDES-SN, que foi interrompida unilateralmente pela SESU/MEC, tendo como referência a pauta protocolada no dia 21 de maio de 2014 e priorizando, inicialmente, os pontos que constam neste documento.”**, aprovado por unanimidade; inclusão de novo item: grupo 4 (7/0/0) – trazido da agenda novembro/dezembro com modificação de redação, **“Aprofundar os debates sobre Universidade brasileira (tendo por base o Caderno 2 do ANDES-SN), especialmente nas IFE que estejam realizando processos estatuintes, destacando os temas da democracia e autonomia universitária em contraposição à proposta de Lei Orgânica da ANDIFES, de acordo com o ritmo deste processo em cada IFES “, esta inclusão foi rejeitada por unanimidade, este texto portanto volta para a agenda, onde será novamente apreciado; inclusão de um novo item: grupo 1 (8/0/0), **“Realizar o levantamento nas IFES da forma como as universidades estão realizando os processos de vacância e redistribuição de professores”**, aprovado por unanimidade; inclusão de um novo item: grupo 1 (8/0/0), **“A partir do levantamento anterior, estudar as possibilidades de ação política e jurídica em nível nacional contra as perdas dos direitos dos docentes”**, aprovado por unanimidade. Foi aprovada por unanimidade nos grupos a inclusão de novo item: grupo 1 (8/0/0), grupo 2 (7/0/0), grupo 3 (6/0/0), grupo 4 (7/0/0), grupo 5 (8/0/0) – A agenda proposta foi aprovada por unanimidade, com alteração do item C, referente ao mês de setembro, que teve alteração na redação, conforme segue: **“Agenda - Mês de setembro: a) intensificar atividades em defesa dos direitos de aposentadoria, especialmente na luta pela aprovação da PEC 555/2006 (que prevê a extinção da contribuição previdenciária dos proventos de aposentados e pensionistas do setor público) e do PL 4.434/2008 (que prevê o reajuste dos benefícios mantidos pelo Regime Geral da Previdência Social e o índice de correção previdenciária); b) participar dos atos e outras atividades relativas à pauta em defesa dos direitos de aposentadoria e estabelecer relações com outras entidades e setores para fortalecer essa luta; c) enviar até dia 19 de setembro informações em relação à discussão dos critérios internos das IFE sobre os processos de promoção, progressão, inclusive para a classe de titular, bem como, critérios para o RSC, informando as ações que têm sido realizadas para mobilização da categoria;”**. A proposta: Inclusão de subitem d: grupo 3 (6/0/0), **“Enviar até 19 de setembro informações em relação à discussão dos critérios internos das IFES sobre a RSC;”** foi incorporada ao item C da agenda. Foi aprovada a inclusão do item **d) Dias 27 e 28 de setembro: reunião do setor das IFES em Brasília-DF**. Mês de outubro: **a) realizar debates e ações relacionadas ao desenvolvimento na carreira docente (promoção e progressão) nas IFE; b) participar dos atos estaduais em defesa da educação pública a serem realizados na segunda quinzena de outubro (conforme encaminhamentos do Encontro Nacional de Educação). c) até o dia 24 de outubro: as seções sindicais deverão enviar informações à secretaria do ANDES-SN acerca dos processos estatuintes que estão acontecendo em suas respectivas IFE**. Inclusão de subitem “d” ao mês de outubro: grupo 3 (6/0/0), **“d) Iniciar as mobilizações em torno da campanha salarial 2015, intensificando as diferentes estratégias de luta”**. Mês de novembro/dezembro: Aprofundar os debates sobre Universidade brasileira (tendo por base o Caderno 2 do ANDES-SN), especialmente nas IFE que estejam realizando processos estatuintes, destacando os temas da democracia e autonomia universitária em contraposição à proposta de Lei Orgânica da ANDIFES. Em seguida, o TR como um todo foi aprovado por unanimidade. Por fim, passou-se à discussão do último TR do tema III: **TR – 10 - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES** – aprovado com modificações: grupo 1 (8/0/0), grupo 2 (8/0/0), grupo 3 (8/0/0), grupo 4 (7/0/0), grupo 5 (8/0/0). Modificação, item 1 – grupo 1 (8/0/0), grupo 2 (8/0/0), grupo 3 (7/0/1), grupo 4 (7/0/0), grupo 5 (8/0/0), substituição: **“de preferência no mês de novembro” por “nos dias 18 e 19 de outubro”**, aprovado por unanimidade, ficando a redação final da seguinte forma: **1. Realizar um Encontro Nacional do Setor das IPES no segundo semestre de 2014, em São Paulo, nos dias 18 e 19 de outubro, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a situação de funcionamento das IPES e condições de trabalho e de salários, assédio moral e perdas de direitos, autorizando a****

diretoria do ANDES-SN a proceder a ajustes na planilha apresentada na página 71 do relatório, caso sejam necessários. Na sequência, foram analisadas as propostas de modificação da planilha, a saber: grupo 2 (8/0/0), itens 11, 12, 13 e 14 da planilha referem-se à alteração para meia diária de R\$ 100,00, rejeitada por unanimidade, uma vez que os gastos previstos serão reorganizados na planilha que virá no relatório; grupo 5 (8/0/0): retirada da SINDUNITAU da planilha, aprovada por unanimidade. O TR como um todo foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa agradeceu à plenária e deu por encerrados os trabalhos, às dez horas e quarenta minutos, e eu, Renata Rena Rodrigues, 2ª secretária, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo presidente.

Renata Rena Rodrigues
2ª secretária

Francisco Jacob Paiva da Silva
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA IV DO 59º CONAD – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Às onze horas do dia vinte e quatro de agosto do ano de dois mil e quatorze, no auditório do Hotel Riverside, na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe, foi instalada a plenária do tema IV - Questões Organizativas e Financeiras do 59º CONAD. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta por Alexandre Aguiar dos Santos, presidente; Epitácio Macário Moura, vice-presidente; Marco Antônio Perruso, primeiro secretário, e Marta Maria Azevedo Queiroz, segunda secretária. O presidente da mesa abriu os trabalhos apresentando ao plenário os componentes da mesa e, imediatamente, deu início à apreciação do tema QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS, composto pelos TR 11 - Sede do 60º CONAD do ANDES-SN; TR 12 - Homologações de novas seções sindicais; TR 13 - Comissão da Verdade do ANDES-SN; TR 14 - Mudanças na metodologia do Congresso do ANDES-SN; TR 15 - Prestação de contas do exercício 2013; TR 16 - Previsão orçamentária para 2015; TR 17 - Prestação de contas do 33º Congresso do ANDES-SN; TR 18 - Modificação da estrutura do Congresso do ANDES-SN; TR 26 - Contribuição para a metodologia do Congresso do ANDES-SN, e TR 27 - A sindicalização dos docentes precarizados pela política EAD no Brasil. Inicialmente, o presidente fez a leitura do TR 11 - Sede do 60º CONAD do ANDES-SN e a situação nos grupos, a saber: aprovado com modificações, inclusão da cidade sede Vitória-ES/ADUFES: grupo 1 (8F 0C 0A), grupo 2 (6F 0C 0A), grupo 3 (4F 0C 0A), grupo 4 (sem informação), grupo 5 (5F 0C 0A). A mesa colocou em votação a proposta de alteração, sendo aprovada por ampla maioria, com a seguinte redação: **O 60º CONAD do ANDES-SN realizará na cidade de Vitória/ES, sob a organização da ADUFES-SSind.** Em seguida, a mesa encaminhou para a plenária a discussão conjunta dos TR 14 - Mudanças na metodologia do Congresso do ANDES-SN, 18 - Modificação da estrutura do Congresso do ANDES-SN e 26 - Contribuição para a metodologia do Congresso do ANDES-SN, esclarecendo que seriam discutidos e votados com base na seguinte organização: **temário**, cronograma, caderno de texto e anexo, metodologia de funcionamento interno entre os grupos mistos e plenárias, indicações e orientações gerais para organização do Congresso do ANDES-SN e inclusão de novos itens. Em seguida a mesa deu início à apreciação do item temário - constante no **TR 18 - 59º CONAD** delibera: 1. A pauta para o Congresso do ANDES-SN será assim distribuída: tema 1 - MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA; tema 2 - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS; tema 3 - POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO DE LUTAS (Geral, Educação, Direitos, Organização dos Trabalhadores); tema 4 - PLANO DE LUTAS – SETORES; e no TR 26 - 59º CONAD delibera: 1. A pauta para o Congresso do Andes-SN será assim distribuída: tema I - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA; tema II – CENTRALIDADE DA LUTA; tema III - PLANO DE LUTAS GERAL; tema IV – PLANO DE LUTAS DOS SETORES; tema V – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS. A situação nos grupos foi a seguinte: aprovado com modificação no grupo 1 (4F 2C 3A), grupo 2 (9F 0C 0A), grupo 3 (7F 2C 0A), grupo 4 (6F 0C 1A) e grupo 05 (8F 0C 0A). O presidente encaminhou para plenária a apreciação da proposta de modificação, tendo sido aprovada a seguinte redação: **A pauta do Congresso do ANDES-SN será assim distribuída: tema I - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA; tema II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS; tema III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES; tema IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS.** Em seguida, em relação ao cronograma, a mesa encaminhou para discussão o cronograma constante no TR 18 - 59º CONAD delibera: 2. O cronograma para o desenvolvimento dos trabalhos do Congresso do ANDES-SN terá como referência o seguinte esquema, anexo no relatório, na página ____, e no TR 26 - 59º CONAD delibera: 2. O cronograma para o desenvolvimento dos trabalhos do Congresso do ANDES-SN terá como referência o seguinte esquema, anexo no relatório, na página ____. Situação nos grupos: rejeitado no grupo 1 (F5 C2 A1), grupo 2 (F1 C7 A1), grupo 3 (F0 C9 A), grupo 4 (F3 C5 A0 - proposta minoritária), grupo 5 (considerou prejudicada a apreciação dos cronogramas

diante da deliberação sobre o temário). Após a discussão, o presidente encaminhou para votação. A plenária rejeitou, por ampla maioria, os cronogramas fixados no TR 18 e TR 26 - itens 2, em favor da definição de **orientações gerais para organização do Congresso do ANDES-SN, com elaboração posterior do cronograma pela diretoria**, assim definidos, conforme situação nos grupos: 1) Grupo 3 (F6 C1 A0) - dois turnos de trabalho a cada dia, preferencialmente nos turnos matutino e vespertino; 2) Grupo 3 (F6 C1 A0) - no dia seguinte à atividade de confraternização noturna, os turnos de trabalho serão vespertino e noturno; 3) Grupo 3 (F6 C0 A0) - plenárias preferencialmente matutinas; 4) Grupo 3 (F6 C0 A0) - grupos mistos preferencialmente vespertinos; 5) Grupo 3 (F6 C0 A0) - períodos livres, sendo um diurno, preferencialmente vespertino e noturno; 6) Grupo 3 (F6 C0 A0) - juntar plenária de abertura e plenária de instalação; 7) Grupo 3 (F6 C0 A0) - juntar plenária do último tema e plenária de encerramento. Na plenária, durante a discussão, houve encaminhamento para exclusão do item 2, por ser extracongressual a confraternização; alteração do item 5, e inclusão do item - reservar, no cronograma do Congresso, dois períodos de discussão para o tema 2, que se tornou mais inclusivo, tanto nos grupos mistos quanto na plenária respectiva. Por ampla maioria, foi aprovado em bloco as seguintes recomendações: **1) Dois turnos de trabalho a cada dia, preferencialmente nos turnos matutino e vespertino; 2) Plenárias preferencialmente matutinas; 3) Grupos mistos preferencialmente vespertinos; 4) Períodos livres, sendo um diurno, de preferência dia útil; 5) Juntar plenária de abertura e plenária de instalação; 6) Juntar plenária do último tema e plenária de encerramento; 7) Reservar, no cronograma do Congresso, dois períodos de discussão para o tema 2, que se tornou mais inclusivo, tanto nos grupos mistos quanto na plenária respectiva.** Às onze horas e cinquenta e cinco minutos, o presidente da mesa submeteu à plenária a proposta de prorrogação da plenária por até uma hora, sendo aprovada, por ampla maioria, e após, passou a apreciar o tema Caderno de Texto e Anexo constante no TR 14 - 59º CONAD delibera: 2. A apresentação dos textos de conjuntura somente será admitida no Caderno de Texto principal; no Caderno de Texto anexo, somente poderão constar as atualizações dos Planos de Luta, tanto de políticas quanto de setores. Situação nos grupos: grupo 1 (F7 C1 A0) - remeteu para a plenária, grupo 2 (F7 C1 A0) - aprovada sem modificação. O grupo 3 (F5 C3 A0) e grupo 4 (F4 C4 A0) aprovaram com modificações. O presidente colocou em votação a manutenção, sem prejuízo de modificação, ou supressão do TR14 - item 2. Foi aprovado, por ampla maioria, a manutenção, sem prejuízo de modificação, do TR14 - item 2, conforme a seguir: Modificação 1) Grupo 3 (F5 C3 A0) e grupo 4 (F4 C4 A0) - A apresentação dos textos de conjuntura e propostas de centralidade da luta somente será admitida no Caderno de Texto principal; no Caderno de Texto anexo, somente poderão constar as atualizações dos Planos de Luta, tanto de políticas quanto de setores, e propostas relativas às questões organizativas e financeiras e que tenham sido apresentadas às assembleias preparatórias do Congresso. Modificação 2) Grupo 3 (F3 C5 A0 - proposta minoritária) e grupo 4 (F4 C4 A0) - A apresentação dos textos de conjuntura e de centralidade da luta somente será admitida no Caderno de Texto principal. Modificação 3) Grupo 5 (F6 C1 A0) suprimiu o item, sem prejuízo de modificação, encaminhando a seguinte recomendação (F4 C0 A2): Que as seções sindicais discutam até o próximo Congresso do ANDES-SN a necessidade de alteração no estatuto, considerando os seguintes pontos: 1. Os textos submetidos ao Congresso e ao CONAD devem ser assinados por pelo menos 03 docentes sindicalizados, independente da seção sindical a que pertencem; 2. Só poderão ser remetidos ao Congresso e ao CONAD textos que forem informados nas assembleias de base (ressaltando que tais textos não necessitam de aprovação na AG, apenas apresentação); 3. Somente sindicalizados poderão assinar e submeter textos para o Congresso do ANDES-SN e para o CONAD. Em seguida, o presidente colocou em discussão as modificações. A plenária considerou, por ampla maioria, a modificação 1 prejudicada por ser antiestatutária. A plenária aprovou, por ampla maioria, a modificação 2, ficando o texto da seguinte maneira: **2. “A apresentação dos textos de conjuntura e de centralidade da luta somente será admitida no Caderno de Texto principal”.** Às treze horas, o presidente da mesa colocou em votação a remissão dos conteúdos do tema IV, que não foram discutidos e deliberados, para a plenária de encerramento, sendo aprovado por ampla maioria. Às quinze horas e vinte minutos, teve início a plenária de encerramento com a retomada das discussões e deliberações do tema IV –

QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS. O presidente inicialmente informou a troca de delegados havida: da ADUFF-SSind - Renata Vereza pelo professor Sérgio Aboud; da ADURJ-SSind - Cláudio Rezende Ribeiro por Cleusa dos Santos. Após, o presidente abriu novamente a discussão acerca da modificação 3, que na votação, após intensa discussão, obteve, por duas vezes, empate. Diante do fato, o presidente colocou novamente em votação, sendo aprovada com dezesseis votos em favor da manutenção sem prejuízo de modificação, quinze votos contrários e três votos de abstenção. O texto que altera a recomendação proposta na modificação 3 é o seguinte: **“Que as seções sindicais discutam, até o próximo Congresso do ANDES-SN, os critérios para a remessa dos textos ao Congresso e ao CONAD, de modo a aprimorar os processos democráticos preparatórios desses eventos”**. Em seguida, o presidente colocou em votação a manutenção ou supressão do TR 14 - 59º CONAD delibera: 3. A remessa às plenárias somente será permitida dos TRs que forem aprovados em pelo menos um grupo misto. Situação nos grupos: grupo 5 (F6 C1 A0) - supressão do item, grupo 1 (F7 C1 A0) - remeteu para a plenária, grupo 2 (F7 C1 A0) - aprovada sem modificação. O grupo 3 e o grupo 4 aprovaram com modificações. As modificações propostas foram as seguintes: grupo 3 (F4 C0 A4) - os grupos mistos poderão remeter para plenárias TRs que não forem por eles tratados devido ao limite de horário, mas estes serão recepcionados e apreciados pelas plenárias somente quando tiverem sido aprovados ou obtido 30% dos votos em pelo menos 1/3 (um terço) dos grupos mistos, e o grupo 4 (F7 C0 A0) - a remessa de TR às plenárias somente se dará quando forem aprovados em pelo menos um quarto dos grupos. O resultado da votação foi o seguinte: manutenção sem prejuízo de modificação (19F 1A) e a supressão (12F 0A). Aprovadas as modificações, foram apresentadas à plenária as seguintes propostas de modificação: 1) “A remessa de TR às plenárias somente se dará quando forem aprovados ou tiverem obtido 30% dos votos e, pelo menos, 25% dos grupos”, que foi retirada pelo proponente; 2) A proposta original; 3) Os grupos mistos poderão remeter para as plenárias TRs que não foram por eles tratados devido ao limite de horário, mas estes serão recepcionados e apreciados pelas plenárias somente quando tiverem sido aprovados ou obtido 30% em pelo menos um grupo. A plenária aprovou, por ampla maioria, a proposta 3, ficando o texto da seguinte forma: **3. Os grupos mistos poderão remeter para as plenárias TRs que não foram por eles tratados devido ao limite de horário, mas estes serão recepcionados e apreciados pelas plenárias somente quando tiverem sido aprovados ou obtido 30% em pelo menos um grupo**. Em seguida, o presidente colocou em votação, para a manutenção ou supressão do TR 14 - 59º CONAD delibera: 1. A partir do próximo Congresso, seja utilizado um sistema informatizado e padronizado para montar os relatórios dos grupos mistos e das plenárias. Situação nos grupos: aprovado sem modificação no grupo 2 (F C A), grupo 3 (F C A), grupo 4 (F C A), grupo 5 (F C A) e remetido à plenária pelo grupo 1. A plenária aprovou, por ampla maioria, o seguinte texto: **1. A partir do próximo Congresso, seja utilizado um sistema informatizado e padronizado para montar os relatórios dos grupos mistos e das plenárias**. Em seguida, o presidente colocou em votação, para a manutenção ou supressão do TR 26 - 59º CONAD delibera: 3. Após a plenária de instalação que acontecerá no primeiro dia, o Congresso funcionará numa dinâmica de grupo misto e plenária a cada dia. Apenas a plenária do grupo V seria deslocada para o dia seguinte à realização do GM, para permitir que haja um espaço para a realização de reuniões organizativas de todos GTs do ANDES-SN no próprio Congresso. Situação nos grupos: rejeitado no grupo 2 (F1 C7 A1), aprovado com modificação no grupo 3 (F6 C1 A0) e no grupo 4 (F8 C0 A1), remetido à plenária pelos grupos 1 e 5. Uma parte da plenária indicou que está superada por motivos das discussões, e outra parte questionou que não, por motivos da orientação para o cronograma. Após os questionamentos, a plenária aprovou, por ampla maioria, a manutenção sem prejuízo de modificação. A modificação sugerida como recomendação pelos grupos 3 e 4 foi a seguinte: O cronograma do Congresso deve possibilitar que haja um espaço para a realização de reuniões organizativas de todos GTs do ANDES-SN no próprio Congresso. O presidente encaminhou para votação a proposta de modificação sugerida pelos grupos 3 e 4 contra a proposta original. A plenária aprovou, por ampla maioria, o texto da modificação sugerida pelos grupos 3 e 4: **3. O cronograma do Congresso deve possibilitar que haja um espaço para a realização de reuniões organizativas de todos GT do ANDES-SN no próprio Congresso**. No final da votação, houve

uma declaração de voto, que enfatizou que a recomendação iria beneficiar os participantes do GT. Em seguida, o presidente colocou em votação a manutenção ou supressão do TR 26 - 59º CONAD delibera: 4. As plenárias deverão ser conclusivas (não sendo permitido o envio de temas de uma plenária para outra). Cada plenária poderá ser estendida por uma hora e, excepcionalmente, por mais uma hora. Situação nos grupos: rejeitado no grupo 3 (F6 C1 A0) e no grupo 4 (F5 C0 A1), aprovado sem modificação no grupo 2 (F9 C0 A0), remetido à plenária pelos grupos 1 e 5. O presidente encaminhou para votação pela manutenção ou supressão do TR 26. A plenária suprimiu o TR 26- item 4 - por ampla maioria e uma abstenção. Em seguida, ainda sobre a metodologia do Congresso do ANDES-SN, o presidente colocou em votação o TR 26 - 59º CONAD delibera: 5. A organização do Congresso será objeto de avaliação permanente a cada CONAD. Situação nos grupos: aprovado sem modificação no grupo 2 (F9 C0 A0), grupo 3 (F6 C0 A1), grupo 4 (sem informação), e remetido à plenária pelo grupo 1 e grupo 5. O presidente encaminhou para votação pela manutenção ou não do texto. A plenária aprovou o TR 26 – item 5 - por unanimidade. Após, o presidente encaminhou para a votação a aprovação do conjunto dos TR analisados - TR 14 - Mudanças na metodologia do Congresso do ANDES-SN, 18 - Modificação da estrutura do Congresso do ANDES-SN e 26 - Contribuição para a metodologia do Congresso do ANDES-SN – com as alterações e inclusões já aprovadas -, sendo aprovado, por ampla maioria, com 04 abstenções. Em seguida, o presidente encaminhou para votação o TR 12 - 59º CONAD delibera: Homologações de novas seções sindicais. PARECER 1 - Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, a diretoria do ANDES-Sindicato Nacional manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SINDIFPB Seção Sindical do ANDES-SN, ad referendum do 34º Congresso. PARECER 2 - Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, a diretoria do ANDES-Sindicato Nacional manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (discussão sobre a nomenclatura), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ADIFMT Seção Sindical do ANDES-SN, ad referendum do 34º Congresso. Situação nos grupos: aprovado sem modificações no grupo 1 (F8 C0 A0), grupo 2 (F6 C0 A1), grupo 3 (F4 C0 A0), grupo 4 (F5 C0 A0). Aprovado com modificação no grupo 5 (F6 C0 A0), tendo como sugestão a inclusão da denominação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso. O presidente encaminhou a discussão para a plenária, que sugeriu que mantivesse o nome da seção sindical por extenso e a nomenclatura da seção sindical. A plenária aprovou a modificação por ampla maioria, com uma abstenção, ficando a situação dos grupos superada, com o seguinte texto: Homologações de novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical. **2.1** Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 59º CONAD, manifesta-se, *ad referendum*, do 34º CONGRESSO, favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SINDIFPB Seção Sindical do ANDES-SN. **2.2** Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 59º CONAD, manifesta-se, *ad referendum*, do 34º CONGRESSO, favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SESDIFMT Seção Sindical do ANDES-SN, ad referendum do 34º Congresso. Em seguida, o presidente encaminhou para votação o **TR 13 - 59º CONAD delibera**: 1. Referendar as ações propostas para a realização do Seminário Nacional, que ocorrerá no início de dezembro de 2014, e a realização de 3 encontros preparatórios ao Seminário, na região Sul-Sudeste, de 12 a 14 de setembro, na região Nordeste, de 17 a 19 de outubro, e na região Norte, de 7 a 9 de novembro. Situação nos grupos: aprovado com modificações no grupo 1 (F9 C0 A0), grupo 2 (F9 C0 A0),

grupo 3 (F6 C0 A0), grupo 4 (F5 C0 A0), grupo 5 (F7 C0 A1). Houve duas sugestões de modificação propostas pelo grupo 1 e grupo 5. A modificação sugerida pelo grupo 1 (F9 C0 A1) foi a seguinte: referendar as ações propostas para a realização do Seminário Nacional, que ocorrerá no início de dezembro de 2014, e a realização de 3 encontros preparatórios ao Seminário, na região Nordeste, de 17 a 19 de outubro de 2014 e na região Norte, de 7 a 9 de novembro de 2014. A data do encontro na região Sul-Sudeste fica delegada à diretoria e à Comissão da Verdade do ANDES-SN, devendo realizar-se depois da 3ª semana de outubro de 2014. A modificação sugerida pelo grupo 2 (F5 C0 A0) foi a seguinte: referendar as ações propostas para a realização do Seminário Nacional, que ocorrerá no início de dezembro de 2014, e a realização de 3 encontros preparatórios ao Seminário, na região Sul-Sudeste, de 12 a 14 de setembro, na região Nordeste, de 17 a 19 de outubro, e na região Norte, a definir. A comissão de sistematização, composta pelos membros participantes da mesa, sugeriu o seguinte: referendar as ações propostas para a realização do Seminário Nacional, que ocorrerá no início de dezembro de 2014, e a realização de 3 encontros preparatórios ao Seminário, na região Nordeste, de 17 a 19 de outubro, na região Sul-Sudeste, a definir a partir da 3ª semana de outubro, e na região Norte, a definir. Após, o presidente encaminhou a votação para a plenária, sendo aprovada por unanimidade. No momento, houve uma manifestação da plenária solicitando recurso de votação para fazer modificações na sugestão da comissão de sistematização, sendo acatado pela mesa. O encaminhamento era apenas não citar a data dos encontros preparatórios do Seminário. A plenária concordou com o encaminhamento. Após, o presidente encaminhou a votação com a sugestão de alteração, sendo aprovada por ampla maioria, com três abstenções, a seguinte proposta: **TR 13 - 59º CONAD delibera:** 1. Referendar as ações propostas para a realização do Seminário Nacional, que ocorrerá no início de dezembro de 2014, e a realização de 3 encontros preparatórios ao Seminário, na região Nordeste, de 17 a 19 de outubro, na região Sul-Sudeste, a definir a partir da 3ª semana de outubro, e na região Norte-Centro-oeste, a definir. Fica delegada à diretoria e à Comissão da Verdade a adequação do calendário. Às dezesseis horas e cinquenta e três minutos, o presidente da mesa interrompeu a plenária para colocar em votação a sua prorrogação por mais duas horas, sendo aprovada, por ampla maioria, dois contrários e três abstenções. Após, o presidente encaminhou para votação o **TR 13 - 59º CONAD delibera:** 2. Ampliar o número de participantes na Comissão indicando mais dois titulares e seus relativos suplentes. Situação nos grupos: aprovado com modificação no grupo 1 (F9 C0 A1), grupo 2 (F9 C0 A0), grupo 3 (F5 C0 A0), grupo 4 (F5 C0 A0), grupo 5 (F7 C0 A1). A modificação sugerida foi a seguinte: 2. Ampliar o número de participantes na Comissão indicando mais dois titulares e seus relativos suplentes, ficando composta por cinco membros e seus respectivos suplentes, sendo dois da diretoria e três eleitos pelo plenário do 59º CONAD. O presidente encaminhou à votação, sendo que a plenária aprovou, por ampla maioria, a alteração proposta, resultando no seguinte texto: **TR 13 - 59º CONAD delibera:** 2. Ampliar o número de participantes na Comissão indicando mais dois titulares e seus relativos suplentes, ficando composta por cinco membros e seus respectivos suplentes, sendo dois da diretoria e três eleitos pelo plenário do 59º CONAD. Em seguida, o presidente encaminhou para votação o **TR 13 - 59º CONAD delibera:** 3. Indicar que as seções sindicais e as regionais do Andes/SN continuem se empenhando na preparação e organização dos encontros regionais e no Seminário Nacional. Situação nos grupos: aprovado sem modificação no grupo 1, grupo 2, grupo 3, grupo 4 e grupo 5. O presidente encaminhou o TR 13 para a votação, sendo aprovado por unanimidade. O grupo 1 (F8 C0 A0) propôs a inclusão no TR 13, item 4. Ampliação do prazo para a realização dos levantamentos pelas seções sindicais, de junho de 2014, estipulado no 33º Congresso do ANDES-SN, para outubro de 2014. O presidente encaminhou à votação a inclusão, sendo aprovada por ampla maioria, ficando a redação da seguinte forma: **TR 13 - 59º CONAD delibera:** 3. Indicar que as seções sindicais e as regionais do Andes/SN continuem se empenhando na preparação e organização dos encontros regionais e no Seminário Nacional. 4. Ampliar o prazo para a realização dos levantamentos, relacionados à Comissão da Verdade, pelas seções sindicais, de junho de 2014, estipulado no 33º Congresso do ANDES-SN, para outubro de 2014. Em seguida, com base na decisão anterior da plenária, o presidente abriu inscrições de nomes para a composição da Comissão da Verdade. Iniciando o debate, a mesa recuperou a composição da Comissão da Verdade que incluía os companheiros Márcio Antônio

de Oliveira – titular - e Paulo Cambraia – suplente -, ambos pela diretoria, e eleitos pela base os professores Hélvio Mariano (da ADUNICENTRO) e Edson Teixeira (da ADUFF) – como titulares -, Elídio Alexandre Borges Marques (da ADUFRJ) e Antônio Lisboa (da ADUFCG) – como suplentes -, sendo que o professor Paulo Rizzo informou à plenária os nomes dos membros indicados pela diretoria gestão biênio 2014-2016 para compor a Comissão da Verdade são os seguintes: Antônio José Vale da Costa e Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (titulares); Alexandre Galvão e Carvalho e Olgaíses Cabral Maués (suplentes). Se inscreveram para indicar nomes para composição da Comissão da Verdade, o professor Chico Miraglia, que indicou o nome do professor Márcio Antônio de Oliveira para titular, e o professor Josevaldo Cunha, que indicou o nome do professor Alexandre (UFPB), para suplente. Na sequência se inscreveram para composição, o professor Waldir Bertúlio - como suplente ou titular, que depois desistiu da condição de titular, e Milton, que posteriormente retirou sua candidatura. Após, a plenária indicou, como proposta de encaminhamento, à votação os seguintes nomes dos professores presentes: Márcio Antônio de Oliveira, como titular - aprovado por ampla maioria, com uma abstenção; Waldir Bertúlio aprovado como suplente, com vinte votos. O professor Alexandre Antônio, que obteve nove votos, não foi aprovado para compor a Comissão da Verdade. A Comissão da Verdade ficou composta pelos seguintes professores: pela diretoria do ANDES-SN: Antônio José Vale da Costa e Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (titulares); Alexandre Galvão e Carvalho e Olgaíses Cabral Maués (suplentes); eleitos pela plenária: Márcio Antônio de Oliveira e Waldir Bertúlio (titulares); Alexandre Antonio Gili Náder (suplente). Após a votação, o presidente informou a troca de delegados da ADUSP-SSind – Francisco Miraglia pela professora Líghia. Após, o presidente colocou o TR 13 para aprovação, sendo aprovado por ampla maioria dos votos, com uma abstenção. Em seguida, o presidente colocou em votação o **TR 15 - O 59º CONAD** aprova as prestações de contas do exercício de 2013. Situação nos grupos: aprovado sem modificações no grupo 2 (F6 C0 A1), grupo 3 (F8 C0 A0), grupo 4 (F7 C0 A0), remetido à plenária pelo grupo 1 (F7 C1 A0), grupo 5 (F7 C0 A0). O TR foi aprovado por ampla maioria, 1 contra e 1 abstenção. **TR 15 - O 59º CONAD** aprova as prestações de contas do exercício de 2013. Em seguida, o presidente colocou em votação o **TR 15 - O 59º CONAD** aprova a previsão orçamentária para 2015. Situação nos grupos: aprovado sem modificações no grupo 2 (F6 C0 A2) e grupo 4 (F7 C0 A0), remetido à plenária pelo grupo 1 (F7 C1 A0), grupo 3 (F7 C0 A0) e grupo 5 (F7 C0 A0). O TR foi aprovado por ampla maioria, com uma abstenção. **TR 15 - O 59º CONAD** aprova a previsão orçamentária para 2015. Em seguida, o presidente colocou em votação o **TR 17 - O 59º CONAD** aprova a prestação de contas do 33º Congresso. Situação nos grupos: aprovado sem modificações no grupo 2 (F5 C0 A3) e no grupo 4 (F7 C0 A0), remetido à plenária pelos grupos 1 (F7 C1 A0), 3 (F7 C0 A0) e 5 (F7 C0 A0). O TR foi aprovado por unanimidade. **TR 17 - O 59º CONAD** aprova a prestação de contas do 33º Congresso. Em seguida, o presidente colocou em votação o **TR 17 - O 59º CONAD** delibera sobre sindicalização dos docentes precarizados pela política de EAD no Brasil: 1. Pela filiação dos colegas denominados tutores ao nosso Sindicato, o primeiro passo para unificar a luta desses professores por condições dignas de trabalho, para terem respeitados seus direitos trabalhistas e poderem utilizar toda essa experiência acumulada nos concursos públicos e na aposentadoria. 2. A contribuição financeira do professor-tutor será voluntária. 3. Criação de um GT responsável por refletir sobre as políticas e lutas referentes a esta parcela de sindicalizados. Situação nos grupos: rejeitado nos grupos 2 (F5 C0 A3) e 4 (F7 C0 A0), remetido à plenária nos grupos 1 (F7 C1 A0), 3 (F7 C0 A0) e 5 (F7 C0 A0). O TR 17 foi rejeitado por ampla maioria, com 2 abstenções, mas com a recomendação de remeter a discussão para o GTPFS. Nada mais havendo a tratar, às dezoito horas o presidente deu por encerrados os trabalhos da Plenária do Tema IV e eu, Marta Maria Azevedo Queiroz, 2ª secretária, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo presidente.

Marta Maria Azevedo Queiroz
2ª Secretária

Alexandre Aguiar dos Santos
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO DO 59º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Ao vigésimo quarto dia do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às dezesseis horas e quinze minutos, no auditório do Centro de Eventos do Hotel Riverside – Aracaju-SE, depois de confirmado o *quorum* regimental, foram iniciados, pelo professor Paulo Marcos Borges Rizzo, os trabalhos da plenária de encerramento do 59º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos diretores do ANDES-SN: Paulo Marcos Borges Rizzo (presidente), Claudia March Frota de Souza (secretária-geral), Amauri Fragoso de Medeiros (1º tesoureiro) e Gean Claudio de Souza Santana (1º vice-presidente da regional Nordeste 3) e pela presidente da ADUFS-SSIND, professora Brancilene Santos de Araújo. O professor Paulo Marcos Borges Rizzo abriu os trabalhos passando a palavra para a professora Brancilene Santos de Araújo, que fez suas saudações e agradecimentos. Em seguida, falou o professor Gean Claudio de Souza Santana, que ressaltou a importância do evento. Na sequência, a professora Claudia March passou à leitura das três moções encaminhadas à secretaria, conforme segue: **Moção 1** – de apoio à mobilização dos rodoviários do Recife e Região Metropolitana; **Moção 2** – de apoio à luta pela redução da tarifa de energia elétrica fornecida pela rede Celpa; **Moção 3** – de repúdio ao não cumprimento do acordo estabelecido entre os docentes grevistas das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES cearenses com o governador Cid Ferreira Gomes, para por fim a última greve em janeiro de 2014. O professor Luiz Henrique Blume, da ADUSC SSind, apresentou a solicitação de inclusão de duas moções, a saber: **Moção 4** – de repudiam as violentas desocupações das áreas retomadas pela comunidade indígena Tupinambá de Serra do Padeiro – município de Buerarema, Olivença e Sapucaieira – município de Ilhéus e município de Una, no sul da Bahia; **Moção 5** – de repudiam o descaso com que governo do Estado da Bahia vem tratando o orçamento das universidades estaduais da Bahia – UEBA. Submetida à votação, a solicitação de inclusão das duas moções foi aprovada pela plenária. A diretoria apresentou a solicitação de inclusão de duas moções, a saber: **Moção 6** – de repudiam as atitudes do reitor da USP, professor Marco Antônio Zago, que não se coadunam com a importância dessa instituição no cenário nacional; **Moção 7** – de apoio à comunidade acadêmica das universidades estaduais de São Paulo. Submetida à votação, a solicitação de inclusão das duas moções foi aprovada pela plenária. A mesa colocou em votação, uma a uma, e, após algumas inscrições para solicitação de inclusão de novos destinatários em algumas das moções, as mesmas foram aprovadas por ampla maioria. Foram apresentadas várias outras propostas de inclusão de moções, sem, no entanto, serem apresentadas as redações finais. Considerando a impossibilidade de apreciação pela plenária, foi apresentada a proposta que as mesmas fossem encaminhadas à diretoria do ANDES-SN para apreciação e, no caso de aprovação pela diretoria, fossem assinadas pela mesma. Na sequência, a professora Claudia March passou à leitura da Carta de Santa Maria. O professor Paulo Rizzo fez suas declarações finais e agradecimentos e, às dezoito horas e quinze minutos declarou encerrado o 58º CONAD do Andes-SN, e eu, Claudia March Frota de Souza, secretária-geral, lavrei a presente ata, que será, por mim e pelo presidente, assinada.

Claudia March Frota de Souza
Secretária-Geral

Paulo Marcos Borges Rizzo
Presidente

CARTA DE ARACAJU

O 59º CONAD – Conselho do ANDES-SN, realizado em Aracaju-SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, com a participação de 58 seções sindicais, 46 delegados, 117 observadores e 6 convidados, tendo como tema central *Luta em Defesa da Educação, Autonomia da Universidade, 10% do PIB exclusivamente para a educação pública*, analisou a conjuntura nacional e internacional, fez um balanço das atividades do Sindicato e, com base nesses aspectos, atualizou o seu Plano de Lutas. História e resgate na abertura, marcados pelo som dos tamancos e dos tambores. História e reafirmação da perspectiva de luta do ANDES – Sindicato Nacional na abertura, marcadas pela homenagem ao militante e lutador Marcio Antônio de Oliveira. Em sua posse, a diretoria gestão 2014-2016 assumiu o desafio de dar continuidade ao processo de construção coletiva e democrática que se expressa nas definições políticas e nas ações de luta.

A análise da conjuntura realizada no 59º CONAD destacou o aprofundamento da crise mundial, cuja resposta do capital tem se dado a partir da intensificação das medidas de austeridade, que implicam o acirramento dos ataques aos direitos dos trabalhadores. No Brasil, a ascensão dos movimentos grevistas e as jornadas de junho, em 2013, resultam da insatisfação frente aos impactos do aprofundamento da crise, abrindo uma nova conjuntura marcada pelas lutas populares que tem como resposta dos setores dominantes a criminalização dos movimentos sociais.

Nesse marco conjuntural, a intensificação da contrarreforma do Estado e sua expressão na política educacional demandam a ampliação da mobilização de trabalhadores e estudantes, e o tema da defesa da educação pública ganha centralidade, tal como definido no tema do evento.

A realização do Encontro Nacional de Educação, no início de agosto, reunindo mais de dois mil participantes, representou um marco e um importante passo no processo de reorganização do campo classista em defesa da educação pública. Segundo as proposições aprovadas no 59º CONAD, enraizar nossa ação em defesa da educação pública passa por dar continuidade à agenda de lutas e ações em curso, incluindo os encaminhamentos do Encontro, como a constituição de comitês estaduais em defesa da escola pública, a realização de um dia de luta em defesa da escola pública em outubro de 2014, a realização do II ENE em 2016, precedido de encontros estaduais e regionais, a manutenção e ampliação do Comitê Nacional em defesa dos 10% do PIB para a educação pública já. A defesa do “PNE da sociedade brasileira” como orientador da luta pela educação que defendemos, denunciando a tentativa de ressignificação do conceito de educação pública por meio do PNE oficial aprovado e a utilização da verba pública para fins privados foi aprovada, assim como o acompanhamento e análise de medidas governamentais que representem um ataque à educação pública, de qualidade e socialmente referenciada.

As políticas oficiais de Ciência e Tecnologia inovam, ampliando a subordinação e sujeição da vida acadêmica aos apetites, paixões e desejos do capital e demandam ações, tais como as aprovadas no 59º CONAD, de acompanhamento e aprofundamento dos debates sobre as formas de privatização no interior das instituições de ensino públicas, assim como sobre a pesquisa, a pós-graduação, as políticas produtivistas e suas consequências, que resultam na intensificação e precarização do trabalho docente.

As lutas populares recentes foram marcadas pelas reivindicações ligadas às questões urbanas. O 59º CONAD aprovou a intensificação e o aprofundamento no

âmbito do Sindicato do debate sobre a questão urbana, assim como sobre a questão agrária e ambiental, articulando-se com os movimentos sociais que trabalham o tema. Foi aprovada também a realização, nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 2014, do Seminário Nacional sobre Povos Indígenas.

A implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em algumas universidades, expressão contundente da privatização, da mercantilização e do ataque à autonomia, universitária, já evidencia resultados negativos para os técnico-administrativos, docentes, estudantes e usuários do Sistema Único de Saúde. O 59º CONAD aprovou a elaboração e divulgação das experiências e seus impactos como forma de subsidiar o enfrentamento aos processos de contratualização nas universidades que não aderiram.

As lutas dos docentes pela garantia dos direitos de aposentadoria devem ser permeadas pela solidariedade e pela compreensão de que os ataques não são exclusivos aos hoje aposentados ou aos que futuramente se aposentarão. Nesse sentido, as ações aprovadas no 59º CONAD combinam a intensificação da luta pela aprovação da PEC 555/2006 e do PL 4434 e a luta contra o regime de previdência complementar, sua expressão federal - o FUNPRESP -, estadual e municipal, dentre outras ações.

A contrarreforma do Estado em curso, em particular a universitária, aprofunda o processo de privatização, terceirização e precarização do trabalho, impondo desafios político-organizativos ao ANDES-SN. Nesse sentido, o 59º CONAD aprovou a realização, no início de novembro de 2014, do Seminário Nacional que debaterá a temática a partir das experiências e reflexões das seções sindicais. As realidades locais de cada instituição de ensino, incluindo a multicampia e a precarização do trabalho, em debate no Seminário, subsidiarão a formulação de respostas em nossos futuros fóruns deliberativos – Congresso e CONAD.

Dando sequência à nossa ação contra a terceirização no serviço público, foi aprovada a realização de debates sobre a temática no interior das instituições públicas de ensino – federais e estaduais -, assim como a cobrança dos dirigentes das instituições públicas de ensino. Na perspectiva de unidade com o conjunto dos trabalhadores do serviço público nessa luta, torna-se necessária a articulação com outras entidades da educação – FASUBRA e SINASEFE – e do serviço público federal, estadual e municipal, também aprovada pelos delegados presentes ao 59º CONAD.

O ano de 2013 foi marcado por intensa mobilização e pela deflagração de vários movimentos grevistas no âmbito das IEES em sua luta por melhores condições de trabalho, carreira docente e financiamento público. Ao tempo em que o 59º CONAD se realiza, as IES paulistas se encontram em greve, como resposta ao anúncio do congelamento dos salários, ao contingenciamento do financiamento público e à precarização das condições de trabalho. Para dar curso ao conjunto de ações no setor das IEES/IMES, foi aprovada a realização do XXII Encontro Nacional das IEES/IMES em setembro de 2014.

A agenda de lutas dos docentes das IFES, em unidade com os trabalhadores do serviço público federal, passará, segundo as ações aprovadas pelo 59º CONAD, pelo fortalecimento da CNESF como espaço organizativo de luta, assim como pela necessária ampliação da aglutinação de forças em torno do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF, dando continuidade à Campanha Unificada de 2014. A atualização do Plano de Lutas dos Docentes das instituições federais de ensino aprovada inclui a deflagração do debate e das articulações políticas durante o segundo semestre de 2014, com o objetivo de preparar a campanha conjunta dos SPF de 2015.

A avaliação da importância das experiências da jornada de lutas e do Espaço de Unidade de Ação ensejou a aprovação no 59º CONAD de ações que visem prosseguir e fortalecer as ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades e movimentos sociais do campo classista.

A compreensão dos eixos centrais da luta dos docentes das IFE resultou na aprovação de um calendário de lutas para o segundo semestre de 2014 que inclui ações de defesa dos direitos de aposentadoria, da carreira, de condições de trabalho e autonomia universitária. Em contraposição à proposta de Lei Orgânica em curso, que, sob o pretexto de regulamentação, avilta o preceito da autonomia universitária, foi aprovado um conjunto de ações que incluem o aprofundamento dos debates sobre Universidade brasileira, tendo por base o Caderno 2 do ANDES-SN, especialmente nas IFE que estejam realizando processos estatuintes, destacando os temas da democracia e autonomia universitária.

A precarização e intensificação do trabalho docente, o assédio moral e a perda de direitos no interior das instituições particulares de ensino superior motivou a deliberação pela realização de um Encontro Nacional do Setor das IPES no segundo semestre de 2014 como forma de aprofundar o conhecimento sobre a situação de funcionamento das IPES, assim como, de ações no sentido da articulação com os movimentos sociais e outras entidades da área educacional para o enfrentamento das políticas adotadas nessas instituições e a cobrança do governo federal de ações no sentido de que as IPES funcionem de acordo com os dispositivos constitucionais. Foi aprovada a realização de um Encontro Nacional do Setor das IPES no segundo semestre de 2014 como forma de aprofundar o conhecimento sobre a situação de funcionamento das IPES.

Foi aprovada a ampliação da Comissão da Verdade e a realização de um Seminário Nacional precedido de encontros regionais.

No exercício de suas atribuições estatutárias, o 59º CONAD aprovou a Prestação de Contas do Exercício de 2013, expressando que foram respeitados todos os parâmetros e designações das instâncias do Sindicato, bem como a previsão orçamentária para 2015, considerando o Plano de Lutas e os esforços em defesa dos docentes do ANDES-SN.

A manutenção e o aprofundamento dos princípios da democracia no Sindicato Nacional foram a marca do debate e da aprovação de mudanças na metodologia do Congresso do ANDES-SN. O fortalecimento do Sindicato Nacional esteve expresso na homologação de duas novas seções sindicais aprovadas no 59º CONAD, como também nos debates realizados em que se reafirmaram os princípios que orientam a atuação autônoma e democrática do ANDES Sindicato Nacional.

Por fim, acreditamos que o 59º CONAD cumpriu seu papel em atualizar o nosso Plano de Lutas e manteve acesa a chama de um Sindicato autônomo, laico e com referência social.

Aracaju-SE, 24 de agosto de 2014

MOÇÕES

Moção 1

Proponentes: José Nunes da Silva, Levy Paes Barreto, Aderaldo Alexandrino de Freitas

Seção: ADUFERPE Seção Sindical

Destinatário(s): Sindicato dos Rodoviários de Recife e Região Metropolitana do Recife, CSP-Conlutas Nacional, CSP-Conlutas Regional Pernambuco, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Endereço do(s) destinatário(s):

- CSP-Conlutas Regional Pernambuco: Rua José de Alencar, 44, Edifício Embaixador, sala 33, Boa Vista, Recife-PE, Cep.: 50070-030

- Tribunal Superior do Trabalho – SAFS, Quadra 8, Lote 1, Brasília – DF, Cep.: 70070-600

- Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região: Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife – PE, Cep.: 50030-902

e-mail: rodoviarios.rmr@gmail.com; cspconlutas@cspconlutas.org.br

Fator motivador da Moção: suspensão, pelo Tribunal Superior do Trabalho, do aumento concedido aos rodoviários e rodoviárias da Região Metropolitana do Recife.

MOÇÃO DE APOIO

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN, realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, manifestam seu apoio à mobilização dos rodoviários do Recife e Região Metropolitana, que culminou com a paralisação dos serviços de transporte coletivo naquela cidade desde o dia 21/8. O motivo da paralisação foi a suspensão, pelo Tribunal Superior do Trabalho, de um aumento de 10% nos salários e de cerca de 75% no vale alimentação desses trabalhadores, concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho, após greve de três dias ocorrida no mês de julho.

Repudiamos a postura do Judiciário brasileiro, que mais uma vez se posiciona ao lado dos empresários, negando direitos históricos da classe trabalhadora.

Moção 2

Proponentes: Assembleia Geral da ADUFPA Seção Sindical

Seção: ADUFPA Seção Sindical

Destinatário: Ministério Público Federal - MPF

Endereço do destinatário: MPF – Belém/PA Cep.: 66055-200

e-mail: ascom@prpa.mpf.gov.br

Fator motivador da Moção: desde que foi privatizada pelo governo do PSDB em 1998, a CELPA vem repassando à população o ônus da política privatista dos governos de plantão. Em pouco mais de 15 anos, os reajustes totalizaram 400% de aumento, duas vezes maior que a inflação. É inadmissível que o 4º maior produtor de energia elétrica nos faça pagar a maior tarifa do país! No início do mês de agosto, fomos surpreendidos com mais um reajuste absurdo de 34,4%, que irá impactar cerca de 2 milhões de

consumidores em todo o estado e ao qual certamente somar-se-á o repasse dos reajustes nos produtos e serviços.

MOÇÃO DE APOIO

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN, realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, manifestam total apoio à luta pela redução da tarifa de energia elétrica. Que o governo Dilma e a ANEEL garantam a imediata revogação do reajuste na tarifa de energia elétrica, tanto pelo fato de que este é um verdadeiro furto como em virtude da péssima qualidade dos serviços fornecidos pela rede Celpe, com inúmeras interrupções no fornecimento, além de cobranças abusivas, o que a torna a pior concessionária de energia elétrica do país.

Moção 3

Proponentes: SINDUECE, SINDIUVA, SINDURCA

Seções Sindicais: as mesmas

Destinatário: Governador Cid Ferreira Gomes

Endereço do destinatário:

Gabinete do Governo do Estado do Ceará

Endereço: Av. Br. de Studart, 505 Aldeota- Fortaleza-CE CEP. 60.120-000

e-mail:

Fator motivador da Moção: não cumprimento na integralidade do acordo para acabar com a greve das universidades estaduais do Ceará em janeiro de 2014.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN, realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, manifestam seu repúdio ao não cumprimento do acordo estabelecido entre os docentes grevistas das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES cearenses com o governador Cid Ferreira Gomes, para por fim a última greve em janeiro de 2014. O governador Cid Ferreira Gomes assinou um acordo no qual constavam 5 (cinco) pontos prioritários exigidos pelos grevistas: 1- Regulamentação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV dos docentes; 2- Reescalonamento da tabela salarial dos servidores técnico-administrativos; 3- Concurso público para professores efetivos; 4- Ampliação das verbas para assistência estudantil; 5- Reforma e ampliação do prédio da FACEDI (Itapipoca-CE). Desses pontos, até o presente, somente dois (2) foram executados como acordado pelo governador Cid Ferreira Gomes: o relativo aos técnico-administrativos e o ponto de assistência estudantil. A promoção docente para a classe de associados não foi enviada à Assembleia Legislativa do Ceará, prejudicando a promoção de vários docentes, que não podem ascender nas suas carreiras. Os pontos acordados com o governador e o não cumprimento pelo mesmo são: o concurso para professores efetivos nas três (3) universidades estaduais do Ceará e a reforma e ampliação do prédio da FACEDI (Itapipoca). O não cumprimento do acordo na íntegra compromete fortemente a qualidade da educação ofertada pelas IEES cearenses.

Moção 4

Proponentes: Fórum das AD (ADUSC-BA; ADUFS-BA; ADUSB; ADUNEB)

Destinatários:

Excelentíssima Senhora **Dilma Rousseff** (Presidência da República)

Ao Excelentíssimo Senhor **Rodrigo Janot Monteiro de Barros** (procurador-geral da República)

Ao Excelentíssimo Senhor **José Eduardo Cardoso** (ministro da Justiça)

Ao Excelentíssimo Senhor **Jacques Wagner** (governador do Estado da Bahia)

Ao Excelentíssimo Senhor **Dom Erwin Kräutler** (Comissão Indigenista Missionário – CIMI)

Fator motivador: o povo Tupinambá historicamente habitou grande parte do litoral brasileiro, incluindo a região de Olivença, que abrange os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una. Após 514 anos da chegada dos portugueses, de invasões, expulsões, massacres e prisões, este povo ainda resiste bravamente. O massacre no rio Cururupe, no atual município de Ilhéus, comandado pelo então governador-geral da Bahia (Mem de Sá), no século XVI e a Revolta do Índio Caboclo Marcelino, entre as décadas de 1930-1940, indicam o quanto a questão indígena sempre foi uma luta pela resistência Tupinambá e pelo direito à vida e luta pela demarcação das terras indígenas. Em 2002, ocorreu o reconhecimento étnico e em 20/04/2009 foi publicado no Diário Oficial da União o Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença –BA, pela FUNAI. Desde a publicação do Relatório Demarcatório feito pela FUNAI, a demarcação não ocorreu. A demora do governo e da justiça federal em apresentar o parecer final tem feito os índios de Olivença a realizarem a justa autodemarcação de seu território através de retomadas legítimas. Por isto, pensamos que o governo e a justiça federal são os principais responsáveis pelo atual conflito na região. A imprensa, ruralistas e as elites locais, por sua vez, criaram um clima de guerra contra os indígenas. Além de invasores, agora são apresentados cada vez mais como ladrões, criminosos e bandidos. Em alguns lugares (comércio, ponto de ônibus etc.), sente-se o clima contrário à presença indígena. A situação é pior ainda na Serra do Padeiro, Buerarema e áreas de retomadas, onde os conflitos vão da ameaça à comunidade, agressões físicas, intimidação (carros da SESAI e IFBA queimados, tiros, aulas suspensas nas escolas indígenas etc.) e o assassinato de 5 indígenas que estavam nas áreas retomadas do latifúndio. Existem pistoleiros na região e todos se sentem alvos de humilhações e de possíveis atentados. Essa situação agravou-se ainda mais a partir do dia 02.02.2014, quando a Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar e Polícia Civil do estado da Bahia montaram uma operação de guerra para a desocupação de uma das áreas retomadas pelos tupinambás, na Serra do Padeiro, município de Buerarema – BA. Os relatos da comunidade tupinambá da Serra do Padeiro informam que foi montada uma verdadeira operação de guerra nesta ação, e os policiais chegaram atirando com armas de grosso calibre, conforme se pôde perceber com as cápsulas que foram deflagradas, recolhidas pelos tupinambás após a ação policial. Na sequência, como uma forma de intimidar ainda mais a comunidade indígena Tupinambá, a Força

Nacional e a Polícia Federal montaram uma base de operações dentro da fazenda São José, que tinha sido retomada pelos tupinambás.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN, realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, repudiam as violentas desocupações das áreas retomadas pela comunidade indígena Tupinambá de Serra do Padeiro – município de Buerarema, Olivença e Sapucaeira – município de Ilhéus e município de Una, no sul da Bahia, ao tempo em que solicitam do ministro da Justiça, senhor José Eduardo Cardoso, e do governador do Estado da Bahia, Jacques Wagner, a imediata retomada de negociações para pôr fim à violência contra as comunidades indígenas tupinambás do sul da Bahia e a imediata demarcação do território indígena Tupinambá de Olivença - BA.

Moção 5

Proponente: Fórum das AD (ADUSC-BA; ADUFS-BA; ADUSB; ADUNEB)

Destinatários:

Ao exmo. sr. **Jacques Wagner** (governador do Estado da Bahia)

Ao exmo. sr. **Oswaldo Barreto** (secretário de Educação e Cultura)

Ao exmo. sr. **Nildon Pitombo** (coordenador do Ensino Superior – CODES)

Ao exmo. sr. **Paulo Roberto Pinto Santos** (Fórum dos Reitores das Universidades Estaduais Baianas)

Ao exmo. sr. **Marcelo Nilo** (Assembleia Legislativa do Estado da Bahia)

Fator motivador: ao longo de seu processo histórico, as universidades estaduais da Bahia (UESC, UESB, UEFS e UNEB) cumprem a missão de produzir e difundir conhecimento, formando profissionais, e de refletir criticamente sobre os espaços e regiões em que estão inseridas. Estas instituições têm sido importantes instrumentos de interiorização da educação superior, respondendo por mais de 70% das matrículas do ensino superior público no interior do Estado. Dessa forma, percebe-se a grande importância das universidades estaduais da Bahia para o desenvolvimento socioeconômico, científico e artístico-cultural, como também a sua relevância no combate às desigualdades entre as regiões do estado. Entretanto, apesar da sua importância, em 2014 foram investidos nas universidades estaduais da Bahia menos de 5% da Receita Líquida de Impostos (RLI), quando estas já demandavam, desde 2010, no mínimo 7% da RLI, com a revisão a cada dois anos.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN, realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, repudiam o descaso com que governo do Estado da Bahia vem tratando o orçamento das universidades estaduais da Bahia – UEBA, reduzindo a

cada ano os recursos destinados à manutenção e ao investimento. Dessa forma, exigimos: subvinculação de no mínimo 7% da RLI para as estaduais baianas já para 2015, com revisão a cada dois anos, e orçamento nunca inferior ao executado nos anos anteriores; o fim dos atrasos no pagamento das faturas liquidadas com amparo orçamentário das universidades estaduais da Bahia; ampliação dos quadros de vagas e cargos para docentes e técnico-administrativos; aprovação imediata do PL da desvinculação de vagas por classe no quadro docente, e a revogação da Lei 7176/1997, garantindo a plena autonomia das universidades estaduais baianas.

Moção 6

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatários:

- Reitor da USP, Marco Antônio Zago;
- Conselho Universitário da USP;
- Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas - CRUESP;
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;
- Governador do Estado de São Paulo;
- Fórum das Seis.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN, realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, repudiam as atitudes do reitor da USP, professor Marco Antônio Zago, que não se coadunam com a importância dessa instituição no cenário nacional, a saber:

- a recusa de reajustar os salários de docentes e funcionários técnico-administrativos na data base (1º maio), conforme pauta de reivindicação encaminhada em 28/03/2014;
- a negativa em manter diálogo efetivo com a comunidade acadêmica, decidindo, ao contrário, dirigir-se ao público externo por intermédio da mídia de grande circulação expressando opiniões e propostas desqualificadoras e/ou polêmicas sobre a universidade que atualmente dirige;
- o confisco de salário (corte de ponto) de funcionários técnico-administrativos, que se encontram no legítimo exercício do direito de greve;
- a ausência em reuniões marcadas com interlocutores externos, como uma delegação de deputados, e até mesmo em reuniões de comissões regimentais da Assembleia Legislativa de São Paulo, tal como a da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.

Moção 7

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatários:

- Governador do Estado de São Paulo;
- Assembleia Legislativa de São Paulo;
- Reitor da Universidade de São Paulo;
- Reitor da Universidade Estadual de Campinas;

- Reitora da Universidade Estadual Paulista;
- Fórum das Seis.

MOÇÃO DE APOIO À COMUNIDADE ACADÊMICA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DE SÃO PAULO

Considerando:

- a importância da contribuição da USP, UNICAMP e UNESP para a formação dos profissionais de nível superior, em especial dos docentes que atuam na educação em todas as regiões do país;

- a grande expansão realizada por estas instituições nas últimas décadas, tanto em número de matrículas na graduação e na pós-graduação quanto na produção científica, cultural e atividades de extensão;

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN, realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, vêm instar o governo paulista a:

- destinar a necessária complementação de recursos para garantir a manutenção da qualidade das atividades de ensino-pesquisa e extensão realizadas pela UNESP, UNICAMP e USP;
- envidar todos os esforços para que o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) abra negociação efetiva com as categorias em greve.

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÕES DO TEMA II - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

I – SINDICAL

O 59º CONAD do ANDES-SN delibera:

- 1.** Realizar, nos dias 31 de outubro, 1º e 2 de novembro de 2014, nos termos definidos pelo 33º Congresso, Seminário Nacional sobre a estrutura organizativa do ANDES-SN frente aos desafios políticos atuais.
- 2.** Publicar, no dia 10 de outubro 2014, um caderno de textos com contribuições ao debate preparatório do Seminário, cujos textos deverão ser remetidos à secretaria do ANDES-SN até o dia 9 de outubro de 2014.
- 3.** Que as seções sindicais devem encaminhar, para a confecção do caderno de textos, suas experiências organizativas e reflexões relacionadas à organização sindical - considerando as seguintes questões: multicampia, aposentadoria, contratações precarizadas (no âmbito do ensino a distância e em outras situações), de modo a propiciar a participação dos docentes na vida sindical - e à estruturação do ANDES-SN (incluindo composição e forma de eleição da diretoria).
- 4.** Incentivar as seções sindicais a promoverem atividades de formação sindical, em articulação com a coordenação do GTPFS.
- 5.** Tomar iniciativas no sentido de articular com outras entidades, como a FASUBRA, o SINASEFE e outras estaduais e municipais, a luta contra as terceirizações e contra as precarizações nas instituições públicas de ensino, pelo restabelecimento de funções no serviço público, tais como limpeza, segurança, entre outras.
- 6.** Propor na CNESF, no fórum dos SPF e outros existentes nos estados, a luta contra as terceirizações e precarizados e a defesa dos direitos dos trabalhadores terceirizados e precarizados.
- 7.** Promover debates sobre a terceirização no interior das instituições públicas de ensino, convocando para tal os dirigentes institucionais.
- 8.** Cobrar das entidades nacionais, estaduais e municipais de reitores, como a ANDIFES, a ABRUEM e o CONIF, entre outras, posição sobre as terceirizações e a precarização do trabalho no interior das instituições públicas de ensino.
- 9.** Recomendar que as seções sindicais solicitem dados formais sobre contratos de terceirização na instituição, caso necessário, com base na Lei de Acesso à Informação, e relatem violação dos direitos trabalhistas de terceirizados.
- 10.** De posse dos dados que envolvem terceirização, privatização e precarização, oferecer denúncia por meio das seções sindicais ou ANDES-SN junto ao Ministério Público ou órgãos competentes, via luta ou ação jurídica.
- 11.** Intensificar e aprofundar no âmbito do Sindicato e, particularmente, em suas seções sindicais, o debate sobre a questão urbana, articulando-se com os movimentos sociais que trabalham o tema.
- 12.** Aprovar a planilha do Seminário Nacional, que acontecerá nos dias 31 de outubro, 1º e 2 de novembro de 2014, que explicita a contribuição da tesouraria do ANDES-SN

às seções sindicais com menos de 200 sindicalizados ou que estejam em dificuldades financeiras devidamente justificadas, autorizando a diretoria a fazer ajustes, caso sejam necessários, relativos à inclusão de outras seções sindicais e atualizações de custos previstos.

Planilha (em real) de despesas do Seminário Nacional sobre a estrutura organizativa do ANDES-SN¹

31 de outubro, 1º e 2 de novembro de 2014 – Brasília, DF

Seção Sindical	Nº Filiados	Trechos	Despesa com deslocamento	Despesa com hospedagem	Diárias
Regional Norte I			0,00	0,00	0,00
SIND-UEA	188	Manaus	1.276,00	465,00	300,00
SINDUERR	12	Boa Vista	997,00	465,00	300,00
Regional Norte II					
SINDUEPA	50	Belém	769,00	465,00	300,00
ADUFRA	86	Belém	769,00	465,00	300,00
SINDUFSS-PA	79	Marabá	411,00	465,00	300,00
SINDUFOPA	S/I ²	Santarém	1.189,00	465,00	300,00
SINDIFAP	9	Macapá	665,00	465,00	300,00
SINDUEAP	10	Macapá	665,00	465,00	300,00
SINDUFAP	187	Macapá	665,00	465,00	300,00
Regional NE 1					
SINDIUIVA	138	Fortaleza	487,00	465,00	300,00
ADCESP	242	Teresina	661,00	465,00	300,00
ADUNIFOR	277	Fortaleza	487,00	465,00	300,00
SINDURCA	189	J. do Norte	880,00	465,00	300,00
SINDCENTEC	S/I	Fortaleza	478,00	465,00	300,00
SINDCEFET-PI	203	Teresina	661,00	465,00	300,00
Regional NE II					
ADUFCG-PATOS	95	Patos - JPA	802,00	465,00	300,00
ADESA-PE	36	Arco Verde	646,00	465,00	300,00
SINDFAFICA	45	Caruaru	646,00	465,00	300,00
ADUC	48	Cajazeiras	802,00	465,00	300,00
SINDUNIVASF	107	Petrolina	940,00	465,00	300,00
ADUEPB	614	Campina Grande	416,00	465,00	300,00
Regional NE III					
Regional Leste					

¹ Já realizadas as alterações na planilha aprovadas no 59º CONAD, a saber:

- inclusão da ADUNIMONTES (Regional Leste) na planilha, com gastos similares aos do SINDFAFEID, e ADUEPB

- remeter para a decisão da diretoria do ANDES-SN o acréscimo de um convidado docente da Universidade Estadual Rural do Rio Grande do Sul, com gastos similares aos das duas seções sindicais da Regional Rio Grande do Sul.

² S/I – Sem informação

SINDFAFEID	151	Belo Horizonte	343,00	465,00	300,00
ADOM	25	Teófilo Otoni	343,00	465,00	300,00
SINDUENG	S/I	Belo Horizonte	343,00	465,00	300,00
ADUNIMONTES	460	Montes Claros	343,00	465,00	300,00
Regional Planalto					
ADCAC	158	Catalão	150,00	465,00	300,00
ADCAJ	55	Jatai	1.760,00	465,00	300,00
ADUEG	206	Goiânia	261,00	465,00	300,00
Regional Pantanal					
ADLESTE	21	T. Lagoas – MS	343,00	465,00	300,00
Regional RJ					
SESDUENF	189	Rio de Janeiro	385,00	465,00	300,00
ADUEZO	49	Rio de Janeiro	385,00	465,00	300,00
Regional SP					
ADUNIMEP	234	Piracicaba	660,00	465,00	300,00
ADUFABC	112	São Paulo	265,00	465,00	300,00
ADEEP	52	Piracicaba	660,00	465,00	300,00
SINDUNITAU	S/I	Taubaté	265,00	465,00	300,00
Regional Sul					
SINDUNESPAR	35	Curitiba	691,00	465,00	300,00
APRUDESC	283	Florianópolis	760,00	465,00	300,00
S. Sind UFSC	203	Florianópolis	760,00	465,00	300,00
SINDUFFS	27	Chapecó	663,00	465,00	300,00
Convidado da ADESSC		Florianópolis	760,00	465,00	300,00
Regional RGS					
S. Sind UFRGS	57	Porto Alegre	413,00	465,00	300,00
SESUNIPAMPA	13	Bagé	413,00	465,00	300,00
Total			R\$ 26.278,00	R\$ 19.530,00	R\$ 12.600,00

II – EDUCACIONAL

O 59º CONAD delibera que, por meio de suas seções sindicais, o ANDES-SN deve:

1. Fortalecer a ação na categoria e intensificar a articulação com os movimentos classistas, populares e sindicais, dando continuidade à agenda de lutas e ações que foram construídas no primeiro semestre de 2014, incorporando os encaminhamentos do ENE:

- a) constituição de comitês estaduais em defesa da escola pública;
- b) realização, nos estados, de um dia de luta em defesa da educação pública, na segunda quinzena de outubro de 2014;
- c) realização do II Encontro Nacional de Educação, em 2016, precedido de encontros estaduais;
- d) manutenção e ampliação do Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!

2. Propor para os comitês estaduais a realização, ainda em 2014, de seminários regionais para dar sequência aos debates iniciados no ENE, priorizando o debate sobre privatização/mercantilização da educação e a ressignificação do público que vem sendo imposta pelo governo.
3. Fortalecer a ação na categoria e intensificar a luta pelo investimento público em educação pública.
4. Intensificar a defesa do “PNE da Sociedade Brasileira” como orientador da luta pela educação que defendemos e denunciar a utilização do PNE em vigor para financiar a iniciativa privada na área da educação.
5. Denunciar, amplamente, a tentativa de ressignificação do conceito de educação “pública” por meio do PNE, visando à utilização de verba pública para fins privados, favorecendo a iniciativa privada na área de educação.
6. Acompanhar e debater o PLC 6840/2013, enquanto reforma do ensino médio, num contexto dominante de uma formação aligeirada, fragmentada e de caráter minimalista.
7. Pautar o debate sobre o ingresso via SISU.
8. Continuar acompanhando e combatendo os PLs - PLC 4372/2012 (INSAES) e PLS 518/2009 (transformação do Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base e transferência do ensino superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia) - que tramitam no Congresso Nacional.
9. Considerando a implantação do Banco de Equivalência para a carreira EBTT no início de 2014:
 - a) organizar um levantamento da quantidade de professores EBTT em cada IFE e do déficit gerado a partir desta implantação;
 - b) aprofundar a discussão no GTPE sobre o efeito da implantação do Banco de Equivalência na carreira EBTT, pensando ações para reverter essa política.

III – CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PÓS-GRADUAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

O 59º CONAD delibera que as seções sindicais:

1. Acompanhem e relatem à coordenação do GTC&T a celebração de convênios entre as Instituições de Ensino Públicas com as fundações de apoio, órgãos de fomento e outros entes da iniciativa privada.
2. Intensifiquem debates relativos à Ciência e Tecnologia através da organização de eventos acerca dos seguintes temas:
 - 2.1. políticas de C & T e orçamentos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica (Pesquisa e Desenvolvimento), a Lei de Inovação Tecnológica e o trabalho desenvolvido pela EMBRAPAII;
 - 2.2. a questão da pesquisa, da pós-graduação, as políticas produtivistas e o trabalho docente;
 - 2.3. a ética na produção do conhecimento, focalizando, especialmente, o direito dos seres humanos e demais animais.

IV – AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O 59º CONAD delibera que as seções sindicais:

1. Intensifiquem o debate relativo às políticas agrárias, urbanas e ambientais, através da organização de eventos acerca dos seguintes temas:

1.1. a estrutura da matriz energética brasileira, suas consequências e alternativas, dando destaque às questões sociais, ambientais e de desenvolvimento;

1.2. agronegócio, agrotóxicos e transgênicos, suas consequências e alternativas (agroecologia camponesa), destacando as questões sociais, ambientais e de desenvolvimento;

1.3. implementação das políticas urbanas e elaboração/implementação dos planos diretores das cidades e nas propostas de organização e expansão dos espaços urbanos.

Recomendação:

Que as seções sindicais, as secretarias regionais, o GTPAUA e o GTCEGDS (onde existirem) façam um levantamento sobre a situação dos povos tradicionais de sua região - etnias presentes, área ocupada, presença de conflitos, presença ou não de atendimento de todos os dispositivos para demarcação de área, ações realizadas pelos governos, presença e consequências de megaempreendimentos - no sentido de alimentar um banco de informações e orientar ações políticas do ANDES-SN.

V – SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 59º CONAD delibera:

1. Intensificar, por intermédio das seções sindicais, a discussão sobre as políticas de saúde públicas implementadas pelos governos federal, estaduais e municipais, assim como o seu processo de financiamento;

2. Intensificar a mobilização contra a implementação da EBSERH, inclusive compartilhando as experiências de resistência a sua contratualização.

3. Reiterar que as seções sindicais, frente à contratação da EBSERH, se empenhem na obtenção de informações sobre:

3.1 forma de estabelecimento do contrato; ou seja, histórico político desse processo de contratualização;

3.2 situação do quadro funcional e situação trabalhista;

3.3 relatório da administração dos recursos, os quais, por serem públicos, devem ser, por lei, disponibilizados/publicizados;

3.4 relações estabelecidas com os departamentos e unidades acadêmicas quanto ao contexto de formação na graduação e pós-graduação, assim como sobre o processo de pesquisa e extensão;

3.5 que os referidos dados sejam repassados para a coordenação do GTSS/A.

4. A partir das contribuições das seções sindicais, elaborar material de divulgação dos impactos negativos da adesão à EBSEH e as táticas utilizadas pelo movimento para o seu enfrentamento.

5. Denunciar a ofensiva privatizante das diferentes modalidades de contratos de gestão (parcerias público privadas e outras formas, como o REUNI, EBSEH, PDP- Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo) que tem intensificado, por diferentes meios, o processo de privatização, combinada com a precarização das condições de trabalho.

6. Que as seções sindicais e os GTSS/A aprofundem o acompanhamento e análise das medidas (portarias, resoluções, contratos e outros instrumentos) de implementação da EBSEH, a exemplo da Portaria Interministerial 09 (educação, saúde, ciência & tecnologia e Mpog), de 13 de agosto de 2014, que institui o Programa EBSEH de Pesquisas Clínicas e Estratégicas para o Sistema Único de Saúde – EPECSUS -, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

7. Que o GTSS/A, em conjunto com o setor das estaduais, acompanhe os processos de cessão e privatização dos hospitais universitários vinculados às IEES.

8. Em relação à aposentadoria dos servidores:

8.1 intensificar, junto aos demais SP federais, estaduais e municipais, a luta contra o Regime de Previdência Complementar, o FUNPRESP e fundos de pensão privados, que vêm sendo sistematicamente criados nos estados e municípios, bem como pelo direito à aposentadoria integral e paritária;

8.2 intensificar as lutas contra o FUNPRESP nas IFES, ampliando a divulgação do material já produzido (cartilha, panfleto explicativo e cartaz), assim como o debate sobre os riscos a que ficam expostas as aposentadorias;

8.3 que as seções sindicais façam o levantamento junto aos DRH sobre solicitações de aposentadoria especial baseadas no Mandado de Injunção (MI) 880 que estejam enfrentando dificuldades de efetivação;

8.4 que as seções sindicais encaminhem para a secretaria do ANDES-SN o resultado desse levantamento para a sua socialização com as outras seções sindicais, para que o Sindicato, com base na Súmula 33 do STF, tome a iniciativa de mover possíveis ações em busca de uma solução definitiva;

8.5 ampliar a articulação com as outras entidades de servidores públicos federais, estaduais e municipais, para montar estratégias de ações no Congresso Nacional, nos estados e municípios, de forma a pressionar os deputados federais, intensificando a luta pela aprovação da PEC 555/2006 e do PL 4434 (Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária – Revisão de aposentadorias e pensões no sentido de sua recomposição).

VI – QUESTÕES ETNICORRACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

1. Realizar, nos dias 14, 15 e 16 novembro de 2014, o Seminário Nacional sobre Povos Indígenas, conforme planilha a seguir, que explicita a contribuição da tesouraria do ANDES-SN às seções sindicais com menos de 200 sindicalizados ou que estejam em dificuldades financeiras devidamente justificadas:

Planilha (em real) de despesas do Seminário Nacional sobre Povos Indígenas
14, 15 e 16 de novembro – Brasília/DF

Regional	Seção Sindical	Nº Filiados	Trecho	Despesa		
				Deslocamento	Hospedagem	Diárias
Norte 1	SINDUERR	12	Boa Vista	997,00	465,00	300,00
Norte 2	SINDUEPA	50	Belém	769,00	465,00	300,00
	ADUFRA	86	Belém	769,00	465,00	300,00
	SINDUFSS-PA	79	Marabá	411,00	465,00	300,00
	SINDUFOPA	S/I ³	Santarém	1.189,00	465,00	300,00
	SINDUEAP	10	Macapá	665,00	465,00	300,00
	SINDUFAP	187	Macapá	665,00	465,00	300,00
Nordeste 1	SINDURCA	189	Juazeiro do Norte	880,00	465,00	300,00
Planalto	ADCAC	158	Catalão	150,00	465,00	300,00
	ADCAJ	55	Jataí	1.760,00	465,00	300,00
	ADUEG	206	Goiânia	261,00	465,00	300,00
Pantanal	ADLESTE	21	T. Lagoas – MS	343,00	465,00	300,00
Rio de Janeiro	ASDUERJ	1388	Rio de Janeiro	240,00	465,00	300,00
Leste	ADUNIMONTES	460	Montes Claros	870,00	465,00	300,00
Sul	SINDUNESPAR	35	Curitiba	691,00	465,00	300,00
R.G. do Sul	S. Sind UFRGS	57	Porto Alegre	413,00	465,00	300,00
	SESUNIPAMPA	13	Bagé	413,00	465,00	300,00
Total				R\$ 11.486,00	R\$ 7.905,00	R\$ 5100,00
Total Geral				24.491,00		

2. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, casos sejam necessários, na planilha anterior do Seminário Nacional sobre Povos Indígenas, que acontecerá nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 2014, em Brasília, sobretudo em relação a: a) participação de convidados no evento; b) participação de seções sindicais que manifestem interesse

³ S/I – Sem Informação

em participar do evento, justificando inviabilidade financeira; c) atualização dos custos já previstas.

3. A Diretoria estabelecerá prazo para a confirmação da participação pelas seções sindicais contempladas na planilha.

VII – DIREITOS DOS TRABALHADORES

1. Que seja deflagrada, a partir de dados coletados pelo DIEESE, uma campanha de divulgação do endividamento e pauperização dos trabalhadores, neles incluídos os docentes das IES, denunciando a financeirização em curso da vida da classe trabalhadora, como elemento mobilizador para a campanha salarial.

RELATÓRIO DO TEMA III AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DOS SETORES

I - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

O 59º CONAD delibera:

1. Realizar, nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2014, o XII Encontro Nacional das IEES/IMES.
2. A planilha a seguir explicita a contribuição do ANDES-SN às seções sindicais com menos de duzentos sindicalizados ou que se encontram em dificuldades financeiras justificadas.

Planilha (em real) de despesas do XII Encontro Nacional das IEES/IMES
26, 27 e 28 de setembro – Brasília/DF⁴

Regional	Seção Sindical	Trechos	Despesas		
			Deslocamento	Hospedagem	Diárias
Norte 1	SINDUERR	BVB/BSB/BVB	1.147,00	465,00	300,00
	SIND-UEA	MAO/BSB/MAO	517,00	465,00	300,00
Norte 2	SINDUEPA	BEL/BSB/BEL	408,00	465,00	300,00
	SINDUEAP	MCP/BSB/MCP	433,00	465,00	300,00
Nordeste 1	Convidado UEMA	SLZ/BSB/SLZ	391,00	465,00	300,00
	SINDCENTEC-JN	FOR/BSB/FOR	284,00	465,00	300,00
	ADCESP	THE/BSB/THE	624,00	465,00	300,00
	SINDIUVA, SINDURCA e SINDUECE	FOR/BSB/FOR	284,00	465,00	300,00
Nordeste 2	ADESA-PE	REC/BSB/REC	416,00	465,00	300,00
	ADUEPB	REC/BSB/REC	416,00	465,00	300,00
	Convidado de autarquias municipais do interior de Pernambuco	REC/BSB/REC	416,00	465,00	300,00
Nordeste 3	UNICISAL-AL	MCZ/BSB/MCZ	426,00	465,00	300,00
São Paulo	SINDUNITAU	SP/BSB/SP	450,00	465,00	300,00
Rio Janeiro	ADUEZO	RIO/BSBRIO	240,00	465,00	300,00
	UENF	RIO/BSBRIO	240,00	465,00	300,00
	ASDUERJ	RIO/BSBRIO	240,00	465,00	300,00
Leste	SINDUEMG	BHZ/BSB/BHZ	220,00	465,00	300,00

⁴ Já realizadas as alterações na planilha aprovadas no 59º CONAD, a saber: “Acrescentar a ADUNIMONTES na Regional Leste, com referência de custos similar à SINDUEMG, a SINDIUVA, SINDURCA e SINDUECE (trecho FOR/BSB/FOR) à Regional Nordeste, acrescentar a SINDUNITAU, retirar a ADUPE”.

	ADUEMG – Unidade Ibirité - MG	BHZ/BSB/BHZ	220,00	465,00	300,00
	ADUNIMONTES	BHZ/BSB/BHZ	220,00	465,00	300,00
Planalto	Convidado UNITINS	PMW/BSB/PMW	245,00	465,00	300,00
	ADUEG	GYN/BSB/GYN	211,00	465,00	300,00
	FECIPAR – TO	Paraíso - TO	482,00	465,00	300,00
	FECOLINAS – TO	Colinas - TO	482,00	465,00	300,00
	SESDFESG	Goiatuba - GO	375,00	465,00	300,00
Sul	APRUDESC	FLN/BSB/FLN	450,00	465,00	300,00
	SINDUNESPAR	CWC/BSB/CWB	243,00	465,00	300,00
	ADUNICENTRO	CWB/BSB/CWB	243,00	465,00	300,00
R. G. do Sul	Convidado UERGS	POA/BSB/POA	366,00	465,00	300,00
Total			R\$ 10.689,00	R\$ 13.020,00	R\$ 8.400,00
Total Geral			R\$ 32.109,00		

HOTEL BSB = ST. PAUL R\$ 155,00 (3 diárias final de semana)

II- ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES.

O 59º CONAD do ANDES-SN delibera:

A - NO ÂMBITO DOS SPF

1. Intensificar a ação na CNESF, para fortalecê-la como espaço organizativo de luta e empenho para ampliar a aglutinação de forças em torno do fórum das entidades nacionais dos SPFs;
2. Dar continuidade à campanha unificada 2014 dos SPF, a partir de eixos e do calendário construídos e considerando o patamar de lutas alcançado no primeiro semestre, de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se dispõem a lutar integrando o fórum das entidades de servidores públicos federais.
3. Desencadear o debate e as articulações políticas durante o segundo semestre de 2014, para preparar a campanha conjunta dos SPF de 2015.
4. Durante o segundo semestre de 2014, prosseguir e fortalecer as ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades e movimentos sociais do campo classista, ampliando a experiência e as ações da jornada de lutas e do Espaço de Unidade de Ação.

B - QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA E AGENDA DO SETOR

1. Intensificar a luta em torno da pauta do setor - campanha 2014, focando na reestruturação da carreira docente, valorização salarial dos ativos e aposentados, condições de trabalho e garantia de autonomia das IFE, de forma articulada entre a pauta nacional e as pautas locais.
2. Levantar informações em cada IFE sobre condições de funcionamento, precarização das condições de trabalho e falta de professores como subsídio para as lutas contra a precarização das condições de trabalho nas IFE.

3. Intensificar a luta contra a EBSEH e o FUNPRESP, e pela anulação da reforma da previdência de 2003.
4. Exigir do governo a retomada da agenda com o ANDES-SN que foi interrompida unilateralmente pela SESU/MEC, tendo como referência a pauta protocolada no dia 21 de maio de 2014 e priorizando, inicialmente, os pontos que constam neste documento.
5. Realizar o levantamento nas IFES da forma como as universidades estão realizando os processos de vacância e redistribuição de professores.
6. A partir do levantamento citado no item anterior, estudar as possibilidades de ação política e jurídica em nível nacional contra as perdas dos direitos dos docentes.

Agenda:

Mês de setembro:

- a) intensificar atividades em defesa dos direitos de aposentadoria, especialmente na luta pela aprovação da PEC 555/2006 (que prevê a extinção da contribuição previdenciária dos proventos de aposentados e pensionistas do setor público) e do PL 4.434/2008 (que prevê o reajuste dos benefícios mantidos pelo Regime Geral da Previdência Social e o índice de correção previdenciária);
- b) participar dos atos e de outras atividades relativas à pauta em defesa dos direitos de aposentadoria e estabelecer relações com outras entidades e setores para fortalecer essa luta;
- c) enviar até o dia 19 de setembro informações em relação à discussão dos critérios internos das IFES sobre os processos de promoção, progressão, inclusive para a classe de titular, bem como, critérios para o RSC, informando as ações que têm sido realizadas para a mobilização da categoria;
- d) dias 27 e 28 de setembro: reunião do setor das IFES em Brasília-DF.

Mês de outubro:

- a) realizar debates e ações relacionadas ao desenvolvimento na carreira docente (promoção e progressão) nas IFES;
- b) participar dos atos estaduais em defesa da educação pública a serem realizados na segunda quinzena de outubro (conforme encaminhamentos do Encontro Nacional de Educação);
- c) até o dia 24 de outubro: as seções sindicais deverão enviar informações à secretaria do ANDES-SN acerca dos processos estatuintes que estão acontecendo em suas respectivas IFES;
- d) iniciar as mobilizações em torno da campanha salarial 2015, intensificando as diferentes estratégias de luta.

Meses de novembro e dezembro:

Aprofundar os debates sobre Universidade brasileira (tendo por base o Caderno 2 do ANDES-SN), especialmente nas IFES que estejam realizando processos estatuintes, destacando os temas democracia e autonomia universitária em contraposição à proposta de Lei Orgânica da ANDIFES.

III - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

O 59º CONAD delibera:

1. Realizar um Encontro Nacional do Setor das IPES no segundo semestre de 2014, em São Paulo, nos dias 18 e 19 de outubro, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a situação de funcionamento das IPES e condições de trabalho e de salários, assédio moral e perdas de direitos, autorizando a diretoria do ANDES-SN a proceder a ajustes na planilha proposta, caso sejam necessários.

2. Articular com os movimentos sociais e outras entidades da área educacional o enfrentamento das políticas adotadas pelas instituições particulares de ensino superior, cobrando do governo federal ações no sentido de que as IPES funcionem de acordo com os dispositivos constitucionais.

Planilha de despesas do Encontro Nacional das IPES 2º a ser realizado no semestre de 2014⁵

Entidades	Trechos	Despesa com Deslocamento	Despesa com hospedagem	Despesa com diária
ADESSC (1 convidado)	FLN/CGH/FLN	488,94	250,00	200,00
ADUCSAL (1)	SSA/CGH/SSA	655,94	250,00	200,00
ADUNIFOR (1)	FOR/CGH/FOR	822,94	250,00	200,00
SINDFAFICA (1)	REC/CGH/REC	604,94	250,00	200,00
Associações de IPES confessionais: MG (1), PR (1), SP (1), RJ (1)	BHZ/CGH/BHZ	650,94	250,00	200,00
	RIO/CGH/RIO	196,94	250,00	200,00
	CWB/CGB/CWB	538,94	250,00	200,00
ADUNIMEP (1)	Piracicaba/São Paulo/Piracicaba	160,00	250,00	200,00
Uninove	Local	160,00	250,00	200,00
Fernão Dias	Local	160,00	250,00	200,00
Unicsul	Local	160,00	250,00	200,00
FMU	Local	160,00	250,00	200,00
Uniandrade	CWB/CGH/CWB	160,00	250,00	200,00
Tuiuti	CWB/CGH/CWB	160,00	250,00	200,00
.....	BH/CGH/BH	160,00	250,00	200,00
Total Previsto		R\$5.239,58	R\$ 3.750,00	R\$ 3.000,00
TOTAL GERAL		11.989,58		

Observações:

- 1) Somente tarifas voando GOL dos dias 13 e 14 de setembro de 2014
- 2) Deverão ser incluídas as taxas de serviços e embarque.

⁵ Já realizadas as alterações na planilha aprovadas no 59º CONAD, a saber: “Retirar a SINDUNITAU da planilha”.

RESOLUÇÕES DO TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

I - SEDE DO 60º CONAD DO ANDES-SN

O 59º CONAD delibera que o 60º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de Vitória-ES, sob a organização da ADUFES Seção Sindical.

II - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

2.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 59º CONAD, manifesta-se, *ad referendum*, do 34º CONGRESSO, favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SINDIFPB Seção Sindical do ANDES-SN.

2.2 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 59º CONAD, manifesta-se, *ad referendum*, do 34º CONGRESSO, favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SESDIFMT Seção Sindical do ANDES-SN, ad referendum do 34º Congresso.

III - COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

O 59º CONAD delibera:

3.1 Referendar as ações propostas para a realização do Seminário Nacional, que ocorrerá no início de dezembro de 2014, e a realização de 3 encontros preparatórios ao Seminário, na região Nordeste, de 17 a 19 de outubro, na região Sul-Sudeste, a definir a partir da terceira semana de outubro, e na região Norte-Centro-oeste, a definir. Fica delegada à diretoria e à Comissão da Verdade a adequação do calendário.

3.2 Ampliar o número de participantes na Comissão indicando mais dois titulares e seus relativos suplentes, ficando composta por cinco membros e seus respectivos suplentes, sendo dois da diretoria e três eleitos pelo plenário do 59º CONAD, que são os seguintes: Diretores do ANDES-SN

- Antônio José Vale da Costa (titular)
- Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (titular)
- Alexandre Galvão e Carvalho (suplente)
- Olgaíses Cabral Maués (suplente)

Eleitos pela plenária:

- Márcio Antônio de Oliveira (titular)
- Waldir Bertúlio (titular)
- Alexandre Antonio Gili Náder (suplente)

3.3 Indicar que as seções sindicais e as regionais do Andes/SN continuem se empenhando na preparação e organização dos encontros regionais e do Seminário Nacional.

3.4 Ampliar o prazo para a realização dos levantamentos relacionados à Comissão da Verdade pelas seções sindicais, de junho de 2014, estipulado no 33º Congresso do ANDES-SN, para outubro de 2014.

IV - PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013

O 59º CONAD aprova as prestações de contas do exercício de 2013.

Demonstrativo de Orçamento e Execução

Receita	Previsão 2013	Execução 2013
Receita Total	7.775.530,49	8.769.552,09
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	193.935,00	4.084,19
Receita de aplicações financeiras	307.965,00	13.088,46
Receita de Contribuições	7.273.630,49	8.752.379,44

Despesas	Previsão 2013	Execução 2013
Água e Esgoto	8.400,00	1.109,50
Alimentação	6.300,00	7.484,31
Aluguel de Bens Imóveis	162.750,00	194.297,50
Assessoria Contábil	94.500,00	83.734,96
Assessoria Jurídica Pessoa Física	36.750,00	34.422,60
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	390.075,00	462.258,96
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	404.775,00	293.219,76
Assinaturas e Periódicos	2.625,00	4.637,66
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	99.750,00	119.996,26
Conduções e Passagens Urbanas	78.750,00	100.971,37
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	24.000,00	24.500,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00	22.500,00
Custas e Emolumentos	21.000,00	87.367,92
Despesas com Regionais	892.500,00	828.180,18
Despesas Diversas ⁶	90.300,00	573.372,57
Despesas Financeiras	42.000,00	10.891,36
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	68.250,00	23.733,26

⁶ As despesas diversas estão detalhadas na tabela da página seguinte.

Diárias de Diretores	367.500,00	307.972,00
Digitalização dos Documentos	42.000,00	37.101,60
Energia Elétrica	47.250,00	38.019,43
Estacionamentos / Pedágios	4.725,00	6.545,88
Hospedagem	304.500,00	650.541,71
INSS s/Serviços	26.250,00	29.474,19
Locação de Equipamentos e Veículos	11.550,00	7.883,90
Manutenção e Reparos Bens Móveis	12.600,00	25.428,54
Material de Consumo	173.250,00	168.005,76
Passagens Aéreas e Terrestres	850.500,00	766.606,05
Pessoal e Encargos	1.561.770,00	2.137.311,99
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	157.500,00	277.564,50
Reembolso de Quilometragem	23.100,00	17.349,45
Repasses p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	378.046,56	535.774,82
Revista - Universidade & Sociedade	84.000,00	74.495,50
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	73.500,00	446.627,50
Telefone	168.000,00	111.785,24
Transportadoras e Fretes	189.000,00	505.676,51
Xerox do Brasil	9.450,00	0,00
Total de despesas	R\$ 6.931.216,56	R\$ 9.016.842,74
Demonstrativo de Despesas Diversas		
Anúncios e Publicações	2.137,40	
Assessoria de Imprensa - PF	16.884,79	
Assessoria de Imprensa - PJ	19.400,00	
Assinatura de TV a Cabo	3.985,80	
Contribuição p/Fundo Único	119.785,90	
Correios e Telégrafos	80.583,20	
Despesas com Eventos	19.066,70	
Despesas de Exercícios Anteriores	14.528,84	
Diárias - Colaboradores/Convidados	27.954,03	
Diárias - Funcionários	1.700,00	
Fotocópias/Encadernações	9.375,42	
Internet	31.226,77	
Outras Contribuições/Doações	48.721,27	
Outros Serviços - PF	18.691,98	
Seguros em Geral	2.622,23	
Seminários, Congressos e Convenções	5.921,00	
Serviços Fotográficos - PJ	2.500,00	
Serviços Técnico Profissionais - PJ	129.631,50	
Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF	18.655,74	
	R\$ 573.372,57	

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Inst. de Ensino Superior
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 1º SEMESTRE/2013
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
(+) <i>Receitas de Contribuições</i>	734.197,27	706.414,24	696.663,20	628.805,84	684.071,97	1.032.141,81	4.482.294,33
(+) <i>Receitas de Contribuição Sindical</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) <i>Descontos Obtidos</i>	71,60	550,00	500,00	4,36	0,01	592,36	1.718,33
(+) <i>Rendimentos de Aplicações Financeiras</i>	1.615,29	1.400,24	1.024,50	1.216,90	1.114,45	1.846,79	8.218,17
(+) <i>Receitas Diversas (Refeições/Livros/Eventos)</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Total das Receitas</i>	735.884,16	708.364,48	698.187,70	630.027,10	685.186,43	1.034.580,96	4.492.230,83
(-) <i>Água e Esgoto</i>	64,00	305,08	64,00	64,00	140,98	65,50	703,56
(-) <i>Alimentação</i>	617,54	44,81	99,00	46,44	606,90	949,57	2.364,26
(-) <i>Aluguel de Imóveis</i>	5.667,23	14.667,23	13.755,63	15.465,43	18.159,91	16.317,86	84.033,29
(-) <i>Anúncios e Publicações</i>	0,00	0,00	1.985,55	0,00	0,00	0,00	1.985,55
(-) <i>Assessoria Contábil - PJ</i>	6.229,46	6.229,46	6.229,46	6.229,46	6.229,46	6.229,46	37.376,76
(-) <i>Assessoria de Imprensa - PF</i>	0,00	0,00	7.084,79	7.000,00	2.800,00	0,00	16.884,79
(-) <i>Assessoria de Imprensa - PJ</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(-) <i>Assessoria Jurídica - AJN</i>	35.201,29	35.201,29	35.201,29	35.201,29	35.201,29	35.201,29	211.207,74
(-) <i>Assessoria Jurídica - PF</i>	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	17.211,30
(-) <i>Assessoria Jurídica - Regionais</i>	6.057,83	21.894,10	21.094,10	21.094,10	21.094,10	21.094,10	112.328,33
(-) <i>Assinatura de TV a Cabo</i>	325,43	324,58	324,65	319,80	319,80	336,14	1.950,40
(-) <i>Assinaturas e Periódicos</i>	911,50	0,00	1.963,26	0,00	152,80	0,00	3.027,56
(-) <i>Bolsistas</i>	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	0,00	10.101,60	20.901,60
(-) <i>Condomínio</i>	8.173,84	8.542,62	8.827,71	8.663,32	8.876,39	8.763,31	51.847,19

(-) Condições e Transportes Urbanos	4.673,96	3.829,66	5.600,07	9.915,66	8.461,86	8.948,36	41.429,57
(-) Contribuição p/Assoc. AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	4.000,00	12.000,00
(-) Contribuição p/CNESF	6.349,65	7.333,00	6.300,15	6.737,00	6.457,79	6.060,73	39.238,32
(-) Contribuição p/CONLUTAS	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	140.995,02
(-) Contribuição p/DIAP	277,00	277,00	277,00	277,00	277,00	277,00	1.662,00
(-) Contribuição p/DIEESE	13.639,11	13.639,11	13.639,11	13.639,11	13.639,11	13.639,11	81.834,66
(-) Contribuição p/Esc. FLORESTAN FERNANDES	1.500,00	1.500,00	1.500,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	10.500,00
(-) Contribuição p/FNDC	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	630,00
(-) Contribuição p/Fundo Único	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.511,04	38.511,04
(-) Correios e Telégrafos	488,12	653,29	1.856,45	27.877,19	2.276,72	1.560,91	34.712,68
(-) Custas e Emolumentos	0,00	1.977,66	41,20	739,60	1.205,53	37.984,47	41.948,46
(-) Despesas Bancárias	632,50	668,75	808,25	775,25	682,05	860,05	4.426,85
(-) Despesas c/FGTS s/Salários	8.374,37	7.251,27	8.588,38	7.402,12	7.300,90	12.071,14	50.988,18
(-) Despesas c/INSS Patronal s/Salários	24.809,09	22.399,12	25443,07	21.928,80	21.628,93	25.477,26	141.686,27
(-) Despesas c/Material de Consumo	3.748,51	6.271,57	19.815,77	16.326,94	14.706,47	2.616,88	63.486,14
(-) Despesas c/Pessoal	154.019,22	136.777,60	131.835,04	139.536,61	121.649,34	106.263,77	790.081,58
(-) Despesas c/PIS s/Folha de Pagamento	1.046,80	929,53	1.081,47	925,26	912,61	1.074,99	5.970,66
(-) Despesas c/Regionais	36.569,87	50.016,98	34.701,14	138.938,28	99.022,96	60.093,65	419.342,88
(-) Despesas Diversas	4.486,65	5.128,74	0,00	3,45	4.900,00	0,00	14.518,84
(-) Diárias - Colaboradores/Convidados	0,00	400,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00	3.200,00
(-) Diárias - Diretores	25.150,00	45.750,00	8.672,00	23.150,00	15.550,00	26.800,00	145.072,00
(-) Diárias - Funcionários	600,00	6.200,00	0,00	0,00	0,00	(6.800,00)	-
(-) Energia Elétrica	3.459,28	3.179,56	3.306,74	2.942,10	3.247,75	2.871,67	19.007,10
(-) Estacionamento/Pedágios	569,25	309,65	533,40	245,70	529,73	503,70	2.691,43
(-) Fotocópias/Encadernações	21,50	0,00	9.032,00	27,30	24,80	0,00	9.105,60
(-) Hospedagem	93.080,47	59.530,28	1.073,81	43.226,02	16.085,90	129.894,55	342.891,03

(-) <i>Impostos e Taxas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	735,26	0,00	776,46	1.511,72
(-) <i>INSS Patronal s/Serviços - PF</i>	1.937,43	1.767,59	4.316,70	4.209,94	2.660,64	1.872,79	16.765,09
(-) <i>Internet</i>	28,40	349,86	2.667,12	2.434,43	3.490,29	2.970,46	11.940,56
(-) <i>IPTU/TLP</i>	0,00	1.784,63	573,18	597,66	13.746,40	579,30	17.281,17
(-) <i>IRRF s/Apl. Financeiras</i>	0,00	0,00	387,90	0,00	0,00	878,80	1.266,70
(-) <i>Jornal Informandes</i>	36.850,00	20.240,00	20.240,00	21.680,00	20.240,00	18.800,00	138.050,00
(-) <i>Juros e Multas p/Atraso</i>	1.382,29	0,10	0,00	229,33	0,00	450,78	2.062,50
(-) <i>Limpeza e Conservação</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(-) <i>Limpeza e conservação - PF</i>	0,00	0,00	535,71	0,00	807,15	665,33	2.008,19
(-) <i>Locação de Máquinas e Equipamentos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	800,00
(-) <i>Locação de Veículos</i>	0,00	0,00	0,00	200,00	1.500,00	0,00	1.700,00
(-) <i>Manut. e Reparo de Bens Móveis</i>	1.038,98	1.618,98	516,50	1.038,98	1.192,98	1.704,75	7.111,17
(-) <i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF</i>	0,00	0,00	595,23	0,00	0,00	0,00	595,23
(-) <i>Outras Contribuições/Doações</i>	3.300,00	1.000,00	12.781,33	12.850,00	2.000,00	826,34	32.757,67
(-) <i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(-) <i>Outros Serviços - PF</i>	1.421,65	535,71	3.673,98	2.682,93	1.743,43	482,19	10.539,89
(-) <i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	38.774,30	41.453,07	42.537,95	35.997,35	47.039,03	87.957,22	293.758,92
(-) <i>Reembolso de Kilometragem</i>	770,40	1.417,74	859,86	2.136,27	1.307,34	1.225,21	7.716,82
(-) <i>Revista Universidade e Sociedade</i>	0,00	0,00	0,00	11.748,50	0,00	9.248,50	20.997,00
(-) <i>Seguros em Geral</i>	317,68	1.263,00	12,08	18,58	18,58	82,72	1.712,64
(-) <i>Seminários, Congressos e Convenções</i>	0,00	0,00	134,00	0,00	0,00	3.177,00	3.311,00
(-) <i>Serviços de Terceiros - Fundos</i>	0,00	0,00	0,00	99,64	57,12	0,00	156,76
(-) <i>Serviços Fotográficos - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(-) <i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
(-) <i>Serviços Gráficos</i>	6.200,00	65.242,00	15.683,00	58.455,00	101.205,00	(9.000,00)	237.785,00
(-) <i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	25,00	655,00	370,00	46.993,00	9.916,50	4.904,00	62.863,50
(-) <i>Telefone</i>	4.298,54	5.663,47	8.938,93	10.320,55	4.701,52	13.459,47	47.382,48

(-) Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF	2.504,76	0,00	3.443,94	3.030,19	0,00	1.210,72	10.189,61
(-) Transportes e Fretes	40.518,00	23.015,18	29.492,29	35.258,97	75.271,28	19.377,80	222.933,52
Total das Despesas	615.283,62	656.410,99	552.966,91	838.586,53	747.511,06	762.690,67	4.173.449,78
(=) Superávit (Déficit) do período	120.600,54	51.95,49	145.220,79	(208.559,43)	(62.324,63)	271.890,29	318.781,05

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Inst. de Ensino Superior
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 2º SEMESTRE/2013
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	TOTAL Geral
(+) Receitas de Contribuições	762.362,20	791.430,02	599.960,84	674.025,57	683.272,80	759.033,68	4.270.085,11	8.752.379,44
(+) Receitas de Contribuição Sindical	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Descontos Obtidos	591,49	591,46	591,46	591,45	0,00	0,00	2.365,86	4.084,19
(+) Rendim. Aplicações Financeiras	765,96	802,57	1.109,82	739,51	641,10	811,33	4.870,29	13.088,46
(+) Receitas Diversas (Refeições/Livros/Eventos)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas	763.719,65	792.824,05	601.662,12	675.356,53	683.913,90	759.845,01	4.277.321,26	8.769.552,09
(-) Água e Esgoto	65,50	78,24	65,50	0,00	65,50	131,20	405,94	1.109,50
(-) Alimentação	529,24	95,32	3.158,80	0,00	475,69	861,00	5.120,05	7.484,31
(-) Aluguel de Imóveis	16.467,86	16.596,58	17.122,32	17.152,32	16.560,87	26.364,26	110.264,21	194.297,50
(-) Anúncios e Publicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,85	151,85	2.137,40
(-) Assessoria Contábil - PJ	6.622,60	6.622,60	6.622,60	6.622,60	6.622,60	13.245,20	46.358,20	83.734,96
(-) Assessoria de Imprensa - PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	16.884,79

(-) Assessoria de Imprensa - PJ	0,00	0,00	0,00	0,00	19.400,00	0,00	19.400,00	19.400,00
(-) Assessoria Jurídica - AJN	35.201,29	35.201,29	35.201,29	35.201,29	73.497,38	36.748,68	251.051,22	462.258,96
(-) Assessoria Jurídica - PF	253,11	2.615,44	5.737,10	2.868,55	2.868,55	2.868,55	17.211,30	34.422,60
(-) Assessoria Jurídica - Regionais	32.827,43	28.412,80	28.412,80	28.412,80	28.412,80	34.412,80	180.891,43	293.219,76
(-) Assinatura de TV a Cabo	336,14	341,50	336,14	336,14	345,34	340,14	2.035,40	3.985,80
(-) Assinaturas e Periódicos	0,00	0,00	1.325,75	0,00	284,35	0,00	1.610,10	4.637,66
(-) Bolsistas	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	16.200,00	37.101,60
(-) Condomínio	9.945,78	10.093,65	10.481,88	10.516,26	13.362,63	13.748,87	68.149,07	119.996,26
(-) Condições e Transportes Urbanos	6.632,73	9.577,16	9.215,72	10.905,98	12.739,42	10.470,79	59.541,80	100.971,37
(-) Contrib. p/Assoc. AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA	0,00	0,00	6.000,00	2.500,00	2.000,00	2.000,00	12.500,00	24.500,00
(-) Contrib. p/CNESF	7.372,07	7.481,50	7.232,20	6.016,08	6.016,08	6.519,56	40.637,49	79.875,81
(-) Contrib. p/CONLUTAS	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	140.995,02	281.990,04
(-) Contrib. p/DIAP	277,00	277,00	277,00	277,00	277,00	277,00	1.662,00	3.324,00
(-) Contrib. p/DIEESE	13.639,11	14.730,24	14.730,24	14.730,24	14.730,24	14.730,24	87.290,31	169.124,97
(-) Contrib. p/Esc. FLORESTAN FERNANDES	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00	22.500,00
(-) Contrib. p/FNDC	105,00	305,00	105,00	105,00	105,00	105,00	830,00	1.460,00
(-) Contrib. p/Fundo Único	14.744,02	14.963,00	14.464,40	12.032,16	12.032,16	13.039,12	81.274,86	119.785,90
(-) Correios e Telégrafos	29.747,21	6.044,48	2.734,93	887,23	586,58	5.870,09	45.870,52	80.583,20
(-) Custas e Emolumentos	2.078,00	1.028,21	1.747,56	37.578,74	773,08	2.213,67	45.419,26	87.367,72
(-) Despesas Bancárias	652,55	797,74	656,15	598,05	705,95	655,55	4.065,99	8.492,84
(-) Despesas c/FGTS s/Salários	7.278,91	8.691,66	7.375,88	8.645,38	8.033,84	12.710,08	52.735,75	103.723,93
(-) Despesas c/INSS Patronal s/Salários	21.883,38	25.749,04	21.851,06	25.611,96	23.752,27	47.665,57	166.513,28	308.199,55
(-) Despesas c/Material de Consumo	9.994,01	11.616,63	56.577,71	9.197,07	10.132,03	7.002,17	104.519,62	168.005,76
(-) Despesas c/Pessoal	131.577,14	127.426,30	124.629,18	159.456,17	117.836,73	261.367,88	922.293,40	1.712.374,98

(-) Despesas c/PIS s/Folha de Pagamento	940,38	1.086,45	921,98	1.080,67	1.002,20	2.011,19	7.042,87	13.013,53
(-) Despesas c/Regionais	48.062,10	92.577,70	60.915,65	70.662,67	62.314,66	74.304,71	408.837,49	828.180,37
(-) Despesas Diversas	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	19.066,71	19.076,71	33.595,55
(-) Diárias - Colaboradores/ Convidados	400,00	800,00	8.000,00	8.600,00	6.300,00	654,03	24.754,03	27.954,03
(-) Diárias - Diretores	45.000,00	18.300,00	32.850,00	21.650,00	35.300,00	9.800,00	162.900,00	307.972,00
(-) Diárias - Funcionários	5.100,00	(4.300,00)	0,00	0,00	600,00	300,00	1.700,00	1.700,00
(-) Energia Elétrica	2.748,69	2.760,60	3.130,00	3.489,82	3.380,81	3.502,41	19.012,33	38.019,43
(-) Estacionamento/Pedágios	209,20	511,90	693,60	712,10	1.210,65	517,00	3.854,45	6.545,88
(-) Fotocópias/Encadernações	65,32	30,60	14,00	0,00	139,90	20,00	269,82	9.375,42
(-) Hospedagem	11.423,36	(1.459,91)	28.319,80	37.985,26	8.118,80	223.263,37	307.650,68	650.541,71
(-) Impostos e Taxas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	1.511,72
(-) INSS Patronal s/Serviços - PF	2.137,61	1.315,58	2.805,04	1.778,78	2.748,07	1.924,02	12.709,10	29.474,19
(-) Internet	2.999,92	2.714,92	2.663,98	2.799,07	2.836,34	5.271,98	19.286,21	31.226,77
(-) IPTU/TLP	579,30	579,30	579,30	579,30	579,39	777,08	3.673,67	20.954,84
(-) IRRF s/Apl. Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	1.266,70
(-) Jornal Informandes	20.240,00	18.074,50	20.240,00	1.440,00	39.040,00	40.480,00	139.514,50	277.564,50
(-) Juros e Multas p/Atraso	336,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	336,02	2.398,52
(-) Limpeza e Conservação	0,00	1.226,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	2.726,00	2.726,00
(-) Limpeza e conservação - PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	2.008,19
(-) Locação de Máquinas e Equipamentos	120,00	0,00	450,00	400,00	0,00	0,00	970,00	1.770,00
(-) Locação de Veículos	0,00	78,32	2.070,00	1.115,58	150,00	1.000,00	4.413,90	6.113,90
(-) Manut. e Reparo de Bens Móveis	3.377,11	1.737,11	1.088,64	2.785,24	2.098,64	1.649,25	12.735,99	19.847,16
(-) Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	595,23
(-) Outras Contribuições/Doações	1.413,60	3.050,00	7.000,00	1.050,00	3.050,00	400,00	15.963,60	48.721,27
(-) Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-

(-) Outros Serviços - PF	3.298,09	306,62	663,76	9,00	1.400,00	2.474,62	8.152,09	18.691,98
(-) Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas	38.009,70	64.901,06	71.089,25	153.314,42	68.976,09	76.556,61	472.847,13	766.606,05
(-) Reembolso de Kilometragem	1.342,50	1.536,09	1.712,70	1.971,45	1.783,50	1.286,39	9.632,63	17.349,45
(-) Revista Universidade e Sociedade	0,00	53.498,50	0,00	0,00	0,00	0,00	53.498,50	74.495,50
(-) Seguros em Geral	346,08	267,32	12,08	12,08	12,08	259,95	909,59	2.622,23
(-) Seminários, Congressos e Convenções	150,00	0,00	0,00	2.440,00	20,00	0,00	2.610,00	5.921,00
(-) Serviços de Terceiros - Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	156,76
(-) Serviços Fotográficos - PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,16	76,16	76,16
(-) Serviços Fotográficos - PJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	2.500,00
(-) Serviços Gráficos	32.758,00	20.765,50	480,00	32.500,00	25.134,00	97.205,00	208.842,50	446.627,50
(-) Serviços Técnico Profissionais - PJ	500,00	2.500,00	120,00	43.884,00	13.680,00	6.084,00	66.768,00	129.631,50
(-) Telefone	9.839,98	9.842,78	9.916,05	10.148,38	10.648,29	14.007,28	64.402,76	111.785,24
(-) Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF	0,00	1.041,66	3.725,02	465,49	3.233,96	0,00	8.466,13	18.655,74
(-) Transportes e Fretes	49.637,15	41.489,52	23.375,66	2.007,98	67.068,82	99.163,86	282.742,99	505.676,51
Total das Despesas	657.463,36	692.176,67	688.596,89	820.741,48	760.641,46	1.223.754,06	4.843.373,92	9.016.823,70
								-
(=) Superávît (Déficit) do período	106.256,29	100.647,38	(86.934,77)	(145.384,95)	(76.727,56)	(463.909,05)	(566.052,66)	(247.271,61)

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Fundo Único
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 2013
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
(+) Contribuições Recebidas	19.518,90	46.005,48	50.558,77	101.073,25	71.941,53	71.966,71	68.724,83	64.066,83	65.659,27	96.107,08	655.622,65
(+) Rendim. Aplicações Financeiras	6.850,31	17.215,42	15.962,02	15.704,08	20.516,13	18.794,91	20.869,92	22.607,60	18.863,63	21.802,25	179.186,27
Total das Receitas	26.369,21	63.220,90	66.520,79	116.777,33	92.457,66	90.761,62	89.594,75	86.674,43	84.522,90	117.909,33	834.808,92

MESES	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
(-) Despesas Bancárias/CPMF/IOF	116,10	368,90	204,10	216,00	186,30	178,20	153,90	211,10	183,00	204,60	2.022,20
(-) Desp. c/Contribuições e Doações	5.000,00	87.760,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	32.000,00	24.000,00	166.760,00
(-) Desp. c/Material de Consumo Diversos	0,00	10.182,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.182,69
(-) Desp. c/Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas	0,00	3.259,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.259,29
(-) Desp. c/Loações Diversas	0,00	2.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.020,00
(-) Desp. c/Diárias	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
(-) Desp. c/Condução e Transporte Urbano	0,00	160,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.160,00
(-) Desp. c/Serviço Gráfico	0,00	510,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510,00
(-) Desp. c/Combustíveis e Lubrificantes	0,00	152,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152,80
(-) Desp. c/Prestação de Serviços	0,00	380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,00
(-) Desp. c/Hospedagens	0,00	0,00	4.176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.176,00
(-) Desp. c/Mantimentos e Alimentação	0,00	0,00	654,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	654,36
Total das Despesas	5.116,10	107.293,68	13.034,46	216,00	6.186,30	178,20	153,90	10.211,10	32.183,00	24.204,60	198.777,34
(=) Superávit (Déficit) do período	21.253,11	(44.072,78)	53.486,33	116.561,33	86.271,36	90.583,42	89.440,85	76.463,33	52.339,90	93.704,73	636.031,58

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em Reais)

CNPJ 00.676.296/0001-65

	Patrimônio Líquido	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00	5.116.407,64	5.116.407,64
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	(71.811,99)	(71.811,99)
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REVERSÕES DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZAÇÃO AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPÉRAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	(247.403,09)	(247.403,09)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00	4.797.192,56	4.797.192,56

MARINALVA SILVA OLIVEIRA

Presidente

CPF: 236.646.492-49

FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR

1º Tesoureiro

CPF: 040.970.858-59

Iêda Mendes Corrêa

Contadora

CRC/DF 013.720/O-8

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2013**

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE	2013	2012
	R\$	R\$
DISPONIBILIDADES	3.897.507,49	3.457.483,69
Caixa Geral	4.680,06	1.045,62
Caixa - ANDES	2.461,83	386,38
Caixa - FNM	0,00	433,97
Caixa - CNESF	1.016,63	225,17
Caixa - FNG	0,10	0,10
Caixa - FUNDO ÚNICO	1.201,50	0,00
Bancos c/Movimento	443.062,19	610.533,49
BB - c/c 403.726-x (ANDES)	205.880,88	489.712,27
BB - c/c 437.515-7 (FNM)	0,00	5.450,37
BB - c/c 437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)	0,00	6.116,20
BB - c/c 437.525-4 (CNESF)	25.219,41	12.889,17
BB - c/c 5.551-4 (Publicações)	166,50	388,40
BB - c/c 437.864-4 (Eventos)	13.170,49	7.788,49
CEF - c/c 51.567-2 (Contribuição Sindical)	87.407,30	87.692,99
BB - c/c 23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	108.580,53	0,00
BB - c/c 223.926-4 (FNG)	2.637,08	495,60
Bancos c/Depósitos Bloqueados	0,00	202,25
BB - c/c 437.515-7 (FNM)	0,00	178,25
BB - c/c 437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)	0,00	24,00
BB - c/c 437.864-4 (Eventos)	0,00	0,00
Bancos c/Aplicações Financeiras	3.449.765,24	2.845.702,33
BB - c/403.726-x (ANDES)	51.043,00	66.521,50
BB - c/437.515-7 (FNM)	0,00	980.802,85
BB - c/437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)	0,00	1.277.244,23
BB - c/437.525-4 (CNESF)	362.638,05	315.852,43
BB - c/437.864-4 (Eventos)	5.362,12	147.216,56
BB - c/23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	2.942.928,11	0,00
BB - c/223.926-4 (FNG)	87.793,96	58.064,76
CRÉDITOS	1.289.944,48	1.056.303,33
Devedores por Empréstimos	97.020,18	83.280,44
CNESF	29.240,84	29.013,64
Fundo de solidariedade	7.608,43	0,00
APUFSC	19.000,00	19.000,00
SESDUEM	0,00	20.000,00
SINDUFAP	5.266,80	5.266,80
CONLUTAS	6.000,00	0,00
SESF-Sind.Emp.Est.Serv.Saude de	10.000,00	10.000,00
FUNDO ÚNICO	19.904,11	0,00

<i>Devedores da Entidade</i>	363.232,23	354.784,11
SSind. Rateio 22º Congresso	1.461,55	1.461,55
SSind. Rateio 47º CONAD	3.228,37	3.228,37
SSind. Rateio 23º Congresso	14.546,39	14.546,39
SSind. Rateio 48º CONAD	938,27	938,27
SSind. Rateio 49º CONAD-Brasília	3.093,85	3.093,85
SSind. Rateio 24º Congresso	13.368,91	13.368,91
SSind. Rateio 6º CONAD Extraordinário	12.855,39	12.855,39
SSind. Rateio 50º CONAD	9.156,94	9.156,94
SSind. Rateio 25º Congresso-MT	16.517,38	16.517,38
SSind. Rateio 51º CONAD	20.075,92	20.075,92
SSind. Rateio 26º Congresso-PB	17.369,90	17.369,90
SSind. Rateio 27º Congresso-GO	662,98	662,98
SSind. Rateio 3º Congresso Extraordinário	4.505,08	4.505,08
SSind. Rateio 52º CONAD	5.742,90	5.742,90
SSind. Rateio 28º Congresso-RS	53.281,84	53.281,84
SSind. Rateio 54º CONAD	19.121,34	19.121,34
SSind. Rateio 29º Congresso	17.578,71	17.578,71
SSind. Rateio 55º CONAD	13.247,37	13.247,37
SSind. Rateio 56º CONAD-PR	6.521,89	6.521,89
SSind. Rateio 30º Congresso-MG	20.708,91	22.121,87
SSind. Rateio 31º Congresso-Manaus/AM	21.863,25	25.828,29
SSind. Rateio 57º CONAD-Parnaíba/PI	16.021,81	26.994,14
SSind. Rateio 32º Congresso-Rio de Janeiro/RJ	13.786,71	0,00
SSind. Rateio 58º CONAD-Santa Maria/RS	11.011,74	0,00
Devedores Diversos	46.564,83	46.564,83
<i>Créditos Diversos</i>	219.829,17	229.012,08
Despesas a Regularizar	214.152,21	210.291,67
Secretaria da Receita Federal	0,00	7.121,16
Cheques em Caução	3.473,85	3.473,85
Secretaria de Fazenda e Planejamento	450,17	450,17
Cheques Devolvidos	0,00	4.975,28
FGTS a Recuperar	0,00	2.699,95
Salário Maternidade a Recuperar	1.752,94	0,00
<i>Adiantamento a Funcionários</i>	31.828,27	37.612,51
Adiantamento de Salários	8.568,40	3.450,00
Adiantamento de Férias	23.259,87	34.162,51
<i>Adiantamento a Fornecedores</i>	97.637,50	97.637,50
Adiantamento a Fornecedores	97.637,50	97.637,50
<i>Adiantamento a Regionais</i>	425.409,21	253.976,69
Regional Sul	27.855,27	12.332,25
Regional RJ	16.331,44	15.829,78
Regional NE I	733,17	12.521,11
Regional NE II	46.010,69	28.382,71
Regional NE III	7.253,84	9.842,89
Regional SP	56.119,18	25.903,26
Regional Leste	32.499,74	8.340,52

Regional Norte I	53.198,13	14.718,92
Regional Norte II	23.353,84	11.889,55
Regional Planalto	22.194,48	7.722,40
Regional Pantanal	57.173,37	85.172,59
Regional RS	82.686,06	21.320,71
Depósitos Judiciais	54.987,92	0,00
Depósitos Judiciais	54.987,92	0,00
Total do Ativo Circulante	5.187.451,97	4.513.787,02
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
Bens Imóveis	2.910.749,10	2.910.749,10
Edificações	2.280.000,00	2.280.000,00
Benfeitoria 3º Andar	198.565,73	198.565,73
Benfeitoria 5º Andar	432.183,37	432.183,37
Bens Móveis	1.255.559,55	1.252.850,25
Móveis e Utensílios em Geral	315.182,46	315.182,46
Biblioteca	555,00	555,00
Máquinas e Equipamentos	473.402,02	471.979,72
Equipamentos de Informática	446.902,07	445.615,07
Equipamentos de Comunicação	19.518,00	19.518,00
Depreciações Acumuladas	(94.437,76)	(94.437,76)
(-) Dep. Móveis e Utensílios	(20.191,19)	(20.191,19)
(-) Dep. Máquinas e Equipamentos	(47.558,40)	(47.558,40)
(-) Dep. Equipamentos de Informática	(5.217,69)	(5.217,69)
(-) Dep. Edificações	(14.079,52)	(14.079,52)
(-) Dep. Benfeitoria	(6.272,17)	(6.272,17)
(-) Dep. Máquinas, Motores, Aparelho s- BTNF	(1.118,79)	(1.118,79)
Total do Imobilizado	4.071.870,89	4.069.161,59
INTANGÍVEL		
Bens Intangíveis	15.858,27	15.858,27
Programas e Sistemas	15.538,27	15.538,27
Marcas e Patentes	320,00	320,00
(-) Amortização	(222,76)	(222,76)
(-) Amortização de Programas e Sistemas	(222,76)	(222,76)
Total do Intangível	15.635,51	15.635,51
Total do Ativo Não Circulante	4.087.506,40	4.084.797,10
TOTAL DO ATIVO	9.274.958,37	8.598.584,12

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2013**

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE	2013	2012
	R\$	R\$
EXIGIBILIDADES	945.750,44	824.399,38
Fornecedores	108.272,61	27.815,19
Fornecedores Diversos	108.272,61	27.815,19
Obrigações Sociais e Trabalhistas	127.577,98	110.605,66
INSS a Recolher	114.867,92	100.108,36
FGTS a Recolher	12.710,06	10.497,30
Obrigações Fiscais e Tributárias	27.184,33	20.818,52
IRRF s/Salários a Recolher (0561)	14.601,68	12.157,25
IRRF s/Serviços PF a Recolher (0588)	347,13	123,48
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	1.117,08	1.010,53
PIS s/Folha a Recolher (8301)	2.011,19	1.729,60
ISS a Recolher	6.844,25	4.024,70
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	1.988,13	1.636,86
IRRF s/Aluguel PF a Recolher (3208)	274,87	136,10
Credores da Entidade	29.830,51	28.932,20
Credores Diversos - CONADs	898,31	0,00
Credores Diversos	28.932,20	28.932,20
Depósitos de Diversas Origens	77.218,93	81.425,39
Depósitos não Identificados	77.218,93	81.425,39
Credores por Empréstimo	575.666,08	554.802,42
CNESF	227,20	0,00
Fundo de Solidariedade	0,00	528.074,36
FNM	10.485,00	10.263,00
FNG	16.465,06	16.465,06
FUNDO ÚNICO	548.488,82	0,00
Fundos p/Financiamento de Campanha	3.532.015,37	2.657.777,10
FNM - Fundo Nacional de Mobilização	0,00	986.865,44
Contribuições Recebidas	0,00	2.174.820,22
Rendimentos s/Apl. Financeiras	0,00	757.675,66
Depósitos a Identificar	0,00	5.929,10
Empréstimos Recebidos - ANDES	0,00	0,00
Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE	0,00	660,50
Empréstimos Recebidos - FNG	0,00	10.497,50
(-) Despesas c/Diárias	0,00	(275.818,90)
(-) Despesas c/Passagens	0,00	(566.145,70)
(-) Despesas c/Hospedagem	0,00	(175.862,10)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	0,00	(133.493,84)

(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	0,00	(27.067,70)
(-) Despesas Gerais	0,00	(33.212,06)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	0,00	(109.109,16)
(-) Despesas c/Impostos	0,00	(1.425,10)
(-) Acordos Concedidos	0,00	(9,01)
(-) Despesas a Regularizar	0,00	(142.644,93)
(-) Despesas c/Combustíveis	0,00	(173,00)
(-) Despesas c/Reembolso de Kilometragem	0,00	(184,40)
(-) Empréstimos Concedidos-ADUNEB	0,00	(20.000,00)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	0,00	(48.455,00)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	0,00	(32.989,13)
(-) Despesas c/Locações	0,00	(65.080,00)
(-) Despesas c/Material de Consumo	0,00	(59.274,65)
(-) Despesas c/Material de Consumo Diverso	0,00	(277,72)
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	0,00	(10.263,00)
(-) Despesas c/Contribuições/Doações	0,00	(260.787,20)
(-) Empréstimos Concedidos - FDO SOLIDARIEDADE	0,00	(444,94)
FNG - Fundo Nacional de Greve	90.431,14	58.560,46
Contribuições Recebidas	802.568,37	773.055,30
Rendimentos s/Apl. Financeiras	87.929,57	85.300,76
Doações Recebidas	8.044,35	8.044,35
Depósitos a Identificar	7.522,85	7.522,85
Credores Diversos - FNG	82,00	82,00
(-) Despesas c/Diárias	(169.575,99)	(169.575,99)
(-) Despesas c/Passagens	(99.506,41)	(99.506,41)
(-) Despesas c/Hospedagem	(61.289,50)	(61.289,50)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(34.670,46)	(34.670,46)
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	(8.336,29)	(8.065,09)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(80.639,71)	(80.639,71)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(12.616,49)	(12.616,49)
(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade	(74.181,34)	(74.181,34)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(62.073,32)	(62.073,32)
(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação	(64.326,63)	(64.326,63)
(-) Despesas c/Material de Expediente	(47.805,94)	(47.805,94)
(-) Despesas Diversas	(8.000,09)	(8.000,09)
(-) Despesas a Regularizar	(8.473,68)	(8.473,68)
(-) Xerox Com. E Ind. Ltda	(10.528,14)	(10.528,14)
(-) Despesas c/Telefone	(5.972,91)	(5.972,91)
(-) Despesas c/Limpeza, Higiene e Conservação	(2.460,75)	(2.460,75)
(-) Despesas c/Medicamentos Utens. Farmácia	(317,85)	(317,85)
(-) Despesas c/Jornais e Revistas	(880,50)	(880,50)
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(1.234,16)	(1.234,16)
(-) Despesas c/Locações	(19.392,30)	(19.392,30)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(4.223,00)	(4.223,00)
(-) Despesas c/Material Permanente	(4.038,00)	(4.038,00)
(-) Despesas c/Material de Consumo Diversos	(7.742,26)	(7.742,26)
(-) Despesas c/Juros e/ou Multas	(221,72)	(221,72)

(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(16.465,06)	(16.465,06)
(-) Reembolso de Kilometragem	(246,00)	(246,00)
(-) Empréstimos Concedidos - FNM	(10.497,50)	(10.497,50)
Fundo de Solidariedade	0,00	1.283.384,43
Contribuições Recebidas	0,00	2.981.315,22
Rendimentos s/Apl. Financeiras	0,00	1.055.457,05
Depósitos a Identificar	0,00	7.541,19
Empréstimos Recebidos - ANDES	0,00	0,00
Empréstimos Recebidos - FNM	0,00	444,94
(-) Despesas c/Salários	0,00	(2.117.609,71)
(-) Despesas c/Diárias	0,00	(1.110,00)
(-) Despesas c/Passagens	0,00	(1.401,60)
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	0,00	(42.055,04)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	0,00	(7.000,00)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	0,00	(11.177,53)
(-) Empréstimos Concedidos FNM	0,00	(660,50)
(-) Empréstimos Concedidos SINDURCA	0,00	(3.757,00)
(-) Despesas c/Ação FGTS	0,00	(19.000,00)
(-) Acordos Concedidos	0,00	(40,13)
(-) Despesas c/Internet	0,00	(85,84)
(-) Cheques Devolvidos	0,00	(8.802,26)
(-) Despesas a Regularizar	0,00	(20.500,00)
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	0,00	(528.074,36)
(-) Empréstimos Concedidos - CNESF	0,00	(100,00)
CNESF-Coord. Nac. Ent. Serv. Federais	388.874,09	328.966,77
Contribuições Recebidas	1.683.848,21	1.517.229,81
Rendimentos s/Apl. Financeiras	161.976,49	138.831,96
Receitas de Plenária	69.901,73	69.761,73
Depósitos a Identificar	46.263,36	46.263,36
Empréstimos Recebidos - ANDES	29.240,84	29.013,64
Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE	100,00	100,00
(-) Despesas c/Material de Expediente	(69.871,29)	(69.495,04)
(-) Despesas c/Plano de Saúde	(3.182,21)	(3.182,21)
(-) Despesas c/Fotocópias	(5.036,30)	(5.036,30)
(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade	(82.623,00)	(82.623,00)
(-) Despesas c/Juros e Multas	(2.664,77)	(2.664,77)
(-) Despesas c/Telefone	(70.120,63)	(66.948,77)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(9.410,84)	(9.410,84)
(-) Despesas c/Água e Esgoto	(392,16)	(392,16)
(-) Despesas c/Energia Elétrica	(7.290,42)	(7.016,31)
(-) Despesas c/Condomínios	(14.387,31)	(11.660,91)
(-) Despesas Bancárias/CPMF/IOF	(10.797,48)	(10.210,48)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(204.809,19)	(198.866,01)
(-) Despesas c/Vale Alimentação	(425,00)	(425,00)
(-) Despesas c/Vale Transporte	(120,00)	(120,00)
(-) Despesas c/Internet	(5.111,48)	(4.539,07)
(-) Despesas c/Material de Limpeza	(1.740,83)	(1.740,83)

(-) Despesas c/Gêneros Alimentícios	(21.020,66)	(20.952,46)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(155.805,40)	(155.205,40)
(-) Despesas c/Locações	(208.102,65)	(193.585,05)
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(1.275,35)	(1.275,35)
(-) Despesas c/Diárias	(6.075,00)	(6.075,00)
(-) Despesas c/Passagens	(22.603,88)	(22.603,88)
(-) Despesas c/Gratificações	(150,00)	(150,00)
(-) Despesas c/Brindes	(3.023,98)	(3.023,98)
(-) Despesas c/Flores e Ornamentos	(455,00)	(455,00)
(-) II Enc. Ent. Assoc. de Aposentados	(54.239,98)	(54.239,98)
(-) Despesas a Regularizar	(104.357,14)	(104.357,14)
(-) Despesas c/Transportes e Fretes	(7.280,54)	(7.280,54)
(-) Despesas c/Alimentação	(2.201,22)	(1.774,03)
(-) Despesas c/Assinaturas e Periódicos	(9.731,14)	(9.731,14)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(462.116,92)	(365.216,39)
(-) Empréstimos Concedidos	(400,00)	(400,00)
(-) Despesas c/Hospedagem	(23.243,06)	(23.243,06)
(-) Despesas c/IPTU	(3.832,77)	(3.020,90)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(22.435,22)	(19.416,21)
(-) Despesas c/Mat. Consumo Uso Duradouro	(5.096,52)	(5.096,52)
(-) Devedores Diversos	(800,00)	(800,00)
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(227,20)	0,00
FUNDO ÚNICO-Fdo Nac /Mob/Greve	3.052.710,14	0,00
Contribuições Recebidas	655.622,65	0,00
Rendimentos s/Apl. Financeiras	179.186,27	0,00
FNM - Fundo Nacional de Mobilização	1.054.607,81	0,00
Empréstimo Concedido ao FNM pelo FNG	10.497,50	0,00
Fundo de Solidariedade	1.899.943,64	0,00
Empréstimo Conc Fdo de Solidariedade p/ANDES	7.608,43	0,00
Empréstimos Recebidos - ANDES	19.904,11	0,00
Depósitos a Identificar	6.947,89	0,00
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	(2.022,20)	0,00
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(166.760,00)	0,00
(-) Empréstimo Concedido ADUNEB pelo FNM	(20.000,00)	0,00
(-) Empréstimo Concedido ANDES pelo FNM	(10.485,00)	0,00
(-) Empréstimo Conc SINDURCA p/Fdo de Solidariedade	(3.757,00)	0,00
(-) Empréstimo Concedido CNESF p/Fdo de Solidariedade	(100,00)	0,00
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(548.488,82)	0,00
(-) Desp. c/Material de Consumo Diversos	(10.182,69)	0,00
(-) Desp. c/Passagens Aéreas, Terrestres	(3.259,29)	0,00
(-) Desp. c/Locações Diversas	(2.020,00)	0,00
(-) Despesas c/Diárias	(2.500,00)	0,00
(-) Despesas c/Condução e Transporte Urbano	(6.160,00)	0,00
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(510,00)	0,00
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(152,80)	0,00
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(380,00)	0,00
(-) Despesas c/Hospedagem	(4.176,00)	0,00

<i>(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação</i>	(654,36)	0,00
Total do Passivo Circulante	4.477.765,81	3.482.176,48
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
SUPERÁVITs/ DÉFICITs ACUMULADOS	5.044.595,65	6.401.591,72
<i>Superávit Acumulado</i>	5.236.803,74	6.521.987,82
<i>Ajustes de Exercícios Anteriores</i>	(192.208,09)	(120.396,10)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(247.403,09)	(1.285.184,08)
<i>Déficit do Período</i>	(247.403,09)	(1.285.184,08)
Total do Patrimônio Líquido	4.797.192,56	5.116.407,64
TOTAL DO PASSIVO	9.274.958,37	8.598.584,12

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial do exercício de 2013 que apresenta um total de R\$ 9.274.958,37 (nove milhões, duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2013

MARINALVA SILVA OLIVEIRA

Presidente

CPF: 236.646.492-49

FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR

1º Tesoureiro

CPF: 040.970.858-59

IÊDA MENDES CORREA

Contadora

CRC/DF: 013.720/O-8

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR**

31 de Dezembro de 2013

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

RECEITAS	2013	2012
	R\$	R\$
RECEITAS ORDINÁRIAS	8.769.606,81	7.262.582,98
RECEITAS SOCIAIS	8.752.379,44	7.089.958,07
<i>Contribuições</i>	8.752.379,44	7.089.958,07
<i>Contribuições de Exercícios Anteriores</i>	0,00	0,00
Outras Receitas	4.138,91	89.236,01
<i>Contribuição Sindical</i>	54,72	87.706,38
<i>Descontos Obtidos</i>	4.084,19	1.529,63
<i>Recuperação de Despesas</i>	0,00	0,00
Receitas Financeiras	13.088,46	83.388,90
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	13.088,46	83.388,90
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00	25.564,16
Receitas Diversas	0,00	25.564,16
<i>Vendas de Revistas e Jornais</i>	0,00	120,00
<i>Receitas de Eventos</i>	0,00	8.611,16
<i>Receitas Diversas</i>	0,00	16.833,00
Total das Receitas	8.769.606,81	7.288.147,14
DESPESAS		
DESPESAS OPERACIONAIS	9.017.009,90	8.573.331,22
DESPESAS C/PESSOAL E ENCARGOS	2.137.311,99	1.950.060,97
Despesas c/Pessoal	1.712.374,98	1.561.128,40
<i>Ordenados e Salários</i>	987.470,91	906.092,93
<i>Férias</i>	80.571,19	63.129,89
<i>1/3 Férias</i>	26.417,33	21.043,31
<i>Abono Pecuniário de Férias</i>	13.926,97	16.594,06
<i>13º Salário</i>	102.629,94	92.809,99
<i>Horas Extras</i>	25.713,96	36.151,59
<i>DSR s/HE</i>	5.369,16	14.017,91
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	10.379,25	1.288,68
<i>Reembolso Creche/Auxílio Educação</i>	25.801,15	26.745,16
<i>Aviso Prévio</i>	5.355,88	0,00
<i>Adicional Noturno</i>	62,21	340,67
<i>Atestado Saúde Ocupacional</i>	124,00	657,00
<i>Vale Alimentação</i>	318.656,24	278.670,62
<i>Vale Transporte</i>	3.307,13	2.933,59
<i>Auxílio Saúde</i>	76.188,00	70.010,00
<i>Hora Extra Pré-Contratada</i>	30.401,66	27.133,00
<i>Bolsistas</i>	0,00	3.510,00
Encargos Sociais	424.937,01	388.932,57

INSS Patronal	308.199,55	281.859,47
FGTS	103.723,93	94.988,13
PIS s/Folha de Pagamento	13.013,53	12.084,97
DIÁRIAS	337.626,03	419.499,00
Despesas c/Diárias	337.626,03	419.499,00
Diretores	307.972,00	374.524,00
Funcionários	1.700,00	6.615,00
Colaboradores/Convidados	27.954,03	38.360,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.894.222,39	4.627.719,72
Despesas c/Material de consumo	168.005,76	133.599,92
Material de Expediente	81.942,13	48.065,56
Gás, Combustível e Lubrificantes	17.680,78	22.398,12
Material de Limpeza, Higiene e Conservação	6.819,01	6.452,70
Gêneros Alimentícios	20.501,15	1.117,81
Material de Copa e Cozinha	2.128,75	512,83
Material de Manutenção e Reparos	4.099,07	1.321,65
Material de Uso Duradouro	899,80	3.288,09
Medicamentos e Utensílios de Farmácia	836,65	1.155,18
Equipamentos e Material de Informática	5.815,86	20.779,20
Material Elétrico e Hidráulico	1.826,79	1.133,90
Material de Cama, Mesa e Banho	0,00	1.400,00
Livros, Jornais e Revistas	15.165,60	2.014,00
Uniformes e Vestuários em Geral	3.300,00	15.410,00
Outros Materiais de Consumo	6.990,17	8.550,88
Serviços de Terceiros - PF	158.086,28	110.405,80
Assessoria Jurídica - PF	34.422,60	34.422,61
Manutenção e Reparo de Bens Móveis	595,23	165,00
Limpeza e Conservação	2.008,19	666,66
Serviços Fotográficos - PF	0,00	10.017,07
Serviços de Terceiros - Fundos	251,96	316,56
Bolsistas	37.101,60	0,00
INSS s/Serviços - PF	29.474,19	25.390,84
Outros Serviços - PF	18.691,98	27.173,16
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	0,00	0,00
Tradução/Revisão de Textos - PF	18.655,74	12.253,90
Assessoria de Imprensa - PF	16.884,79	0,00
Serviços de Terceiros - PJ	4.568.130,35	4.383.714,00
Assessoria Jurídica - AJN	462.258,96	467.989,88
Assessoria Contábil - PJ	83.734,96	77.657,90
Transportes e Fretes	505.676,51	454.210,90
Conduções e Transportes Urbanos	100.971,37	107.071,99
Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas	766.606,05	954.250,83
Hospedagem	650.541,71	522.057,89
Telefone	111.785,24	126.356,46
Energia Elétrica	38.019,43	46.230,78
Água e Esgoto	1.109,50	807,01
Alimentação	7.484,31	73.323,07

Aluguel de Imóveis	194.297,50	231.951,19
Condomínio	119.996,26	93.221,29
Manutenção e Reparos de Bens Móveis	19.847,16	25.213,15
Serviços Gráficos	446.627,50	63.572,00
Limpeza e Conservação	2.726,00	0,00
Assessoria Jurídica - Regionais	293.219,76	269.330,38
Assinaturas e Periódicos	4.637,66	1.888,52
Internet	31.226,77	36.052,26
Fotocópias/Encadernações	9.375,42	1.311,06
Assinatura de TV a Cabo	3.985,80	3.541,88
Correios e Telégrafos	80.583,20	114.057,57
Reembolso de Kilometragem	17.349,45	20.103,52
Estacionamento/Pedágios	6.545,88	4.157,80
Serviços Fotográficos - PJ	2.500,00	2.797,00
Anúncios e Publicações	2.137,40	5.065,55
Revisa Universidade e Sociedade	74.495,50	115.135,50
Serviços Técnico Profissional - PJ	129.631,50	189.633,11
Despesas em Geral	0,00	1.096,40
Jornal Informandes	277.564,50	327.650,00
Seguros em Geral	2.622,23	561,63
Locação de Máquinas e Equipamentos	1.770,00	108,11
Locações de Veículos	6.113,90	5.268,86
Custas e Emolumentos	87.367,92	24.300,51
Seminários, Congressos e Convenções	5.921,00	16.040,00
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	19.400,00	1.700,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	23.733,26	44.254,47
<i>Despesas Tributárias</i>	23.733,26	44.254,47
IPTU/TLP	20.954,84	23.318,67
IRRF s/Aplicações Financeiras	1.266,70	19.982,80
Impostos e Taxas Diversas	1.511,72	953,00
DESPESAS FINANCEIRAS	11.058,52	30.331,33
<i>Despesas Financeiras</i>	11.058,52	30.331,33
Despesas Bancárias	8.660,00	11.602,37
Juros e Multas p/Atraso	2.398,52	18.728,96
CONTRIBUIÇÕES/DOAÇÕES	751.281,99	585.670,39
<i>Contribuições /Doações</i>	751.281,99	585.670,39
DIEESE- Dep.Inst.Estat.Est. Social	169.124,97	166.083,97
DIAP- Dep. Interes.Ass.Parlam.	3.324,00	3.367,00
CNESF-Coord.Nac. Ent. Serv. Feder	79.875,81	65.271,00
FNDC - Forum Nac. p/Dem. Com	1.460,00	945,00
CONLUTAS-Ass. Coord. Nac. Lutas	281.990,04	221.491,19
Assoc. Amigos Esc Nac FLORESTAN FERNANDES	22.500,00	18.000,00
Associação Auditoria Cidadã da Dívida	24.500,00	22.000,00
FUNDO ÚNICO	119.785,90	0,00
Outras Contribuições/Doações	48.721,27	88.512,23
DESPESAS C/REGIONAIS	828.180,18	901.128,10
<i>Despesas c/Regionais</i>	828.180,18	901.128,10

Regional Sul	70.041,23	83.478,15
Regional RJ	93.220,36	73.384,94
Regional NE I	110.428,33	121.307,68
Regional NE II	49.539,02	41.138,09
Regional NE III	89.739,14	71.519,37
Regional SP	49.659,89	46.388,68
Regional Leste	80.118,74	112.023,57
Regional Norte I	41.992,51	36.759,75
Regional Norte II	96.427,13	83.879,84
Regional Planalto	78.124,47	84.359,08
Regional Pantanal	39.711,47	37.535,60
Regional RS	29.177,89	109.353,35
DESPESAS DIVERSAS	33.595,54	14.667,24
Despesas Diversas	33.595,54	14.667,24
Despesas de Exercícios anteriores	14.518,84	573,71
Despesas c/Eventos	19.066,70	14.092,68
Perdas Diversas	10,00	0,85
Total das Despesas	9.017.009,90	8.573.331,22
(=) Déficit do período	(247.403,09)	(1.285.184,08)

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado no Período apresenta no exercício em referência um déficit de R\$ 247.403,09 (duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e três reais e nove centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos mesmos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2013

MARINALVA SILVA OLIVEIRA

Presidente

CPF: 236.646.492-49

FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR

1º Tesoureiro

CPF: 040.970.858-59

IÊDA MENDES CORREA

Contadora

CRC/DF: 013.720/O-8

V - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2015

O 59º CONAD aprova a previsão orçamentária para 2015.

Receita	2015
Receita Total	9.909.449,80
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	209.449,80
Receita de aplicações financeiras	100.000,00
Receita de Contribuições	9.600.000,00
Despesas	2015
Água e Esgoto	2.200,00
Alimentação	11.000,00
Aluguel de Bens Imóveis	220.000,00
Assessoria Contábil	90.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	496.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	400.000,00
Assinaturas e Periódicos	2.000,00
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	110.000,00
Conduções e Passagens Urbanas	90.000,00
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	24.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00
Correios e Telégrafos	85.000,00
Custas e Emolumentos	23.000,00
Despesas com Regionais	1.152.000,00
Despesas Diversas	50.000,00
Despesas Financeiras	30.000,00
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	24.000,00
Diárias de Diretores	300.000,00
Energia Elétrica	39.000,00
Estacionamentos / Pedágios	5.000,00
Hospedagem	400.000,00
INSS s/Serviços	31.000,00
Internet e TV a Cabo	35.000,00
Locação de Equipamentos e Veículos	10.000,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	20.000,00
Material de Consumo	193.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	800.000,00
Pessoal e Encargos	2.622.000,00
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	200.000,00
Reembolso de Quilometragem	20.000,00
Repasse Fundo Único	192.000,00
Repasse p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	590.000,00
Revista - Universidade & Sociedade	80.000,00
Seguros em Geral	2.700,00

Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	60.000,00
Serviços Técnicos Profissionais – PJ	100.000,00
Telefone	120.000,00
Transportadoras e Fretes	330.000,00
Total de despesas	8.982.900,00

VI - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 33º CONGRESSO

O 59º CONAD aprova a prestação de contas do 33º CONGRESSO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 33º CONGRESSO	ANDES-SN	APRUMA	Total de despesas
<i>Especificação</i>	Despesa	Despesa	Total
1-PESSOAL			
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)			
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem	10.255,00	0,00	10.255,00
Diárias	6.200,00	0,00	6.200,00
Horas extras	31.525,97	761,73	32.287,70
Subtotal	47.980,97	761,73	48.742,70
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO			
Arte do Folder	0,00	1.000,00	1.000,00
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	980,00	0,00	980,00
Cartazes Gráfica	0,00	1.800,00	1.800,00
Encadernação	0,00	0,00	0,00
Convites (impressão)	0,00	750,00	750,00
Painel/Outdoor	0,00	2.500,00	2.500,00
Banner	0,00	360,00	360,00
Serviço de Impressão/Informativo do Congresso	7.950,00	6.562,50	14.512,50
Impressora para imprensa	0,00	0,00	0,00
Subtotal	8.930,00	12.972,50	21.902,50
3 – INFRAESTRUTURA			
Estrutura Física			
Correio	0,00	0,00	0,00
Técnico de Informática	0,00	0,00	0,00
Transportadora	8.750,00	0,00	8.750,00
Aluguel de Imóveis	0,00	3.041,20	3.041,20
Aluguel de rádios	0,00	0,00	0,00
Serviço de montagem stand	0,00	2.641,20	2.641,20
Aluguel de cadeiras e mesas	0,00	400,00	400,00
Aluguel Balcão e Armário	0,00	0,00	0,00
Aluguel de Notebooks	0,00	0,00	0,00

Decoração	0,00	2.100,00	2.100,00
Suporte Técnico de Informática	3.830,00	0,00	3.830,00
Apresentação Cultural	0,00	120,00	120,00
Sonorização	1.600,00	0,00	1.600,00
Cópias e Impressões	13.000,00	0,00	13.000,00
Roteador	0,00	0,00	0,00
Lixeiras	0,00	0,00	0,00
	27.180,00	8.302,40	35.482,40
Prestação de Serviços			
Táxi	0,00	0,00	0,00
Filmagem	3.750,00	0,00	3.750,00
Enfermeiro/ Ambulância	8.200,00	0,00	8.200,00
Manutenção de equipamentos	0,00	133,50	133,50
Pessoal de Apoio (Acadêmicos)	0,00	6.400,00	6.400,00
Segurança	0,00	780,00	780,00
Apoio/Limpeza	0,00	1.080,00	1.080,00
Eletricista	0,00	300,00	300,00
Som	1.600,00	0,00	1.600,00
Aluguel Rádio Universidade	0,00	100,00	100,00
Chaveiro	0,00	342,00	342,00
Horas extras de Apoio	0,00	0,00	0,00
Água Mineral	0,00	216,00	216,00
Manutenção de torneiras	0,00	133,50	133,50
Coffee Break	13.660,00	0,00	13.660,00
	27.210,00	9.485,00	36.695,00
Material de Consumo			
Medicamentos farmácia	8.200,00	8.200,00	16.400,00
Material de Escritório e expediente	0,00	1.395,04	1.395,04
Material de Consumo	0,00	597,45	597,45
	8.200,00	10.192,49	18.392,49
Material distribuído aos delegados e observadores			
Pastas/ Bolsas	0,00	5.000,00	5.000,00
Camisetas	0,00	7.000,00	7.000,00
Crachá	0,00	3.290,00	3.290,00
Guia do Congressista	0,00	0,00	0,00
Canetas	0,00	1.300,00	1.300,00
Blocos	0,00	1.000,00	1.000,00
Brindes	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	17.590,00	17.590,00
4 - COMISSÃO ORGANIZADORA			
Diárias	900,00	0,00	900,00
Passagens Aéreas	2.092,00	0,00	2.092,00

Hospedagem	1.488,00	0,00	1.488,00
Subtotal	4.480,00	0,00	4.480,00
5- Despesa c/ transporte de um delegado das seções sindicais c/ menos de 101 filiados.			
	7.349,32	0,00	7349,32
Subtotal	7.349,32	0,00	7.349,32
TOTAL	131.330,29	59.304,12	190.634,41
Total de Despesas Previstas para Rateio	166.906,57		
Total de Despesas Realizadas	190.634,41		
Porcentagem da diferença	14.22%		
Valor pago a maior	23.727,84		

VII - MUDANÇAS NA ESTRUTURA E METODOLOGIA DO CONGRESSO DO ANDES-SN

O 59º CONAD delibera:

7.1 A pauta do Congresso do ANDES-SN será assim distribuída:

Tema I – Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta.

Tema II – Políticas sociais e plano geral de lutas.

Tema III – Plano de lutas dos setores.

Tema IV – Questões organizativas e financeiras.

7.2 A apresentação dos textos de conjuntura e de centralidade da luta somente será admitida no Caderno de Texto principal.

7.3 Recomenda-se que as seções sindicais discutam, até o próximo Congresso do ANDES-SN, os critérios para a remessa de textos ao Congresso e ao CONAD, de modo a aprimorar os processos democráticos preparatórios desses eventos.

7.4 Os Grupos mistos poderão remeter para a plenária TRs que não forem por eles tratados devido ao limite de horário, mas estes serão recepcionados e apreciados pelas plenárias somente quando tiverem sido aprovados ou obtido 30 por cento dos votos em pelo menos um grupo.

7.5 A organização do Congresso do ANDES-SN dar-se-á conforme as orientações e recomendações abaixo elencadas:

7.5.1 A partir do próximo Congresso será utilizado um sistema informatizado e padronizado para montar os relatórios dos grupos mistos e das plenárias.

7.5.2 O cronograma do Congresso deve possibilitar que haja um espaço para a realização de reuniões organizativas de todos os GTs do ANDES-SN no próprio Congresso.

7.5.3 O cronograma do Congresso deve possibilitar que haja dois turnos de trabalho a cada dia, preferencialmente nos turnos matutino e vespertino.

7.5.4 O cronograma do Congresso deve possibilitar, preferencialmente, plenárias matutinas.

7.5.5 O cronograma do Congresso deve possibilitar, preferencialmente, grupos mistos vespertinos.

7.5.6 O cronograma do Congresso deve possibilitar períodos livres, sendo um diurno, de preferência dia útil ou em período comercial.

7.5.7 O cronograma do Congresso levará em conta a possibilidade de juntar a plenária de abertura e a plenária de instalação.

7.5.8 O cronograma do Congresso levará em conta a possibilidade de juntar a plenária do último tema com a plenária de encerramento.

7.5.9 O cronograma do Congresso garantirá dois períodos de discussão para o tema II, que se torna mais inclusivo, tanto nos grupos mistos quanto na plenária respectiva.

7.6 A organização do Congresso será objeto de avaliação permanente a cada CONAD.

RATEIO DE DESPESAS DO 59º CONAD

Nº	SSIND	Nº Filiaados	Nº de Delegados Presentes	COTA	Transporte	Taxa Observ.	Pagar Receber (-)
NORTE I							
1	ADUA	914	1	3.264,37	1.199,94	0,00	2.064,43
2	ADUFAC	530	1	2.265,97	1.199,94	40,00	1.106,03
3	SESDUF-RR	328	1	1.740,77	1.199,94	0,00	540,83
NORTE II							
4	SINDUNIFESSPA	79	1	1.093,37	1.199,94	40,00	-66,57
5	ADUFPA	1.601	1	5.050,57	1.105,14	120,00	4.065,43
NORDESTE 1							
6	APRUMA	1.100	1	3.747,97	1.199,94	40,00	2.588,03
7	ADUFPI	1.856	1	5.713,57	1.199,94	40,00	4.553,63
8	SINDUECE	301	1	1.670,57	613,50	0,00	1.057,07
9	SINDIUVA	138	1	1.246,77	631,80	40,00	654,97
NORDESTE 2							
10	ADUFPB	2.430	1	7.205,97	599,40	120,00	6.726,57
11	ADFURRN/ADUERN	948	1	3.352,77	1.231,14	40,00	2.161,63
12	ADUFERPE	704	1	2.718,37	401,34	160,00	2.477,03
13	ADUFEPE	2.250	1	6.737,97	401,34	200,00	6.536,63
14	ADUC	48	1	1.012,77	686,25	40,00	366,52
15	ADUFCG	719	1	2.757,37	614,58	40,00	2.182,79
NORDESTE 3							
16	ADUFS-BA	591	1	2.424,57	408,33	40,00	2.056,24
17	ADUFS	1.219	1	4.057,37	0,00	400,00	4.457,37
18	ADUSB	803	1	2.975,77	479,94	0,00	2.495,83
19	ADUSC	487	1	2.154,17	1.191,00	80,00	1.043,17
20	ADUFAL	1.425	1	4.592,97	621,78	0,00	3.971,19
21	ADUNEB	944	1	3.342,37	392,91	80,00	3.029,46
LESTE							
22	ASPUV	1.035	1	3.578,97	902,90	160,00	2.836,07
23	ADFMTM	224	1	1.470,37	1.050,82	0,00	419,55
24	ADUFES	1.674	1	5.240,37	731,34	120,00	4.629,03
25	APESJF	1.110	1	3.773,97	781,74	40,00	3.032,23
26	ADUFU	1.291	1	4.244,57	1.030,74	80,00	3.293,83
27	SINDCEFET-MG	512	1	2.219,17	859,74	80,00	1.439,43
28	ADFUNREI	516	1	2.229,57	892,41	40,00	1.377,16
29	ADUFOP	638	1	2.546,77	876,17	40,00	1.710,60
30	ADUFLA	567	1	2.362,17	897,35	40,00	1.504,82
PANTANAL							
31	ADUFMAT	1.280	1	4.215,97	1.199,94	80,00	3.096,03
32	ADUFDOURADOS	329	1	1.743,37	954,95	0,00	788,42
33	ADUEMS	345	1	1.784,97	954,95	40,00	870,02
PLANALTO							
34	ADUNB	2.318	1	6.914,77	1.199,94	320,00	6.034,83
35	APUG	192	1	1.387,17	1.257,23	120,00	249,94
36	ADCAJ	58	1	1.038,77	740,34	40,00	338,43
37	SESDUFT	316	1	1.709,57	1.199,94	0,00	509,63

RIO DE JANEIRO							
38	ADUR-RJ	858	1	3.118,77	785,73	120,00	2.453,04
39	ADUFRJ	3.312	1	9.499,17	781,74	160,00	8.877,43
40	ADUFF	2.575	1	7.582,97	788,22	240,00	7.034,75
41	ADUNIRIO	732	1	2.791,17	781,74	120,00	2.129,43
42	ASDUERJ	1.388	1	4.496,77	781,74	80,00	3.795,03
SÃO PAULO							
43	ADUNICAMP	2.107	1	6.366,17	1.199,94	0,00	5.166,23
44	ADUSP	2.815	1	8.206,97	1.198,74	80,00	7.088,23
SUL							
45	APUFPR	2.916	1	8.469,57	944,70	200,00	7.724,87
46	S.S UFSC	203	1	1.415,77	1.036,14	0,00	379,63
47	SESDUEM	362	1	1.829,17	1.050,82	40,00	818,35
48	SINDUTF-PR	922	1	3.285,17	944,70	80,00	2.420,47
RGS							
49	APROFURG	788	1	2.936,77	937,74	160,00	2.159,03
50	ADUFPEL	1.227	1	4.078,17	970,95	120,00	3.227,22
51	SEDUFMS	1.266	1	4.179,57	975,24	80,00	3.284,33
		53.291	51	183.843,07	45.286,73	4.200,00	142.756,34

Amauri Fragoso de Medeiros
1º Tesoureiro

Prestação de Contas do 59º CONAD

Nº	ITEM	Previsão ANDES-SN	Previsão ADUFS
1	Pessoal		
1.1	ANDES-SN		
	Horas Extras	18.500,00	1.794,58
	Diárias	4.600,00	0,00
	Passagem Aérea	3.477,70	0,00
	Passagem Terrestre	0,00	0,00
	Hospedagem	6.696,00	0,00
	SUBTOTAL	33.273,70	1.794,58
1.2	Apoio		
	Serviço de Apoio/Monitores	0,00	4.320,00
	Apresentação Cultural	0,00	1.000,00
	Cerimonial	0,00	444,00
	Serviço de Enfermagem e Ambulância	0,00	4.800,00
	Transporte/ônibus	0,00	600,00
	Combustível	0,00	1.147,01
	SUBTOTAL	0,00	12.311,01
2	Imprensa e Divulgação		
	Cartazes	0,00	735,00
	Banner	0,00	445,00
	Filmagem	0,00	4.200,00
	Transportadora	6.991,38	0,00
	Informandes	0,00	3.600,00
	Convites Abertura	0,00	200,00
	SUBTOTAL	6.991,38	9.180,00
3	Infraestrutura		

	Material de Escritório	0,00	286,00
	Aluguel de Impressora	0,00	2.160,00
	Tonner para Impressora	1.320,00	2.250,00
	Computador/ Notebook	0,00	2.400,00
	Aluguel Copiadora/ Impressora	0,00	0,00
	Correios	0,00	516,35
	Coffe Break	10.800,00	0,00
	Café/ Água Mineral	300,00	480,00
	Papel A4	594,00	560,00
	Sonorização	0,00	1.380,00
	Ventiladores	0,00	480,00
	Internet	0,00	200,00
	Ornamentação	0,00	3.148,00
	Espaço Hotel, Auditório e Salas	30.450,00	0,00
	SUBTOTAL	43.464,00	13.860,35
4	Material Distribuído para Delegados e Observadores		
	Bolsas	0,00	5.000,00
	Camisetas	0,00	3.600,00
	Pastas	0,00	1.180,00
	Canetas Personalizadas	0,00	1.000,00
	Crachás	0,00	1.100,00
	Bloco de anotações	0,00	1.070,00
	SUBTOTAL	0,00	12.950,00
5	Gastos com Comissão Organizadora		
	Diárias	900,00	2.668,86
	Hospedagem	1.797,00	0,00
	Passagens Aéreas	3.397,21	0,00
	Pedágios, Combustíveis, Passagens Terrestres	0,00	0,00
	SUB-TOTAL	6.094,21	2.668,86
	TOTAL	89.823,29	52.764,80
	Total de Despesas Previstas	142.588,09	

*CADERNO
DE
TEXTOS*

*59º CONAD
do
ANDES-Sindicato Nacional*

TEMA CENTRAL:

**Luta em defesa da educação: autonomia da universidade, 10% do PIB
exclusivamente para a educação pública.**

Aracaju/SE, 21 a 24 de agosto de 2014

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2012-2014

Presidente: Marinalva Silva Oliveira

Secretário-geral: Márcio Antônio de Oliveira

1º Tesoureiro: Fausto de Camargo Júnior

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luiz Henrique Schuch

SUMÁRIO

Proposta de Cronograma e Pauta do 59º CONAD	
Proposta de Regimento do 59º CONAD	
TEMA I: MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 33º CONGRESSO	
Texto 1 – Avaliação da Conjuntura – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 2 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 3 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política educacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 4 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política de ciência e tecnologia, pós-graduação e trabalho docente - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 5 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política agrária, urbana e ambiental - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 6 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política de seguridade social e assuntos e aposentadoria - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 7 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política de classe para as questões etnicorraciais, de gênero e diversidade sexual - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
Texto 8 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 9 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 10 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IPES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 11 - Sede do 60º CONAD do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 12 - Homologações de novas seções sindicais - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 13 - Comissão da Verdade do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	

Texto 14 - Mudanças na metodologia do Congresso do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 15 - Prestação de contas do exercício 2013 - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 16 - Previsão orçamentária para 2015 - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 17 - Prestação de contas do 33º Congresso do ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 18 - Modificação da estrutura do Congresso do ANDES-SN - <i>Contribuição dos(as) Professores(as) sindicalizados da APUFPR-SSind Adriana Hessel Dalagassa, Claudio Antonio Tonegutti, Graziela Lucchesi Rosa da Silva, Jose Ricardo Vargas de Faria, Luis Allan Kunzle, Milena Martinez, Paulo Perna, Rogerio Miranda Gomes, Vilson Aparecido da Mata e Vitor Schuhli</i>	
Texto 19 - Repasses das seções sindicais - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
SIGLAS	

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado como proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 2 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política sindical	
TR 3 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política educacional	
TR 4 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política de ciência e tecnologia, pós-graduação e trabalho docente	
TR 5 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política agrária, urbana e ambiental	
TR 6 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política de seguridade social e assuntos e aposentadoria	
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
TR 8 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	
TR 9 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES	
TR 10 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IPES	
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 11 - Sede do 60º CONAD do ANDES-SN	
TR 12 - Homologações de novas seções sindicais	
TR 13 - Comissão da Verdade do ANDES-SN	
TR 14 - Mudanças na metodologia do Congresso do ANDES-SN	
TR 15 - Prestação de contas do exercício 2013	
TR 16 - Previsão orçamentária para 2015	
TR 17 - Prestação de contas do 33º Congresso do ANDES-SN	
TR 18 - Modificação da estrutura do Congresso do ANDES-SN	

Apresentação

O 59º CONAD será realizado na cidade de Aracaju, de 21 a 24 de agosto de 2014, organizado pela diretoria do ANDES-SN e pela ADUFS Seção Sindical, que sediará o evento. O tema do 59º CONAD expressa com clareza a continuidade e a persistência do nosso esforço no cumprimento de princípios que são parte da luta histórica do ANDES-SN: ***Luta em defesa da educação: autonomia da universidade, 10% do PIB exclusivamente para a educação pública.***

Impressiona verificar que, anos após anos, o projeto neoliberal continua presente. Ao contrário do que propala o governo, as ações do capital permanecem vivas e atuantes, minando todas e quaisquer tentativas de construção democrática e autônoma que beneficie o público, a coletividade, a produção e a distribuição da riqueza de forma igualitária, sem concessões como se fossem privilégios e sem visar a cooptação e a manipulação do povo para a manutenção de uma estrutura de poder que não liberta, ao contrário, escraviza.

Os 10% para a educação só em 2020, isso é temerário. As ações reformistas continuam vorazes. Todas no sentido de dar curso às propostas internacionais de reforma da educação para o adestramento e a submissão aos cânones da produtividade, da competição e do individualismo, que tornem cada ser humano um microcosmo do capitalismo.

Tem mais. Os governantes são surdos à indignação das ruas, que é entendida como arruaça, não como clamor por mudanças. Respondem com a força das armas, com a exclusão dos que incomodam e colocam tapumes para que o feio não apareça.

Enquanto isso, o governo e as forças que a ele se aliam aumentam a pressão sobre os sindicatos que batalham pelos direitos dos trabalhadores. Ao contrário, a pelegada e os ditos sindicatos “amarelos” ganham o apoio do governo, pois não têm pejo de se prestar a esse triste papel de aliados para impedir a mudança e a transformação.

Caberá ao 59º CONAD a atualização do Plano de Lutas aprovado no 33º Congresso do Sindicato buscando respostas para os desafios da conjuntura atual, para que nos fortaleçamos e continuemos em frente. Também nesse CONAD, como prova da vitalidade do Sindicato, tomará posse a nova diretoria para o biênio 2014-2016. Novo tempo, e novas esperanças de prosseguimento e reforço da luta que vem sendo travada.

Não tememos o futuro porque estamos firmes na sua construção. Vamos trabalhar pelos princípios que acreditamos e queremos manter vivos de liberdade e autonomia sindical.

Até breve, até Aracaju!

Diretoria do ANDES-SN

PROPOSTA DE PAUTA E DE CRONOGRAMA DO 59º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Aracaju/SE 21 a 24 de agosto de 2014

Tema Central: Luta em defesa da educação: autonomia da universidade, 10% do PIB exclusivamente para a educação pública

5ª feira (21/8)	6ª feira (22/8)	Sábado (23/8)	Domingo (24/8)
<p style="text-align: center;">9h às 12h Credenciamento</p> <p style="text-align: center;">10h às 12h Plenária de Abertura Posse da Diretoria do ANDES-SN</p>	<p style="text-align: center;">9h às 12h Grupo Misto - Tema II</p>	<p style="text-align: center;">9h às 12h Grupo Misto - Tema IV</p>	<p style="text-align: center;">9h às 12h Plenária do Tema IV</p>
<p style="text-align: center;">14h às 16h Plenária de Instalação</p> <p style="text-align: center;">14h às 18h Credenciamento</p>	<p style="text-align: center;">14h às 17h Grupo Misto - Tema III</p>	<p style="text-align: center;">14h às 17h Plenária do Tema II</p>	<p style="text-align: center;">15h às 17h Plenária de Encerramento</p>
<p style="text-align: center;">18h às 20h Plenária Tema I</p>		<p style="text-align: center;">18h30 às 21h30 Plenária do Tema III</p>	

TEMÁRIO:

Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 33º CONGRESSO.

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores.

Tema IV: Questões organizativas e financeiras

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 59º CONAD

Regimento do 59º CONAD

Capítulo I Do 59º CONAD

Art. 1º O 59º CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á no período de 21 a 24 de agosto de 2014, em Aracaju-SE, organizado pela ADUFS Seção Sindical do ANDES-SN.

Parágrafo único. O período de realização do 59º CONAD poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, para o dia 25 de agosto de 2014.

Art. 2º O 59º CONAD tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 59º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o art. 22.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 59º CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 33º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do 33º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 33º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN, nos termos do seu Estatuto;

V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela diretoria;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as) do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN;

IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente;

XI - homologar a constituição de seções sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de associações de docentes (AD) em seções sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO imediatamente subsequente.

Capítulo III Dos Participantes

Art. 6º São participantes do 59º CONAD:

I - um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II - um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III - uma representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN;

IV - o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V - observadores(as) de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito a voz;

VI - os demais membros efetivos da diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz;

VII - os membros das comissões organizadora e diretora, com direito a voz;

VIII - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora ou diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as), salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos;

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 59º CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora;

b) os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas assembleias gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais dos sindicalizados via secretaria regional, devem estar credenciados(as) como observadores(as);

c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 7º A (O) presidente do ANDES-SN preside o 59º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 8º O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) ao 59º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 18h

(dezoito) horas do dia 21 de agosto de 2014, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata, ou extrato de ata, da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata, ou extrato de ata, que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. justificando a situação.

§ 3º Para credenciamento de observadores(as) de sindicalizados(as), via secretaria regional, deve ser apresentada a ata da assembleia geral que os(as) escolheu.

§ 4º Cada delegado (a) ou observador (a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e ou votação, em cores diferentes.

§ 5º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 6º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora.

§ 7º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos Órgãos

Art. 9º São órgãos do 59º CONAD:

I - Comissão organizadora;

II - Comissão diretora;

III - Grupos mistos;

IV - Plenárias.

§ 1º As comissões organizadora e diretora são criadas a partir da convocação.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização.

§ 3º O quorum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 59º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quorum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 5º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quorum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 10. A comissão organizadora do 59º CONAD é constituída por 3 (três) representantes da ADUFS e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SN.

Art. 11. É de competência da comissão organizadora:

- I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 59º CONAD;
- II - organizar a sessão de abertura;
- III providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação;
- IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.;
- V - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes.

Seção III **Da Comissão Diretora**

Art. 12. A comissão diretora do 59º CONAD é composta pela diretoria do ANDES-SN.

Art. 13. É de competência da comissão diretora:

- I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes;
- II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;
- III - elaborar a prestação de contas, para apreciação no próximo Congresso;
- IV - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(as) do ANDES-SN;
- V - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 14 deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente.

Seção IV **Dos Grupos Mistos**

Art. 14. Os grupos mistos são compostos por:

- I - delegados(as) de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;
- II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;
- III - diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz;
- IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz.

§ 1º. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 25 (vinte e cinco) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as).

§ 2º Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um observador(a) de uma mesma seção sindical ou AD-S.Sind, ou mais de um observador(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de observador(as) seja superior ao número de grupos mistos.

Art. 15. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do grupo.

§ 2º O(A) coordenador(a) da mesa coordenadora de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as).

§ 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as).

§ 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com este Regimento.

Art. 17. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com este Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II - participar dos trabalhos previstos no art. 21, deste Regimento.

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma deste CONAD, observado o quorum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quorum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma 2ª (segunda) lista de presença.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

Art. 20. Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à comissão diretora o relatório digitado de seu grupo; sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal.

Parágrafo único. Para os relatórios de grupos mistos cujas reuniões terminem após às 19 (dezenove) horas, o prazo limite é até às 10 (dez) horas do dia seguinte.

Art. 21. A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, em conjunto com os(as) relatores(as) dos grupos mistos.

Art. 22. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em pelo menos um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e, sempre que necessário, por essa comissão em conjunto com os(as) relatores(as).

Art. 23. Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas.

§ 1º A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo Misto, ser prorrogada por, no máximo 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do CONAD.

§ 2º Os grupos mistos poderão ter o início do trabalho antecipado por deliberação da sessão anterior, desde que não implique no funcionamento do CONAD.

Seção V **Das Plenárias**

Art. 24. As plenárias são compostas por:

I - delegados(as) de S.Sind (de AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - membros das comissões diretora e organizadora do CONAD, com direito a voz;

IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito a voz.

Art. 25. Os trabalhos das plenárias do CONAD serão dirigidos por uma mesa coordenadora composta por um(a) presidente, um(a) vice-presidente, um(a) 1º(1ª) secretário(a) e um(a) 2º(2ª) secretário(a).

§ 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da mesa coordenadora de cada plenária.

§ 2º A plenária poderá, a partir de encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos.

Art. 26. Compete ao(à) presidente da mesa coordenadora:

I - preparar, junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária;

II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) secretário(a):

I - preparar, junto com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária;

II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação, inicial e encerramento, caberá ao 1º secretário a elaboração e acompanhamento do protocolo/registro de cada sessão.

Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - Plenária de abertura: 2 (duas) horas;

II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

III - Plenária do tema I: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

IV - Plenária do tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

V - Plenária do tema III: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VI - Plenária do tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VII - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 2º Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o Regimento e cronograma do CONAD;

II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao CONAD;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao CONAD, nos termos deste Regimento.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 31. A verificação do quorum, no início das plenárias do CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da seção sindical ou AD-Seção sindical ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

Parágrafo único. A verificação de quorum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 32. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e das plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 33. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do grupo misto ou da plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34. As discussões e votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no *inciso* II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscitos(as).

§ 2º Somente serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as), em pelo menos um grupo misto;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com os relatores, nos termos do art. 22 deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

Art. 35 As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36. As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28 do Estatuto.

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do CONAD, até às 18 (dezoito) horas do dia 23 de agosto de 2014, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do CONAD; sendo, neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 6º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do CONAD o teor das moções propostas, até às 14 (quatorze) horas do dia 24 de agosto de 2014.

§ 3º Excepcionalmente, a critério do plenário, podem ser apresentadas e apreciadas outras moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem os destinatários e os respectivos endereços completos e devidamente anotados não serão recebidas para apreciação do CONAD

Art. 38. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 39. Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se abstiverem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação.

Art. 40. A diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 59º CONAD, para divulgar o respectivo relatório final.

Art. 41. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária.

Art. 42. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 59º CONAD.

Aracaju-SE, 21 de agosto de 2014

Atendendo ao disposto no Art. 37 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 59º CONAD obedeçam ao seguinte formulário:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s):
_____ **Cidade** _____ **Cep.:** _____

E-mail _____

Fato motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, manifestam

**Tema I: Movimento Docente e Conjuntura:
avaliação da atuação do ANDES-SN frente
às ações estabelecidas no 33º Congresso**

AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

A Persistência da Crise Econômica Mundial

A crise capitalista mundial, com altos e baixos, segue ditando os eixos da política internacional. Após o período mais agudo da crise, não houve incremento da regulação do capital. A crise europeia continua sendo enfrentada com austeridade, com custos elevados para os trabalhadores, redução de salários, demissões e perdas de direitos sociais duramente conquistados.

As recentes eleições para o Parlamento Europeu traduzem a crise em termos políticos, com resultados que são prenúncios de novas crises. Os “europeístas” celebraram que seu revés eleitoral, ou a abstenção, não tivesse sido ainda maior. A abstenção, que alcançou em média 57%, registrou picos de 70% a 80% na Eslováquia, Croácia, Hungria, Romênia e Polônia. O Partido Popular Europeu e a socialdemocracia mantiveram a maioria dos assentos no Parlamento Europeu. Nos países em que a crise atinge maior profundidade, venceu a esquerda. Contudo, chama a atenção o avanço da extrema direita. O triunfo da Frente Nacional na França, além do crescimento das forças de direita em outros países, levou a alardear o espectro do fascismo, especialmente pelo avanço do *Ukip* no Reino Unido. Estas correntes levantam a bandeira da dissolução da União Europeia e o retorno de plataformas xenófobas e largamente chauvinistas. Está em jogo o embate de projetos. As lutas da esquerda, que foram responsáveis por fortes mobilizações, têm sido importantes na defesa dos direitos dos trabalhadores, porém sem conseguir, até o momento, alterar substancialmente a correlação de forças. A polarização política indica uma crise da União Europeia e prenuncia fortes enfrentamentos de classe, que terão projeção internacional.

Recentemente, surgiu um novo elemento da crise com a guerra civil na Ucrânia. O “ajuste” do FMI para o resgate da economia quebrada da Ucrânia já se encontra em marcha. Em troca de um empréstimo de 15 bilhões de dólares, foi decretado um reajuste na economia com o lançamento de um “tarifaço” sobre as taxas e custos dos serviços básicos. De outro lado, a Rússia alimenta a recomposição da sua influência na Europa Oriental e aprova a reincorporação da Crimeia, parte da Ucrânia, ao seu território. O conflito que envolve a Ucrânia reedita a velha luta entre as nações imperialistas por áreas e zonas de influência e de controle a favor dos interesses do capital

O Oriente Médio continua sendo um dos eixos mais importantes da crise mundial. Na Síria, a perspectiva de uma intervenção imperialista direta (com tropas) foi contida pela divisão do campo imperialista e pela oposição da Rússia e China. Nesse quadro, o ditador Assad conseguiu montar uma eleição-farsa, que renovou seu mandato com 95% dos votos. A Palestina continua pressionada pelo Estado de Israel e pelos sionistas que trabalham na usurpação dos direitos históricos do povo palestino. No Egito, Al Sisi, ex-chefe das Forças Armadas, que dirige o país desde a destituição do poder da Fraternidade Muçulmana, obteve 93% dos votos. A abstenção foi massiva, chegando a 54%. O regime militar instaurou uma ditadura feroz, condenando à morte mais de mil dirigentes e ativistas partidários do presidente muçulmano deposto. A repressão cobre

todas as manifestações de protesto. Há um esforço por superar as brechas entre islâmicos e laicos com as quais as velhas elites burguesas e militares fraturaram o país. Apesar disso, movimento operário continua combatendo duramente por seus direitos; recentemente, o país foi sacudido por uma onda de greves. Uma das dificuldades neste momento crítico decorre do declínio econômico do país, ocasionado pela crise política, incluído o turismo, uma de suas principais rendas.

Na África subsaariana, as conturbações políticas e sociais continuam presentes; o mais espoliado dos continentes há séculos permanece submetido à sanha imperialista. A divisão artificial de suas nações submete ainda hoje o continente a guerras fratricidas entre nações de um mesmo país, reascende o fundamentalismo e fortalece os conflitos raciais. Em tudo, essa instabilidade favorece a intervenção das antigas potências coloniais que intervêm para resguardar seus interesses e o aprofundamento da superexploração.

Na América Latina, o quadro político em curso, com mudanças substantivas em prol de suas populações mais carentes, não consegue desvencilhar seus países do controle externo de suas economias, que permanecem dependentes e ao sabor dos interesses financeiros do imperialismo.

A Crise e o Brasil

O pano de fundo principal dos movimentos sociais no Brasil é a crise econômica. O superávit primário (para continuar a pagar a dívida com os credores financeiros do débito público) projeta R\$ 86 bilhões para 2014, para uma necessidade de R\$ 99 bilhões (quase 2% do PIB): é preciso fazer um caixa de R\$ 13 bilhões sangrando o serviço público, a educação, a saúde, o transporte e os trabalhadores. A saída de emitir títulos públicos com juros estratosféricos, que continuam a engordar os cofres do capital financeiro nacional e internacional, é complementar à anterior. Ao mesmo tempo, foram gastos mais de R\$ 28 bilhões para fazer a Copa e vencer as eleições de outubro, graças a uma política de ataques às conquistas sociais e ao serviço público, e de entrega financeira da nação.

O setor privado, do seu lado, padece de crônica e acentuada proteção sobre a produção de automóveis, beneficiados pelas isenções fiscais que têm sido mantidas, de eletrodomésticos, da linha branca, etc. Até o setor imobiliário, o de maior valorização na última década, já experimenta uma desaceleração que preanuncia um provável estouro da “bolha” de preços. É que o crédito para consumo também está perto do esgotamento. Num Brasil já endividado, o crédito teve, em 2013, a menor taxa de crescimento dos últimos dez anos, empatando com o desempenho do PIB (2,3%); ou seja, ficou estancado em termos reais. O mercado externo não está muito melhor. O cliente nº 1 do país, a China, só compra produtos primários, barganha descontos nesses itens, e comunica que aumentou as barreiras alfandegárias para produtos de maior valor agregado. O modelo agro-mineiro-exportador, que reprimarizou a economia brasileira, mostra sinais claros de esgotamento.

O programa de metas inflacionárias, que formatou a política econômica do governo PT/PMDB/aliados desde seu início, está perto do colapso. A inflação oficial projetada, para não falar da inflação real, praticamente duplica as metas inflacionárias fixadas para 2014, projetando um cenário de carestia, que poderia levar a uma queda acentuada do consumo e a uma recessão econômica. O governo Dilma reage à crise de sua própria política em termos conservadores e reacionários. Depois de um breve período de políticas contracíclicas, baseadas em subsídios ao grande capital, que atenuaram

parcialmente a recessão, mergulhou-se em um processo de sujeição ao capital em geral e ao capital financeiro internacional em particular; dessa forma, a concentração de renda e principalmente do patrimônio atinge níveis altíssimos.

O alcance da onda grevista que percorre o país está potenciado pelas greves que vêm se avolumando nos últimos dez anos; sua junção com as lutas populares dá continuidade ao movimento iniciado em junho de 2013. O primeiro aniversário das “jornadas de junho” de 2013 está sendo celebrado, em meio à Copa do Mundo, tendo como pano de fundo a participação do movimento organizado dos trabalhadores: 15 mil petroleiros de Cubatão cruzaram os braços rejeitando a proposta de reajuste salarial da patronal; professores de todos os ciclos (fundamental, médio e universitário) e de todos os setores (federal, estadual, privado) foram à luta em defesa de salários e de melhores condições de trabalhos. Os servidores públicos federais realizam um grande movimento nas greves da Fasubra Sindical e do Sinasefe, com fortes ações políticas em Brasília e nos estados; polícias civis e Federal se somaram ao movimento grevista, o que provocou situações de caos na Bahia e em Pernambuco; os rodoviários de vários estados paralisaram as atividades por reajustes salariais acima da inflação e contra os acordos salariais celebrados pelos índices oficiais entre as patronais do transporte e as direções sindicais pelegas, que foram superadas pelo movimento.

Outro exemplo significativo é o das greves dos operários da construção civil nos canteiros de obras do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). A tática de levar a greve para a rua, na forma de grandes manifestações, foi empregada pelos trabalhadores da limpeza urbana do Rio de Janeiro (os garis) que, em pleno carnaval de 2014, paralisaram suas atividades para garantir melhorias salariais e de condições de trabalho; a paralisação se encerrou com ganhos substantivos para os trabalhadores. A solidariedade ao movimento dos garis e do Comperj e o impacto das greves de rodoviários e metroviários denotam a importância que a solidariedade de classe possui para o desfecho vitorioso das lutas. A CSP-Conlutas, assim como também o Espaço de Unidade de Ação, desenvolveu uma importante atividade nesses conflitos, conquistando assim um lugar sólido no processo de reorganização da classe trabalhadora.

Depois de 446 greves contabilizadas em 2010 e 554 em 2011, no ano de 2012 aconteceram 873 greves no Brasil, segundo estudos do DIEESE. É o maior número registrado desde 1996 e revela um crescimento significativo nos últimos anos do recurso à paralisação do trabalho como arma para enfrentar os baixos salários, a perda de direitos dos trabalhadores e as péssimas condições de trabalho, geradoras de uma crescente onda de acidentes de trabalho, especialmente em setores como o da construção civil, que se viu mais aquecido com as grandes obras. O nível de emprego - há 7,2 milhões de desempregados e milhões de brasileiros em idade ativa que já não buscam empregos - questiona o otimismo oficial.

O MTST conseguiu suscitar manifestações pela moradia em oito estados do país, conjuntamente. As manifestações continuam em inúmeras cidades, em que pese a repressão policial da PM, reequipada sob o pretexto de segurança na Copa. Em todas as capitais recrudesciu a repressão policial, ao arrepio das mais elementares garantias legais e constitucionais de manifestação.

Diante desse quadro de crise, o governo Dilma tem apresentado oscilações nos seus índices de popularidade. A quatro meses do primeiro turno da eleição presidencial, o governo Dilma mantém a linha de ampliação das bolsas concedidas aos mais pobres e, ao mesmo tempo, de reaproximação com os setores do capital. Conta ainda com o maior

tempo de televisão, graças às alianças partidárias, cujo principal personagem é o PMDB. As ações políticas do PT assemelham-se, cada vez mais, às práticas que antes criticava em relação aos outros partidos. Mais do que buscar a transformação do país, o que está em jogo é a política de manutenção do poder, ainda que para tanto tenham que ser feitas alianças com quadros representativos da velha ordem, que alia dirigentes conservadores aos detentores e superexploradores do capital.

As Lutas do Movimento Docente

A luta pelo projeto educacional que preserve os princípios do PNE da Sociedade Brasileira, desafio assumido por nós no último congresso, ganha nova dimensão com a aprovação do PNE do governo no Congresso Nacional, o que coloca nossa luta num outro patamar de resistência, que necessariamente seguirá exigindo a articulação com os movimentos sociais, com as entidades estudantis e sindicais, tendo como instrumento central os desdobramentos do Encontro Nacional de Educação. Este ordenará os ajustes de nossas lutas para o segundo semestre, o que nos permitirá responder aos avanços da política educacional, que avança cada vez mais para a consolidação e ampliação da transferência dos recursos públicos para o setor empresarial da educação, destruição do direito universal à educação, à cultura, à ciência, e a crescente desvalorização do trabalho do profissional da educação e a precarização das condições do seu exercício.

O Projeto de Lei Complementar 32/2014, de iniciativa do governo federal, que facilita para as devedoras empresas particulares de ensino superior o parcelamento de suas dívidas, está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal para ser debatido, reabrindo o prazo para requerimento de moratória e do parcelamento previsto no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), programa instituído em 2012 pelo governo federal, que busca salvar da falência empresas particulares de ensino superior por meio de parcelamento e adiamento do pagamento de tributos federais, em troca da oferta de vagas pelo Programa Universidade Para Todos (Prouni) e de bolsas pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Essa medida é mais uma fatia do projeto de educação privatista do governo, baseado no Plano Nacional de Educação (PNE) do decênio 2011-2020. A ideia do PNE e de leis como essa é que se invista dinheiro público em educação privada, ao invés de investir esse dinheiro em educação pública, gratuita, de qualidade.

De acordo com o PNE aprovado pelo Congresso, o investimento na educação será ampliado progressivamente: um mínimo de 7% do PIB no quinto ano de vigência da lei, e de 10% do PIB ao fim do período de dez anos. Ou seja, a aplicação, além de não ser exclusiva para a educação pública, será gradual. O financiamento precisaria ser imediato, para começar a resolver os problemas da educação pública. O Brasil continua com índices de analfabetismo em torno de 10%, e a qualidade de ensino continua precarizada, com crianças, jovens e adultos não se apropriando do conhecimento. Os problemas são para agora, não para daqui a dez anos. Além disso, o texto final aponta que os recursos também serão utilizados para financiar a educação infantil em creches conveniadas, a educação especial, e programas como o de acesso nacional ao ensino técnico e emprego (Pronatec), o de bolsas em faculdades privadas (Universidade para Todos – ProUni), o de financiamento estudantil (Fies) e o de bolsas para estudo no exterior (Ciência sem Fronteiras). Essa proposta de financiamento para a “educação”, de forma generalizada, permite um esquema de privatização, fazendo com que o empresariado possa gerenciar, por dentro, as verbas públicas da educação, por meio do “público não estatal”, que o governo reforça com as parcerias público-privadas e com os

contratos de gestão. A formação escolar se desenvolveria de acordo com as conveniências do capital.

O PNE reforça também a política do Reuni, o que significa uma reafirmação da precarização do ensino universitário, do ensino em geral, da educação como um todo. O governo aprovou o PNE sem ter passado sequer pela Conferência Nacional de Educação (Conae), organizada pelo próprio governo. É um plano que foi construído com o reforço da iniciativa privada, da bancada parlamentar das escolas particulares. Somos contra o uso do dinheiro público para a rede privada de ensino, que cada vez mais concentra sua prioridade no lucro, concebendo a educação como mercadoria.

O contexto das IES confirma as avaliações feitas no último congresso, tanto no que se refere ao recrudescimento das políticas governamentais em âmbito federal como nos estados e municípios. Também se confirmaram nossas análises no que se refere à ação do movimento social de modo mais amplo, que demonstra cada vez mais uma capacidade de resistência e luta, e isso não é diferente nas IES. As ações de mobilização na categoria se intensificaram, com dias de lutas, paralisações, assembleias, atividades junto aos docentes e unidade com outros segmentos que trilham a luta cotidiana no interior das instituições.

No setor das IEES/IMES, ocorreram importantes mobilizações nas estaduais do Ceará, da Bahia, do Rio de Janeiro, do Piauí, de Roraima e do Mato Grosso. As estaduais de São Paulo e a UENF realizaram greves de grande impacto e intensidade. Todos esses movimentos demonstram que o setor tem se fortalecido na luta em diversas frentes: por condições de trabalho e plano de carreira, passando pelo debate do financiamento e modelo de universidade defendido pelo Sindicato Nacional. O desafio para o segundo semestre para o setor das IEES/IMES é garantir a continuidade da mobilização das estaduais e municipais em torno dos debates sobre financiamento, carreira e condições de trabalho, temas comuns a todos os setores do Sindicato.

Nas universidades federais, o quadro da expansão precarizada se aguçou e gerou ações de paralisação do trabalho por absoluta impossibilidade de exercer as atividades acadêmicas; as ações na base se intensificaram, com caravanas, debates, atos de rua, paralisações, manifestações nacionais e, cada vez mais, a busca de superação da desigualdade na compreensão do processo em curso e no grau de mobilização. Nesse curso, confirmou-se a intransigência e autoritarismo do governo, que não efetivou negociação com a categoria, via seu representante legal e legítimo. Os docentes da IFE demonstraram capacidade de avançar na mobilização, contudo, consideraram que as condições para a deflagração do conflito grevista ainda não estavam construídas, nesse momento.

Nas IES particulares tem sido incentivada a política de internacionalização do capital, como determinante das empresas educacionais, associada à retirada de direitos e à precarização, cada vez mais intensa, das condições de trabalho, com destaque para o assédio moral e o autoritarismo institucional-empresarial frente ao trabalho docente. O ANDES-SN segue reafirmando o desafio de aproximar esses docentes da luta classista, defendendo intransigentemente o seu direito de autonomia de organização.

Para o conjunto do movimento docente está colocada a ampliação e unificação das lutas contra a criminalização dos movimentos sociais, em defesa do direito da classe se organizar e em defesa dos serviços públicos - direitos universais da classe trabalhadora - em unidade com todos os trabalhadores e movimentos sociais na luta pelos direitos sociais no seu conjunto.

Intensificar as lutas no interior da categoria docente em defesa de seus salários, da valorização do docente e de melhores condições de trabalho, a partir do aprofundamento do trabalho de base combinado com respostas firmes às investidas governamentais e o fortalecimento dos espaços de luta unitária no campo do classismo, segue sendo o centro de nossas ações para o próximo período, dando destaque ao fortalecimento da inserção do ANDES-SN junto à categoria docente.

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA SINDICAL

TEXTO DE APOIO

O plano de lutas deliberado pelo 33º Congresso (março 2014) definiu, relativamente às questões sindicais, tarefas nos seguintes âmbitos: 1. CSP-Conlutas; 2. Construção das mobilizações de massa de 2014; 3. Formação sindical; 4. Desafios político-organizativos do ANDES-SN e 5. Luta contra as terceirizações.

Em relação à Central, a tarefa principal do ANDES-SN seria a de “ampliar e consolidar sua atuação na CSP-Conlutas, com especial atenção ao seu enraizamento em todos os estados do país”, o que demanda ações em todos os níveis: local, regional e nacional, envolvendo a diretoria do ANDES-SN e as seções sindicais. Como parte desse processo, o Congresso deliberou “contribuir e participar com os setoriais, grupos de trabalho e coletivos temáticos da CSP-Conlutas, que se entrelaçam com as elaborações dos grupos de trabalho do ANDES-SN”.

O pretendido entrelaçamento já vinha se dando, com mais ênfase, no setorial de servidores públicos, mas também nos de educação, negros e negras e LGBT. No presente ano, desde antes do 33º Congresso, a ação do setorial de servidores públicos e também da secretaria executiva nacional (SEN) foi intensa e concentrada na construção da campanha salarial dos servidores federais e da busca de ações que pudessem unificar o setor de educação federal, com vistas a fortalecer a greve da Fasubra e impulsionar a greve no SINASEFE e também no ANDES-SN. Merece destaque o fato de que o setorial de educação e a coordenação assumiram a proposta do ANDES-SN de construção do Encontro Nacional de Educação.

Em relação à construção das mobilizações de massa de 2014, o destaque cabe ao Encontro do Espaço Unidade de Ação, realizado em São Paulo, no dia 22 de março de 2014, que aglutinou segmentos importantes da classe trabalhadora e de movimentos sociais sob o eixo “na copa vai ter luta” e definiu calendário de ações rumo à manifestação do dia 12 de junho, e que segue com outras ações, na qual se inclui o Encontro Nacional de Educação, nos dias 08, 09 e 10 de agosto, fato que contribuiu bastante para dar um bom impulso à construção do Encontro.

Relativamente à formação sindical, o 33º Congresso definiu que o GTPFS deveria elaborar “uma programação de atividades que, de forma articulada com as secretarias regionais e as seções sindicais, dê continuidade aos processos de formação político-sindical realizados no último período”. O GTPFS reuniu-se nos dias 17 e 18 de maio e propôs que as atividades de formação sindical, no próximo período, sem prejuízo de outras, sejam feitas em cada seção sindical ou em grupo de seções sindicais próximas, de forma articulada com a coordenação do GTPFS e que as interessadas em fazê-lo devem contatar a coordenação e juntos prepararem a atividade, podendo contar com a contribuição de colegas, localmente, nas atividades de formação.

Em relação aos desafios político-organizativos do ANDES-SN, o 33º Congresso definiu a priorização do “fortalecimento e enraizamento do Sindicato em todos os locais de trabalho”, pontuando questões de natureza financeira, de estruturação do Sindicato, de formas de escolha da diretoria, de enfrentamento às organizações que atacam o

ANDES-SN e “apoio político e material” aos coletivos de base que “organizam o ANDES-SN em IES onde o Proifes e outras organizações atuam, visando à unidade, autonomia e independência sindical”. Para dar conta das questões acima pontuadas e de outras de natureza semelhante, o 33º Congresso aprovou a realização de um seminário nacional, no segundo semestre de 2014, “do qual poderão surgir mais propostas a serem apreciadas pelo 34º Congresso”. Isso porque, caso surjam propostas estruturais que signifiquem alterações estatutárias, somente o Congresso poderá deliberar sobre elas. Ao 59º CONAD compete, então, indicar a data do seminário, aprovar os meios para viabilizá-lo e principalmente os meios para mobilizar o debate preparatório, para que ele seja bastante produtivo.

Em relação às terceirizações, o 33º Congresso deliberou lutar “em articulação com a FASUBRA, reivindicando a revogação das restrições de funções (limpeza, segurança, etc.) nos quadro de pessoal e nos concurso públicos para servidores técnico-administrativos” e, ainda, aprofundar o debate sobre essa temática no GTPFS. Em sua reunião, o GTPFS apontou a necessidade de ampliar as articulações para além da FASUBRA, incluindo o SINASEFE e também as demais entidades de servidores, pois a prática de terceirizações é generalizada no serviço público. É também importante começar a levantar as situações no interior das instituições e cobrar dos reitores e de suas entidades posicionamento sobre o problema.

Verifica-se, de todo o exposto, que significativa parte das resoluções do 33º Congresso estão ainda demandando implementação e que isso implicará intenso debate e participação no segundo semestre deste ano, a partir dos encaminhamentos que o 59º CONAD definir.

TR - 2

O 59º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Realizar, nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2014, nos termos definidos pelo 33º Congresso, Seminário Nacional sobre a estrutura organizativa do ANDES-SN frente aos desafios políticos atuais.
2. Publicar, no dia 3 de outubro de 2014, um caderno de textos com contribuições ao debate preparatório do seminário, cujos textos deverão ser remetidos à secretaria do ANDES-SN até o dia 02 de outubro de 2014.
3. Incentivar as seções sindicais a relatarem, nesse caderno, suas experiências organizativas diante da multicampia, para propiciar a participação dos docentes na vida sindical.
4. Incentivar as seções sindicais a promoverem atividades de formação sindical, em articulação com a coordenação do GTPFS.
5. Tomar iniciativas no sentido de articular com outras entidades, como a FASUBRA e o SINASEFE, a luta contra as terceirizações nas instituições públicas de ensino, pelo restabelecimento de funções que foram extintas no serviço público, tais como limpeza, segurança, entre outras.
6. Pautar na CNESF, no Fórum dos SPF e outros existentes nos estados, a luta contra as terceirizações e a defesa dos direitos dos trabalhadores terceirizados.
7. Cobrar posição das reitorias em relação às terceirizações, que comprometem parte expressiva das verbas de custeio das instituições, cabendo às seções sindicais pesquisar as situações e condições existentes em cada uma das instituições.

8. Cobrar das entidades nacionais de reitores, como a ANDIFES e a ABRUEM, posição sobre as terceirizações e a precarização do trabalho no interior das instituições públicas de ensino.

9. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, caso sejam necessários, na planilha do Seminário Nacional, que acontecerá nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2014, em Brasília

Planilha (em real) de despesas do Seminário Nacional sobre a estrutura organizativa do ANDES-SN

26, 27 e 28 de outubro de 2014 – Brasília, DF

Seção Sindical	Nº Filiados	Trechos	Despesa com deslocamento	Despesa com hospedagem	Diárias
Regional Norte I			0,00	0,00	0,00
SIND-UEA		Manaus	1.276,00	465,00	300,00
SINDUERR		Boa Vista	997,00	465,00	300,00
Regional Norte II			0,00	0,00	0,00
SINDUEPA		Belém	769,00	465,00	300,00
ADUFRA		Belém	769,00	465,00	300,00
SINDUFSS-PA		Marabá	411,00	465,00	300,00
SINDUFOPA		Santarém	1.189,00	465,00	300,00
SINDIFAP		Macapá	665,00	465,00	300,00
SINDUEAP		Macapá	665,00	465,00	300,00
SINDUFAP		Macapá	665,00	465,00	300,00
Regional NE 1			0,00	0,00	0,00
SINDIUVA		Fortaleza	487,00	465,00	300,00
ADCESP		Teresina	661,00	465,00	300,00
ADUNIFOR		Fortaleza	487,00	465,00	300,00
SINDURCA		J. do Norte	880,00	465,00	300,00
SINDCENTEC		Fortaleza	478,00	465,00	300,00
SINDCEFET-PI		Teresina	661,00	465,00	300,00
Regional NE II			0,00	0,00	0,00
ADUFCG-PATOS		Patos - JPA	802,00	465,00	300,00
ADESA-PE		Arco Verde	646,00	465,00	300,00
SINDFAFICA		Caruaru	646,00	465,00	300,00
ADUC		Cajazeiras	802,00	465,00	300,00
SINDUNIVASF		Petrolina	940,00	465,00	300,00
Regional NE III			0,00	0,00	0,00
Regional Leste			0,00	0,00	0,00
SINDFAFEID		Belo Horizonte	343,00	465,00	300,00
ADOM		Teófilo Otoni	343,00	465,00	300,00
SINDUENG		Belo Horizonte	343,00	465,00	300,00
Regional Planalto			0,00	0,00	0,00
ADCAC		Catalão	150,00	465,00	300,00
ADCAJ		Jatai	1.760,00	465,00	300,00
ADUEG		Goiânia	261,00	465,00	300,00
Regional Pantanal			0,00	0,00	0,00

ADLESTE		T. Lagoas – MS	343,00	465,00	300,00
Regional RJ			0,00	0,00	0,00
SESDUENF		Rio de Janeiro	385,00	465,00	300,00
ADUEZO		Rio de Janeiro	385,00	465,00	300,00
Regional SP			0,00	0,00	0,00
ADUNIMEP		Piracicaba	660,00	465,00	300,00
ADUFABC		São Paulo	265,00	465,00	300,00
ADEEP		Piracicaba	660,00	465,00	300,00
ADUNITAL		Taubaté	265,00	465,00	300,00
Regional Sul			0,00	0,00	0,00
SINDUNESPAR		Curitiba	691,00	465,00	300,00
APRUDESC		Florianópolis	760,00	465,00	300,00
S. Sind UFSC		Florianópolis	760,00	465,00	300,00
SINDUFFS		Chapecó	663,00	465,00	300,00
Convidado da ADESSC		Florianópolis	760,00	465,00	300,00
Regional RGS			0,00	0,00	0,00
S. Sind UFRGS		Porto Alegre	413,00	465,00	300,00
SESUNIPAMPA		Bagé	413,00	465,00	300,00
Total			R\$ 25.519,00	R\$ 18.600,00	R\$ 12.000,00

TEXTO 3

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

A aprovação do PNE em 3 de junho passado no Congresso Nacional confirma as análises realizadas pelo ANDES-SN que caracterizam a política educacional como parte de um programa de governo instituído desde 2007 pelo Plano de Desenvolvimento da Educação. Pautado nos fundamentos da Reforma de Estado em vigor no país desde o governo FHC, o PNE ratifica a concepção de público não estatal, pois aprofunda as parcerias que privatizam os sistemas de ensino, reforça os processos de avaliação de resultados como controle do desempenho escolar, e instrumentaliza a educação básica e superior no sentido de adaptar a força de trabalho às exigências do processo produtivo.

O PNE governamental requer uma reflexão demarcada pelas disputas em torno de projetos societários presentes na sociedade brasileira. A correlação de forças políticas possibilitou ao governo a consolidação de um processo de dominação de classe para o conjunto social, que se concretiza por meio de uma legislação que retira da educação o caráter de direito social garantido constitucionalmente. E mais, consolida uma perspectiva de conjunto da política educacional, da organização do sistema educacional e da gestão das instituições de ensino orientada por um padrão de sociabilidade em que o setor público se adapta a critérios heterônomos provenientes dos interesses

empresariais, o individualismo se estabelece como valor moral radical diante das exigências da competitividade, e o atendimento focalizado das demandas se sobrepõe ao debate da qualidade do ensino no mais alto nível e em bases universais.

Cabe ressaltar que a dominação sociocultural da qual o PNE faz parte se alinhava a uma proposição de consenso que tinha na CONAE o lugar da legitimação política pautada no esmaecimento da correlação de forças, na conciliação de interesses de classe e no consentimento em torno do projeto do bloco no poder. No entanto, o governo rompeu com esse contexto na medida em que adiou a realização da CONAE de abril para novembro de 2014, revelando que seus compromissos com a coalizão de frações das classes dominantes “Todos pela Educação” e com o controle crescente das instituições educacionais pelos setores financeiros são peremptórios, rejeitando, inclusive, procedimentos minimalistas do estabelecimento do consenso. Dessa forma, o PNE do governo potencializa a direção das políticas que fragilizam a autonomia das instituições educacionais, ao mesmo tempo que intensifica o trabalho docente e precariza a formação de gerações de trabalhadoras e de trabalhadores brasileiros.

Nesse contexto, articular uma proposta educacional referenciada num projeto democrático-popular e constituída pela concepção de mundo da classe trabalhadora tornou-se um elemento central diante dos enfrentamentos das ações governamentais e empresariais. Nesse sentido, as deliberações do ANDES-SN têm se pautado na construção de uma proposta alternativa de educação que venha a se contrapor a todo o processo que culminou na aprovação do PNE do governo.

De modo paulatino, essa proposta alternativa foi se constituindo pelo debate junto a movimentos sociais e entidades sindicais, culminando na aprovação da realização de um grande Encontro Nacional de Educação. Para a organização do Encontro Nacional de Educação, articulamos nossas ações em torno do “Comitê da Campanha dos 10% para a educação pública já”, de modo a agregar as forças que ao longo da última década se confrontam com o projeto dominante para a educação. Essa articulação foi bastante positiva, resultando na criação de uma comissão organizativa do evento composta por entidades nacionais como SINASEFE, ANEL, Oposição de Esquerda da UNE, CSP-CONLUTAS, MTST, MST, CFESS, além do próprio ANDES-SN. Ainda em termos da organização do evento, deliberamos que o Encontro Nacional de Educação deveria ser precedido por plenárias e encontros preparatórios por todo o país de modo a não só mobilizar movimentos e entidades, mas também a contribuir para o enriquecimento do debate numa perspectiva democrática e popular.

Durante todo o 1º semestre de 2014, os movimentos e as entidades nacionais, em conjunto com representações locais, promoveram reuniões visando à realização desses eventos preparatórios. Até o momento, foram realizados eventos que envolveram os estados do RS, PR, SC e SE, com a organização dos encontros preparatórios ocorrendo também no RJ, MG, ES, CE, SP, PE, MA e PI.

A ideia central do Encontro Nacional de Educação é a de sistematizar princípios unificadores em defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Tendo como referência o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, o Encontro Nacional de Educação lança o desafio da formação integral da classe trabalhadora. Resgata a proposta de que o Estado assegure as condições para a universalização da educação pública em todos os níveis, com condições dignas de trabalho (carreira, salários, infraestrutura) e estudo (por meio de vigorosas políticas de assistência estudantil em todos os níveis da educação). Pretende, também, reforçar a luta pelos 10% do PIB exclusivamente para a Educação Pública. Nesse sentido, defende intransigentemente a

educação como direito social universal, patrimônio histórico-social da humanidade e dever do Estado. Propõe, ainda, a organização de um sistema nacional de educação que articule e garanta o cumprimento das responsabilidades educacionais dos diferentes entes federados, combatendo todas as formas de mercantilização, em especial as operacionalizadas por meio de parcerias público-privadas. Por fim, pretende aprofundar o debate do controle social sobre a educação privada como concessão do poder público e a gestão democrática das instituições e sistemas educacionais.

Cabe ressaltar que todo esse debate ocorreu no contexto da forte mobilização de docentes da educação básica, que expressam, por meio de suas passeatas, greves e reivindicações, as consequências da consolidação das políticas educacionais de cunho neoliberal. Em estados como o RJ, SP e MG, professores(as) das redes municipais e estaduais entraram em greve, demonstrando que, em 2014, permanecem as precárias condições de trabalho que conhecem há muito tempo. Ainda que não se articulem numa unidade, os movimentos de professores estaduais e municipais são potencializados pela mesma conjuntura das greves de garis, rodoviários, metroviários, vigilantes, policiais civis e federais, dentre outros.

No campo da educação básica, é preciso reforçar o combate de políticas como o PRONATEC, que privatizam o ensino público. O PRONATEC representa a submissão da educação aos interesses do capital, em detrimento da formação humana integral. Baseado na construção de competências voltadas unicamente para a empregabilidade, o programa subordina a formação às necessidades do chamado sistema “S”. Ao mesmo tempo, o PRONATEC institui o modelo dos institutos federais na iniciativa privada, utilizando recursos públicos. Ao lado da privatização provocada pelo PRONATEC, há o processo de intensificação e precarização do trabalho docente.

Assim como há necessidade de reforçar lutas que já travamos, é preciso aprofundar o debate e as ações de políticas que podem atuar na direção da formação do trabalhador num contexto de expansão do ensino. É o que ocorre com o PL nº 6840/2013, em tramitação, que institui a reforma específica do ensino médio. Cabe ressaltar que a análise dessa reforma é importante em função da perspectiva dominante que minimiza a formação para jovens trabalhadores na medida em que fragmenta a organização curricular, estabelecendo uma certificação aligeirada em detrimento do direito universal à educação, e promove uma expansão sem discutir condições adequadas para garantir a qualidade do ensino.

No campo da educação superior, o PNE do governo também aprofunda a direção da política educacional apontada em 2007: a desestruturação da carreira, a avaliação de desempenho com função de ser padrão de financiamento, certificação e de estabelecimento de rankings de universidades, a precarização do ensino e estudos, a redução de investimento no setor público e a ampliação de investimento no setor privado. Esse processo atinge tanto as instituições federais de ensino quanto as estaduais, que vivenciaram greves em vários estados brasileiros durante o 1º semestre desse ano.

Em relação à atualização dos PLs em tramitação, apresentamos o seguinte quadro:

PL 4372/2012 INSAES – aprovado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados seguindo para a Comissão de Constituição e Justiça; deputados pedem urgência na tramitação, em 04 de junho de 2014.

PL 518/2009 – transformação do Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base e transferência do ensino superior para o Ministério de Ciência e Tecnologia,

encontra-se no Senado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania desde novembro de 2013.

PLC 6840/2013 – alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio e dispor sobre a organização curricular de ensino médio em áreas de conhecimento. Encontra-se aguardando constituição de comissão temporária pela mesa da Comissão Especial para promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio, em 10 de abril de 2014.

TR - 3

O 59º CONAD delibera que, por meio de suas seções sindicais, o ANDES-SN deve:

1. Fortalecer a ação na categoria e intensifique a articulação com os movimentos classistas populares e sindicais, dando continuidade à agenda de lutas e ações que foram construídas no primeiro semestre de 2014, incorporando as deliberações do Encontro Nacional de Educação.
2. Acompanhar e debater o PLC 6840/2013, enquanto reforma do ensino médio, num contexto dominante de uma formação com caráter minimalista, fragmentado e aligeirado para a classe trabalhadora.
3. Continuar acompanhando e combatendo os PLs – PLC 4372/2012 e PLS 518/2009 – que tramitam no Congresso Nacional.

TEXTO 4

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PÓS-GRADUAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Diante das demandas atuais do capital, a ciência e a tecnologia são encaradas como mera mercadoria e o desenvolvimento científico e tecnológico é usado como instrumento de controle social e político. Nas últimas décadas, o Brasil, por meio das políticas governamentais, reproduzidas acriticamente por suas agências de fomento e sem a reflexão de grande parte de seus cientistas, vem avançando rapidamente neste processo de “capitalização” do conhecimento científico e tecnológico. O binômio Ciência e Tecnologia (C&T) foi transformado, de forma aparentemente redundante, em Ciência, Tecnologia e Inovação. A redundância ao incorporar o termo inovação esconde o verdadeiro movimento: a inovação passa a ser o veículo por meio do qual a universidade, local onde grande parte da produção científica do país está concentrada, é subalternizada ao setor dito “produtivo”. A partir deste conceito, a pesquisa passa agora a ter seu valor medido pela sua potencialidade de adaptação ao mercado.

Para efetivar suas políticas neoliberais para C&T, o governo se mune de um aparato legal, que, sob o eufemismo da modernização, flexibiliza as relações entre os pesquisadores, as instituições públicas e as empresas privadas. Destaca-se aqui a Lei de

Inovação Tecnológica e sua regulamentação (Lei nº 10.973, de 2/12/2004 e Decreto nº 5.563, de 11/10/2005) e o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011). Este último amplia a possibilidade de as instituições públicas compartilharem seus recursos humanos e materiais com as empresas privadas, inclusive transnacionais, permitindo, sem autorização prévia, o acesso destas ao patrimônio genético e de conhecimento tradicional para fins de comercialização visando lucro. Em seu artigo quarto, o PL 2177/2011 ainda estabelece que as agências de fomento, como CAPES e CNPq, poderão celebrar convênios e contratos com as fundações de apoio de direito privado com a finalidade de gerenciar os projetos de pesquisa desenvolvidos dentro da universidade.

No jogo do capital, é importante ainda salientar o papel do desenvolvimento científico e tecnológico como aparato para controlar cada vez mais o uso dos recursos naturais, dos recursos energéticos, a posse e a divisão da terra. Os problemas envolvendo a invasão e demarcação de territórios de povos indígenas e quilombolas e o código florestal, concretizado sob a tutela do agronegócio, são exemplos claros deste processo.

Importante ressaltar que o governo criou, em conjunto com a classe empresarial e com o beneplácito da ANDIFES, a ação piloto da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII). A EMBRAPII se propõe a ser uma organização social que tem como objetivo fomentar o processo de cooperação entre as pequenas e médias empresas nacionais e instituições voltadas para pesquisa e desenvolvimento. Os recursos serão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dos parceiros envolvidos. A EMBRAPII certificará, avaliará e financiará os projetos que vão ser estabelecidos a partir da demanda da indústria, podendo utilizar-se dos laboratórios das universidades, construídos com dinheiro público.

Nessa perspectiva, o campo da educação científica, fundamental para a formação das futuras gerações de cientistas, não poderia ser deixado de fora do projeto do capital para a ciência brasileira. A formação de professores da área científica vem sofrendo uma série de reformas, que vão em direção de uma formação mais utilitarista e menos reflexiva da ciência e seu papel na sociedade. Este fato vem ao encontro da política do capital internacional que coloca os países subalternos numa posição secundária e de dependência no que concerne à ciência e à tecnologia.

Diante deste quadro, o 33º Congresso do ANDES-SN aprovou uma série de resoluções sobre C&T que visam aprofundar o debate sobre política científica, promovida pelas agências de fomento, e seu processo de avaliação, calcado no produtivismo e imediatismo, assim como realizar atividades conjuntas com o GTPE para analisar as reformas na área da educação científica.

Neste contexto, é fundamental que o ANDES-SN busque, junto com outros setores da sociedade, discutir uma agenda de produção científica e tecnológica voltada para resolver os problemas da maioria da população e abrir perspectivas de desenvolvimento socialmente justo e respeitoso do meio ambiente.

TR - 4

O 59º CONAD delibera:

1. Que as seções sindicais acompanhem e relatem à coordenação do GTC&T a celebração de possíveis convênios entre as IFE com as fundações de apoio, órgãos de fomento e outros entes da iniciativa privada;

2. Que as seções sindicais intensifiquem debates relativos à Ciência e Tecnologia através da organização de eventos acerca dos seguintes temas:

2.1 políticas de C & T e orçamentos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica (Pesquisa e Desenvolvimento);

2.2 a questão da pesquisa, da pós-graduação, as políticas produtivistas e o trabalho docente;

2.3 a ética na produção do conhecimento, focalizando, especialmente, o direito dos animais.

TEXTO 5

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

TEXTO DE APOIO

A análise do momento político nos coloca frente a frente com a intensificação do projeto do governo federal a serviço do capital nacional e internacional no que se refere a frentes de luta do GTPAUA, ou seja, às questões urbanas, rurais e ambientais. A intensificação das investidas contra os direitos dos trabalhadores, povos originários, ribeirinhos e pescadores artesanais, pequenos agricultores e quilombolas, tem sido marca presente na arena do enfrentamento aos megaempreendimentos, projeto de cidade para o capital, agronegócio e transgenia, matriz energética do governo federal e a legislação ambiental instituída.

O modelo econômico predatório e socialmente excludente vem intensificando a precarização das condições de vida, na cidade e no campo. A criminalização da pobreza e dos movimentos reivindicatórios; a higienização social imposta à população pobre através de remoções criminosas e arbitrárias; o sequestro da população de rua e dependentes químicos (projeto de internação compulsória e das comunidades terapêuticas); a coação, expulsão e assassinato da população tradicional que esteja no meio do caminho dos megaempreendimentos, da especulação imobiliária, do agronegócio e dos projetos de “modernização” das cidades; a flexibilização das legislações ambientais (código florestal, código de mineração, legislação de liberação dos produtos geneticamente modificados e dos agrotóxicos) que colocam em risco grave os ecossistemas originais e a biodiversidade, a produção de alimentos saudáveis, assim como a vida nas cidades e no campo, tudo vem balizando as respostas governamentais a um conjunto de contradições sociais impostas à população.

Para dar curso ao enfrentamento dessas questões, é indispensável que o ANDES-SN aprofunde o trabalho de discussão e organização interna nas IEES, assim como fortaleça o alinhamento com os movimentos sociais em luta, no sentido de intensificar ações unitárias.

TR - 5

O 59º CONAD delibera:

1. Que as seções sindicais intensifiquem o debate relativo às políticas agrárias, urbanas e ambientais, através da organização de eventos acerca dos seguintes temas:

1.1 A estrutura da matriz energética brasileira, suas consequências e alternativas, dando destaque às questões sociais, ambientais e de desenvolvimento;

1.2 Agronegócio, agrotóxicos e transgênicos, suas consequências e alternativas (agroecologia camponesa), destacando as questões sociais, ambientais e de desenvolvimento;

1.3 Impacto socioambiental na implementação das políticas urbanas e dos planos diretores das cidades e nas posturas de expansão dos espaços urbanos;

2. Que as seções sindicais façam um levantamento sobre a situação dos povos tradicionais de sua região – etnias presentes, área ocupada, presença de conflitos, presença ou não de atendimento de todos os dispositivos para demarcação de área, ações realizadas pelos governos, presença e consequências de megaempreendimentos – no sentido de alimentar um banco de informações do GT e orientar ações políticas referenciadas.



Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

A Seguridade Social como um todo e a aposentadoria dos servidores públicos, em especial, tornaram-se, durante os últimos anos, alvos privilegiados de ataques dos sucessivos governos. Crise na rede hospitalar – federal, estadual e municipal, sucateamento e privatização de hospitais universitários, terceirização dos serviços de atenção básica, diminuição do gasto de saúde per capita, engessamento e aparelhamento do controle social, crescimento do setor saúde privada –, aprofundam o projeto de mercantilização da saúde pública.

A luta na defesa do Sistema Único de Saúde tem exigido dos sindicatos e fóruns populares de saúde uma grande mobilização e intensificação de ações, tanto no interior do setor como no conjunto da sociedade, para enfrentar o projeto de recuo do Estado em relação ao financiamento do sistema e das políticas sociais. Assim, as contradições que se colocam estabelecem um grande processo de transferência de recursos públicos para os planos e a rede de saúde privados, como podemos comprovar nos relatórios do Tribunal de Contas da União.

Nesse contexto, os hospitais universitários continuam na ordem do dia como objeto de desejo do mercado. O contingenciamento e redução proporcional de recursos do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), a não abertura de novos concursos públicos pelo RJU e terceirização de serviços e pessoal técnico, vêm compondo o quadro orquestrado pelo governo federal para estabelecer a

entrada da EBSEH. Para tanto, em sintonia com o projeto do governo federal, todos os expedientes têm sido usados pelas administrações superiores das universidades federais para efetivar o projeto de entrega dos HU àquela empresa. No entanto, os movimentos de resistência (ANDES-SN, FASUBRA, Movimento Estudantil, FENASPS e Movimentos Sociais da Área de Saúde) têm ocupado as arenas nesse enfrentamento, inclusive no espaço jurídico, obtendo significativos resultados. Ademais, apontando para a continuidade e expansão da estratégia adotada pelo ANDES-SN de ajuizamento de ações junto aos Ministérios Públicos Estaduais, com vistas ao cumprimento da lei, no que se refere ao uso de recursos e à abertura de concursos públicos para servidores nos hospitais.

Em relação à aposentadoria, o governo vem atuando em diversas frentes, atacando o direito dos aposentados, quebrando a paridade e a integralidade de muitos que ainda estão na ativa, e mais recentemente, a futura aposentadoria dos recém-admitidos e dos que vierem a ser.

Além da luta contra a Reforma da Previdência imposta pelo governo Lula da Silva, as entidades dos servidores públicos têm intensificado a luta contra o FUNPRESP e alcançado um significativo êxito, como pode ser observado no relatório final de 2013 da própria Fundação, onde consta que, dos mais de 15.000 funcionários públicos do executivo contratados depois de 04/02/2013, apenas 2.134 optaram pelo FUNPRESP, o que representa apenas um quinto da previsão do governo, que era acima de 10.000. Estes dados deixam evidente o bom resultado das campanhas desenvolvidas pelos sindicatos de servidores, dentre eles o ANDES-SN, e reforça a necessidade de intensificar essa luta.

Todas essas ações do governo levaram o ANDES-SN a aprovar nos seus eventos uma série de estratégias de enfrentamentos, que, além de terem se mostrado corretas, apontam para a intensificação e radicalização de ações, para obter ainda melhores resultados.

TR - 6

O 59º CONAD delibera:

- 1.** Intensificar, através das seções sindicais, discussão sobre as políticas de saúde públicas implementadas pelos governos federal, estaduais e municipais, assim como o seu processo de financiamento;
- 2.** Reiterar que as seções sindicais, frente à contratação da EBSEH, se empenhem na obtenção de informações sobre:
 - 2.1** forma de estabelecimento do contrato, ou seja, histórico político desse processo de contratualização;
 - 2.2** situação do quadro funcional e situação trabalhista;
 - 2.3** relatório da administração dos recursos, os quais, por serem públicos, devem ser, por lei, disponibilizados/publicizados;
 - 2.4** relações estabelecidas com os departamentos e unidades acadêmicas quanto ao contexto de formação na graduação e pós-graduação, assim como sobre o processo de pesquisa e extensão;
 - 2.5** que os referidos dados sejam repassados para a coordenação do GTSS/A.
- 3.** Em relação à aposentadoria dos servidores:

3.1 intensificar, junto aos demais SP federais, estaduais e municipais, a luta contra o Regime de Previdência Complementar, o FUNPRESP e fundos de pensão privados, que vêm sendo sistematicamente criados nos estados e municípios, bem como pelo direito à aposentadoria integral e paritária;

3.2 intensificar as lutas contra o FUNPRESP nas IFES, ampliando a divulgação do material já produzido (cartilha, panfleto explicativo e cartaz), assim como, o debate sobre os riscos a que ficam expostas as aposentadorias;

3.3 que as seções sindicais façam o levantamento junto aos DRH sobre solicitações de aposentadoria especial baseadas na MI 880 que estejam enfrentando dificuldades de efetivação;

3.4 que as seções sindicais encaminhem para a secretaria do ANDES-SN o resultado desse levantamento para sua socialização com as outras seções sindicais, para que o Sindicato, com base na súmula 33 do STF, tome a iniciativa de mover possíveis ações em busca de uma solução definitiva;

3.5 ampliar a articulação com as outras entidades de servidores públicos federais, estaduais e municipais, para montar estratégias de ações no Congresso Nacional, nos estados e municípios, de forma a pressionar os deputados federais, intensificando a luta pela aprovação da PEC 555/2006.

TEXTO 7

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ETNICORRACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

TEXTO DE APOIO

No 33º Congresso do Sindicato Nacional foi deliberada a realização, por intermédio do GTPCEGDS do ANDES-SN, de debates sobre a temática e demandas dos povos indígenas, a elaboração de proposta de realização de Encontro/Seminário no 2º semestre de 2014, e da planilha financeira a ser apreciada no 59º CONAD para a realização do evento. A diretoria convocou e realizou em abril a reunião do GTPCEGDS para realizar o debate, e discutiu o formato do Encontro/Seminário. Como a diretoria está realizando levantamento de informações e dados para realizar os cálculos pertinentes, a planilha será apresentada no 59º CONAD.

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores

TEXTO 8

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

Para o Setor das IEES/IMES do ANDES-Sindicato Nacional, o primeiro semestre de 2014 foi marcado por diversas mobilizações e greves, demonstrando que o setor tem se fortalecido na luta em diversas frentes: condições de trabalho, plano de carreira, passando pelo debate do financiamento e modelo de universidade defendido pelo Sindicato Nacional.

Após uma greve em 2013, comandada pelo SINDUERR, os docentes da Universidade Estadual de Roraima (UERR) retomaram a mobilização, este ano, com paralisações. O movimento reivindica reposição salarial, eleição direta universal, transparência das contas, convocação dos concursados, entrega e reestruturação dos campi, políticas de assistências aos alunos e aumento dos acervos das bibliotecas.

Seguindo a mesma linha de mobilização e contra os ataques impostos pelo governo estadual, a ADCESP, que organiza os professores da Estadual do Piauí, realizou atos públicos e paralisações para pressionar o governo do Estado a resolver os principais problemas que afetam hoje a instituição. Os principais são a falta de professores efetivos, a precarização do trabalho docente e a falta de condições de trabalho. A categoria reivindica, também, mais recursos para a manutenção da universidade e projetos de ensino-pesquisa-extensão, e contra a ameaça de congelamento salarial, e exige a nomeação de classificados no último concurso para professor efetivo e novo concurso para as vagas restantes. Atualmente, existe mais de 500 professores temporários (“substitutos”) nos quadros da UESPI, o que afronta o Plano de Cargos e Salários (PCCS) dos docentes da instituição.

No Ceará, as seções sindicais das IEES do Estado, SINDUECE, SINDUVA e SINDURCA, dirigiram uma greve que durou cerca de 90 dias, em conjunto com estudantes e técnicos. A greve, iniciada em outubro de 2013, tinha como reivindicações a regulamentação do Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos (PCCV), fruto de outra greve duríssima, reestruturação da tabela salarial dos técnico-administrativos, destinação de 10 milhões, por universidade, para política de permanência estudantil, concurso público, dentre outros pontos. A greve foi suspensa em janeiro de 2014 com conquistas importantes para a categoria, como o envio da regulamentação do PCCV à Assembleia Legislativa, pelo governador, o aporte de 10 milhões, por universidade, destinado à permanência estudantil e aumento de 102% para os técnicos, escalonado em 3 anos. No entanto, os professores se mantêm mobilizados por conta do descumprimento de parte do acordo pelo governo estadual, como a não convocação de concurso público para docentes.

No Rio de Janeiro, a ADUENF, que organiza os professores da Universidade Estadual do Norte Fluminense, realiza movimento grevista desde 13 de março, no qual tentam abrir um canal de interlocução junto ao governo estadual, que, até o momento, vem se

mantendo intransigente frente às reivindicações. Os docentes exigem 86,7% de reposição de perdas salariais e o pagamento de 65% para remuneração do regime de Dedicção Exclusiva. Os professores da ASUDERJ também reivindicam reposição salarial de 83,3%, pois, segundo a ASUDERJ, faz 12 anos que não há reposição para cobrir as perdas decorrentes da inflação. O próprio secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, em reunião realizada no dia 2 de junho, reconheceu as perdas salariais, mas se omitiu em sinalizar uma solução ao arrocho salarial imposto pelo governo do Rio de Janeiro. Por sua vez, várias mobilizações, com paralisações e atos públicos, têm sido realizadas pelos professores da UERJ na tentativa de pressionar o governo a atender a pauta.

Na Paraíba, após uma duríssima greve em 2013, na qual o movimento reivindicava política de permanência estudantil, reposição salarial, democracia interna, dentre outros, os professores da UEPB realizaram várias atividades de mobilização. O movimento se posiciona contra a arbitrariedade do governo estadual que vem, sistematicamente, desrespeitando a Lei de Autonomia universitária, suprimindo os recursos para a universidade, o que tem comprometido a qualidade das atividades realizadas. No Rio Grande do Norte, os docentes vêm articulando a luta em torno da Campanha Salarial 2014.

Na Bahia, o governo do Estado vem impondo às quatro estaduais estrangulamento orçamentário a ponto de uma delas ter os serviços telefônicos suspensos temporariamente, além do risco de fechamento do Restaurante Universitário. As comunidades acadêmicas vêm reagindo com paralisações conjuntas e possibilidade de radicalizar o movimento, caso a situação se agrave.

Em São Paulo, docentes, técnico-administrativos e estudantes realizaram mobilizações e paralisações que culminaram numa greve histórica, iniciada em maio, em que o movimento reivindica aumento de recursos para as 3 universidades e o não congelamento de salários que foi anunciado pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (CRUESP). Ressalta-se o papel importante, na greve, do Fórum das Seis, que reúne as seções sindicais do ANDES-SN na USP, Unicamp e Unesp e as entidades representativas dos estudantes e técnicos.

No Mato Grosso, após mobilizações com paralisação realizadas pela Adunemat, os professores da Universidade Estadual do Mato Grosso conquistaram, em abril desse ano, seu novo Plano de Cargo, Carreira e Salário.

Todas essas lutas realizadas pelas seções sindicais evidenciam, por um lado, o descaso dos vários governos estaduais com os serviços públicos, como educação e saúde, o que vem acentuando a precarização das condições de trabalho nas várias IEES/IMES, e por outro lado, a resposta que a categoria vem dando para barrar essa política articulada nacionalmente de redução de recursos para a educação pública.

Merece destaque o Dia Nacional de Luta do Setor das IEES/IMES, realizado em 28 de maio, e que foi marcado por diversas paralisações e atividades de mobilização em todo o país. Várias seções sindicais realizaram paralisações, panfletagem, debates, audiências públicas e visitas às assembleias legislativas. As atividades que marcaram o dia 28 de maio sinalizam um fortalecimento da articulação, nacionalização e unificação das lutas para as IEES/IMES.

TR - 8

O 59º CONAD do ANDES/SN delibera:

1. Realizar, nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2014, o XII Encontro Nacional das IEES/IMES, conforme planilha a seguir.

Planilha (em real) de despesas do XII Encontro Nacional das IEES/IMES
26, 27 e 28 de setembro – Brasília/DF

Regional	Seção Sindical	Trechos	Despesas		
			Deslocamento	Hospedagem	Diárias
Norte 1	SINDUERR	BVB/BSB/BVB	1.147,00	465,00	300,00
	SIND-UEA	MAO/BSB/MAO	517,00	465,00	300,00
Norte 2	SINDUEPA	BEL/BSB/BEL	408,00	465,00	300,00
	SINDUEAP	MCP/BSB/MCP	433,00	465,00	300,00
Nordeste 1	Convidado UEMA	SLZ/BSB/SLZ	391,00	465,00	300,00
	SINDCENTEC-JN	FOR/BSB/FOR	284,00	465,00	300,00
	ADCESP	THE/BSB/THE	624,00	465,00	300,00
Nordeste 2	ADESA-PE	REC/BSB/REC	416,00	465,00	300,00
	ADUPE	REC/BSB/REC	416,00	465,00	300,00
	ADUEPB	REC/BSB/REC	416,00	465,00	300,00
	Convidado Autarquias Municipais do Interior de Pernambuco	REC/BSB/REC	416,00	465,00	300,00
Nordeste 3	UNICISAL-AL	MCZ/BSB/MCZ	426,00	465,00	300,00
Rio Janeiro	ADUEZO	RIO/BSBRIO	240,00	465,00	300,00
	UENF	RIO/BSBRIO	240,00	465,00	300,00
	ASDUERJ	RIO/BSBRIO	240,00	465,00	300,00
Leste	SINDUEMG	BHZ/BSB/BHZ	220,00	465,00	300,00
	ADUEMG – Unidade Ibitité - MG	BHZ/BSB/BHZ	220,00	465,00	300,00
Planalto	Convidado UNITINS	PMW/BSB/PMW	245,00	465,00	300,00
	ADUEG	GYN/BSB/GYN	211,00	465,00	300,00
	FECIPAR – TO	Paraíso - TO	482,00	465,00	300,00
	FECOLINAS – TO	Colinas - TO	482,00	465,00	300,00
	SESDFESG	Goiatuba - GO	375,00	465,00	300,00
Sul	APRUDESC	FLN/BSB/FLN	450,00	465,00	300,00
	SINDUNESPAR	CWC/BSB/CWB	243,00	465,00	300,00
	ADUNICENTRO	CWB/BSB/CWB	243,00	465,00	300,00
R. G. do Sul	Convidado UERGS	POA/BSB/POA	366,00	465,00	300,00
Total			10.151,00	12.090,00	7.800,00
Total Geral			30.041,00		

HOTEL BSB = ST. PAUL R\$ 155,00 (3 diárias final de semana)

2. Autoriza a diretoria do ANDES-SN a proceder a ajustes, caso sejam necessários, na planilha do XII Encontro Nacional das IEES/IMES, que acontecerá nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2014 na cidade de Brasília.

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

O Plano de Lutas do Setor das Federais, aprovado no 33º Congresso do ANDES-SN, define ações que articulam, em 2014, as lutas específicas da categoria com a luta conjunta dos demais SPF, além da inserção política do setor nas mobilizações classistas mais amplas.

No que diz respeito à luta específica, a estratégia foi desencadear jornada de lutas incluindo caravanas, materiais de divulgação, seminários, debates e atos que intensifiquem a mobilização da categoria em torno da pauta aprovada, da qual foram destacadas as lutas por reestruturação da carreira, condições de trabalho, valorização salarial, defesa da autonomia e indicando ao setor deliberar sobre a necessidade, as condições e as possibilidades de retomada da greve da categoria no ano de 2014, a partir da avaliação da base. Isto combinando ações nacionais e locais.

Quanto à luta conjunta com os demais servidores públicos, foi aprovado desenvolver a Campanha 2014 dos SPF, a partir dos oito eixos da pauta, estratégia de ação e calendário construídos na CNESF, de forma articulada com outras entidades, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais. O compromisso foi de tomar iniciativas para ampliar a visibilidade e intensificar as ações da Campanha Salarial em 2014 com movimentações de rua, paralisações nacionais e intensificação da unidade com os demais segmentos dos SPF no Fórum Nacional e no Espaço de Unidade de Ação. Além disso, de retomar, por meio das secretarias regionais e seções sindicais, as iniciativas políticas com vistas à organização dos fóruns estaduais de entidades dos SPF, fomentando, dentro do possível, a efetiva participação da CSP-Conlutas e outras centrais que se disponham à luta política de mobilização dos SPFs nos estados.

Execução o plano de lutas

A pauta do setor aprovada no 33º Congresso foi protocolada no MEC e no MPOG, dia 26 de fevereiro, e ao mesmo tempo foi solicitada audiência com o ministro da Educação. A audiência ocorreu no dia 18 de março com o secretário executivo, Luís Claudio, e o secretário da SESU/MEC, Paulo Speller, havendo cobrança dos representantes do ANDES-SN para que o governo mudasse a postura que tem adotado e viesse a abrir negociações efetivas, tendo como referência a pauta aprovada no 33º Congresso. Os representantes do governo ficaram de discutir internamente e trazer o posicionamento em reunião, que ficou agendada com a SESU/MEC. Essa reunião foi realizada no dia 26 de março, com sinalização para iniciar o debate sobre as questões conceituais de reestruturação da carreira.

Logo em seguida, ocorreu reunião do setor, nos dias 29 e 30 de março; avaliando a conjuntura e o retorno das assembleias gerais, aprovou que a deliberação da greve nacional dos docentes das IFE 2014 seria tomada na reunião do setor nos dias 26 e 27

de abril, em Brasília, precedida de rodada de assembleias gerais, que deveriam também indicar o período e a relação com a greve das demais categorias. Nessa reunião, foi aprovada uma intensa agenda de atividades, incluindo rodadas de assembleias gerais e paralisação no dia 10 de abril, dia em que estava agendada nova reunião com a SESU/MEC na qual foi apresentada a proposta inicial com pontos conceituais para reestruturar a carreira docente, aprovados pelo setor.

No dia 23 de abril, a direção do ANDES-SN voltou a se reunir com a SESU/MEC, quando o secretário Paulo Speller assinou, em nome do MEC, documento de concordância com os pontos iniciais para a reestruturação da carreira apresentados pelo ANDES-SN, ficando acertado o compromisso de nova reunião marcada para o dia 21 de maio. Houve acordo nos seguintes pontos: (1) a carreira deve ser estruturada em degraus constantes do início até o final; percentuais definidos para a valorização de cada uma das titulações; relação percentual constante entre regimes de trabalho, com valorização da dedicação exclusiva (a combinação destes três elementos estará integrada, compondo o vencimento de cada professor, segundo a sua situação particular quanto ao nível na carreira, a titulação e o regimento de trabalho); (2) que o piso organizador da malha de vencimentos, estruturada em decorrência do item anterior, seja o valor fixado para o nível inicial da carreira do graduado em regime de 20 horas; (3) reconhecer a autonomia das instituições, para que os critérios de desenvolvimento na carreira sejam definidos no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional, resguardada a supervisão pelo Ministério da Educação.

A reunião do setor dos dias 26 e 27 de abril decidiu intensificar a mobilização, fortalecendo as assembleias, paralisando as atividades no dia 21 de maio, aprofundando o debate sobre a greve, reforçando a centralidade das pautas locais, a partir da articulação com a pauta nacional de negociação em curso (reestruturação da carreira, condições de trabalho, valorização salarial, defesa da autonomia), bem como priorizou um elenco de propostas da pauta para serem apresentadas na próxima reunião com o governo, remetendo para nova reunião do setor, prevista para os dias 24 e 25 de maio, a deliberação sobre período de deflagração da greve, com base no resultado da rodada de assembleias gerais.

No sábado, dia 17 de maio, o ANDES-SN recebeu um e-mail da SESU/MEC cancelando a reunião agendada há um mês e alegando motivo de viagem do secretário Paulo Speller, ao que foi imediatamente respondido que a definição da reunião foi feita de acordo com a agenda do secretário, marcada com bastante antecedência e reafirmando a necessidade de assumir e cumprir o compromisso, sinalizando por fim que no dia 21 estaríamos na SESU/MEC e esperávamos o mesmo compromisso por parte do secretário da SESU/MEC. No dia 21, às 16 horas, conforme agendado, os dirigentes do ANDES-SN foram até o SESU/MEC, e na portaria, comunicados que a reunião fora desmarcada pelo secretário da SESU/MEC. Imediatamente, os diretores protocolaram a carta contendo as propostas aprovadas na última reunião do setor das IFES.

Diante deste quadro, no dia 25 de maio de 2014, a reunião do setor das IFES do ANDES-SN aprova o indicativo de greve nacional dos docentes das instituições federais de ensino (IFE) por tempo indeterminado para o mês de junho. Aprova também a realização de rodada de assembleias gerais das seções sindicais do setor entre os dias 2 e 6 de junho, incluindo na pauta “data para deflagração da greve”, e também a convocação de nova reunião do setor das IFES, em Brasília, no dia 7 de junho, para deliberar sobre a “data para deflagração da greve”, com base nas manifestações das assembleias gerais. É digno de registro que, no transcorrer desta reunião do setor, o

secretário da SESU/MEC telefonou para a presidente do ANDES-SN declarando a disposição de agendar uma nova reunião entre o ANDES-SN e a SESU/MEC, sinalizando com as datas de 2 ou 3 de junho, o que não foi confirmado depois, apesar das cobranças feitas pelo Sindicato.

A reunião do setor, realizada no dia 7 de junho, foi amplamente representativa e, considerando as informações trazidas pelos representantes das seções sindicais sobre o resultado da rodada de assembleias gerais, avaliou que não estava configurado quadro para deflagração da greve nacional dos docentes das IFE por tempo indeterminado no mês de junho, apesar do crescimento da mobilização. Foram aprovados vários encaminhamentos no sentido de continuar lutando para forçar o governo a negociar a pauta específica e a pauta unificada dos SPF, lutar para que as reitorias negociem as pautas locais, mas também atuar junto com os movimentos gerais que pautam a defesa dos direitos dos trabalhadores. Esses movimentos certamente crescerão no período da Copa. Ficou destacado que o movimento nacional é solidário com as seções sindicais que já deflagraram ou estão em processo de deflagração de greve local em decorrência da precarização das condições de trabalho. Esta reunião apontou, também, a necessidade de o setor fazer uma avaliação do quadro de funcionamento das IFE para o segundo semestre e as condições para armar a luta da categoria.

Toda essa movimentação foi sendo desenvolvida em paralelo à campanha unificada dos SPF, que se iniciou no dia 22 de janeiro de 2014, quando ocorreu o lançamento da campanha salarial unificada dos SPF, inclusive com uma campanha visual específica, amplificada no dia 5 de fevereiro com um ato público na Esplanada dos Ministérios, quando dirigentes de 10 entidades e das 3 centrais sindicais que compõe o Fórum reuniram-se com o chefe de gabinete da secretaria executiva do Planejamento e com o secretário das relações de trabalho e sua equipe técnica. Nesse encontro, foi assumido o compromisso de o MPOG responder formalmente, ponto a ponto, às 8 reivindicações que compõem a campanha e que buscava garantir audiência com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, porém, não houve resposta.

No dia 19 de março – Dia Nacional de Mobilização – houve ato nos estados e na Esplanada dos Ministérios. Os SPF foram novamente recebidos pelo secretário das relações do trabalho, Sérgio Mendonça, que informou que, para o governo, há um acordo vigente (2012) e que não irá negociar a pauta específica, nem a pauta unificada dos SPF, pois não há margem orçamentária. Nesse momento, algumas das categorias do serviço público federal já se mobilizavam, com destaque para a FASUBRA, que deflagrara greve nacional por tempo indeterminado. No mês de abril, o SINASEFE também deflagrou greve nacional. Categorias com as quais o ANDES-SN, desde o início do ano, buscou intensificar a interlocução com o objetivo de dar sequência às deliberações do setor das IFES, assim como, acumular a avaliação e as estratégias de ação frente ao quadro interno de cada uma das categorias e as condições para estreitar a unidade de ação de resistência e luta.

Várias reuniões e atividades conjuntas dos SPF foram realizadas. A Caravana da Educação Federal, realizada no dia 6 de maio, e a Marcha dos SPF, no dia 7 de maio, com mais de 5 mil trabalhadores, marcaram presença no coração de Brasília. A luta por serviços públicos de qualidade, contra as privatizações e pela valorização do funcionalismo federal foram as principais questões que levaram os manifestantes a ocupar a Esplanada dos Ministérios.

Balanco político e a necessidade de atualização do plano de lutas

A lógica das ações implementadas pelo setor das IFES nos último período conseguiu reverter, em parte, o descenso na participação das seções sindicais e no protagonismo da base.

Os dirigentes das seções sindicais responderam positivamente ao chamamento da diretoria/coordenação do setor assumindo o seu papel e mantendo esforço permanente na elaboração de propostas, desenvolvendo as ações, divulgando as deliberações nacionais e o material produzido para mobilização, submetendo suas avaliações e posições ao debate das instâncias coletivas.

Desde o início de 2014, o desafio para o movimento docente foi interpretar e enfrentar politicamente o quadro mais geral de um ano marcado por várias especificidades, entre as quais a realização da Copa do Mundo no Brasil, as eleições presidenciais e o agravamento das desigualdades nas instituições federais decorrentes da expansão precarizada, que se reflete na falta de condições de trabalho, a ponto de inviabilizar o funcionamento de muitos laboratórios, cursos, setores de hospitais e até alguns campi.

O peso propagandístico em torno do megaevento esportivo tem sido utilizado como uma cortina de fumaça para ocultar a ampliação das ações do governo no sentido de fortalecer os acordos políticos e candidaturas dos partidos políticos que lhe dão sustentação junto aos setores mais influentes do capital, favorecendo largamente o empresariado, que lucra vendendo cursos de todos os níveis, inclusive universitários. No sentido oposto a essas benesses, o governo continua negando-se a cumprir o dispositivo constitucional que determina a revisão geral anual dos salários dos servidores públicos, utiliza de todos os meios para permanecer intransigente, negando-se a estabelecer negociação sobre as pautas protocoladas pelas entidades representativas das categorias e amplia as iniciativas voltadas à repressão/criminalização dos movimentos sociais.

É simbólico observar a combinação de posturas dos representantes oficiais, diante das pautas dos servidores públicos, que se alternam entre a intransigência pura e simples de não receber, não agendar, não responder, com reuniões impostas pela força do movimento, cujos resultados são a negativa absoluta ou evolução apenas nas questões conceituais, mas que se desfazem quando deveriam avançar para objetivação e definição de prazos e para execução das consequências de tais conceitos.

Diante dessas condições objetivas, das disputas que se acirram nesse quadro e das diferentes compreensões sobre o momento, houve considerável disparidade nos processos de mobilização dos servidores públicos federais e também da categoria docente. No caso específico dos docentes pesa, ainda, a disparidade dos calendários escolares entre as instituições. Vários ciclos de atividades realizadas, muita pressão e importantes lutas travadas ainda não chegaram, nesse momento de início do mês de junho, a caracterizar um quadro de greve nacional dos servidores públicos federais, ou mesmo da greve nacional dos docentes das IFE. Deve ser destacado o esforço para incidir na conjuntura, representado pelas greves nacionais da Fasubra e do Sinasefe.

A compreensão do momento exige também levar em consideração a expressão organizada de interesses políticos com projetos distintos para a universidade brasileira, mobilizados pelos partidos políticos que dão sustentação ao governo e também por segmentos mais difusos com traço nitidamente conservador, que passam a disputar a direção do movimento inclusive nas assembleias. Isto é acionado tanto via administrações das instituições como diretamente por setores da categoria.

Mesmo com toda a disposição de luta para levar adiante a campanha 2014, é preciso reconhecer que as condições para produzir a resposta massiva que seria necessária à reversão da intransigência do governo ainda não foram conquistadas. A desigualdade na reação intercategorias e intracategoria tem permitido que o governo, mantendo-se orientado pelo seu projeto estratégico, focado em suas conveniências político/eleitorais, por meio de acordos com os setores mais influentes do capital, permaneça intransigente.

A necessidade política aponta, até o momento, que o Sindicato Nacional deve manter a linha desenvolvida para organização e mobilização do setor e estar presente na negociação, mantendo sua postura de iniciativa política, dando visibilidade ao processo e também às ações e propostas.

Considerando o caminho percorrido até aqui e o que ainda está por ser atravessado, visto que o processo está em plena transição nesse momento, no que diz respeito às conversações com o governo, articulação com outras entidades e, especialmente ao indicativo de greve, não é possível prever todos os desdobramentos e precisar os encaminhamentos e pendências.

Vale ressaltar que os TRs apresentados estarão sujeitos a atualizações ainda neste 59º CONAD, em função dos desdobramentos dos acontecimentos que estão em curso, o que justifica a sua generalidade neste momento.

TR - 9

O 57º CONAD do ANDES-SN delibera:

A - NO ÂMBITO DOS SPF

- 1.** Intensificar a ação na CNESF, para fortalecê-la como espaço organizativo de luta e empenho para ampliar a aglutinação de forças em torno do Fórum das Entidades Nacionais dos SPFs;
- 2.** Dar continuidade à Campanha unificada 2014 dos SPF, a partir de eixos e do calendário construídos e considerando o patamar de lutas alcançado no primeiro semestre de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se dispõem a lutar integrando o Fórum das entidades de servidores públicos federais.
- 3.** Desencadear o debate e as articulações políticas durante o segundo semestre de 2014, para preparar a Campanha conjunta dos SPF de 2015.
- 4.** Durante o segundo semestre de 2014, prosseguir e fortalecer as ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades e movimentos sociais, ampliando a experiência e as ações da jornada de lutas e do Espaço de Unidade de Ação.

B - QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA E AGENDA DO SETOR

- 1.** Intensificar a luta em torno da pauta do setor - Campanha 2014, focando na reestruturação da carreira docente, valorização salarial dos ativos e aposentados, condições de trabalho e garantia de autonomia das IFE, de forma articulada entre a pauta nacional e as pautas locais.
- 2.** Definir cronograma de ações.

TEXTO 10

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES**TEXTO DE APOIO**

A expansão do setor privado de ensino superior, destacada a partir dos anos 60 e 70 e acentuada na década de 90, vem acumulando uma série de problemas no setor, atingindo diretamente a categoria docente. Em sua maioria, os docentes das IPES vêm sendo submetidos a péssimas condições de trabalho, intensificação do trabalho e desrespeito a direitos trabalhistas, aviltamento salarial, sofrendo situações de assédio moral e desvalorização profissional.

Nesse sentido, torna-se necessária a continuidade e intensificação do trabalho político em defesa dos docentes das IPES.

TR - 10

O 59º CONAD delibera:

1. Realizar um Encontro Nacional do Setor das IPES no segundo semestre de 2014, em São Paulo, de preferência no mês de novembro, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a situação de funcionamento das IPES e condições de trabalho e de salários, assédio moral e perdas de direitos, autorizando a diretoria do ANDES-SN a proceder a ajustes na planilha proposta, caso sejam necessários.
2. Articular com os movimentos sociais e outras entidades da área educacional o enfrentamento das políticas adotadas pelas instituições particulares de ensino superior, cobrando do governo federal ações no sentido de que as IPES funcionem de acordo com os dispositivos constitucionais.

Planilha de despesas do Encontro Nacional das IPES 2º, semestre de 2014

Entidades	Trechos	Despesa com deslocamento	Despesa com hospedagem	Despesa com diária
Convidado da ADESSC (1)	FLN/CGH/FLN	488,94	250,00	200,00
ADUCSAL (1)	SSA/CGH/SSA	655,94	250,00	200,00
ADUNIFOR (1)	FOR/CGH/FOR	822,94	250,00	200,00
SINDFAFICA (1)	REC/CGH/REC	604,94	250,00	200,00
SINDUNITAU	Taubaté/São Paulo/Taubaté	160,00	250,00	200,00
Associações de IPES confessionais: MG (1), PR (1), SP (1), RJ (1)	BHZ/CGH/BHZ	650,94	250,00	200,00
	RIO/CGH/RIO	196,94	250,00	200,00
	CWB/CGB/CWB	538,94	250,00	200,00
ADUNIMEP (1)	Piracicaba/São Paulo/Piracicaba	160,00	250,00	200,00
Uninove	Local	160,00	250,00	200,00
Fernão Dias,	Local	160,00	250,00	200,00
Unicsul	Local	160,00	250,00	200,00
FMU	Local	160,00	250,00	200,00

Uniandrade	CWB/CGH/CWB	160,00	250,00	200,00
Tuiuti	CWB/CGH/CWB	160,00	250,00	200,00
.....	BH/CGH/BH	160,00	250,00	200,00
Total Previsto		R\$ 5.399,58	R\$ 4.000,00	R\$ 3.200,00
TOTAL GERAL		12.599,58		

Observações:

1-) Somente tarifas voando GOL dos dia 13 e14 de setembro de 2014

2-) deverão ser incluídas as taxas de serviços e embarque.

Tema IV: Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 11

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 60º CONAD DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 60º CONAD do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até as 16h do dia 22/8/14, para oportunizar a discussão nos grupos mistos do tema Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 11

O 60º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de ..., sob a organização da Seção Sindical.

TEXTO 12

Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÕES DE NOVAS SEÇÕES SINDICAIS

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta ao 59º CONAD, ad referendum do 34º CONGRESSO, a homologação de constituição das seguintes seções sindicais.

TR – 12

PARECER

1 - Em consonância com o Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, a Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SINDIFPB Seção Sindical do ANDES-SN, *ad referendum* do 34º Congresso.

PARECER

2 - Em consonância com o Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, a Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal do Mato Grosso, Seção Sindical do Sindicato

Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ADIFMT Seção Sindical do ANDES-SN, *ad referendum* do 34º Congresso, condicionado aos ajustes complementares ao regimento.

TEXTO 13

Diretoria do ANDES-SN

COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

No 33º Congresso foi deliberado:

- 1. As seções sindicais e as secretarias regionais realizem levantamento, articuladas com outras comissões da verdade, sobre ações da ditadura, em âmbito institucional, local e regional, até junho de 2014;*
- 2. O ANDES-SN realize seminário nacional sobre a temática, no segundo semestre de 2014, antecedido de encontros preparatórios;*
- 3. As seções sindicais e as secretarias regionais participem ativamente dos atos de repúdio ao golpe de 1964, por ocasião dos seus 50 anos;*
- 4. O ANDES-SN busque articular ações e mobilização com entidades sindicais e movimentos sociais pela revisão da Lei de Anistia, pela responsabilização dos autores da tortura e outros crimes de lesa-humanidade nos anos da ditadura empresarial-militar;*
- 5. O ANDES-SN realize reunião ampliada da Comissão da Verdade do ANDES-SN, com a presença de entidades sindicais e movimentos sociais com o objetivo de articular ações conjuntas frente à temática, no mês de março;*
- 6. O ANDES-SN exija a abertura imediata dos arquivos da ditadura, fundamental para garantir o direito de informação;*
- 7. Em função da magnitude da Comissão da Verdade do ANDES-SN, o Sindicato deverá ampliar a infraestrutura, alocar pessoal com dedicação plena à tarefa e assegurar suporte financeiro compatível com o desenvolvimento dos trabalhos em 2014;*
- 8. Seja efetuado um encontro nacional, preferencialmente no 1º semestre de 2014, sobre ditadura militar e a universidade brasileira.*

Com essa finalidade, a Comissão da Verdade do Andes/SN realizou reuniões com membros de Comissões da Verdade de outros movimentos sociais e sindicatos. Para essas reuniões foram convidadas as seções sindicais e o GTHMD do ANDES-SN. O resultado destas reuniões foi: reencaminhamento às seções sindicais dos levantamentos de dados sobre perseguição política nas universidades, tendo em vista que a devolutiva não foi a contento; coleta de informações sobre as ações desenvolvidas com esta finalidade; a participação ativa da Comissão e da diretoria do ANDES-SN nos eventos relativos à memória dos 50 anos do golpe civil-militar, e a mobilização pela revisão da Lei da Anistia.

Nas reuniões realizadas, em março (Brasília) e em maio (RJ), foram estabelecidos os seguintes pontos de inflexão:

1. Estabelecimento de canais de comunicação dos encaminhamentos sobre esta temática - informes, agenda, reuniões e encontros;
2. Articulação de uma rede de cooperação no âmbito Andes-SN/ universidades/ instituições de pesquisa/ sindicatos e movimentos sociais, a partir de uma plataforma de dados e um sistema de comunicação e informação;
3. Integração com os GTs de trabalhadores da Comissão da Verdade;
4. Realização de encontros preparatórios regionais ao Seminário Nacional – tendo como tema central: *Professores, Educação e Juventude*, considerando como referências: Marco da Memória a partir do Cotidiano. O objetivo da realização desses encontros é criar um amplo movimento de mobilização nas universidades e seções sindicais a respeito desta temática;
5. Responsabilização dos crimes de tortura e de lesa-humanidade;
6. Luta pela revogação da Lei da Anistia.

Na última reunião, realizada em junho (SP), deliberou-se que os encontros preparatórios, tendo como tema central *Professores, Educação e Juventude*, teriam também subtemas específicos para cada região. O primeiro encontro preparatório realizar-se-á na região Sul-Sudeste, tendo como temática específica “*A ditadura Militar e a repressão ao Movimento Sindical e aos Movimentos Populares de Contestação ao Regime*”.

O segundo encontro preparatório será na região Nordeste e a temática específica será “*A Ditadura Militar, as Oligarquias e a repressão aos movimentos rurais*”.

O terceiro encontro preparatório será na região Norte e terá como temática específica “*A Ditadura Militar-empresarial e o Projeto Estratégico na Amazônia para a Dominação do Brasil*”.

Saliente-se que as demandas à Comissão da Verdade vêm sendo ampliadas gradativamente e, devido ao acúmulo de tarefas, torna-se necessário ampliar o número de seus participantes, para dar conta do cumprimento das tarefas propostas pelo Congresso do ANDES-SN à Comissão

TR - 13

O 59º CONAD delibera:

1. Referendar as ações propostas para a realização do Seminário Nacional, que ocorrerá no início de dezembro de 2014, e a realização de 3 encontros preparatórios ao Seminário, na região Sul-Sudeste, de 12 a 14 de setembro, na região Nordeste, de 17 a 19 de outubro, e na região Norte, de 7 a 9 de novembro;
2. Ampliar o número de participantes na Comissão indicando mais dois titulares e seus relativos suplentes;
3. Indicar que as seções sindicais e as regionais do Andes/SN continuem se empenhando na preparação e organização dos encontros regionais e no seminário nacional.

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

MUDANÇAS NA METODOLOGIA DO CONGRESSO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O atual formato do Congresso do ANDES-SN é fruto de uma construção histórica, tendo como princípios a garantia de liberdade na elaboração de textos analíticos e de resolução e de um amplo debate sobre os diferentes temas e deliberações democráticas, que expressem os anseios da base do Sindicato. Portanto, qualquer mudança não pode perder de vista esses princípios.

Dentre as atividades que mais demandam atenção das equipes de trabalho durante os congressos está a da consolidação dos relatórios dos grupos mistos para serem levados às plenárias. Esse esforço pode ser minimizado com a utilização de ferramentas da informática, facilitando assim a montagem dos relatórios dos grupos mistos e das plenárias.

Outra dificuldade encontrada está na grande quantidade de textos que figuram no Caderno Anexo. O tempo exíguo entre a publicação dos mesmos e a realização do Congresso muitas vezes impossibilita que sejam debatidos nas assembleias gerais das seções sindicais do ANDES-SN. O recomendável seria que no Caderno Anexo constasse apenas a atualização dos Planos de Lutas, tanto de políticas quanto de setores, ficando a atualização da conjuntura para o debate nas plenárias.

Em relação ao funcionamento das plenárias, o § 2º do art. 35 do Regimento do Congresso do ANDES-SN estabelece que só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as propostas:

- a) aprovadas nos grupos mistos;
- b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;
- c) oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização no plenário;
- d) sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o § 3º do art. 21.

Porém, tem sido adotada a prática rotineira de se rediscutir em plenária todo Texto Resolução (TR), quando este não tiver sido votado por pelo menos um grupo. Tal prática não é prevista no Regimento e tem sido objeto de crítica pelos grupos que se empenham em debater todos os TRs dentro do tempo previsto para a duração do grupo misto.

Com o objetivo de sanar as dificuldades como as apontadas, o 33º Congresso do ANDES-SN, realizado em São Luís - MA, nas Questões Organizativas e Financeiras, resolveu *1. Autorizar o 59º CONAD a rever a metodologia que é adotada no Congresso do ANDES SN relativamente a temário, pauta e cronograma, com vistas a melhor objetivar o tempo e reduzir a intensidade de trabalho no evento, garantindo condições para apreciação e deliberação das propostas a ele submetidas.* Diante de tal desafio, a diretoria elaborou as propostas que se seguem.

TR - 14

O 59º CONAD delibera que:

1. A partir do próximo congresso seja utilizado um sistema informatizado e padronizado para montar os relatórios dos grupos mistos e das plenárias;
2. A apresentação dos textos de conjuntura somente será admitida no Caderno de Texto principal; no Caderno de Texto Anexo, somente poderão constar as atualizações dos Planos de Luta, tanto de políticas quanto de setores;
3. A remessa às plenárias somente será permitida dos TRs que forem aprovados em pelo menos um grupo misto.

TEXTO 15

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013

TEXTO DE APOIO

O total de despesas em 2013 foi de R\$ 9.016.842,74. Observamos, portanto, um acréscimo de R\$ 443.511,52 (5,17%) em relação ao exercício anterior que foi de R\$ 8.573.331,22, um pouco abaixo do índice inflacionário oficial que foi de 5,91%. As tabelas apresentadas abaixo detalham as despesas realizadas, a previsão orçamentária para 2015 e os demais demonstrativos contábeis:

TR - 15

O 59º CONAD aprova as prestações de contas do exercício de 2013

Demonstrativo de Orçamento e Execução

Receita	Previsão 2013	Execução 2013
Receita Total	7.775.530,49	8.769.552,09
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	193.935,00	4.084,19
Receita de aplicações financeiras	307.965,00	13.088,46
Receita de Contribuições	7.273.630,49	8.752.379,44

Despesas	Previsão 2013	Execução 2013
Água e Esgoto	8.400,00	1.109,50
Alimentação	6.300,00	7.484,31
Aluguel de Bens Imóveis	162.750,00	194.297,50
Assessoria Contábil	94.500,00	83.734,96
Assessoria Jurídica Pessoa Física	36.750,00	34.422,60
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	390.075,00	462.258,96
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	404.775,00	293.219,76
Assinaturas e Periódicos	2.625,00	4.637,66

Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	99.750,00	119.996,26
Conduções e Passagens Urbanas	78.750,00	100.971,37
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	24.000,00	24.500,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00	22.500,00
Custas e Emolumentos	21.000,00	87.367,92
Despesas com Regionais	892.500,00	828.180,18
Despesas Diversas ⁷	90.300,00	573.372,57
Despesas Financeiras	42.000,00	10.891,36
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	68.250,00	23.733,26
Diárias de Diretores	367.500,00	307.972,00
Digitalização dos Documentos	42.000,00	37.101,60
Energia Elétrica	47.250,00	38.019,43
Estacionamentos / Pedágios	4.725,00	6.545,88
Hospedagem	304.500,00	650.541,71
INSS s/Serviços	26.250,00	29.474,19
Locação de Equipamentos e Veículos	11.550,00	7.883,90
Manutenção e Reparos Bens Móveis	12.600,00	25.428,54
Material de Consumo	173.250,00	168.005,76
Passagens Aéreas e Terrestres	850.500,00	766.606,05
Pessoal e Encargos	1.561.770,00	2.137.311,99
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	157.500,00	277.564,50
Reembolso de Quilometragem	23.100,00	17.349,45
Repasses p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	378.046,56	535.774,82
Revista - Universidade & Sociedade	84.000,00	74.495,50
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	73.500,00	446.627,50
Telefone	168.000,00	111.785,24
Transportadoras e Fretes	189.000,00	505.676,51
Xerox do Brasil	9.450,00	0,00
Total de despesas	R\$ 6.931.216,56	R\$ 9.016.842,74
Demonstrativo de Despesas Diversas		
Anúncios e Publicações	2.137,40	
Assessoria de Imprensa - PF	16.884,79	
Assessoria de Imprensa - PJ	19.400,00	
Assinatura de TV a Cabo	3.985,80	
Contribuição p/Fundo Único	119.785,90	
Correios e Telégrafos	80.583,20	
Despesas com Eventos	19.066,70	
Despesas de Exercícios Anteriores	14.528,84	
Diárias - Colaboradores/Convidados	27.954,03	
Diárias - Funcionários	1.700,00	
Fotocópias/Encadernações	9.375,42	

⁷ As despesas diversas estão detalhadas na tabela da página seguinte.

Internet	31.226,77
Outras Contribuições/Doações	48.721,27
Outros Serviços - PF	18.691,98
Seguros em Geral	2.622,23
Seminários, Congressos e Convenções	5.921,00
Serviços Fotográficos - PJ	2.500,00
Serviços Técnico Profissionais - PJ	129.631,50
Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF	18.655,74
	R\$ 573.372,57

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Inst. de Ensino Superior
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 1º SEMESTRE/2013
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
(+) <i>Receitas de Contribuições</i>	734.197,27	706.414,24	696.663,20	628.805,84	684.071,97	1.032.141,81	4.482.294,33
(+) <i>Receitas de Contribuição Sindical</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) <i>Descontos Obtidos</i>	71,60	550,00	500,00	4,36	0,01	592,36	1.718,33
(+) <i>Rendimentos de Aplicações Financeiras</i>	1.615,29	1.400,24	1.024,50	1.216,90	1.114,45	1.846,79	8.218,17
(+) <i>Receitas Diversas (Refeições/Livros/Eventos)</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas	735.884,16	708.364,48	698.187,70	630.027,10	685.186,43	1.034.580,96	4.492.230,83
(-) <i>Água e Esgoto</i>	64,00	305,08	64,00	64,00	140,98	65,50	703,56
(-) <i>Alimentação</i>	617,54	44,81	99,00	46,44	606,90	949,57	2.364,26
(-) <i>Aluguel de Imóveis</i>	5.667,23	14.667,23	13.755,63	15.465,43	18.159,91	16.317,86	84.033,29
(-) <i>Anúncios e Publicações</i>	0,00	0,00	1.985,55	0,00	0,00	0,00	1.985,55
(-) <i>Assessoria Contábil - PJ</i>	6.229,46	6.229,46	6.229,46	6.229,46	6.229,46	6.229,46	37.376,76
(-) <i>Assessoria de Imprensa - PF</i>	0,00	0,00	7.084,79	7.000,00	2.800,00	0,00	16.884,79
(-) <i>Assessoria de Imprensa - PJ</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(-) <i>Assessoria Jurídica - AJN</i>	35.201,29	35.201,29	35.201,29	35.201,29	35.201,29	35.201,29	211.207,74
(-) <i>Assessoria Jurídica - PF</i>	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	17.211,30
(-) <i>Assessoria Jurídica - Regionais</i>	6.057,83	21.894,10	21.094,10	21.094,10	21.094,10	21.094,10	112.328,33
(-) <i>Assinatura de TV a Cabo</i>	325,43	324,58	324,65	319,80	319,80	336,14	1.950,40
(-) <i>Assinaturas e Periódicos</i>	911,50	0,00	1.963,26	0,00	152,80	0,00	3.027,56
(-) <i>Bolsistas</i>	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	0,00	10.101,60	20.901,60
(-) <i>Condomínio</i>	8.173,84	8.542,62	8.827,71	8.663,32	8.876,39	8.763,31	51.847,19

(-) Condições e Transportes Urbanos	4.673,96	3.829,66	5.600,07	9.915,66	8.461,86	8.948,36	41.429,57
(-) Contribuição p/Assoc. AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	4.000,00	12.000,00
(-) Contribuição p/CNESF	6.349,65	7.333,00	6.300,15	6.737,00	6.457,79	6.060,73	39.238,32
(-) Contribuição p/CONLUTAS	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	140.995,02
(-) Contribuição p/DIAP	277,00	277,00	277,00	277,00	277,00	277,00	1.662,00
(-) Contribuição p/DIEESE	13.639,11	13.639,11	13.639,11	13.639,11	13.639,11	13.639,11	81.834,66
(-) Contribuição p/Esc. FLORESTAN FERNANDES	1.500,00	1.500,00	1.500,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	10.500,00
(-) Contribuição p/FNDC	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	630,00
(-) Contribuição p/Fundo Único	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.511,04	38.511,04
(-) Correios e Telégrafos	488,12	653,29	1.856,45	27.877,19	2.276,72	1.560,91	34.712,68
(-) Custas e Emolumentos	0,00	1.977,66	41,20	739,60	1.205,53	37.984,47	41.948,46
(-) Despesas Bancárias	632,50	668,75	808,25	775,25	682,05	860,05	4.426,85
(-) Despesas c/FGTS s/Salários	8.374,37	7.251,27	8.588,38	7.402,12	7.300,90	12.071,14	50.988,18
(-) Despesas c/INSS Patronal s/Salários	24.809,09	22.399,12	25443,07	21.928,80	21.628,93	25.477,26	141.686,27
(-) Despesas c/Material de Consumo	3.748,51	6.271,57	19.815,77	16.326,94	14.706,47	2.616,88	63.486,14
(-) Despesas c/Pessoal	154.019,22	136.777,60	131.835,04	139.536,61	121.649,34	106.263,77	790.081,58
(-) Despesas c/PIS s/Folha de Pagamento	1.046,80	929,53	1.081,47	925,26	912,61	1.074,99	5.970,66
(-) Despesas c/Regionais	36.569,87	50.016,98	34.701,14	138.938,28	99.022,96	60.093,65	419.342,88
(-) Despesas Diversas	4.486,65	5.128,74	0,00	3,45	4.900,00	0,00	14.518,84
(-) Diárias - Colaboradores/Convidados	0,00	400,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00	3.200,00
(-) Diárias - Diretores	25.150,00	45.750,00	8.672,00	23.150,00	15.550,00	26.800,00	145.072,00
(-) Diárias - Funcionários	600,00	6.200,00	0,00	0,00	0,00	(6.800,00)	-
(-) Energia Elétrica	3.459,28	3.179,56	3.306,74	2.942,10	3.247,75	2.871,67	19.007,10
(-) Estacionamento/Pedágios	569,25	309,65	533,40	245,70	529,73	503,70	2.691,43
(-) Fotocópias/Encadernações	21,50	0,00	9.032,00	27,30	24,80	0,00	9.105,60
(-) Hospedagem	93.080,47	59.530,28	1.073,81	43.226,02	16.085,90	129.894,55	342.891,03

(-) <i>Impostos e Taxas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	735,26	0,00	776,46	1.511,72
(-) <i>INSS Patronal s/Serviços - PF</i>	1.937,43	1.767,59	4.316,70	4.209,94	2.660,64	1.872,79	16.765,09
(-) <i>Internet</i>	28,40	349,86	2.667,12	2.434,43	3.490,29	2.970,46	11.940,56
(-) <i>IPTU/TLP</i>	0,00	1.784,63	573,18	597,66	13.746,40	579,30	17.281,17
(-) <i>IRRF s/Apl. Financeiras</i>	0,00	0,00	387,90	0,00	0,00	878,80	1.266,70
(-) <i>Jornal Informandes</i>	36.850,00	20.240,00	20.240,00	21.680,00	20.240,00	18.800,00	138.050,00
(-) <i>Juros e Multas p/Atraso</i>	1.382,29	0,10	0,00	229,33	0,00	450,78	2.062,50
(-) <i>Limpeza e Conservação</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(-) <i>Limpeza e conservação - PF</i>	0,00	0,00	535,71	0,00	807,15	665,33	2.008,19
(-) <i>Locação de Máquinas e Equipamentos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	800,00
(-) <i>Locação de Veículos</i>	0,00	0,00	0,00	200,00	1.500,00	0,00	1.700,00
(-) <i>Manut. e Reparo de Bens Móveis</i>	1.038,98	1.618,98	516,50	1.038,98	1.192,98	1.704,75	7.111,17
(-) <i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF</i>	0,00	0,00	595,23	0,00	0,00	0,00	595,23
(-) <i>Outras Contribuições/Doações</i>	3.300,00	1.000,00	12.781,33	12.850,00	2.000,00	826,34	32.757,67
(-) <i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(-) <i>Outros Serviços - PF</i>	1.421,65	535,71	3.673,98	2.682,93	1.743,43	482,19	10.539,89
(-) <i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	38.774,30	41.453,07	42.537,95	35.997,35	47.039,03	87.957,22	293.758,92
(-) <i>Reembolso de Kilometragem</i>	770,40	1.417,74	859,86	2.136,27	1.307,34	1.225,21	7.716,82
(-) <i>Revista Universidade e Sociedade</i>	0,00	0,00	0,00	11.748,50	0,00	9.248,50	20.997,00
(-) <i>Seguros em Geral</i>	317,68	1.263,00	12,08	18,58	18,58	82,72	1.712,64
(-) <i>Seminários, Congressos e Convenções</i>	0,00	0,00	134,00	0,00	0,00	3.177,00	3.311,00
(-) <i>Serviços de Terceiros - Fundos</i>	0,00	0,00	0,00	99,64	57,12	0,00	156,76
(-) <i>Serviços Fotográficos - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(-) <i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
(-) <i>Serviços Gráficos</i>	6.200,00	65.242,00	15.683,00	58.455,00	101.205,00	(9.000,00)	237.785,00
(-) <i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	25,00	655,00	370,00	46.993,00	9.916,50	4.904,00	62.863,50
(-) <i>Telefone</i>	4.298,54	5.663,47	8.938,93	10.320,55	4.701,52	13.459,47	47.382,48

(-) Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF	2.504,76	0,00	3.443,94	3.030,19	0,00	1.210,72	10.189,61
(-) Transportes e Fretes	40.518,00	23.015,18	29.492,29	35.258,97	75.271,28	19.377,80	222.933,52
Total das Despesas	615.283,62	656.410,99	552.966,91	838.586,53	747.511,06	762.690,67	4.173.449,78
(=) Superávit (Déficit) do período	120.600,54	51.95,49	145.220,79	(208.559,43)	(62.324,63)	271.890,29	318.781,05

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Inst. de Ensino Superior
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 2º SEMESTRE/2013
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	TOTAL Geral
(+) Receitas de Contribuições	762.362,20	791.430,02	599.960,84	674.025,57	683.272,80	759.033,68	4.270.085,11	8.752.379,44
(+) Receitas de Contribuição Sindical	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Descontos Obtidos	591,49	591,46	591,46	591,45	0,00	0,00	2.365,86	4.084,19
(+) Rendim. Aplicações Financeiras	765,96	802,57	1.109,82	739,51	641,10	811,33	4.870,29	13.088,46
(+) Receitas Diversas (Refeições/Livros/Eventos)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas	763.719,65	792.824,05	601.662,12	675.356,53	683.913,90	759.845,01	4.277.321,26	8.769.552,09
(-) Água e Esgoto	65,50	78,24	65,50	0,00	65,50	131,20	405,94	1.109,50
(-) Alimentação	529,24	95,32	3.158,80	0,00	475,69	861,00	5.120,05	7.484,31
(-) Aluguel de Imóveis	16.467,86	16.596,58	17.122,32	17.152,32	16.560,87	26.364,26	110.264,21	194.297,50
(-) Anúncios e Publicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,85	151,85	2.137,40
(-) Assessoria Contábil - PJ	6.622,60	6.622,60	6.622,60	6.622,60	6.622,60	13.245,20	46.358,20	83.734,96
(-) Assessoria de Imprensa - PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	16.884,79

(-) Assessoria de Imprensa - PJ	0,00	0,00	0,00	0,00	19.400,00	0,00	19.400,00	19.400,00
(-) Assessoria Jurídica - AJN	35.201,29	35.201,29	35.201,29	35.201,29	73.497,38	36.748,68	251.051,22	462.258,96
(-) Assessoria Jurídica - PF	253,11	2.615,44	5.737,10	2.868,55	2.868,55	2.868,55	17.211,30	34.422,60
(-) Assessoria Jurídica - Regionais	32.827,43	28.412,80	28.412,80	28.412,80	28.412,80	34.412,80	180.891,43	293.219,76
(-) Assinatura de TV a Cabo	336,14	341,50	336,14	336,14	345,34	340,14	2.035,40	3.985,80
(-) Assinaturas e Periódicos	0,00	0,00	1.325,75	0,00	284,35	0,00	1.610,10	4.637,66
(-) Bolsistas	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	16.200,00	37.101,60
(-) Condomínio	9.945,78	10.093,65	10.481,88	10.516,26	13.362,63	13.748,87	68.149,07	119.996,26
(-) Condições e Transportes Urbanos	6.632,73	9.577,16	9.215,72	10.905,98	12.739,42	10.470,79	59.541,80	100.971,37
(-) Contrib. p/Assoc. AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA	0,00	0,00	6.000,00	2.500,00	2.000,00	2.000,00	12.500,00	24.500,00
(-) Contrib. p/CNESF	7.372,07	7.481,50	7.232,20	6.016,08	6.016,08	6.519,56	40.637,49	79.875,81
(-) Contrib. p/CONLUTAS	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	140.995,02	281.990,04
(-) Contrib. p/DIAP	277,00	277,00	277,00	277,00	277,00	277,00	1.662,00	3.324,00
(-) Contrib. p/DIEESE	13.639,11	14.730,24	14.730,24	14.730,24	14.730,24	14.730,24	87.290,31	169.124,97
(-) Contrib. p/Esc. FLORESTAN FERNANDES	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00	22.500,00
(-) Contrib. p/FNDC	105,00	305,00	105,00	105,00	105,00	105,00	830,00	1.460,00
(-) Contrib. p/Fundo Único	14.744,02	14.963,00	14.464,40	12.032,16	12.032,16	13.039,12	81.274,86	119.785,90
(-) Correios e Telégrafos	29.747,21	6.044,48	2.734,93	887,23	586,58	5.870,09	45.870,52	80.583,20
(-) Custas e Emolumentos	2.078,00	1.028,21	1.747,56	37.578,74	773,08	2.213,67	45.419,26	87.367,72
(-) Despesas Bancárias	652,55	797,74	656,15	598,05	705,95	655,55	4.065,99	8.492,84
(-) Despesas c/FGTS s/Salários	7.278,91	8.691,66	7.375,88	8.645,38	8.033,84	12.710,08	52.735,75	103.723,93
(-) Despesas c/INSS Patronal s/Salários	21.883,38	25.749,04	21.851,06	25.611,96	23.752,27	47.665,57	166.513,28	308.199,55
(-) Despesas c/Material de Consumo	9.994,01	11.616,63	56.577,71	9.197,07	10.132,03	7.002,17	104.519,62	168.005,76
(-) Despesas c/Pessoal	131.577,14	127.426,30	124.629,18	159.456,17	117.836,73	261.367,88	922.293,40	1.712.374,98

(-) Despesas c/PIS s/Folha de Pagamento	940,38	1.086,45	921,98	1.080,67	1.002,20	2.011,19	7.042,87	13.013,53
(-) Despesas c/Regionais	48.062,10	92.577,70	60.915,65	70.662,67	62.314,66	74.304,71	408.837,49	828.180,37
(-) Despesas Diversas	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	19.066,71	19.076,71	33.595,55
(-) Diárias - Colaboradores/ Convidados	400,00	800,00	8.000,00	8.600,00	6.300,00	654,03	24.754,03	27.954,03
(-) Diárias - Diretores	45.000,00	18.300,00	32.850,00	21.650,00	35.300,00	9.800,00	162.900,00	307.972,00
(-) Diárias - Funcionários	5.100,00	(4.300,00)	0,00	0,00	600,00	300,00	1.700,00	1.700,00
(-) Energia Elétrica	2.748,69	2.760,60	3.130,00	3.489,82	3.380,81	3.502,41	19.012,33	38.019,43
(-) Estacionamento/Pedágios	209,20	511,90	693,60	712,10	1.210,65	517,00	3.854,45	6.545,88
(-) Fotocópias/Encadernações	65,32	30,60	14,00	0,00	139,90	20,00	269,82	9.375,42
(-) Hospedagem	11.423,36	(1.459,91)	28.319,80	37.985,26	8.118,80	223.263,37	307.650,68	650.541,71
(-) Impostos e Taxas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	1.511,72
(-) INSS Patronal s/Serviços - PF	2.137,61	1.315,58	2.805,04	1.778,78	2.748,07	1.924,02	12.709,10	29.474,19
(-) Internet	2.999,92	2.714,92	2.663,98	2.799,07	2.836,34	5.271,98	19.286,21	31.226,77
(-) IPTU/TLP	579,30	579,30	579,30	579,30	579,39	777,08	3.673,67	20.954,84
(-) IRRF s/Apl. Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	1.266,70
(-) Jornal Informandes	20.240,00	18.074,50	20.240,00	1.440,00	39.040,00	40.480,00	139.514,50	277.564,50
(-) Juros e Multas p/Atraso	336,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	336,02	2.398,52
(-) Limpeza e Conservação	0,00	1.226,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	2.726,00	2.726,00
(-) Limpeza e conservação - PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	2.008,19
(-) Locação de Máquinas e Equipamentos	120,00	0,00	450,00	400,00	0,00	0,00	970,00	1.770,00
(-) Locação de Veículos	0,00	78,32	2.070,00	1.115,58	150,00	1.000,00	4.413,90	6.113,90
(-) Manut. e Reparo de Bens Móveis	3.377,11	1.737,11	1.088,64	2.785,24	2.098,64	1.649,25	12.735,99	19.847,16
(-) Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	595,23
(-) Outras Contribuições/Doações	1.413,60	3.050,00	7.000,00	1.050,00	3.050,00	400,00	15.963,60	48.721,27
(-) Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-

(-) Outros Serviços - PF	3.298,09	306,62	663,76	9,00	1.400,00	2.474,62	8.152,09	18.691,98
(-) Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas	38.009,70	64.901,06	71.089,25	153.314,42	68.976,09	76.556,61	472.847,13	766.606,05
(-) Reembolso de Kilometragem	1.342,50	1.536,09	1.712,70	1.971,45	1.783,50	1.286,39	9.632,63	17.349,45
(-) Revista Universidade e Sociedade	0,00	53.498,50	0,00	0,00	0,00	0,00	53.498,50	74.495,50
(-) Seguros em Geral	346,08	267,32	12,08	12,08	12,08	259,95	909,59	2.622,23
(-) Seminários, Congressos e Convenções	150,00	0,00	0,00	2.440,00	20,00	0,00	2.610,00	5.921,00
(-) Serviços de Terceiros - Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	156,76
(-) Serviços Fotográficos - PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,16	76,16	76,16
(-) Serviços Fotográficos - PJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	2.500,00
(-) Serviços Gráficos	32.758,00	20.765,50	480,00	32.500,00	25.134,00	97.205,00	208.842,50	446.627,50
(-) Serviços Técnico Profissionais - PJ	500,00	2.500,00	120,00	43.884,00	13.680,00	6.084,00	66.768,00	129.631,50
(-) Telefone	9.839,98	9.842,78	9.916,05	10.148,38	10.648,29	14.007,28	64.402,76	111.785,24
(-) Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF	0,00	1.041,66	3.725,02	465,49	3.233,96	0,00	8.466,13	18.655,74
(-) Transportes e Fretes	49.637,15	41.489,52	23.375,66	2.007,98	67.068,82	99.163,86	282.742,99	505.676,51
Total das Despesas	657.463,36	692.176,67	688.596,89	820.741,48	760.641,46	1.223.754,06	4.843.373,92	9.016.823,70
								-
(=) Superávît (Déficit) do período	106.256,29	100.647,38	(86.934,77)	(145.384,95)	(76.727,56)	(463.909,05)	(566.052,66)	(247.271,61)

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Fundo Único
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 2013
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
(+) Contribuições Recebidas	19.518,90	46.005,48	50.558,77	101.073,25	71.941,53	71.966,71	68.724,83	64.066,83	65.659,27	96.107,08	655.622,65
(+) Rendim. Aplicações Financeiras	6.850,31	17.215,42	15.962,02	15.704,08	20.516,13	18.794,91	20.869,92	22.607,60	18.863,63	21.802,25	179.186,27
Total das Receitas	26.369,21	63.220,90	66.520,79	116.777,33	92.457,66	90.761,62	89.594,75	86.674,43	84.522,90	117.909,33	834.808,92

MESES	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
(-) Despesas Bancárias/CPMF/IOF	116,10	368,90	204,10	216,00	186,30	178,20	153,90	211,10	183,00	204,60	2.022,20
(-) Desp. c/Contribuições e Doações	5.000,00	87.760,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	32.000,00	24.000,00	166.760,00
(-) Desp. c/Material de Consumo Diversos	0,00	10.182,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.182,69
(-) Desp. c/Passagens Aéreas, Terrestres	0,00	3.259,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.259,29
(-) Desp. c/Locacões Diversas	0,00	2.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.020,00
(-) Desp. c/Diárias	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
(-) Desp. c/Condução e Transporte Urbano	0,00	160,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.160,00
(-) Desp. c/Serviço Gráfico	0,00	510,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510,00
(-) Desp. c/Combustíveis e Lubrificantes	0,00	152,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152,80
(-) Desp. c/Prestação de Serviços	0,00	380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,00
(-) Desp. c/Hospedagens	0,00	0,00	4.176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.176,00
(-) Desp. c/Mantimentos e Alimentação	0,00	0,00	654,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	654,36
Total das Despesas	5.116,10	88.128,90	8.204,10	216,00	186,30	178,20	153,90	10.211,10	32.183,00	24.204,60	198.777,34
(=) Superávit (Déficit) o período	21.253,11	(24.908,00)	58.316,69	116.561,33	92.271,36	90.583,42	89.440,85	76.463,33	52.339,90	93.704,73	636.031,58

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Em Reais)

CNPJ 00.676.296/0001-65

	Patrimônio Líquido	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00	5.116.407,64	5.116.407,64
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	(71.811,99)	(71.811,99)
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REVERSÕES DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZAÇÃO AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPÉRAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	(247.403,09)	(247.403,09)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00	4.797.192,56	4.797.192,56

MARINALVA SILVA OLIVEIRA

Presidente

CPF: 236.646.492-49

FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR

1º Tesoureiro

CPF: 040.970.858-59

Iêda Mendes Corrêa

Contadora

CRC/DF 013.720/O-8

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2013**

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE	2013	2012
	R\$	R\$
DISPONIBILIDADES	3.897.507,49	3.457.483,69
Caixa Geral	4.680,06	1.045,62
Caixa - ANDES	2.461,83	386,38
Caixa - FNM	0,00	433,97
Caixa - CNESF	1.016,63	225,17
Caixa - FNG	0,10	0,10
Caixa - FUNDO ÚNICO	1.201,50	0,00
Bancos c/Movimento	443.062,19	610.533,49
BB - c/c 403.726-x (ANDES)	205.880,88	489.712,27
BB - c/c 437.515-7 (FNM)	0,00	5.450,37
BB - c/c 437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)	0,00	6.116,20
BB - c/c 437.525-4 (CNESF)	25.219,41	12.889,17
BB - c/c 5.551-4 (Publicações)	166,50	388,40
BB - c/c 437.864-4 (Eventos)	13.170,49	7.788,49
CEF - c/c 51.567-2 (Contribuição Sindical)	87.407,30	87.692,99
BB - c/c 23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	108.580,53	0,00
BB - c/c 223.926-4 (FNG)	2.637,08	495,60
Bancos c/Depósitos Bloqueados	0,00	202,25
BB - c/c 437.515-7 (FNM)	0,00	178,25
BB - c/c 437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)	0,00	24,00
BB - c/c 437.864-4 (Eventos)	0,00	0,00
Bancos c/Aplicações Financeiras	3.449.765,24	2.845.702,33
BB - c/403.726-x (ANDES)	51.043,00	66.521,50
BB - c/437.515-7 (FNM)	0,00	980.802,85
BB - c/437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)	0,00	1.277.244,23
BB - c/437.525-4 (CNESF)	362.638,05	315.852,43
BB - c/437.864-4 (Eventos)	5.362,12	147.216,56
BB - c/23.926-7 (FUNDO ÚNICO)	2.942.928,11	0,00
BB - c/223.926-4 (FNG)	87.793,96	58.064,76
CRÉDITOS	1.289.944,48	1.056.303,33
Devedores por Empréstimos	97.020,18	83.280,44
CNESF	29.240,84	29.013,64
Fundo de solidariedade	7.608,43	0,00
APUFSC	19.000,00	19.000,00
SESDUEM	0,00	20.000,00
SINDUFAP	5.266,80	5.266,80
CONLUTAS	6.000,00	0,00
SESF-Sind.Emp.Est.Serv.Saude de	10.000,00	10.000,00
FUNDO ÚNICO	19.904,11	0,00

<i>Devedores da Entidade</i>	363.232,23	354.784,11
SSind. Rateio 22º Congresso	1.461,55	1.461,55
SSind. Rateio 47º CONAD	3.228,37	3.228,37
SSind. Rateio 23º Congresso	14.546,39	14.546,39
SSind. Rateio 48º CONAD	938,27	938,27
SSind. Rateio 49º CONAD-Brasília	3.093,85	3.093,85
SSind. Rateio 24º Congresso	13.368,91	13.368,91
SSind. Rateio 6º CONAD Extraordinário	12.855,39	12.855,39
SSind. Rateio 50º CONAD	9.156,94	9.156,94
SSind. Rateio 25º Congresso-MT	16.517,38	16.517,38
SSind. Rateio 51º CONAD	20.075,92	20.075,92
SSind. Rateio 26º Congresso-PB	17.369,90	17.369,90
SSind. Rateio 27º Congresso-GO	662,98	662,98
SSind. Rateio 3º Congresso Extraordinário	4.505,08	4.505,08
SSind. Rateio 52º CONAD	5.742,90	5.742,90
SSind. Rateio 28º Congresso-RS	53.281,84	53.281,84
SSind. Rateio 54º CONAD	19.121,34	19.121,34
SSind. Rateio 29º Congresso	17.578,71	17.578,71
SSind. Rateio 55º CONAD	13.247,37	13.247,37
SSind. Rateio 56º CONAD-PR	6.521,89	6.521,89
SSind. Rateio 30º Congresso-MG	20.708,91	22.121,87
SSind. Rateio 31º Congresso-Manaus/AM	21.863,25	25.828,29
SSind. Rateio 57º CONAD-Parnaíba/PI	16.021,81	26.994,14
SSind. Rateio 32º Congresso-Rio de Janeiro/RJ	13.786,71	0,00
SSind. Rateio 58º CONAD-Santa Maria/RS	11.011,74	0,00
Devedores Diversos	46.564,83	46.564,83
<i>Créditos Diversos</i>	219.829,17	229.012,08
Despesas a Regularizar	214.152,21	210.291,67
Secretaria da Receita Federal	0,00	7.121,16
Cheques em Caução	3.473,85	3.473,85
Secretaria de Fazenda e Planejamento	450,17	450,17
Cheques Devolvidos	0,00	4.975,28
FGTS a Recuperar	0,00	2.699,95
Salário Maternidade a Recuperar	1.752,94	0,00
<i>Adiantamento a Funcionários</i>	31.828,27	37.612,51
Adiantamento de Salários	8.568,40	3.450,00
Adiantamento de Férias	23.259,87	34.162,51
<i>Adiantamento a Fornecedores</i>	97.637,50	97.637,50
Adiantamento a Fornecedores	97.637,50	97.637,50
<i>Adiantamento a Regionais</i>	425.409,21	253.976,69
Regional Sul	27.855,27	12.332,25
Regional RJ	16.331,44	15.829,78
Regional NE I	733,17	12.521,11
Regional NE II	46.010,69	28.382,71
Regional NE III	7.253,84	9.842,89
Regional SP	56.119,18	25.903,26
Regional Leste	32.499,74	8.340,52

Regional Norte I	53.198,13	14.718,92
Regional Norte II	23.353,84	11.889,55
Regional Planalto	22.194,48	7.722,40
Regional Pantanal	57.173,37	85.172,59
Regional RS	82.686,06	21.320,71
Depósitos Judiciais	54.987,92	0,00
Depósitos Judiciais	54.987,92	0,00
Total do Ativo Circulante	5.187.451,97	4.513.787,02
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
Bens Imóveis	2.910.749,10	2.910.749,10
Edificações	2.280.000,00	2.280.000,00
Benfeitoria 3º Andar	198.565,73	198.565,73
Benfeitoria 5º Andar	432.183,37	432.183,37
Bens Móveis	1.255.559,55	1.252.850,25
Móveis e Utensílios em Geral	315.182,46	315.182,46
Biblioteca	555,00	555,00
Máquinas e Equipamentos	473.402,02	471.979,72
Equipamentos de Informática	446.902,07	445.615,07
Equipamentos de Comunicação	19.518,00	19.518,00
Depreciações Acumuladas	(94.437,76)	(94.437,76)
(-) Dep. Móveis e Utensílios	(20.191,19)	(20.191,19)
(-) Dep. Máquinas e Equipamentos	(47.558,40)	(47.558,40)
(-) Dep. Equipamentos de Informática	(5.217,69)	(5.217,69)
(-) Dep. Edificações	(14.079,52)	(14.079,52)
(-) Dep. Benfeitoria	(6.272,17)	(6.272,17)
(-) Dep. Máquinas, Motores, Aparelho s- BTNF	(1.118,79)	(1.118,79)
Total do Imobilizado	4.071.870,89	4.069.161,59
INTANGÍVEL		
Bens Intangíveis	15.858,27	15.858,27
Programas e Sistemas	15.538,27	15.538,27
Marcas e Patentes	320,00	320,00
(-) Amortização	(222,76)	(222,76)
(-) Amortização de Programas e Sistemas	(222,76)	(222,76)
Total do Intangível	15.635,51	15.635,51
Total do Ativo Não Circulante	4.087.506,40	4.084.797,10
TOTAL DO ATIVO	9.274.958,37	8.598.584,12

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2013**

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE	2013	2012
	R\$	R\$
EXIGIBILIDADES	945.750,44	824.399,38
Fornecedores	108.272,61	27.815,19
Fornecedores Diversos	108.272,61	27.815,19
Obrigações Sociais e Trabalhistas	127.577,98	110.605,66
INSS a Recolher	114.867,92	100.108,36
FGTS a Recolher	12.710,06	10.497,30
Obrigações Fiscais e Tributárias	27.184,33	20.818,52
IRRF s/Salários a Recolher (0561)	14.601,68	12.157,25
IRRF s/Serviços PF a Recolher (0588)	347,13	123,48
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	1.117,08	1.010,53
PIS s/Folha a Recolher (8301)	2.011,19	1.729,60
ISS a Recolher	6.844,25	4.024,70
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	1.988,13	1.636,86
IRRF s/Aluguel PF a Recolher (3208)	274,87	136,10
Credores da Entidade	29.830,51	28.932,20
Credores Diversos - CONADs	898,31	0,00
Credores Diversos	28.932,20	28.932,20
Depósitos de Diversas Origens	77.218,93	81.425,39
Depósitos não Identificados	77.218,93	81.425,39
Credores por Empréstimo	575.666,08	554.802,42
CNESF	227,20	0,00
Fundo de Solidariedade	0,00	528.074,36
FNM	10.485,00	10.263,00
FNG	16.465,06	16.465,06
FUNDO ÚNICO	548.488,82	0,00
Fundos p/Financiamento de Campanha	3.532.015,37	2.657.777,10
FNM - Fundo Nacional de Mobilização	0,00	986.865,44
Contribuições Recebidas	0,00	2.174.820,22
Rendimentos s/Apl. Financeiras	0,00	757.675,66
Depósitos a Identificar	0,00	5.929,10
Empréstimos Recebidos - ANDES	0,00	0,00
Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE	0,00	660,50
Empréstimos Recebidos - FNG	0,00	10.497,50
(-) Despesas c/Diárias	0,00	(275.818,90)
(-) Despesas c/Passagens	0,00	(566.145,70)
(-) Despesas c/Hospedagem	0,00	(175.862,10)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	0,00	(133.493,84)

(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	0,00	(27.067,70)
(-) Despesas Gerais	0,00	(33.212,06)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	0,00	(109.109,16)
(-) Despesas c/Impostos	0,00	(1.425,10)
(-) Acordos Concedidos	0,00	(9,01)
(-) Despesas a Regularizar	0,00	(142.644,93)
(-) Despesas c/Combustíveis	0,00	(173,00)
(-) Despesas c/Reembolso de Kilometragem	0,00	(184,40)
(-) Empréstimos Concedidos-ADUNEB	0,00	(20.000,00)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	0,00	(48.455,00)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	0,00	(32.989,13)
(-) Despesas c/Loações	0,00	(65.080,00)
(-) Despesas c/Material de Consumo	0,00	(59.274,65)
(-) Despesas c/Material de Consumo Diverso	0,00	(277,72)
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	0,00	(10.263,00)
(-) Despesas c/Contribuições/Doações	0,00	(260.787,20)
(-) Empréstimos Concedidos - FDO SOLIDARIEDADE	0,00	(444,94)
FNG - Fundo Nacional de Greve	90.431,14	58.560,46
Contribuições Recebidas	802.568,37	773.055,30
Rendimentos s/Apl. Financeiras	87.929,57	85.300,76
Doações Recebidas	8.044,35	8.044,35
Depósitos a Identificar	7.522,85	7.522,85
Credores Diversos - FNG	82,00	82,00
(-) Despesas c/Diárias	(169.575,99)	(169.575,99)
(-) Despesas c/Passagens	(99.506,41)	(99.506,41)
(-) Despesas c/Hospedagem	(61.289,50)	(61.289,50)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(34.670,46)	(34.670,46)
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	(8.336,29)	(8.065,09)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(80.639,71)	(80.639,71)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(12.616,49)	(12.616,49)
(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade	(74.181,34)	(74.181,34)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(62.073,32)	(62.073,32)
(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação	(64.326,63)	(64.326,63)
(-) Despesas c/Material de Expediente	(47.805,94)	(47.805,94)
(-) Despesas Diversas	(8.000,09)	(8.000,09)
(-) Despesas a Regularizar	(8.473,68)	(8.473,68)
(-) Xerox Com. E Ind. Ltda	(10.528,14)	(10.528,14)
(-) Despesas c/Telefone	(5.972,91)	(5.972,91)
(-) Despesas c/Limpeza, Higiene e Conservação	(2.460,75)	(2.460,75)
(-) Despesas c/Medicamentos Utens. Farmácia	(317,85)	(317,85)
(-) Despesas c/Jornais e Revistas	(880,50)	(880,50)
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(1.234,16)	(1.234,16)
(-) Despesas c/Loações	(19.392,30)	(19.392,30)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(4.223,00)	(4.223,00)
(-) Despesas c/Material Permanente	(4.038,00)	(4.038,00)
(-) Despesas c/Material de Consumo Diversos	(7.742,26)	(7.742,26)
(-) Despesas c/Juros e/ou Multas	(221,72)	(221,72)

(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(16.465,06)	(16.465,06)
(-) Reembolso de Kilometragem	(246,00)	(246,00)
(-) Empréstimos Concedidos - FNM	(10.497,50)	(10.497,50)
Fundo de Solidariedade	0,00	1.283.384,43
Contribuições Recebidas	0,00	2.981.315,22
Rendimentos s/Apl. Financeiras	0,00	1.055.457,05
Depósitos a Identificar	0,00	7.541,19
Empréstimos Recebidos - ANDES	0,00	0,00
Empréstimos Recebidos - FNM	0,00	444,94
(-) Despesas c/Salários	0,00	(2.117.609,71)
(-) Despesas c/Diárias	0,00	(1.110,00)
(-) Despesas c/Passagens	0,00	(1.401,60)
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	0,00	(42.055,04)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	0,00	(7.000,00)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	0,00	(11.177,53)
(-) Empréstimos Concedidos FNM	0,00	(660,50)
(-) Empréstimos Concedidos SINDURCA	0,00	(3.757,00)
(-) Despesas c/Ação FGTS	0,00	(19.000,00)
(-) Acordos Concedidos	0,00	(40,13)
(-) Despesas c/Internet	0,00	(85,84)
(-) Cheques Devolvidos	0,00	(8.802,26)
(-) Despesas a Regularizar	0,00	(20.500,00)
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	0,00	(528.074,36)
(-) Empréstimos Concedidos - CNESF	0,00	(100,00)
CNESF-Coord. Nac. Ent. Serv. Federais	388.874,09	328.966,77
Contribuições Recebidas	1.683.848,21	1.517.229,81
Rendimentos s/Apl. Financeiras	161.976,49	138.831,96
Receitas de Plenária	69.901,73	69.761,73
Depósitos a Identificar	46.263,36	46.263,36
Empréstimos Recebidos - ANDES	29.240,84	29.013,64
Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE	100,00	100,00
(-) Despesas c/Material de Expediente	(69.871,29)	(69.495,04)
(-) Despesas c/Plano de Saúde	(3.182,21)	(3.182,21)
(-) Despesas c/Fotocópias	(5.036,30)	(5.036,30)
(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade	(82.623,00)	(82.623,00)
(-) Despesas c/Juros e Multas	(2.664,77)	(2.664,77)
(-) Despesas c/Telefone	(70.120,63)	(66.948,77)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(9.410,84)	(9.410,84)
(-) Despesas c/Água e Esgoto	(392,16)	(392,16)
(-) Despesas c/Energia Elétrica	(7.290,42)	(7.016,31)
(-) Despesas c/Condomínios	(14.387,31)	(11.660,91)
(-) Despesas Bancárias/CPMF/IOF	(10.797,48)	(10.210,48)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(204.809,19)	(198.866,01)
(-) Despesas c/Vale Alimentação	(425,00)	(425,00)
(-) Despesas c/Vale Transporte	(120,00)	(120,00)
(-) Despesas c/Internet	(5.111,48)	(4.539,07)
(-) Despesas c/Material de Limpeza	(1.740,83)	(1.740,83)

(-) Despesas c/Gêneros Alimentícios	(21.020,66)	(20.952,46)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(155.805,40)	(155.205,40)
(-) Despesas c/Locações	(208.102,65)	(193.585,05)
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(1.275,35)	(1.275,35)
(-) Despesas c/Diárias	(6.075,00)	(6.075,00)
(-) Despesas c/Passagens	(22.603,88)	(22.603,88)
(-) Despesas c/Gratificações	(150,00)	(150,00)
(-) Despesas c/Brindes	(3.023,98)	(3.023,98)
(-) Despesas c/Flores e Ornamentos	(455,00)	(455,00)
(-) II Enc. Ent. Assoc. de Aposentados	(54.239,98)	(54.239,98)
(-) Despesas a Regularizar	(104.357,14)	(104.357,14)
(-) Despesas c/Transportes e Fretes	(7.280,54)	(7.280,54)
(-) Despesas c/Alimentação	(2.201,22)	(1.774,03)
(-) Despesas c/Assinaturas e Periódicos	(9.731,14)	(9.731,14)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(462.116,92)	(365.216,39)
(-) Empréstimos Concedidos	(400,00)	(400,00)
(-) Despesas c/Hospedagem	(23.243,06)	(23.243,06)
(-) Despesas c/IPTU	(3.832,77)	(3.020,90)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(22.435,22)	(19.416,21)
(-) Despesas c/Mat. Consumo Uso Duradouro	(5.096,52)	(5.096,52)
(-) Devedores Diversos	(800,00)	(800,00)
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(227,20)	0,00
FUNDO ÚNICO-Fdo Nac /Mob/Greve	3.052.710,14	0,00
Contribuições Recebidas	655.622,65	0,00
Rendimentos s/Apl. Financeiras	179.186,27	0,00
FNM - Fundo Nacional de Mobilização	1.054.607,81	0,00
Empréstimo Concedido ao FNM pelo FNG	10.497,50	0,00
Fundo de Solidariedade	1.899.943,64	0,00
Empréstimo Conc Fdo de Solidariedade p/ANDES	7.608,43	0,00
Empréstimos Recebidos - ANDES	19.904,11	0,00
Depósitos a Identificar	6.947,89	0,00
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	(2.022,20)	0,00
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(166.760,00)	0,00
(-) Empréstimo Concedido ADUNEB pelo FNM	(20.000,00)	0,00
(-) Empréstimo Concedido ANDES pelo FNM	(10.485,00)	0,00
(-) Empréstimo Conc SINDURCA p/Fdo de Solidariedade	(3.757,00)	0,00
(-) Empréstimo Concedido CNESF p/Fdo de Solidariedade	(100,00)	0,00
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(548.488,82)	0,00
(-) Desp. c/Material de Consumo Diversos	(10.182,69)	0,00
(-) Desp. c/Passagens Aéreas, Terrestres	(3.259,29)	0,00
(-) Desp. c/Locações Diversas	(2.020,00)	0,00
(-) Despesas c/Diárias	(2.500,00)	0,00
(-) Despesas c/Condução e Transporte Urbano	(6.160,00)	0,00
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(510,00)	0,00
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(152,80)	0,00
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(380,00)	0,00
(-) Despesas c/Hospedagem	(4.176,00)	0,00

<i>(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação</i>	(654,36)	0,00
Total do Passivo Circulante	4.477.765,81	3.482.176,48
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
SUPERÁVITs/ DÉFICITs ACUMULADOS	5.044.595,65	6.401.591,72
<i>Superávit Acumulado</i>	5.236.803,74	6.521.987,82
<i>Ajustes de Exercícios Anteriores</i>	(192.208,09)	(120.396,10)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(247.403,09)	(1.285.184,08)
<i>Déficit do Período</i>	(247.403,09)	(1.285.184,08)
Total do Patrimônio Líquido	4.797.192,56	5.116.407,64
TOTAL DO PASSIVO	9.274.958,37	8.598.584,12

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial do exercício de 2013 que apresenta um total de R\$ 9.274.958,37 (nove milhões, duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2013

MARINALVA SILVA OLIVEIRA

Presidente

CPF: 236.646.492-49

FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR

1º Tesoureiro

CPF: 040.970.858-59

IÊDA MENDES CORREA

Contadora

CRC/DF: 013.720/O-8

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR**

31 de Dezembro de 2013

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

RECEITAS	2013	2012
	R\$	R\$
RECEITAS ORDINÁRIAS	8.769.606,81	7.262.582,98
RECEITAS SOCIAIS	8.752.379,44	7.089.958,07
<i>Contribuições</i>	8.752.379,44	7.089.958,07
<i>Contribuições de Exercícios Anteriores</i>	0,00	0,00
Outras Receitas	4.138,91	89.236,01
<i>Contribuição Sindical</i>	54,72	87.706,38
<i>Descontos Obtidos</i>	4.084,19	1.529,63
<i>Recuperação de Despesas</i>	0,00	0,00
Receitas Financeiras	13.088,46	83.388,90
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	13.088,46	83.388,90
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00	25.564,16
Receitas Diversas	0,00	25.564,16
<i>Vendas de Revistas e Jornais</i>	0,00	120,00
<i>Receitas de Eventos</i>	0,00	8.611,16
<i>Receitas Diversas</i>	0,00	16.833,00
Total das Receitas	8.769.606,81	7.288.147,14
DESPESAS		
DESPESAS OPERACIONAIS	9.017.009,90	8.573.331,22
DESPESAS C/PESSOAL E ENCARGOS	2.137.311,99	1.950.060,97
Despesas c/Pessoal	1.712.374,98	1.561.128,40
<i>Ordenados e Salários</i>	987.470,91	906.092,93
<i>Férias</i>	80.571,19	63.129,89
<i>1/3 Férias</i>	26.417,33	21.043,31
<i>Abono Pecuniário de Férias</i>	13.926,97	16.594,06
<i>13º Salário</i>	102.629,94	92.809,99
<i>Horas Extras</i>	25.713,96	36.151,59
<i>DSR s/HE</i>	5.369,16	14.017,91
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	10.379,25	1.288,68
<i>Reembolso Creche/Auxílio Educação</i>	25.801,15	26.745,16
<i>Aviso Prévio</i>	5.355,88	0,00
<i>Adicional Noturno</i>	62,21	340,67
<i>Atestado Saúde Ocupacional</i>	124,00	657,00
<i>Vale Alimentação</i>	318.656,24	278.670,62
<i>Vale Transporte</i>	3.307,13	2.933,59
<i>Auxílio Saúde</i>	76.188,00	70.010,00
<i>Hora Extra Pré-Contratada</i>	30.401,66	27.133,00
<i>Bolsistas</i>	0,00	3.510,00
Encargos Sociais	424.937,01	388.932,57

INSS Patronal	308.199,55	281.859,47
FGTS	103.723,93	94.988,13
PIS s/Folha de Pagamento	13.013,53	12.084,97
DIÁRIAS	337.626,03	419.499,00
Despesas c/Diárias	337.626,03	419.499,00
Diretores	307.972,00	374.524,00
Funcionários	1.700,00	6.615,00
Colaboradores/Convidados	27.954,03	38.360,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.894.222,39	4.627.719,72
Despesas c/Material de consumo	168.005,76	133.599,92
Material de Expediente	81.942,13	48.065,56
Gás, Combustível e Lubrificantes	17.680,78	22.398,12
Material de Limpeza, Higiene e Conservação	6.819,01	6.452,70
Gêneros Alimentícios	20.501,15	1.117,81
Material de Copa e Cozinha	2.128,75	512,83
Material de Manutenção e Reparos	4.099,07	1.321,65
Material de Uso Duradouro	899,80	3.288,09
Medicamentos e Utensílios de Farmácia	836,65	1.155,18
Equipamentos e Material de Informática	5.815,86	20.779,20
Material Elétrico e Hidráulico	1.826,79	1.133,90
Material de Cama, Mesa e Banho	0,00	1.400,00
Livros, Jornais e Revistas	15.165,60	2.014,00
Uniformes e Vestuários em Geral	3.300,00	15.410,00
Outros Materiais de Consumo	6.990,17	8.550,88
Serviços de Terceiros - PF	158.086,28	110.405,80
Assessoria Jurídica - PF	34.422,60	34.422,61
Manutenção e Reparo de Bens Móveis	595,23	165,00
Limpeza e Conservação	2.008,19	666,66
Serviços Fotográficos - PF	0,00	10.017,07
Serviços de Terceiros - Fundos	251,96	316,56
Bolsistas	37.101,60	0,00
INSS s/Serviços - PF	29.474,19	25.390,84
Outros Serviços - PF	18.691,98	27.173,16
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	0,00	0,00
Tradução/Revisão de Textos - PF	18.655,74	12.253,90
Assessoria de Imprensa - PF	16.884,79	0,00
Serviços de Terceiros - PJ	4.568.130,35	4.383.714,00
Assessoria Jurídica - AJN	462.258,96	467.989,88
Assessoria Contábil - PJ	83.734,96	77.657,90
Transportes e Fretes	505.676,51	454.210,90
Conduções e Transportes Urbanos	100.971,37	107.071,99
Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas	766.606,05	954.250,83
Hospedagem	650.541,71	522.057,89
Telefone	111.785,24	126.356,46
Energia Elétrica	38.019,43	46.230,78
Água e Esgoto	1.109,50	807,01
Alimentação	7.484,31	73.323,07

Aluguel de Imóveis	194.297,50	231.951,19
Condomínio	119.996,26	93.221,29
Manutenção e Reparos de Bens Móveis	19.847,16	25.213,15
Serviços Gráficos	446.627,50	63.572,00
Limpeza e Conservação	2.726,00	0,00
Assessoria Jurídica - Regionais	293.219,76	269.330,38
Assinaturas e Periódicos	4.637,66	1.888,52
Internet	31.226,77	36.052,26
Fotocópias/Encadernações	9.375,42	1.311,06
Assinatura de TV a Cabo	3.985,80	3.541,88
Correios e Telégrafos	80.583,20	114.057,57
Reembolso de Kilometragem	17.349,45	20.103,52
Estacionamento/Pedágios	6.545,88	4.157,80
Serviços Fotográficos - PJ	2.500,00	2.797,00
Anúncios e Publicações	2.137,40	5.065,55
Revisa Universidade e Sociedade	74.495,50	115.135,50
Serviços Técnico Profissional - PJ	129.631,50	189.633,11
Despesas em Geral	0,00	1.096,40
Jornal Informandes	277.564,50	327.650,00
Seguros em Geral	2.622,23	561,63
Locação de Máquinas e Equipamentos	1.770,00	108,11
Locações de Veículos	6.113,90	5.268,86
Custas e Emolumentos	87.367,92	24.300,51
Seminários, Congressos e Convenções	5.921,00	16.040,00
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	19.400,00	1.700,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	23.733,26	44.254,47
<i>Despesas Tributárias</i>	23.733,26	44.254,47
IPTU/TLP	20.954,84	23.318,67
IRRF s/Aplicações Financeiras	1.266,70	19.982,80
Impostos e Taxas Diversas	1.511,72	953,00
DESPESAS FINANCEIRAS	11.058,52	30.331,33
<i>Despesas Financeiras</i>	11.058,52	30.331,33
Despesas Bancárias	8.660,00	11.602,37
Juros e Multas p/Atraso	2.398,52	18.728,96
CONTRIBUIÇÕES/DOAÇÕES	751.281,99	585.670,39
<i>Contribuições /Doações</i>	751.281,99	585.670,39
DIEESE- Dep.Inst.Estat.Est. Social	169.124,97	166.083,97
DIAP- Dep. Interes.Ass.Parlam.	3.324,00	3.367,00
CNESF-Coord.Nac. Ent. Serv. Feder	79.875,81	65.271,00
FNDC - Forum Nac. p/Dem. Com	1.460,00	945,00
CONLUTAS-Ass. Coord. Nac. Lutas	281.990,04	221.491,19
Assoc. Amigos Esc Nac FLORESTAN FERNANDES	22.500,00	18.000,00
Associação Auditoria Cidadã da Dívida	24.500,00	22.000,00
FUNDO ÚNICO	119.785,90	0,00
Outras Contribuições/Doações	48.721,27	88.512,23
DESPESAS C/REGIONAIS	828.180,18	901.128,10
<i>Despesas c/Regionais</i>	828.180,18	901.128,10

Regional Sul	70.041,23	83.478,15
Regional RJ	93.220,36	73.384,94
Regional NE I	110.428,33	121.307,68
Regional NE II	49.539,02	41.138,09
Regional NE III	89.739,14	71.519,37
Regional SP	49.659,89	46.388,68
Regional Leste	80.118,74	112.023,57
Regional Norte I	41.992,51	36.759,75
Regional Norte II	96.427,13	83.879,84
Regional Planalto	78.124,47	84.359,08
Regional Pantanal	39.711,47	37.535,60
Regional RS	29.177,89	109.353,35
DESPESAS DIVERSAS	33.595,54	14.667,24
Despesas Diversas	33.595,54	14.667,24
Despesas de Exercícios anteriores	14.518,84	573,71
Despesas c/Eventos	19.066,70	14.092,68
Perdas Diversas	10,00	0,85
Total das Despesas	9.017.009,90	8.573.331,22
(=) Déficit do período	(247.403,09)	(1.285.184,08)

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado no Período apresenta no exercício em referência um déficit de R\$ 247.403,09 (duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e três reais e nove centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos mesmos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2013

MARINALVA SILVA OLIVEIRA

Presidente

CPF: 236.646.492-49

FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR

1º Tesoureiro

CPF: 040.970.858-59

IÊDA MENDES CORREA

Contadora

CRC/DF: 013.720/O-8

TEXTO 16

Diretoria do ANDES-SN

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2015**TR - 16**

O 59º CONAD aprova a previsão orçamentária para 2015

Receita	2015
Receita Total	9.909.449,80
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	209.449,80
Receita de aplicações financeiras	100.000,00
Receita de Contribuições	9.600.000,00
Despesas	2015
Água e Esgoto	2.200,00
Alimentação	11.000,00
Aluguel de Bens Imóveis	220.000,00
Assessoria Contábil	90.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	496.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	400.000,00
Assinaturas e Periódicos	2.000,00
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	110.000,00
Conduções e Passagens Urbanas	90.000,00
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	24.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00
Correios e Telégrafos	85.000,00
Custas e Emolumentos	23.000,00
Despesas com Regionais	1.152.000,00
Despesas Diversas	50.000,00
Despesas Financeiras	30.000,00
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	24.000,00
Diárias de Diretores	300.000,00
Energia Elétrica	39.000,00
Estacionamentos / Pedágios	5.000,00
Hospedagem	400.000,00
INSS s/Serviços	31.000,00
Internet e TV a Cabo	35.000,00
Locação de Equipamentos e Veículos	10.000,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	20.000,00
Material de Consumo	193.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	800.000,00
Pessoal e Encargos	2.622.000,00
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	200.000,00

Reembolso de Quilometragem	20.000,00
Repasse Fundo Único	192.000,00
Repasses p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	590.000,00
Revista - Universidade & Sociedade	80.000,00
Seguros em Geral	2.700,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	60.000,00
Serviços Técnicos Profissionais – PJ	100.000,00
Telefone	120.000,00
Transportadoras e Fretes	330.000,00
Total de despesas	8.982.900,00

TEXTO 17

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 33º CONGRESSO**TR – 17**

O 59º CONAD aprova a prestação de contas do 33º CONGRESSO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 33º CONGRESSO	ANDES-SN	APRUMA	Total de despesas
<i>Especificação</i>	Despesa	Despesa	Total
1-PESSOAL			
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)			
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem	10.255,00	0,00	10.255,00
Diárias	6.200,00	0,00	6.200,00
Horas extras	31.525,97	761,73	32.287,70
Subtotal	47.980,97	761,73	48.742,70
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO			
Arte do Folder	0,00	1.000,00	1.000,00
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	980,00	0,00	980,00
Cartazes Gráfica	0,00	1.800,00	1.800,00
Encadernação	0,00	0,00	0,00
Convites (impressão)	0,00	750,00	750,00
Painel/Outdoor	0,00	2.500,00	2.500,00
Banner	0,00	360,00	360,00
Serviço de Impressão/Informativo do Congresso	7.950,00	6.562,50	14.512,50
Impressora para imprensa	0,00	0,00	0,00
Subtotal	8.930,00	12.972,50	21.902,50
3 – INFRAESTRUTURA			
Estrutura Física			
Correio	0,00	0,00	0,00
Técnico de Informática	0,00	0,00	0,00
Transportadora	8.750,00	0,00	8.750,00
Aluguel de Imóveis	0,00	3.041,20	3.041,20
Aluguel de rádios	0,00	0,00	0,00
Serviço de montagem stand	0,00	2.641,20	2.641,20
Aluguel de cadeiras e mesas	0,00	400,00	400,00
Aluguel Balcão e Armário	0,00	0,00	0,00
Aluguel de Notebooks	0,00	0,00	0,00
Decoração	0,00	2.100,00	2.100,00
Suporte Técnico de Informática	3.830,00	0,00	3.830,00
Apresentação Cultural	0,00	120,00	120,00

Sonorização	1.600,00	0,00	1.600,00
Cópias e Impressões	13.000,00	0,00	13.000,00
Roteador	0,00	0,00	0,00
Lixeiras	0,00	0,00	0,00
	27.180,00	8.302,40	35.482,40
Prestação de Serviços			
Táxi	0,00	0,00	0,00
Filmagem	3.750,00	0,00	3.750,00
Enfermeiro/ Ambulância	8.200,00	0,00	8.200,00
Manutenção de equipamentos	0,00	133,50	133,50
Pessoal de Apoio (Acadêmicos)	0,00	6.400,00	6.400,00
Segurança	0,00	780,00	780,00
Apoio/Limpeza	0,00	1.080,00	1.080,00
Eletricista	0,00	300,00	300,00
Som	1.600,00	0,00	1.600,00
Aluguel Rádio Universidade	0,00	100,00	100,00
Chaveiro	0,00	342,00	342,00
Horas extras de Apoio	0,00	0,00	0,00
Água Mineral	0,00	216,00	216,00
Manutenção de torneiras	0,00	133,50	133,50
Coffee Break	13.660,00	0,00	13.660,00
	27.210,00	9.485,00	36.695,00
Material de Consumo			
Medicamentos farmácia	8.200,00	8.200,00	16.400,00
Material de Escritório e expediente	0,00	1.395,04	1.395,04
Material de Consumo	0,00	597,45	597,45
	8.200,00	10.192,49	18.392,49
Material distribuído aos delegados e observadores			
Pastas/ Bolsas	0,00	5.000,00	5.000,00
Camisetas	0,00	7.000,00	7.000,00
Crachá	0,00	3.290,00	3.290,00
Guia do Congressista	0,00	0,00	0,00
Canetas	0,00	1.300,00	1.300,00
Blocos	0,00	1.000,00	1.000,00
Brindes	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	17.590,00	17.590,00
4 - COMISSÃO ORGANIZADORA			
Diárias	900,00	0,00	900,00
Passagens Aéreas	2.092,00	0,00	2.092,00
Hospedagem	1.488,00	0,00	1.488,00
Subtotal	4.480,00	0,00	4.480,00

5- Despesa c/ transporte de um delegado das S.Sindicais c/ menos de 101 filiados.			
	7.349,32	0,00	7349,32
Subtotal	7.349,32	0,00	7.349,32
TOTAL	131.330,29	59.304,12	190.634,41
Total de Despesas Previstas para Rateio	166.906,57		
Total de Despesas Realizadas	190.634,41		
Porcentagem da diferença	14.22%		
Valor pago a maior	23.727,84		

TEXTO 18

Contribuição dos(as) Professores(as) sindicalizados da APUFPR-SSind Adriana Hessel Dalagassa, Claudio Antonio Tonegutti, Graziela Lucchesi Rosa da Silva, Jose Ricardo Vargas de Faria, Luis Allan Kunzle, Milena Martinez, Paulo Perna, Rogerio Miranda Gomes, Vilson Aparecido da Mata e Vitor Schuhli

MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DO CONGRESSO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

No 33º Congresso do ANDES-SN foram apresentadas dois textos de resolução sobre a mudança na estrutura e cronograma dos Congressos: o TR 51 com o título “Tempo Livre nos Congressos e CONADs” e o TR 54 com o título “Por um Congresso mais Curto”

Nas discussões ocorridas naquele Congresso, ficou evidente a necessidade de reorganizar a estrutura do evento de forma a evitar o excesso de carga horário de trabalho que acaba ocasionando em perda de qualidade nas discussões e deliberações. Entretanto, também ficou claro que não se tinha reflexão acumulada sobre o assunto para uma deliberação naquele momento.

Nesse sentido, o 33º Congresso do ANDES-SN deliberou por “1. Autorizar o 59º CONAD a rever a metodologia que é adotada no Congresso do ANDES SN relativamente ao temário, à pauta e ao cronograma, com vista a melhor objetivar o tempo e reduzir a intensidade de trabalho no evento, garantindo condições para apreciação e deliberação das propostas a ele submetidas.”

Assim, dando consequência a essa deliberação trazemos a presente proposta.

Dos mencionados textos de resolução apresentados no 33º Congresso, o TR 51 trazia o problema para a discussão no interior do ANDES-SN, mas não apresentou nenhuma proposta concreta. Já o TR 54 formulou a proposta de incorporar o tema de políticas com o tema de plano de lutas. A justificativa foi de que a discussão das políticas (gerais, educação, saúde, etc.) é subsídio indispensável para a formulação do plano de luta geral, mas que no formato de discussão até então utilizado a articulação entre esses temas estava prejudicado.

Outro ponto que tem problemas similares é a discussão da centralidade da luta, para o que é imprescindível a análise da conjuntura mais geral e suas relações com o movimento docente, dois temas que possuem plenárias distintas. Essa relação é visível no próprio caderno de textos do 33º Congresso, onde todos as propostas para o tema (TR 4, TR 5 e TR 36) não possuíam textos de apoio próprios mas sim faziam referência à análise de conjuntura ou textos apresentados no tema “Movimento Docente e Conjuntura”

Então, nos parece que trazer para um bloco de discussões os temas “Movimento Docente e Conjuntura” e “Centralidade da Luta” e para outro bloco os temas “Plano de Lutas – Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores” e “Plano de Lutas – Geral, Educação, Direitos e Organização dos Trabalhadores” poderá cumprir o

objetivo de melhor articular as discussões e deliberações, bem como contribuir para a diminuição da carga de trabalho nos Congressos do ANDES-SN.

TR – 18

O 59º CONAD delibera:

1. A pauta para o Congresso do ANDES-SN será assim distribuída:

- Tema 1: Movimento Docente, Conjuntura e Centralidade da Luta;
- Tema 2: Questões Organizativas e Financeiras;
- Tema 3: Políticas Sociais e Plano de Lutas (Geral, Educação, Direitos, Organização dos Trabalhadores);
- Tema 4: Plano de Lutas – Setores.

2. O cronograma para o desenvolvimento dos trabalhos do Congresso do ANDES-SN terá como referência o seguinte esquema:

Período	1º dia	2º dia	3º dia	4º dia	5º dia	6º dia
Manhã	CR PA	GM1	Livre	GM3	GM4	P4
Tarde	CR PI	GM2	P1	GM3	P3	PE
Noite	Livre	Livre	P2	Livre	Livre	

Legendas:

CR = Credenciamento

PA = Plenária de Abertura

PI = Plenária de Instalação

GM1 = Grupo Misto Tema 1

GM2 = Grupo Misto Tema 2

GM3 = Grupo Misto Tema 3

GM4 = Grupo Misto Tema 4

PE = Plenária de Encerramento

TEXTO 19

Diretoria do ANDES-SN

REPASSES DAS SEÇÕES SINDICAIS**TEXTO DE APOIO**

De acordo com a deliberação do 52º CONAD, São Luís - MA, 26 a 29/7/07, a Diretoria está apresentando o quadro com os repasses das seções sindicais ao ANDES-SN, atualizado até o dia 31 de maio de 2014, acompanhado dos acordos estabelecidos com a tesouraria nacional.

NORTE 1								
ADUA - 1231-9 - MANAUS/AM								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	17/01/14	12.319,32	722,27			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	06/02/14	12.346,44	723,85			
MARÇO	F	fevereiro/2014	25/03/14	13.205,76	758,23			
ABRIL	F	março/2014	16/04/14	13.176,68	756,58			
MAIO	F	abril/2014	22/05/14	13.133,36	754,08			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SESDEF-RR - 1236-X - BOA VISTA/RR								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	31/01/14	8.491,77		05/07/13	5/10	786,67
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	20/03/14	5.681,47				
MARÇO	F	fevereiro/2014	10/04/14	6.247,69				
ABRIL	F	março/2014	09/05/14	6.441,48				
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUNIR - 1235-1 - PORTO VELHO/RO								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013		acordo	acordo	20/03/14	1/60	1.400,00
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	24/03/14	2.161,24	76,06	22/04/14	2/60	1.400,00
MARÇO	F	fevereiro/2014	22/04/14	2.161,24	76,06	23/05/14	3/60	1.400,00
ABRIL	F	março/2014	27/04/14	2.161,24	76,06			
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						

NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUFAC - 1232-7 - RIO BRANCO/AC								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	18/02/14	9.187,00	501,23			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	18/02/14	8.977,06	488,33			
MARÇO	F	fevereiro/2014	13/03/14	8.917,74	491,46			
ABRIL	F	março/2014	10/04/14	9.603,82	512,15			
MAIO	F	abril/2014	08/05/14	9.599,27	517,72			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SIND-UEA - 1340-4 -MANAUS/AM								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	11/02/14	234,00	32,30			
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	12/03/14	234,00	32,30			
MARÇO	E	fevereiro/2014	07/04/14	234,00	32,30			
ABRIL	E	março/2014	13/05/14	234,00	32,30			
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						

SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

SINDUERR -1387-0 BOA VISTA /RR								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013						
FEVEREIRO	E	janeiro/2014						
MARÇO	E	fevereiro/2014						
ABRIL	E	março/2014						
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

SINDIFAP -1381- MACAPÁ/AP								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						

JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SINDUEAP- MACAPÁ/AP								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013						
FEVEREIRO	E	janeiro/2014						
MARÇO	E	fevereiro/2014						
ABRIL	E	março/2014						
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

NORTE 2

ADUFRA - 1234-3 - BELÉM/PA

S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUFPA - 1233-5 - BELÉM/PA

S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	07/01/14	26.787,17	2.142,97			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	06/02/14	26.895,51	2.151,64			
MARÇO	F	fevereiro/2014	11/03/14	26.961,77	2.156,94			
ABRIL	F	março/2014	09/04/14	29.092,52	2.327,40			
MAIO	F	abril/2014	06/05/14	29.059,81	2.324,78			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						

SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SINDUFAP - 1349-8 - MACAPÁ/AP								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	03/01/14	2.003,70	83,86	11/03/14		R\$ 426,79
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	03/01/14	1.961,86	83,15			
MARÇO	F	fevereiro/2014	07/02/14	2.096,61	80,15			
ABRIL	F	março/2014	14/03/14	2.105,60	84,22			
MAIO	F	abril/2014	03/04/14	2.193,39	175,49			
JUNHO	F	maio/2014	06/05/14	2.172,42	173,79			
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SINDUEPA - 1284-X - BELÉM/PA								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013						
FEVEREIRO	E	janeiro/2014						
MARÇO	E	fevereiro/2014						
ABRIL	E	março/2014						
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						

JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

SINDUFOPA - SANTARÉM/PA								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SINDUNIFESSPA- 1383-8 MARABÁ/PA								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						

MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

NORDESTE 1

APRUMA - 1238-6 - SÃO LUÍS/MA

S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	15/01/14	7.509,00	601,00			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	25/02/14	7.509,00	601,00			
MARÇO	F	fevereiro/2014	14/03/14	7.509,00	598,00			
ABRIL	F	março/2014	18/03/14	7.480,00	597,00			
MAIO	F	abril/2014	15/04/14	7.466,00	597,00			
JUNHO	F	maio/2014	16/05/14	7.435,69	594,85			
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUFPI - 1239-4 - TERESINA/PI

S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS	
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC
JANEIRO	F	dezembro/2013	13/03/14	3.825,66	309,25		

FEVEREIRO	F	janeiro/2014	15/04/14	3.825,66	702,23		
MARÇO	F	fevereiro/2014	21/05/14	3.825,66	702,23		
ABRIL	F	março/2014					
MAIO	F	abril/2014					
JUNHO	F	maio/2014					
JULHO	F	junho/2014					
AGOSTO	F	julho/2014					
SETEMBRO	F	agosto/2014					
OUTUBRO	F	setembro/2014					
NOVEMBRO	F	outubro/2014					
DEZEMBRO	F	novembro/2014					

ADCESP - 1240-8 - TERESINA/PI							
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS	
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC
JANEIRO	E	dezembro/2013	07/01/14	3.371,60	269,73		
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	03/02/14	3.371,60	269,73		
MARÇO	E	fevereiro/2014	06/03/14	3.371,60	269,73		
ABRIL	E	março/2014	01/04/14	3.371,60	269,73		
MAIO	E	abril/2014	05/05/14	3.371,60	269,73		
JUNHO	E	maio/2014					
JULHO	E	junho/2014					
AGOSTO	E	julho/2014					
SETEMBRO	E	agosto/2014					
OUTUBRO	E	setembro/2014					
NOVEMBRO	E	outubro/2014					
DEZEMBRO	E	novembro/2014					

SESDFUC - 1241-6 - FORTALEZA/CE							
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS	
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC
JANEIRO	F	dezembro/2013					
FEVEREIRO	F	janeiro/2014					
MARÇO	F	fevereiro/2014					
ABRIL	F	março/2014					
MAIO	F	abril/2014					
JUNHO	F	maio/2014					
JULHO	F	junho/2014					
AGOSTO	F	julho/2014					
SETEMBRO	F	agosto/2014					
OUTUBRO	F	setembro/2014					
NOVEMBRO	F	outubro/2014					
DEZEMBRO	F	novembro/2014					

ADUNIFOR - 1242-4 - FORTALEZA/CE							
S SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS	
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC
JANEIRO	P	dezembro/2013					
FEVEREIRO	P	janeiro/2014					
MARÇO	P	fevereiro/2014					
ABRIL	P	março/2014					
MAIO	P	abril/2014					
JUNHO	P	maio/2014					
JULHO	P	junho/2014					
AGOSTO	P	julho/2014					
SETEMBRO	P	agosto/2014					
OUTUBRO	P	setembro/2014					
NOVEMBRO	P	outubro/2014					

DEZEMBRO	P	novembro/2014	
----------	---	---------------	--

SINDCEFET-PI - - TERESINA/PI							
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS	
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC
JANEIRO	F	dezembro/2013	05/02/14	349,96		05/02/14	1/10
FEVEREIRO	F	janeiro/2014				05/02/14	2/10
MARÇO	F	fevereiro/2014					
ABRIL	F	março/2014					
MAIO	F	abril/2014					
JUNHO	F	maio/2014					
JULHO	F	junho/2014					
AGOSTO	F	julho/2014					
SETEMBRO	F	agosto/2014					
OUTUBRO	F	setembro/2014					
NOVEMBRO	F	outubro/2014					
DEZEMBRO	F	novembro/2014					

SINDCENTEC - - JUAZEIRO DO NORTE/CE							
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS	
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC
JANEIRO	E	dezembro/2013					
FEVEREIRO	E	janeiro/2014					
MARÇO	E	fevereiro/2014					
ABRIL	E	março/2014					
MAIO	E	abril/2014					
JUNHO	E	maio/2014					
JULHO	E	junho/2014					
AGOSTO	E	julho/2014					
SETEMBRO	E	agosto/2014					

OUTUBRO	E	setembro/2014					
NOVEMBRO	E	outubro/2014					
DEZEMBRO	E	novembro/2014					

SINDIUVA - 1341-2 - SOBRAL/CE							
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS	
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC
JANEIRO	E	dezembro/2013	30/01/14	1.954,96	156,39		
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	07/02/14	2.089,25	167,14		
MARÇO	E	fevereiro/2014	28/03/14	2.083,40	166,70		
ABRIL	E	março/2014	04/04/14	2.043,90	163,50		
MAIO	E	abril/2014	09/05/14	2.111,60	168,90		
JUNHO	E	maio/2014					
JULHO	E	junho/2014					
AGOSTO	E	julho/2014					
SETEMBRO	E	agosto/2014					
OUTUBRO	E	setembro/2014					
NOVEMBRO	E	outubro/2014					
DEZEMBRO	E	novembro/2014					

SINDUECE - 1342-0 - FORTALEZA/CE							
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS	
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC
JANEIRO	E	dezembro/2013	06/02/14	2.760,57	213,66		
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	06/02/14	2.580,77	213,66		
MARÇO	E	fevereiro/2014	20/03/14	2.673,23	213,86		
ABRIL	E	março/2014	20/03/14	2.673,23	213,86		
MAIO	E	abril/2014	03/04/14	5.376,28	430,10		
JUNHO	E	maio/2014	16/05/14	2.910,21			
JULHO	E	junho/2014					

AGOSTO	E	julho/2014					
SETEMBRO	E	agosto/2014					
OUTUBRO	E	setembro/2014					
NOVEMBRO	E	outubro/2014					
DEZEMBRO	E	novembro/2014					

SINDURCA - 1354-4 - CRATO/CE							
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS	
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC
JANEIRO	E	dezembro/2013	17/01/14	1.657,79	132,62		
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	07/02/14	1.751,81	140,14		
MARÇO	E	fevereiro/2014	14/03/14	1.753,86	140,30		
ABRIL	E	março/2014	07/04/14	1.747,43	139,79		
MAIO	E	abril/2014	09/05/14	1.784,91	142,79		
JUNHO	E	maio/2014					
JULHO	E	junho/2014					
AGOSTO	E	julho/2014					
SETEMBRO	E	agosto/2014					
OUTUBRO	E	setembro/2014					
NOVEMBRO	E	outubro/2014					
DEZEMBRO	E	novembro/2014					

NORDESTE 2

ADESA-PE - 1253-X - ARCO VERDE/PE								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	M	dezembro/2013	19/07/00	201,82	16,57	14/02/14	39/43	173,07
FEVEREIRO	M	janeiro/2014	14/02/14	201,32	10,75	14/02/14	40/43	173,07
MARÇO	M	fevereiro/2014	30/05/14	205,28	17,01	14/02/14	41/43	173,07
ABRIL	M	março/2014	30/05/14	202,67	16,36	14/02/14	42/13	173,07

MAIO	M	abril/2014				14/02/14	43/43	173,07
JUNHO	M	maio/2014						
JULHO	M	junho/2014						
AGOSTO	M	julho/2014						
SETEMBRO	M	agosto/2014						
OUTUBRO	M	setembro/2014						
NOVEMBRO	M	outubro/2014						
DEZEMBRO	M	novembro/2014						

ADESB - 1255-6 - BELO JARDIM/PE

S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	M	dezembro/2013						
FEVEREIRO	M	janeiro/2014						
MARÇO	M	fevereiro/2014						
ABRIL	M	março/2014						
MAIO	M	abril/2014						
JUNHO	M	maio/2014						
JULHO	M	junho/2014						
AGOSTO	M	julho/2014						
SETEMBRO	M	agosto/2014						
OUTUBRO	M	setembro/2014						
NOVEMBRO	M	outubro/2014						
DEZEMBRO	M	novembro/2014						

ADUFRRN / ADUERN - 1249-1 - MOSSORÓ-RN

S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	27/02/14	7.422,38	593,79			
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	27/03/14	7.437,88	595,03			
MARÇO	E	fevereiro/2014	30/04/14	7.470,56	597,65			

ABRIL	E	março/2014	30/05/14	7.520,46	601,64			
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADUC - 1245-9 - CAJAZEIRAS-PB								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013		acordo				
FEVEREIRO	F	janeiro/2014		acordo		06/02/14	1/12	1.059,62
MARÇO	F	fevereiro/2014	31/03/14	908,19	72,65	31/03/14	2/12	1.059,62
ABRIL	F	março/2014	16/05/14	549,19	43,93	16/05/14	3/12	1.059,62
MAIO	F	abril/2014	16/05/14	481,53	38,52	16/05/14	4/12	1.059,62
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUEPB - 1246-7 - CAMPINA GRANDE/PB								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013				18/03/14	1/150	3.244,75

FEVEREIRO	E	janeiro/2014				06/05/14	2/150	3.244,75
MARÇO	E	fevereiro/2014	18/03/14	9.000,00	720,00	20/05/14	3/150	3.244,75
ABRIL	E	março/2014	23/04/14	9.000,00	720,00			
MAIO	E	abril/2014	20/05/14	9.000,00	224,02			
JUNHO	E	maio/2014			720,00			
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADUFCG - 1244-0 - CAMPINA GRANDE/PB

S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	10/01/14	11.282,26	902,58			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	05/02/14	11.282,26	902,58			
MARÇO	F	fevereiro/2014	10/03/14	11.282,26	902,58			
ABRIL	F	março/2014	04/04/14	11.117,16	889,37			
MAIO	F	abril/2014	08/05/14	12.043,53	963,48			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUFCG-PATOS - 1250-5 - PATOS/PB								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013				11/04/13	2/12	774,13
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUFEPE - 1251-3 - RECIFE/PE								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	27/01/14	31.334,97	3.237,34	20/11/13	10/15	9.261,35
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	08/04/14	31.481,38	3.249,06	27/01/14	11/15	9.261,35
MARÇO	F	fevereiro/2014				08/04/14	12/15	9.261,35
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						

DEZEMBRO	F	novembro/2014					
----------	---	---------------	--	--	--	--	--

ADUFERPE - 1252-1 - RECIFE/PE								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	16/01/14	14.528,72	1.162,30			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	12/02/14	13.739,55	1.099,16			
MARÇO	F	fevereiro/2014	17/03/14	13.689,25	1.095,14			
ABRIL	F	março/2014	15/04/14	14.776,06	1.182,08			
MAIO	F	abril/2014	16/05/14	14.832,54	1.186,60			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUFPB - 1243-2 - JOÃO PESSOA/PB								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	04/02/14	20.468,24	1.637,46	26/11/13	6/60	7.058,87
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	28/03/14	20.468,24	1.637,46	04/02/14	7/60	7.058,87
MARÇO	F	fevereiro/2014	07/05/14	21.445,08	1.715,61	03/04/14	8/60	7.058,87
ABRIL	F	março/2014				07/05/14	9/60	7.058,87
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						

OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUPE - 1254-8 - RECIFE/PE								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013						
FEVEREIRO	E	janeiro/2014						
MARÇO	E	fevereiro/2014						
ABRIL	E	março/2014						
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADURN - 1247-5 - NATAL/RN								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						

AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUFERSA - 1248-3 - MOSSORÓ/RN								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	20/12/13	205,60	99,67	21/01/14	10/12	270,00
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	13/01/14	205,60	99,67	21/01/14	10/12	211,52
MARÇO	F	fevereiro/2014	25/02/14	205,60	99,67	25/02/14	11/12	270,00
ABRIL	F	março/2014	20/03/14	205,60	99,67	25/02/14	11/12	211,52
MAIO	F	abril/2014	28/04/14	205,60	99,67	20/03/14	12/12	270,00
JUNHO	F	maio/2014	16/05/14	205,60		20/03/14	12/12	211,52
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SINDFAFICA - 1256-4 - CARUARU/PE								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2013						
FEVEREIRO	P	janeiro/2014						
MARÇO	P	fevereiro/2014						
ABRIL	P	março/2014						
MAIO	P	abril/2014						

JUNHO	P	maio/2014						
JULHO	P	junho/2014						
AGOSTO	P	julho/2014						
SETEMBRO	P	agosto/2014						
OUTUBRO	P	setembro/2014						
NOVEMBRO	P	outubro/2014						
DEZEMBRO	P	novembro/2014						

SINDFAVIP - - VALE DO IPOJUCA/PE								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2013						
FEVEREIRO	P	janeiro/2014						
MARÇO	P	fevereiro/2014						
ABRIL	P	março/2014						
MAIO	P	abril/2014						
JUNHO	P	maio/2014						
JULHO	P	junho/2014						
AGOSTO	P	julho/2014						
SETEMBRO	P	agosto/2014						
OUTUBRO	P	setembro/2014						
NOVEMBRO	P	outubro/2014						
DEZEMBRO	P	novembro/2014						

SINDUNIVASF - - JUAZEIRO/BA 1325-0								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						
NORDESTE 3								
ADUFAL - 1258-0 - MACEIÓ/AL								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	17/01/14	11.607,25	928,58		9/14	9.712,29
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	06/03/14	11.727,17	938,17		10/14	9.710,36
MARÇO	F	fevereiro/2014	25/03/14	11.721,88	937,75		11/14	9.733,24
ABRIL	F	março/2014	15/04/14	12.702,35	1.016,19		12/14	11.459,61
MAIO	F	abril/2014					13/14	11.433,62
JUNHO	F	maio/2014					14/14	11.459,35
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						

OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

APUR - SALVADOR/BA								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	07/02/14	2.671,22				
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	07/02/14	2.671,22				
MARÇO	F	fevereiro/2014	20/03/14	2.671,22				
ABRIL	F	março/2014	15/04/14	2.671,22				
MAIO	F	abril/2014	08/05/14	2.671,22				
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUNEB - 1260-2 - SALVADOR/BA								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	15/01/14	3.321,74	266,39	13/08/13		1.686,27
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	04/02/14	3.321,74	266,39			
MARÇO	E	fevereiro/2014	07/03/14	3.321,74	266,39			
ABRIL	E	março/2014	22/04/14	3.321,74	266,39			
MAIO	E	abril/2014	07/05/14	3.321,74	266,39			
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						

AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADUFS-BA - 1261-0 - FEIRA DE SANTANA/BA								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	10/01/14	3.340,00	344,00			
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	07/02/14	3.444,00	344,00			
MARÇO	E	fevereiro/2014	17/03/14	3.340,00	344,00			
ABRIL	E	março/2014	04/04/14	3.340,00	344,00			
MAIO	E	abril/2014	09/05/14	3.340,00	344,00			
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADUFS - 1257-2 - SÃO CRISTÓVÃO/SE								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	04/02/14	13.066,70	1.045,33			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	21/03/14	13.066,67	1.045,33			
MARÇO	F	fevereiro/2014	30/04/14	13.066,67	1.045,33			
ABRIL	F	março/2014	09/05/14	12.957,37	1.045,33			
MAIO	F	abril/2014	20/05/14	13.066,67	1.045,33			

JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUSB - 1262-9 - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	10/01/14	1.514,00	258,56			
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	07/02/14	1.514,00	258,56			
MARÇO	E	fevereiro/2014	12/03/14	1.514,00	258,56			
ABRIL	E	março/2014						
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADUCSAL – 1263-7 – SALVADOR/BA								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2013						
FEVEREIRO	P	janeiro/2014						
MARÇO	P	fevereiro/2014						

ABRIL	P	março/2014						
MAIO	P	abril/2014						
JUNHO	P	maio/2014						
JULHO	P	junho/2014						
AGOSTO	P	julho/2014						
SETEMBRO	P	agosto/2014						
OUTUBRO	P	setembro/2014						
NOVEMBRO	P	outubro/2014						
DEZEMBRO	P	novembro/2014						

APUNI - 1265-3 - IBICARAÍ/BA								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2013						
FEVEREIRO	P	janeiro/2014						
MARÇO	P	fevereiro/2014						
ABRIL	P	março/2014						
MAIO	P	abril/2014						
JUNHO	P	maio/2014						
JULHO	P	junho/2014						
AGOSTO	P	julho/2014						
SETEMBRO	P	agosto/2014						
OUTUBRO	P	setembro/2014						
NOVEMBRO	P	outubro/2014						
DEZEMBRO	P	novembro/2014						
SINDESP-BA - - ITABUNA/BA								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	Mult	dezembro/2013						
FEVEREIRO	Mult	janeiro/2014						

MARÇO	Mult	fevereiro/2014						
ABRIL	Mult	março/2014						
MAIO	Mult	abril/2014						
JUNHO	Mult	maio/2014						
JULHO	Mult	junho/2014						
AGOSTO	Mult	julho/2014						
SETEMBRO	Mult	agosto/2014						
OUTUBRO	Mult	setembro/2014						
NOVEMBRO	Mult	outubro/2014						
DEZEMBRO	Mult	novembro/2014						

SINDESP-Sudoeste/BA - - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	Mult	dezembro/2013						
FEVEREIRO	Mult	janeiro/2014						
MARÇO	Mult	fevereiro/2014						
ABRIL	Mult	março/2014						
MAIO	Mult	abril/2014						
JUNHO	Mult	maio/2014						
JULHO	Mult	junho/2014						
AGOSTO	Mult	julho/2014						
SETEMBRO	Mult	agosto/2014						
OUTUBRO	Mult	setembro/2014						
NOVEMBRO	Mult	outubro/2014						
DEZEMBRO	Mult	novembro/2014						

SINDFUNESA – 1344-7 – ARAPIRACA/AL								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013						
FEVEREIRO	E	janeiro/2014						
MARÇO	E	fevereiro/2014						
ABRIL	E	março/2014						
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADUSC - 1264-5 - ILHÉUS/BA								
S, SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	31/01/14	1.874,14	352,94	23/08/13	17/24	528,95
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	19/03/14	1.874,14	176,47	31/01/14	19/24	528,95
MARÇO	E	fevereiro/2014	27/04/14	1.874,14	176,47	19/03/14	20/24	528,95
ABRIL	E	março/2014				19/03/14	21/24	528,95
MAIO	E	abril/2014					22/24	528,95
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						

OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

SINDESP-Extremo Sul/BA - 1333-X - EUNÁPOLIS/BA								
S, SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	Mult	dezembro/2013						
FEVEREIRO	Mult	janeiro/2014						
MARÇO	Mult	fevereiro/2014						
ABRIL	Mult	março/2014						
MAIO	Mult	abril/2014						
JUNHO	Mult	maio/2014						
JULHO	Mult	junho/2014						
AGOSTO	Mult	julho/2014						
SETEMBRO	Mult	agosto/2014						
OUTUBRO	Mult	setembro/2014						
NOVEMBRO	Mult	outubro/2014						
DEZEMBRO	Mult	novembro/2014						
LESTE								
ADFMTM - 1267-X - UBERABA/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	06/01/14	350,40	219,90			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	04/02/14	350,40	219,90			
MARÇO	F	fevereiro/2014	07/03/14	350,40	219,90			
ABRIL	F	março/2014	03/04/14	350,40	219,90			
MAIO	F	abril/2014	06/05/14	350,40	219,90			
JUNHO	F	maio/2014						

JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADFUNREI - 1275-0 - SÃO JOÃO DEL REY/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	15/01/14	8.854,10	708,33			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	10/03/14	8.776,28	702,10			
MARÇO	F	fevereiro/2014	10/03/14	8.947,48	715,79			
ABRIL	F	março/2014	03/04/14	9.815,90	785,27			
MAIO	F	abril/2014	05/05/14	9.831,53	786,52			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUFES – 1276-9 – VITÓRIA/ES								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	20/12/13	25.265,21	2.021,21			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	15/01/14	25.190,66	2.015,25			
MARÇO	F	fevereiro/2014	27/03/14	25.251,00	2.015,46			
ABRIL	F	março/2014	24/04/14	25.193,55	2.020,08			

MAIO	F	abril/2014	20/05/14	25.173,35	2.013,86			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUFLA - 1272-6 - LAVRAS/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	12/12/13	5.514,00	580,87			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	12/12/14	5.514,00	413,95			
MARÇO	F	fevereiro/2014	13/01/14	5.484,00	415,05			
ABRIL	F	março/2014	11/02/14	5.501,00	418,95			
MAIO	F	abril/2014	13/03/14	5.519,00	426,68			
JUNHO	F	maio/2014	15/04/14	5.653,60	426,68			
JULHO	F	junho/2014	14/05/14	5.793,00	434,90			
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUFOP - 1274-2 - OURO PRETO/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	30/01/14	10.713,71	859,11			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	26/02/14	8.000,00	854,88			

MARÇO	F	fevereiro/2014	24/03/14	10.818,75	865,50			
ABRIL	F	março/2014	30/04/14	10.836,98	866,96			
MAIO	F	abril/2014	15/05/14	10.799,35	863,95			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUFU - 1266-1 - UBERLÂNDIA/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	07/01/14	18.507,48	1.480,60			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	10/02/14	18.892,84	1.511,43			
MARÇO	F	fevereiro/2014	10/03/14	18.972,90	1.517,83			
ABRIL	F	março/2014	09/04/14	18.973,44	1.517,88			
MAIO	F	abril/2014	08/05/14	19.006,43	1.520,51			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUNIFAL - 1280-7 - ALFENAS/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	08/01/14	249,00	36,80			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	11/02/14	249,00	36,80			
MARÇO	F	fevereiro/2014	10/03/14	249,00	36,80			
ABRIL	F	março/2014	07/04/14	249,00	36,80			
MAIO	F	abril/2014	13/05/14	249,00	36,80			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						
ADUNIFEI - 1273-4 - ITAJUBÁ/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	20/02/14	1.500,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	13/03/14	1.500,00				
MARÇO	F	fevereiro/2014	23/04/14	1.489,79				
ABRIL	F	março/2014	24/04/14	1.500,00				
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUNIMONTES - 1277-7 - MONTES CLAROS/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	13/02/14	1.489,79				
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	26/03/14	1.489,79				
MARÇO	E	fevereiro/2014	29/05/14	1.489,79				
ABRIL	E	março/2014						
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

APES-JF - 1270-X - JUIZ DE FORA/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	13/01/14	17.263,73	1.353,27			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	11/02/14	17.263,73	1.353,27			
MARÇO	F	fevereiro/2014	13/03/14	17.263,73	1.353,27			
ABRIL	F	março/2014	09/04/14	17.263,73	1.353,27			
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						

NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ASPUV - 1271-8 - VIÇOSA/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	30/01/14	20.482,68	1.634,22			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	27/02/14	20.469,07	1.637,52			
MARÇO	F	fevereiro/2014	27/03/14	20.511,90	1.640,95			
ABRIL	F	março/2014	07/04/14	20.555,28	1.644,42			
MAIO	F	abril/2014	30/05/14	20.555,28	1.644,42			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SINDCEFET-MG - 1269-6 - BELO HORIZONTE/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	03/12/13	4.699,26	528,85			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	06/01/14	6.610,61	533,07			
MARÇO	F	fevereiro/2014	06/02/14	6.663,37	535,64			
ABRIL	F	março/2014	07/03/14	6.695,45	535,64			
MAIO	F	abril/2014	15/04/14	7.218,68	577,49			
JUNHO	F	maio/2014	23/05/14	7.227,31	578,19			
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						

SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SINDCEFET-OP - 1349-8 - OURO PRETO/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUFVJM - 1350-1 - DIAMANTINA/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	31/01/14	636,99	101,91			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	25/03/14	662,63	106,01			
MARÇO	F	fevereiro/2014	25/03/14	662,63	54,98			
ABRIL	F	março/2014	14/05/14	687,34				
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						

JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SINDUNIT - 1279-3 - UBERLÂNDIA/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2013						
FEVEREIRO	P	janeiro/2014						
MARÇO	P	fevereiro/2014						
ABRIL	P	março/2014						
MAIO	P	abril/2014						
JUNHO	P	maio/2014						
JULHO	P	junho/2014						
AGOSTO	P	julho/2014						
SETEMBRO	P	agosto/2014						
OUTUBRO	P	setembro/2014						
NOVEMBRO	P	outubro/2014						
DEZEMBRO	P	novembro/2014						

ADOM - IPIRANGA/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						

MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUEMG - BELO HORIZONTE/MG								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013						
FEVEREIRO	E	janeiro/2014						
MARÇO	E	fevereiro/2014						
ABRIL	E	março/2014						
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

PLANALTO								
ADCAC - 1286-6 - CATALÃO/GO								
S, SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	07/02/14	1.340,53	120,64			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	07/02/14	1.340,52	120,64			
MARÇO	F	fevereiro/2014	07/02/14	1.340,52	107,24			
ABRIL	F	março/2014	18/03/14	1.340,52	120,64			
MAIO	F	abril/2014	06/05/14	1.340,52	120,64			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADCAJ - 1287-4 - JATAÍ/GO								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	24/01/14	779,13	15,58			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	22/04/14	866,73	17,33			
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						

OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUEG - - GOIÂNIA/GO								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013						
FEVEREIRO	E	janeiro/2014						
MARÇO	E	fevereiro/2014						
ABRIL	E	março/2014						
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADUNB - 1281-5 - BRASÍLIA/DF								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	13/01/14	16.200,20	1.295,99			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	13/02/14	16.200,20	1.295,99			
MARÇO	F	fevereiro/2014	14/03/14	16.200,00	1.295,99			
ABRIL	F	março/2014	14/04/14	16.200,20	1.295,99			
MAIO	F	abril/2014	15/05/14	16.200,20	1.295,99			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						

AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUCB - - BRASÍLIA/DF								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2013						
FEVEREIRO	P	janeiro/2014						
MARÇO	P	fevereiro/2014						
ABRIL	P	março/2014						
MAIO	P	abril/2014						
JUNHO	P	maio/2014						
JULHO	P	junho/2014						
AGOSTO	P	julho/2014						
SETEMBRO	P	agosto/2014						
OUTUBRO	P	setembro/2014						
NOVEMBRO	P	outubro/2014						
DEZEMBRO	P	novembro/2014						

APUG - 1345-5 - GURUPI-TO								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	M	dezembro/2013	26/03/14	2.012,14	160,97			
FEVEREIRO	M	janeiro/2014	02/04/14	1.696,38	135,71			
MARÇO	M	fevereiro/2014	02/04/14	1.436,04	114,88			
ABRIL	M	março/2014	15/05/14	1.926,20	154,10			
MAIO	M	abril/2014	15/05/14	1.990,85	159,27			

JUNHO	M	maio/2014						
JULHO	M	junho/2014						
AGOSTO	M	julho/2014						
SETEMBRO	M	agosto/2014						
OUTUBRO	M	setembro/2014						
NOVEMBRO	M	outubro/2014						
DEZEMBRO	M	novembro/2014						

SESDFIMES - - MINEIROS/GO								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	M	dezembro/2013						
FEVEREIRO	M	janeiro/2014						
MARÇO	M	fevereiro/2014						
ABRIL	M	março/2014						
MAIO	M	abril/2014						
JUNHO	M	maio/2014						
JULHO	M	junho/2014						
AGOSTO	M	julho/2014						
SETEMBRO	M	agosto/2014						
OUTUBRO	M	setembro/2014						
NOVEMBRO	M	outubro/2014						
DEZEMBRO	M	novembro/2014						

SESDUEG - - ANÁPOLIS/GO								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013						
FEVEREIRO	E	janeiro/2014						

MARÇO	E	fevereiro/2014						
ABRIL	E	março/2014						
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

SESDUFT - 1352-8 - PALMAS/TO								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	31/01/14	2.147,00	84,00			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	28/02/14	2.147,00	84,00			
MARÇO	F	fevereiro/2014	31/03/14	2.147,00	84,00			
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SINDCEFET-GO - 1284-X - GOIÂNIA/GO								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						
PANTANAL								
ADUFMAT - 1288-2 - CUIABÁ/MT								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	04/12/13	12.536,30	1.159,74			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	07/01/14	12.536,30	1.159,74			
MARÇO	F	fevereiro/2014	04/02/14	12.536,30	1.159,74			
ABRIL	F	março/2014	11/03/14	12.536,30	1.159,74			
MAIO	F	abril/2014	04/04/14	12.536,30	1.159,74			
JUNHO	F	maio/2014	07/05/14	12.536,30	1.159,74			
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						

NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUFMS - 1289-0 - CAMPO GRANDE/MS								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUNEMAT – 1290-4 – CÁCERES/MT								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	31/01/14	3.689,65	228,09			
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	31/03/14	4.756,08	272,49			
MARÇO	E	fevereiro/2014	31/03/14	3.736,15	232,95			
ABRIL	E	março/2014	30/05/14	3.929,54	248,18			
MAIO	E	abril/2014	30/05/14	3.709,70	231,64			
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						

SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADUFMAT-ROO - 1291-2 - RONDONÓPOLIS/MT								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUEMS - 1292-0 - DOURADOS/MS								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	18/12/13	1.400,00	138,25			
FEVEREIRO	E	janeiro/2014						
MARÇO	E	fevereiro/2014						
ABRIL	E	março/2014						
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						

JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADUFDOURADOS – 1293-9 – DOURADOS/MS								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	07/01/14	829,57	63,75	06/12/13	26/60	229,57
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	20/02/14	829,57	63,75	31/03/14	27/60	229,57
MARÇO	F	fevereiro/2014	31/03/14	808,00	63,75			
ABRIL	F	março/2014	08/05/14	829,57	63,75			
MAIO	F	abril/2014			63,75			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADLESTE - 1377-3 - TRÊS LAGOAS/MS								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	07/02/14	260,00	124,80			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						

MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

RIO DE JANEIRO

ASDUERJ - 1294-7 - RIO DE JANEIRO/RJ

S, SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	06/02/14	12.980,10	1.298,01	23/10/13	5/10	1.007,18
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	28/03/14	12.978,69	1.297,87	09/01/14	6/10	1.007,18
MARÇO	E	fevereiro/2014	14/05/14	12.978,69	1.297,87	06/02/14	7/10	1.007,18
ABRIL	E	março/2014				28/03/14	8/10	1.007,18
MAIO	E	abril/2014				14/05/14	9/10	1.007,18
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADUFRJ - 1295-5 - RIO DE JANEIRO/RJ

S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	07/01/14	149.192,07	8.951,52			

FEVEREIRO	F	janeiro/2013	05/02/14	74.697,21	4.481,83		
MARÇO	F	fevereiro/2013	10/03/14	74.553,62	4.471,45		
ABRIL	F	março/2013	07/04/14	81.115,79	4.866,95		
MAIO	F	abril/2013	07/05/14	81.141,84	4.868,51		
JUNHO	F	maio/2013					
JULHO	F	junho/2013					
AGOSTO	F	julho/2013					
SETEMBRO	F	agosto/2013					
OUTUBRO	F	setembro/2013					
NOVEMBRO	F	outubro/2013					
DEZEMBRO	F	novembro/2013					

ADUNI-RIO – 1296-3 – RIO DE JANEIRO/RJ								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	10/01/14	6.161,12	492,89			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	12/02/14	6.164,66	493,17			
MARÇO	F	fevereiro/2013	14/03/14	6.155,87	492,46			
ABRIL	F	março/2013	11/04/14	6.644,40	531,55			
MAIO	F	abril/2013	19/05/14	6.718,05	537,44			
JUNHO	F	maio/2013						
JULHO	F	junho/2013						
AGOSTO	F	julho/2013						
SETEMBRO	F	agosto/2013						
OUTUBRO	F	setembro/2013						
NOVEMBRO	F	outubro/2013						
DEZEMBRO	F	novembro/2013						

ADCEFET-RJ - 1297-1 - RIO DE JANEIRO/RJ								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	12/02/14	7.129,00	1.327,00	16/01/14	1/36	5.810,33
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	12/03/14	7.129,00		12/02/14	2/36	5.810,33
MARÇO	F	fevereiro/2013	02/04/14	7.149,38		12/03/14	3/36	5.810,33
ABRIL	F	março/2013				02/04/14	4/36	5.810,33
MAIO	F	abril/2013						
JUNHO	F	maio/2013						
JULHO	F	junho/2013						
AGOSTO	F	julho/2013						
SETEMBRO	F	agosto/2013						
OUTUBRO	F	setembro/2013						
NOVEMBRO	F	outubro/2013						
DEZEMBRO	F	novembro/2013						

ADUFF - 1298-X - NITERÓI/RJ								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012	30/01/14	51.606,60	4.128,53			
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	18/03/14	51.078,98	4.086,32			
MARÇO	F	fevereiro/2013	18/03/14	51.065,84	4.085,27			
ABRIL	F	março/2013	11/04/14	55.447,51	4.785,79			
MAIO	F	abril/2013	16/05/14	55.498,52	4.672,70			
JUNHO	F	maio/2013						
JULHO	F	junho/2013						
AGOSTO	F	julho/2013						
SETEMBRO	F	agosto/2013						
OUTUBRO	F	setembro/2013						
NOVEMBRO	F	outubro/2013						

DEZEMBRO	F	novembro/2013						
----------	---	---------------	--	--	--	--	--	--

ADUR-RJ - 1299-8 - SEROPÉDICA/RJ								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2012						
FEVEREIRO	F	janeiro/2013	08/04/14	17.350,95	1.388,08			
MARÇO	F	fevereiro/2013	08/05/14	9.900,00	1.260,40			
ABRIL	F	março/2013	08/05/14	5.855,00				
MAIO	F	abril/2013						
JUNHO	F	maio/2013						
JULHO	F	junho/2013						
AGOSTO	F	julho/2013						
SETEMBRO	F	agosto/2013						
OUTUBRO	F	setembro/2013						
NOVEMBRO	F	outubro/2013						
DEZEMBRO	F	novembro/2013						

SESDUENF - 1356-0 - RIO DE JANEIRO/RJ								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012	24/01/14	1.134,00	90,72			
FEVEREIRO	E	janeiro/2013	10/03/14	1.134,00	90,72			
MARÇO	E	fevereiro/2013	28/03/14	1.134,00	90,72			
ABRIL	E	março/2013						
MAIO	E	abril/2013						
JUNHO	E	maio/2013						
JULHO	E	junho/2013						
AGOSTO	E	julho/2013						
SETEMBRO	E	agosto/2013						

OUTUBRO	E	setembro/2013						
NOVEMBRO	E	outubro/2013						
DEZEMBRO	E	novembro/2013						

ADUEZO - RIO DE JANEIRO/RJ								
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2012						
FEVEREIRO	E	janeiro/2013						
MARÇO	E	fevereiro/2013						
ABRIL	E	março/2013						
MAIO	E	abril/2013						
JUNHO	E	maio/2013						
JULHO	E	junho/2013						
AGOSTO	E	julho/2013						
SETEMBRO	E	agosto/2013						
OUTUBRO	E	setembro/2013						
NOVEMBRO	E	outubro/2013						
DEZEMBRO	E	novembro/2013						

SÃO PAULO

ADAFA - 1306-4 - PIRASSUNUNGA/SP								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						

JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADFATEC - 1309-9 - SÃO PAULO/SP								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013						
FEVEREIRO	E	janeiro/2014						
MARÇO	E	fevereiro/2014						
ABRIL	E	março/2014						
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADFMM- 1308-0 - MARÍLIA/SP								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	16/01/14	1.351,25	108,10			
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	18/02/14	1.351,25	108,10			
MARÇO	E	fevereiro/2014	18/03/14	1.351,25	108,10			
ABRIL	E	março/2014	17/04/14	1.351,25	108,10			

MAIO	E	abril/2014	19/05/14	1.351,25	108,10			
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADUFSCAR - 1300-5 - SÃO CARLOS/SP								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUNESP - 1305-6 - SÃO PAULO/SP								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	20/01/14	11.394,34	911,55			
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	17/02/14	11.410,39	912,83			

MARÇO	E	fevereiro/2014	11/03/14	11.337,98	907,03			
ABRIL	E	março/2014	22/04/14	11.309,77	904,78			
MAIO	E	abril/2014	23/05/14	11.241,68	899,33			
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADUNICAMP - 1302-1 - CAMPINAS/SP								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	14/01/14	30.989,76	2.479,18			
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	13/02/14	30.918,84	2.473,51			
MARÇO	E	fevereiro/2014	13/03/14	30.893,28	2.471,46			
ABRIL	E	março/2014	15/04/14	31.083,18	2.486,65			
MAIO	E	abril/2014	15/05/14	31.051,86	2.484,15			
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADUNIFESP - 1304-8 - SÃO PAULO/SP								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	28/01/14	4.347,70	347,81	20/09/13	3/15	932,53
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	19/02/14	4.353,19	348,25	15/10/13	4/15	932,53
MARÇO	F	fevereiro/2014	14/03/14	4.366,69	349,33	13/11/13	5/15	932,53
ABRIL	F	março/2014	11/04/14	4.374,91	353,94	28/1/14	6/15	932,53
MAIO	F	abril/2014	26/05/14	4.424,32		19/02/14	7/15	932,53
JUNHO	F	maio/2014				14/03/14	8/15	932,53
JULHO	F	junho/2014				11/04/14	9/15	932,53
AGOSTO	F	julho/2014				22/05/14	10/15	932,53
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

ADUNIMEP - 1301-3 - PIRACICABA/SP								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	P	dezembro/2013						
FEVEREIRO	P	janeiro/2014						
MARÇO	P	fevereiro/2014						
ABRIL	P	março/2014						
MAIO	P	abril/2014						
JUNHO	P	maio/2014						
JULHO	P	junho/2014						
AGOSTO	P	julho/2014						
SETEMBRO	P	agosto/2014						
OUTUBRO	P	setembro/2014						
NOVEMBRO	P	outubro/2014						

DEZEMBRO	P	novembro/2014					
----------	---	---------------	--	--	--	--	--

ADUSP – 1303-X – SÃO PAULO/SP								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	08/01/14	55.694,45	4.455,55			
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	11/02/14	55.912,28	4.472,98			
MARÇO	E	fevereiro/2014	10/03/14	55.893,18	4.473,22			
ABRIL	E	março/2014	09/04/14	51.359,59	8.932,12			
MAIO	E	abril/2014	08/05/14	55.585,26	4.466,82			
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADEEP- PIRACICABANA/SP								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	M	dezembro/2013						
FEVEREIRO	M	janeiro/2014						
MARÇO	M	fevereiro/2014						
ABRIL	M	março/2014						
MAIO	M	abril/2014						
JUNHO	M	maio/2014						
JULHO	M	junho/2014						
AGOSTO	M	julho/2014						
SETEMBRO	M	agosto/2014						

OUTUBRO	M	setembro/2014						
NOVEMBRO	M	outubro/2014						
DEZEMBRO	M	novembro/2014						

ADUFABC- SANTO ANDRÉ/SP								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

IFSP-SBV SÃO JOÃO DA BOA VISTA/SP								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013						
FEVEREIRO	F	janeiro/2014						
MARÇO	F	fevereiro/2014						
ABRIL	F	março/2014						
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						

AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SINDUNITAU - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	M	dezembro/2013						
FEVEREIRO	M	janeiro/2014						
MARÇO	M	fevereiro/2014						
ABRIL	M	março/2014						
MAIO	M	abril/2014						
JUNHO	M	maio/2014						
JULHO	M	junho/2014						
AGOSTO	M	julho/2014						
SETEMBRO	M	agosto/2014						
OUTUBRO	M	setembro/2014						
NOVEMBRO	M	outubro/2014						
DEZEMBRO	M	novembro/2014						

SUL

ADUNICENTRO - 1353-6 - GUARAPUAVA/PR								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	20/01/14	450,00		11/12/13	9/10	344,82
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	18/02/14	450,00				
MARÇO	E	fevereiro/2014	13/03/14	450,00				
ABRIL	E	março/2014	14/04/14	460,00				

MAIO	E	abril/2014	13/05/14	460,00				
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

ADUNIOESTE - 1317-X - CASCAVEL/PR								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	03/01/14	1.602,00	128,16			
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	05/02/14	1.602,00	128,16			
MARÇO	E	fevereiro/2014	05/03/14	1.602,00	128,16			
ABRIL	E	março/2014	10/04/14	4.459,03	228,56			
MAIO	E	abril/2014	05/05/14	2.857,03	228,56			
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

APRUDESC - 1319-6 - FLORIANÓPOLIS/SC								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013						
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	17/02/14	1.054,50				

MARÇO	E	fevereiro/2014	24/04/14	1.047,10				
ABRIL	E	março/2014	24/04/14	1.041,44				
MAIO	E	abril/2014	19/05/14	993,60				
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

APUFPR - 1311-0 - CURITIBA/PR								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	10/01/14	46.796,33	3.743,71			
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	05/02/14	46.805,60	3.744,45			
MARÇO	F	fevereiro/2014	07/03/14	46.805,60	3.744,45			
ABRIL	F	março/2014	02/04/14	46.925,21	3.754,02			
MAIO	F	abril/2014	07/05/14	51.282,67	4.102,61			
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SINDUEPG - 1316-1 - PONTAGROSSA/PR								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	08/01/14	2.872,27	223,22	10/07/13	1/10	1.236,82
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	06/02/14	2.813,18		05/12/13	2/10	1.236,32
MARÇO	E	fevereiro/2014	07/03/14	2.790,27		08/01/14	3/10	1.236,32
ABRIL	E	março/2014	07/04/14	2.013,37		6/2/14	4/10	1.236,32
MAIO	E	abril/2014	07/04/14	2.013,37	223,23	07/03/14	5/10	1.236,32
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

SINDUTF-PR - 1312-9 - CURITIBA/PR								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	06/02/14	25.061,35	2.662,58	28/03/14		1.380,11
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	28/03/14	17.251,49	2.004,91			
MARÇO	F	fevereiro/2014	03/04/14	23.341,22	2.004,91			
ABRIL	F	março/2014	06/05/14	16.793,13	1.343,45			
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						

DEZEMBRO	F	novembro/2014					
----------	---	---------------	--	--	--	--	--

Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC - 1384 - FLORIANÓPOLIS/SC

S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	24/01/14	3.281,80	262,54	18/12/13	7/20	1.127,42
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	24/02/14	2.255,39	180,43	24/01/14	8/20	1.640,90
MARÇO	F	fevereiro/2014	25/03/14	2.263,29	181,06	24/02/14	9/20	1.127,69
ABRIL	F	março/2014	28/04/14	2.280,59	182,45	25/03/14	10/20	1.131,65
MAIO	F	abril/2014	23/05/14	3.366,40	269,31	28/04/14	11/20	1.140,29
JUNHO	F	maio/2014				23/05/14	12/20	1.683,20
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SESDUEM - 1376 - MARINGÁ/PR

S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013	06/12/13	3.466,18	260,73			
FEVEREIRO	E	janeiro/2014	14/01/14	3.435,78	274,86			
MARÇO	E	fevereiro/2014	24/03/14	3.428,49	274,28			
ABRIL	E	março/2014	24/03/14	3.405,24	272,42			
MAIO	E	abril/2014	06/05/14	6.808,97	544,71			
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						
AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						

OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

SINDUFFS - CHAPECÓ/SC								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F	dezembro/2013	24/01/14	97,36	7,79	12/02/14	1/6	308,37
FEVEREIRO	F	janeiro/2014	12/02/14	230,12	18,41	31/03/14	2/6	308,37
MARÇO	F	fevereiro/2014	31/03/14	421,84	33,75	05/05/14	3/6	308,37
ABRIL	F	março/2014	05/05/14	264,57	21,17			
MAIO	F	abril/2014						
JUNHO	F	maio/2014						
JULHO	F	junho/2014						
AGOSTO	F	julho/2014						
SETEMBRO	F	agosto/2014						
OUTUBRO	F	setembro/2014						
NOVEMBRO	F	outubro/2014						
DEZEMBRO	F	novembro/2014						

SINDUNESPAR- PARANAGUÁ/PR								
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	E	dezembro/2013						
FEVEREIRO	E	janeiro/2014						
MARÇO	E	fevereiro/2014						
ABRIL	E	março/2014						
MAIO	E	abril/2014						
JUNHO	E	maio/2014						
JULHO	E	junho/2014						

AGOSTO	E	julho/2014						
SETEMBRO	E	agosto/2014						
OUTUBRO	E	setembro/2014						
NOVEMBRO	E	outubro/2014						
DEZEMBRO	E	novembro/2014						

RIO GRANDE DO SUL									
Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS - PORTO ALEGRE/RS									
S.SINDICAL	ST	QTDE	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS			REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F		dezembro/2013	03/02/14	352,24	26,59			
FEVEREIRO	F		janeiro/2014	14/03/14	406,19	32,50			
MARÇO	F		fevereiro/2014	09/05/14	345,54	27,64			
ABRIL	F		março/2014						
MAIO	F		abril/2014						
JUNHO	F		maio/2014						
JULHO	F		junho/2014						
AGOSTO	F		julho/2014						
SETEMBRO	F		agosto/2014						
OUTUBRO	F		setembro/2014						
NOVEMBRO	F		outubro/2014						
DEZEMBRO	F		novembro/2014						

APROFURG - 1320-X - RIO GRANDE/RS									
S.SINDICAL	ST	QTDE	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS			REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F		dezembro/2013	08/01/14	14.284,56	1.142,76			
FEVEREIRO	F		janeiro/2014	05/02/14	14.251,32	1.140,10			
MARÇO	F		fevereiro/2014	07/03/14	14.221,10	1.137,68			

ABRIL	F		março/2014	03/04/14	14.222,85	1.137,82			
MAIO	F		abril/2014	07/05/14	14.181,07	1.134,48			
JUNHO	F		maio/2014						
JULHO	F		junho/2014						
AGOSTO	F		julho/2014						
SETEMBRO	F		agosto/2014						
OUTUBRO	F		setembro/2014						
NOVEMBRO	F		outubro/2014						
DEZEMBRO	F		novembro/2014						

ADUFPEL - 1321-8 - PELOTAS/RS									
S.SINDICAL	ST	QTDE	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS			REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F		dezembro/2013	05/12/13	20.478,08	1.635,88			
FEVEREIRO	F		janeiro/2014	07/01/14	20.448,60	1.567,03			
MARÇO	F		fevereiro/2014	06/02/14	19.587,96	1.633,99			
ABRIL	F		março/2014	10/03/14	20.424,92	1.842,32			
MAIO	F		abril/2014	04/04/14	23.029,05	1.842,32			
JUNHO	F		maio/2014	07/05/14	22.922,90	1.833,83			
JULHO	F		junho/2014						
AGOSTO	F		julho/2014						
SETEMBRO	F		agosto/2014						
OUTUBRO	F		setembro/2014						
NOVEMBRO	F		outubro/2014						
DEZEMBRO	F		novembro/2014						

SEDUFMS - 1322-6 - SANTA MARIA/RS									
S.SINDICAL	ST	QTDE	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS			REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F		dezembro/2013	31/01/14	20.901,14	1.672,09			

FEVEREIRO	F		janeiro/2014	28/02/14	20.969,67	1.677,57			
MARÇO	F		fevereiro/2014	31/03/14	21.100,05	1.688,00			
ABRIL	F		março/2014	21/05/14	21.806,08	1.734,36			
MAIO	F		abril/2014	30/05/14	21.679,53				
JUNHO	F		maio/2014						
JULHO	F		junho/2014						
AGOSTO	F		julho/2014						
SETEMBRO	F		agosto/2014						
OUTUBRO	F		setembro/2014						
NOVEMBRO	F		outubro/2014						
DEZEMBRO	F		novembro/2014						

SESUNIPAMPA - - BAGÉ/RS									
S.SINDICAL	ST	QTDE	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS		
MÊS			REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR
JANEIRO	F		dezembro/2013						
FEVEREIRO	F		janeiro/2014						
MARÇO	F		fevereiro/2014						
ABRIL	F		março/2014						
MAIO	F		abril/2014						
JUNHO	F		maio/2014						
JULHO	F		junho/2014						
AGOSTO	F		julho/2014						
SETEMBRO	F		agosto/2014						
OUTUBRO	F		setembro/2014						
NOVEMBRO	F		outubro/2014						
DEZEMBRO	F		novembro/2014						

ANEXO AO TEXTO 19
SEÇÕES SINDICAIS COM ACORDOS VIGENTES
POSICIONAMENTO ATÉ O MÊS DE MAIO/14

REGIONAIS	S. SINDICAL	PARCELAMENTO	SALDO DEVEDOR	SITUAÇÃO
NORTE 1	ADUNIR	Foi feito um novo acordo referente ao período de mar a dez/12 no valor de R\$ 26.289,00, mais o Rateio do 31º Congresso no valor de R\$ 6.134,34, e o repasse de jan a dez/13, no valor de R\$ 29.170,80, totalizando R\$ 83.726,12 que será parcelado em 60 meses de R\$ 1.395,43. Está na 3/60	R\$ 79.526,12	OK
	SIND-UEA	Pendente Rateio do 31º Congresso, no valor de R\$ 13.093,64.	R\$ 13.093,64	Pendente
	ADUFAC	Rateio do 33º Congresso no valor de R\$ 1.081,66.	R\$ 1.081,66	Pendente
	SINDUFAP	Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 33º Congresso no valor de R\$ 2.133,97 em 5 parcelas de R\$ 426,79. Está na 2/5	R\$ 1.280,39	OK
NE1	ADUNIFOR	No 31º Congresso, foi feito um acordo referente a 3 meses de mensalidades pendentes de 2009, no valor de R\$ 2.134,67, repasses de mar a dez/10, no valor de R\$ 18.981,40 e repasses de jan a dez/11, no valor de R\$ 22.77,68, totalizando R\$ 43.893,75, dividido em 36 parcelas de R\$ 1.219,27.	R\$ 43.893,75	Pendente
	ADUFPI	Rateio do 33º Congresso no valor de R\$ 6.658,83.	R\$ 6.658,83	Pendente
	SINDCEFET-PI	1) Foi realizado um novo acordo, referente ao repasse de dez/12 a nov/13, no valor total de R\$ 3.758,67 que será parcelado em 10 meses de R\$ 375,87. Está na 2/10	R\$ 3.382,80	Pendente
		2) Rateio do 33º Congresso no valor de R\$ 1.858,63 que será parcelado em 12 meses de R\$ 154,88	R\$ 1.858,63	Pendente
NE2	ADUFPB	1) No 32º Congresso foi feito um novo acordo, somando os acordos anteriores e o débito dos repasses e fundos de mai a dez/12, totalizando R\$ 423.532,08, que será parcelado em 60 vezes de R\$ 7.058,87. Está na 9/60.	R\$ 303.531,29	OK

	ADUFEPE	1) Foi feito um acordo referente aos repasses pendentes do período de ago a dez/12 no valor de R\$ 138.920,25, que será dividido em 15 parcelas de R\$ 9.261,35. Está 12/15	R\$ 27.784,05	OK
		2) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 33º Congresso no valor de R\$ 10.501,89, que será parcelado em 5 meses de R\$ 2.100,38.	R\$ 10.501,89	Pendente
	ADUFERPE	Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 33º Congresso em 3 parcelas de R\$ 1.616,43	R\$ 4.849,29	Pendente
	ADUPE	No 31º Congresso, foi feito um acordo referente a mensalidades e fundos pendentes de 2009 a 2011, no valor de R\$ 102.167,00, dividido em 100 parcelas de R\$ 1.021,67.	R\$ 102.167,00	Pendente
	ADUFCG-PATOS	Foi realizado um novo acordo de parcelamento da dívida, referente aos meses de mai a out/12 e o restante do acordo anterior no valor de R\$ 3.982,80, totalizando R\$ 9.293,22, que foi dividido em 12 parcelas de R\$ 774,43. Está 2/12	R\$ 7.744,36	Pendente
	ADUC	No 33º Congresso foi realizado um acordo referente aos repasses em aberto de set/11 a jan/14, totalizando R\$ 12.715,44 que será parcelado em 12 meses de R\$ 1.059,62. Está na 4/12	R\$ 8.476,96	OK
	SINDUNIVASF	Foi feito um novo acordo referente aos repasses de jan a dez/12 e jan e fev/13, mais 5 parcelas restante do acordo anterior e 4 meses do FNG, totalizando R\$ 12.200,44, que será parcelado em 42 vezes de R\$ 290,49.	R\$ 12.200,44	Pendente
	ADUEPB	Foi realizado um novo acordo no 33º Congresso, sobre o parcelamento da dívida do período de jan/2007 a jan/2014 totalizando R\$ 486.712,77 que será parcelado em 150 meses de R\$ 3.244,75. Está na 3/150	R\$ 476.978,52	OK
NE3	ADUCSAL	30 parcelas de R\$ 419,11 referente aos repasses do mês de dezembro de 2007 e dos meses de janeiro a agosto de 2008 - incluindo fundos 2/30 (Pagou a 2ª parcela em 23/4/09). Último pagamento dia 23/4/09.	R\$ 11.316,11	Pendente
NE3	ADUSC	No 31º Congresso, foi feito um novo acordo, referente às mensalidades pendentes no valor de R\$ 9.370,70, um acordo anterior no valor de R\$ 1.791,15 e fundos pendentes no valor de R\$ 1.529,10, totalizando R\$ 12.686,95, dividido em 24 parcelas de	R\$ 1.050,05	OK

		R\$ 528,95. Está na 22/24.		
NE3	ADUSB	Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 33º Congresso no valor de R\$ 3.879,33 em 5 parcelas de R\$ 775,66. Está na 3/5	R\$ 1.552,35	OK
LESTE	ADUNIMONTES	1) 100 parcelas de R\$ 232, 64, totalizando R\$ 23.264,00 (Está na 7ª parcela);	R\$ 21.900,80	R\$ 22.070,81
		2) R\$ 170,01 ref. Rateio III CONGRESSO Extraordinário.	<u>R\$ 170,01</u>	Pendentes
PLANALTO	ADCAC	Rateio do 33º Congresso no valor de R\$ 294,85		
PANTANAL	ADLESTE	1) No 57º CONAD, foi feito um novo acordo referente aos valores pendentes, do 30º Congresso e do 56º CONAD, totalizando R\$ 5.298,61, que será dividido em 15 parcelas de R\$ 353,24. Foram pagas 4 parcelas (compensado da devolução de passagens, referente a cota de Rateio) Está na 10/15.	Pendente	
		2) Foi compensado com o valor que seria devolvido referente a passagem para o 58º CONAD no valor de R\$ 1.050,18, restando para ser pago R\$ 716,03.		
	ADUEMS	Compromete-se a pagar o valor de R\$ 79,48, referente ao Rateio do 33º Congresso.	R\$ 79,48	Pendente
	ADUFDOURADOS	No 56º CONAD foi feito um novo acordo somando a dívida anterior de R\$ 10.391,63, de mensalidades pendentes, com a nova dívida de R\$ 3.382,50, no total de R\$ 13.774,13, dividida em 60 parcelas de R\$ 229,57. Está na 27/60.	R\$ 7.575,74	Pendente
RJ	ADCEFET-RJ	1) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 32º Congresso no valor de R\$ 7.234,20, em 2 parcelas de R\$ 3.617,10, para os meses de junho e julho/14.	R\$ 7.234,20	OK
RJ		2) Parcelamento dos repasses em aberto de 2008 a 2011, no valor total de R\$ 209.171,70, que será parcelado em 36 vezes de R\$ 5.810,33. Está na 4/36	R\$ 185.930,38	
RJ	ASDUERJ	1) Parcelamento do valor em aberto de 5 meses do Repasse Mensal, Fundo de Solidariedade e Mobilização, no valor total de R\$ 70.502,65, que será dividido em 70 vezes de R\$ 1.007,18. Está na 9/10	R\$ 61.438,03	OK

RJ	ASDUERJ	2) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 33º Congresso no valor de R\$ 3.520,25 em 5 parcelas de R\$ 704,05	R\$ 3.520,25	Pendente
SP	ADUNIMEP	1) No 56º CONAD, foi feito um novo acordo, sobre a pendência de empréstimo de R\$ 6.000,00, mais o restante do acordo anterior de R\$ 1.500,00 de mensalidades pendentes, no valor total de R\$ 7.500,00 que foi dividido em 10 parcelas de R\$ R\$ 750,00.	R\$ 7.500,00	Pendente
		2) Parcelamento do Rateio do 56º CONAD no valor total de R\$ 1.191,49, que foi dividido em 3 parcelas de R\$ 397,17.	R\$ 1.191,49	
	ADUNIFESP	Acordo referente a repasses atrasados no valor de R\$ 13.987,95, que será parcelado em 15 meses de R\$ 932,53. Está na 10/15	R\$ 4.662,65	OK
SUL	SINDUEPG	No 32º Congresso, foi feito um acordo referente aos meses em atraso das mensalidades e fundos de jul a dez/12, no valor de R\$ 12,368,02, que será parcelado em 10 vezes de R\$ 1.236,82. Está na 5/10	R\$ 6.183,92	OK
	ADUNICENTRO	1) Compromete-se a pagar o valor em aberto referente a out a dez/12 e jan e fev/13 e 3 parcelas restantes do acordo anterior no valor de R\$ 985,20, totalizando R\$ 3.448,20, que será parcelado em 10 vezes de R\$ 344,82. Está na 9/10.	R\$ 344,82	Pendente
		2) Compromete-se a pagar o valor de R\$ 1.357,44 referente ao Rateio do 32º Congresso	R\$ 1.357,44	
	SINDUFFS	O valor devido referente a contribuição da diretoria do ano de 2013 é de R\$ 1.850,24, que será parcelado em 6 meses de R\$ 308,37. Está na 3/6	R\$ 616,76	OK
	S. SIND. UFSC	No 56º CONAD, foi feito um novo acordo comprometendo-se a pagar o valor do empréstimo de R\$ 19.000,00, mais o valor de R\$ 2.870,78, totalizando R\$ 21.870,78, que foi dividido em 20 parcelas de R\$ 1.093,53. Está 12/20	R\$ 6.590,88	OK

SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa
AGU: Advocacia-Geral da União
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BGA: Bacharelados em Grandes Áreas
C&T: Ciência e Tecnologia
CADIN: Cadastro de Inadimplentes
CAPES/MEC: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /MEC
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CLT - Consolidação das Leis de Trabalho
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNESF: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAD: Conselho do ANDES Sindicato Nacional
CONED: Congresso Nacional de Educação
CONGRESSO: Congresso do ANDES-SN
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas.
CONLUTE: Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CPA: Comissões Próprias de Avaliação
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CSS: Contribuição Social para Saúde
DA: Diretórios Acadêmicos
DCE: Diretório Central de Estudantes
DE: Dedicção Exclusiva
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
DPC: Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos
DRU: Desvinculação de Recursos da União
EaD: Educação a Distancia
EC: Emenda Constitucional
ETF: Escolas Técnicas Federais
ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes
FASUBRA-Sindical: Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FIES: Financiamento Estudantil
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos
FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FNDE: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEBTT : Gratificação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica
GEMAS: Gratificação de Estímulo ao Magistério Superior
GT: Grupo de Trabalho
GTCA: Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte
GTPFS: Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical
HU: Hospital Universitário
ICV: Índice do Custo de Vida
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES: Instituições de Ensino Superior
IFE: Instituições Federais de Ensino
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
IFET: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior
LDB: Lei de Diretrizes e Bases
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
LOA: Lei Orçamentária Anual
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC: Ministério do Estado da Educação
MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OCC: Outros Custeios de Capital
OIT: Organização Internacional do Trabalho
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional – Diretrizes para a Educação
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PIB: Produto Interno Bruto
PL: Projeto de Lei
PLANFOR: Plano Nacional de Formação Docente
PLC: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados

PLP: Projeto de Lei Complementar
PLS: Projeto de Lei do Senado Federal
PNE: Plano Nacional de Educação
PPA: Plano Plurianual
PPG: Projeto de Pós-Graduação
PPPs: Parcerias Público Privadas
PPRA: Programas de Prevenção de Risco Ambiental
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PROIFES: Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REHUF: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS: Regime Geral da Previdência Social
RJU: Regime Jurídico Único
RT: Retribuição por Titulação
SESu/MEC: Secretaria de Educação Superior / MEC
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SISOSP: Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor
SPF: Servidores Públicos Federais
SR: Secretarias Regionais
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
SUS: Sistema Único de Saúde
TCU: Tribunal de Contas da União
UAB: Universidade Aberta do Brasil
USAID: United States Agency for International Development

*ANEXO AO CADERNO
DE TEXTOS*

*59º CONAD
do
ANDES-Sindicato Nacional*

TEMA CENTRAL:

Luta em defesa da educação: autonomia da universidade, 10% do PIB exclusivamente para a educação pública.

Aracaju/SE, 21 a 24 de agosto de 2014

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2012-2014

Presidente: Marinalva Silva Oliveira

Secretário-geral: Márcio Antônio de Oliveira

1º Tesoureiro: Fausto de Camargo Júnior

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luiz Henrique Schuch

SUMÁRIO

TEMA I: MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 33º CONGRESSO	
Texto 20 – Para enfrentar a nova conjuntura: fortalecer o ANDES-SN e avançar na unidade na luta – <i>Contribuição da Diretoria da ADUFF-SSind.</i>	
Texto 21 – Avançando na participação sindical – <i>Contribuição da Diretoria da ADUFPI-SSind</i>	
Texto 22 – Todo apoio e solidariedade a luta do povo palestino – <i>Contribuição do professor Helvio Alexandre Mariano – Sindicalizado da ADUNICENTRO-SSind</i>	
TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 23 – Em luta contra as perdas em consequência do novo PNE - <i>Contribuição dos professores Marina Ferreira de Souza Antunes, Lucia Helena de Paula Menezes, Luiz Caetano de Salles, Olenir Maria Mendes e Tiago Soares Alves – Sindicalizados da ADUFU-SSind</i>	
Texto 24 – Retomando os rumos - <i>Contribuição dos Professores Maria Beatriz Carnielutti, Ester Nogueira, Maria Julia Piaggio, Carlitos Schallenberger, Antonio Motta Flores e Beatriz Weber – Sindicalizados e integrantes do GTSSA/ SEDUFSM</i>	
Texto 25 – Perdas, salários achatados e endividamento – <i>Contribuição do professor Waldir Bertúlio – Sindicalizado da ADUFMAT-SSind</i>	
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 12 - Homologações de novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 26 – Contribuição para a metodologia do Congresso do ANDES-SN – <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFRJ-SSind</i>	

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado como proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 23 - Em luta contra as perdas em consequência do novo PNE	
TR 24 - Retomando os rumos	
TR 25 - Perdas, salários achatados e endividamento	
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 12 - Homologações de novas seções sindicais, alterações regimentais, transformação de associação de docente em seção sindical	
TR 26 - Contribuição para a metodologia do Congresso do ANDES-SN	

**Tema I: Movimento Docente e Conjuntura:
avaliação da atuação do ANDES-SN frente
às ações estabelecidas no 33º Congresso**

TEXTO 20

Contribuição da Diretoria da ADUFF-SSind, biênio 2014-2016

PARA ENFRENTAR A NOVA CONJUNTURA: FORTALECER O ANDES-SN E AVANÇAR NA UNIDADE NA LUTA

De 2012 a 2014, vivenciamos um momento de ampliação das lutas dos trabalhadores no Brasil: manifestações da juventude, agitação de setores urbanos espoliados, greves de trabalhadores da esfera pública e do setor privado.

As manifestações de junho de 2013 resultaram na vitória do movimento contra o aumento das passagens de ônibus, levando à ascensão das mobilizações. Ao mesmo tempo, houve a recomposição das forças conservadoras que passaram a disputar as manifestações, atacando os setores organizados e as esquerdas nas passeatas.

De todo modo, as mobilizações de junho de 2013 colocaram na agenda a intensificação das lutas sociais, repondo a questão da greve geral, que durante muito tempo ficou fora do cenário brasileiro. Observamos a luta dos trabalhadores da educação por todo o país - e em todos os níveis da gradação escolar - com pautas que tratavam das questões salariais, mas também das reivindicações sobre condições de trabalho.

No início de 2014, ocorreu a formação de fóruns de Unidade de Ação dos Funcionários Públicos Federais, um esforço de construção da unidade na luta. Vale destacar que, no primeiro semestre deste ano, assistimos à greve de docentes dos Institutos Federais, de servidores técnico-administrativos da rede federal de educação, de funcionários da área da cultura federal e de um conjunto significativo de outros setores de trabalhadores da esfera pública, em especial, da educação estaduais e municipais no país.

Das diversas categoriais em luta, os garis do Rio de Janeiro impuseram uma derrota significativa ao prefeito Eduardo Paes no carnaval de 2014. Os trabalhadores da limpeza urbana forçaram o atendimento de suas reivindicações por meio de greve. A luta, duríssima, enfrentou a direção sindical pelega, a truculência do governo, a intervenção policial contra os grevistas e a campanha da imprensa de grande circulação contra a greve. Apesar de todas as dificuldades, a luta dos garis conquistou a simpatia da população. Notamos, ainda, as mobilizações de trabalhadores contra as direções sindicais, como no caso dos operários da construção civil no Comperj e das mobilizações da categoria de trabalhadores rodoviários que realizaram paralisações em diversas capitais do país, como São Paulo, Porto Alegre, São Luís e em vários outros municípios importantes. Policiais, na Bahia e em Pernambuco, também entraram em greve.

No primeiro semestre de 2014, verificamos a ascensão das lutas por moradia em várias cidades, com ocupações e manifestações de ruas ou em frente às obras da Copa. Tais mobilizações revelaram o protagonismo do MTST e ampliaram a sua base nacionalmente.

No funcionalismo público, ocorreram reuniões nos espaços de Unidade de Ação, com mobilizações, paralisações e greves em diversas categorias. A Fasubra e o Sinasefe chamaram a greves com o intuito de pressionar o governo a abrir negociações.

Observamos que desde o seu 33º Congresso, o ANDES-SN empreendeu esforços para se somar aos movimentos das categorias que se opuseram à crescente precarização de setores como educação, transporte e saúde, além de exigir a recomposição salarial devido às perdas inflacionárias. As jornadas de junho, a Copa do Mundo da Fifa, a proximidade das eleições presidenciais, a precariedade das condições de trabalho e as paralisações de várias categorias apontavam para a conjuntura na qual se colocou em discussão a possibilidade de deflagração da greve docente. Havia a dificuldade da realização de um movimento paredista dos docentes federais neste ano. Vale destacar que mesmo considerando a importância de mobilizações como forma de pressão, verificamos o desgaste do próprio movimento nas tentativas de reverter as negativas do governo em atender às reivindicações da categoria. Além disso, verificamos também as dificuldades enfrentadas na retomada das atividades acadêmicas em virtude da duração da greve de 2012. Tais fatores contribuíram para arrefecer a mobilização para a retomada da luta. Entendia-se que, diferente de 2012 e de outros momentos, em que o ANDES-SN esteve à frente na irrupção das lutas do funcionalismo, dessa vez, o movimento dos professores ganharia força a partir das mobilizações de outras categorias, não desempenhando, portanto, o papel protagonista inicial. Apesar do empenho de boa parte das seções sindicais, a resposta das assembleias da categoria ao indicativo de greve - à exceção de alguns *campi* em que o grau de precariedade é drástico - não foi suficiente para a deflagração do movimento. Neste sentido, se de um lado, o quadro da expansão precarizada gerou ações de paralisação da atividade docente motivadas por absoluta impossibilidade de exercer as atividades acadêmicas, de outro, a disposição para a greve nacional de professores das federais não se viabilizou em âmbito nacional.

A ADUFF, em cumprimento às deliberações do nosso Sindicato Nacional, tem buscado mobilizar a categoria por meio da realização de debates sobre a carreira e as condições de trabalho, com reuniões descentralizadas com os professores, para discutir a pauta geral dos docentes das IFES e a pauta interna da Universidade Federal Fluminense. Em nossas Assembleias, além da presença de praxe dos setores conservadores em situações de greve, verificou-se, pela primeira vez na história da ADUFF-SSind, a participação organizada de professores ligados à reitoria, de diretores de unidades, pró-reitores e de grupos militantes vinculados a partidos da base governista, para se posicionarem e votarem contra a greve. Pelos relatos de outras Associações Docentes, tudo indica que tal situação não foi vivenciada apenas na ADUFF-SSind, o que, em nossa avaliação, configura uma política de ataque do governo ao ANDES-SN.

O governo Dilma tem aprofundado a contrarreforma na educação em geral e na educação superior pública em particular. No Plano Nacional de Educação, está referendado a conceituação de “público não estatal”, de modo a favorecer a consideração de recursos aos agentes privados, aprofundando a mercantilização da educação. Sinaliza-se a expansão da pós-graduação privada com financiamento do Fies (Financiamento Estudantil) ao Mestrado e ao Doutorado. Em relação às universidades federais, aprofunda-se a expansão precarizada, com a criação de *campi* sem infraestrutura, o que compromete o nível de qualidade do ensino com a docência resumida a aulas, sem o trabalho de pesquisa e de extensão, o que fere a Constituição de 1988.

Ao mesmo tempo em que crescem as reivindicações por melhores condições de trabalho, carreira e salário, o governo Dilma responde com o endurecimento em relação aos movimentos dos funcionários públicos. Pode-se perceber as investidas no sentido de judicialização das mobilizações dos servidores federais. O governo do PT tenta manter a

aparência de negociador e catalisador das demandas populares, como, no caso de movimento de moradia, estendendo a faixa de renda de ingressantes aos programas governamentais de habitação ou ao aumento do valor do Bolsa Família. Entretanto, se recusa a negociar as reivindicações salariais dos setores mais combativos do movimento sindical e social.

Deve-se destacar que o governo Dilma tem favorecido o agronegócio com substantivos recursos (como os R\$ 156,1 bi anunciados em maio), além de promover sucessivos cortes nos impostos da indústria automobilística (o corte no IPI iniciado em 2012 e postergado até o final de 2014, no contexto em que o setor automotivo representa cerca de 25% do PIB industrial do Brasil). Os banqueiros continuam a desfrutar de uma das taxas de juros das mais altas no mundo (a taxa Selic acima de 10% ao ano).

Desde 2013, cresceu a insatisfação popular em relação aos dispêndios de recursos governamentais com as obras para a Copa do Mundo da Fifa (2014), evento sediado no país. Inúmeras mobilizações foram realizadas com diversos seguimentos sociais. Para conter as manifestações, recorreu-se ao aumento brutal da violência de Estado contra o direito do exercício de liberdades democráticas, de manifestação, de organização e, mais especialmente, do exercício do direito de greve. Uma lei de segurança nacional foi criada para a Copa do Mundo e todas as greves foram julgadas ilegais: os sindicatos combativos foram multados e profissionais em luta, demitidos. Ativistas foram presos antes e durante os eventos da Copa do Mundo em todo o país. No dia da final da Copa no Rio de Janeiro, uma brutal repressão atingiu manifestantes que se reuniam em uma praça próxima ao Estádio do Maracanã. Vários foram feridos pelas ações policiais, inclusive jornalistas estrangeiros e prisões arbitrárias foram executadas. Ativistas foram presos e enviados à penitenciária de segurança máxima em Bangu, zona oeste da cidade.

Esse recrudescimento da repressão contra grevistas e movimentos sociais em luta no país ocorreu para garantir a segurança dos interesses do empresariado e de chefes de Estado. Durante o período da Copa, 15 mil seguranças privados foram contratados pela Fifa: 57 mil homens das Forças Armadas estiveram mobilizados pelo país, juntamente com 100 mil homens das polícias estaduais e federal. Para “manter a ordem”, esse aparato praticou ações terrivelmente violentas contra manifestantes nas ruas.

Soma-se a isso o fato de governos e organizações patronais utilizarem as demissões por justa causa de integrantes dos movimentos grevistas como forma de intimidar os que têm se levantado por direitos trabalhistas no país. Essa perseguição atingiu garis e rodoviários no RJ; 42 metroviários foram demitidos em SP; 500 professores do estado do RJ e os outros 56 exonerados da rede municipal. Além disso, manifestantes tiveram a privacidade violada, constrangidos em suas casas por agentes da polícia, levados a delegacias para inquéritos. Inúmeros deles foram alvo de mandados de busca e apreensão e tiveram pertences sequestrados.

A Copa do Mundo de 2014 teve como ganhadores, entre outros, os empresários da construção civil, os negociadores do espaço urbano que estão por trás das remoções de comunidades pobres que ocupavam locais valorizados pelos investimentos em infraestrutura e transporte, os gestores da dívida pública e os corruptos de sempre envolvidos nas negociatas dos megaeventos.

Na condição de perdedores, a maioria da população do país - a juventude, a classe trabalhadora - sem habitação, sem saúde, sem saneamento, sem educação, sem transporte de qualidade. Além disso, os trabalhadores e a juventude tiveram seu direito de protestar negado.

O evento da Fifa possibilitou altos lucros aos capitalistas e, em concomitância, agravou os índices de empobrecimento de setores médios e assalariados, como se constata pelo encarecimento dos aluguéis, dos produtos alimentícios, dos serviços urbanos e as perdas salariais.

Em que pese as dificuldades enfrentadas e o aumento da repressão e criminalização dos movimentos sociais, o ano eleitoral aponta para o desafio de aumentar a resistência e as mobilizações. Neste sentido, o movimento docente deve se esforçar para construir a mobilização, combinando a pauta nacional do ANDES-SN com as pautas locais das seções sindicais, intensificando a presença nos departamentos, unidades e nos *campi* das IFES, com vistas a promover reivindicações e ampliar a base de filiados. Além disso, face aos ataques ao nosso sindicato nacional, é fundamental intensificar, junto às bases, ações de fortalecimento do ANDES-SN contra as investidas do governo e de seu organismo pelego e, ao mesmo tempo, avançar no apoio e na unidade de ação com setores combativos e classistas tanto do funcionalismo público quanto das demais categorias de trabalhadores.

O governo Dilma tem-se recusado a abrir negociação com os professores e o funcionalismo federal. Visando desmontar a luta unificada dos trabalhadores da educação federal, os representantes do governo cancelaram reuniões previamente agendadas. Por essa razão, o movimento docente que tem como objetivos reverter a desestruturação da carreira, barrar a expansão precarizada, melhorar as condições de trabalho e recompor a defasagem dos salários, deverá enfrentar o desafio de mobilizar a categoria.

É preciso lutar ainda contra a ofensiva governamental nas IFES que busca passar a gestão dos Hospitais Universitários à Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), muitas vezes, à revelia dos Conselhos Universitários e sem ouvir a comunidade acadêmica.

A unidade de ação deve ser constituída a partir do fortalecimento das lutas do ANDES-SN e do sindicalismo autônomo em relação ao governo e aos patrões; da defesa das classes trabalhadoras e da independência de classe; da luta contra a criminalização dos movimentos sociais e do movimento sindical; das ações com os demais trabalhadores. Devemos empreender esforços na constituição de pautas unificadas com os servidores públicos federais e, ao mesmo tempo, realçar a importância do fortalecimento das lutas coletivas da classe trabalhadora em torno da CSP-Conlutas.

TEXTO 21

Contribuição da Diretoria da ADUFPI Seção Sindical

AVANÇANDO NA PARTICIPAÇÃO SINDICAL

Vivimos en un mundo en el que hay algunos que nos sometemos al derecho internacional y hay otros que están por encima. Hace muy poco Barack Obama en West Point, en un discurso no muy reproducido, dijo que hay una nación indispensable: los Estados Unidos. ¿El resto somos, pues, dispensables? Refirma la lógica del excepcionalismo. Si ellos son excepcionales, el resto somos inferiores. El discurso de Obama fue pronunciado en una academia militar. Desnuda la forma en que está organizado el mundo. Si vamos a hablar de la integración latinoamericana, hay que basarse en la identidad. Reconocerse a sí mismos en relación con los otros. Es decir, tenemos que oponernos a esta lógica imperial que domina el mundo. La palabra “imperial” tal vez suene desgastada, pero debemos prestar mucha atención porque desnuda la forma de organización del mundo.

- a. *Entrevista a Sacha Llorenti, presidente del grupo de los 77. Los fondos buitres son un peligro. [El pais](http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-251672-2014-07-28.html). <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-251672-2014-07-28.html>>. Acceso em: 29/07/2014.*

Não há racionalidade para quem segura o fuzil e se acha no direito inquestionável de posse frente ao desarmado. A dominação só reconhece a força que a ela pode se opor e causar grandes estragos à própria organização-ação. Discordamos que a palavra **imperial** esteja desgastada. Ela continua como uma referência fundamental que perpassa desde as relações mundiais até espriar-se em nossas organizações-relações de trabalhadores.

Convidamos a todos e todas fazermos um exercício de imaginação: Cada uma de nós, pessoa, encontra-se com um fuzil a queima roupa apontado para a nossa cabeça. Quem o segura é o nosso vizinho que trabalha na polícia (ou no exército); Quem o mandou foi o coronel, também meu vizinho; Quem mandou o coronel foi a Presidente da República que já não é minha vizinha; Quem mandou a Presidente da República foram os banqueiros, os latifundiários, o agronegócio, os especuladores imobiliários... o Congresso Nacional... Enfim, um rosário tão grande que em muito ultrapassa três terços; na ponta o Barack Obama que mora nos EUA. O paradoxal é que a quantidade de fuzis é insuficiente para cada um de nós – que em nossas teses aparecemos como miríade de cabeças o - “povo espoliado”. Solucionado o nosso problema – os que não têm fuzis em suas cabeças pegam começam a puxar pela linha até chegar ao Barack – caput – fim da opressão sobre nós. A questão primordial é saber quantos se dispõem a participar desse processo. Anterior a isso, é necessário a crença verdadeira, e justificada, que o momento é chegado, que o mesmo faculta tal ação. Ora, sabemos que isto do “momento chegado” não existe e não estará pronto até nós o prepararmos, construí-lo.

O poder capitalista segue uma lógica bastante simples. Tomamos aqui a liberdade para ilustrá-la a partir de alguns elementos retirados da trilogia cinematográfica produzida por Peter Jackson, a partir da obra de J. R. R. Tolkien, **O Senhor dos anéis**, escrito entre 1937 a 1949.

O Senhor dos Anéis – o **Um Anel** (todo o poder) – é o sistema capitalista controlada pelas grandes corporações mundiais representadas pelos EUA (**Sauron**), cujo representante referencial hoje é o eminente Barack Obama (o “Big Brother” de Orwell). Paradoxalmente o sistema precisa cada vez mais de mais poder para controlar o sistema em sua grandiosidade, e para isso o poder existente mutila e mata pessoas, destroça a Terra, aniquila povos e nações inteiras (lembremo-nos de outro filme – **Avatar**). Assim vai seguindo construindo mais poder... e mais medo. Só que o medo não atinge só os espedaçados. Ele atinge e aterroriza os espedaçadores. Daí o incessante desenvolvimento científico-tecnológico de novas armas – o drone é a grande cobiça do momento. Matar à distância e de modo sorrateiro, oculto. Afinal, esse é o dom fundamental do **Um Anel**: ocultar-se para se distanciar da sociedade como faz os muito ricos quando fundam os seus paraísos na terra pensando estar imunes às consequências de suas ações destrutivas. Paradoxalmente, também, o poder do “senhor dos anéis” não serve para a construção de uma sociedade solidária e fraterna, pois ele só faz sentido em uma sociedade em que o poder permanece nas mãos de poucos – o modo de produção capitalista é o paradigma por se prestar a ocultar sob a cortina da “livre iniciativa”, do “mérito” e da “concorrência” a transferência brutal da riqueza de um todo para poucos. Nisso os anarquistas em muito antecederam essa compreensão quando rejeitaram nos debates na AIT a construção de um poder operário em um Estado que, por definição, estará sempre a serviço da opressão (tomem-se como exemplo todas as experiências históricas dessa via).

A superação desse estado de coisa engendrado no sistema, pelo sistema, para o sistema, é o nosso grande desafio. Mais ainda: Como os professores e professoras das instituições de ensino superior no Brasil podem contribuir para derrotar quem nos derrota diuturnamente?

Acreditamos ter feito um pouco disso ao tentarmos unir o Saber (o **Mago Gandalf**), as relações de organizações de trabalhadores e trabalhadoras (a Sociedade do Anel) a um conjunto de ações em que uma das últimas será (por ocasião do CONAD foi e continuará sendo) o Encontro Nacional de Educação no qual criaremos os contrastes sociais positivos contrários às propostas negativas de **Sauron** que é imposto pelo poder dominante no Brasil nas suas formas que conhecemos (**Saruman** – um Mago pervertido pelo perspectiva de poder, sorrelfa, representado atualmente pelas figuras do Executivo/Congresso Nacional/ Judiciário).

Ainda restam dois personagens a comentar: **Gollum** e **Frodo**. O poder ilegítimo possui a propriedade de corromper tudo o que é envolvido por ele, até mesmo à ilusão de o poder possuir. Assim é que um Hobbit é capturado pelo anel (o **Precioso**) – pela insaciabilidade dos desejos (disse um poeta: “a felicidade é o descanso do desejo”). O desejo se esconde sob os mais diversos fingimentos e dissimulações. Desse modo, ele está em nossas direções sindicais, tal está em Sauron. O ANDES-SN está repleto de dissimulações, por isso, a ausência de eleitores e eleitoras, em número significativo, nas últimas eleições. Pela forma de poder constituído ao longo dos anos transformou-se, e continua a sua mutação, em um **Gollum** – estranha e feia criatura. A BASE, isso percebendo, se afasta da nefasta criatura. Já saltarão os seus adestrados diretores, prontos para aniquilar o pensamento “contra a ordem”. Dirão: “São Proifes.” Eles patrocinaram consulta sobre a greve. Esquecem esses fanáticos messiânicos que a diretoria do ANDES-SN tem sido eleita através de consultas. O seu único oponente, dadas as atuais circunstâncias de organização do sindicato, “arriou as calças” (expressão chula com a qual o “Pasquim” denunciava a ditadura civil-militar diante das exigências de SAURON) nas últimas eleições. Por quê? Por que está obcecado pelo poder do

ANDES-SN, mas não pela luta que só a sociedade do anel pode travar com vistas a destruir o poder do capitalismo.

Por último, um breve comentário sobre o herói da jornada de libertação. Frágil, despreparado (sem larga e antiga experiência sindical e, ou político partidária), coração aberto ao acolhimento das expectativas do outro, suscetível também aos apelos do poder corruptor, possui duas qualidades essenciais para destruir/constituir um outro poder: A primeira, a determinação em cumprir a jornada (a Vontade); a segunda, a confiança na Humanidade ao atender os apelos de **Sam** para largar o anel e segurar firme em sua mão. Esse é **Frodo Bolseiro**. Nada tem a ver com os sindicalistas que excluem os seus parceiros, que publicam as fotos e os discursos só daqueles que seguram ou ajudam a segurar **O Anel**. **O ANDES-SN**, nas próximas eleições, necessita firmeza para assegurar a participação efetiva das pessoas sindicalizadas em todo o processo decisório do sindicato. Chega daquelas reuniões ridículas anunciadas pelos **Golluns** sindicais em meio às nossas reuniões nacionais. Ou se peleja a favor de **Sauron**, ou solta-se o **ANEL**.

Para encerrar, em comemoração aos cem anos da morte de **Jean Jaurés**, deixamos as suas palavras:

Creio que apagar no coração dos homens a chama do entusiasmo representa um perigo, e se também matarmos a força do ideal que anima o poeta e a força da esperança que levanta os trabalhadores, corremos o risco de ter uma sociedade sem alma, sem coragem e sem fé.

FEBBRO, Eduardo apud **Carta maior**, Jean Jaurés: um século de pensamento socialista. Em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Jean-Jaures-um-seculo-de-pensamento-socialista/6/31511>. Acesso em: 03/08/2014.

TEXTO 22

Contribuição do professor Hélvio Alexandre Mariano - Sindicalizado da Adunicentro-Seção Sindical

TODO APOIO E SOLIDARIEDADE A LUTA DO POVO PALESTINO

Desde que teve início a nova ofensiva israelense na faixa de Gaza, denominada de “Margem protetora”, há mais de um mês, centenas de palestinos foram mortos, muitos deles eram mulheres e crianças. O atual conflito é uma repetição de tantos outros que o mundo assistiu nas últimas décadas, porém, com muita mais força militar empregada e com um número de vítimas civis cada vez maiores.

Outro aspecto importante nesta ofensiva militar israelense contra os palestinos é a velocidade que as imagens são produzidas, divulgadas em redes sociais ou transmitidas por agências de notícias ou correspondentes de guerra que estão no local para fazer a cobertura. O que assusta nas imagens e nos relatos é a desproporção das forças de combates e o alto número de mortos palestinos, que vivem há décadas em uma situação extremamente complicada, cercados por todos os lados e sem direito a quase nenhum tipo de apoio humanitário.

Para entender este conflito é preciso explicar um pouco mais sobre Gaza, uma região com apenas 360km², e com uma população de mais de 1.5 milhão de palestinos, sendo mais de 80% desempregados. As crianças desta região vivem há décadas uma das mais graves crises de subnutrição do planeta, maior do que as apresentadas na região da África subsariana, porém, quase nunca é noticiado pela mídia ocidental.

O massacre promovido pelo exército israelense no último dia 30 de julho em uma escola da ONU, que abrigava crianças e mulheres na Faixa de Gaza - o que seria em um local neutro-, demonstra que a ofensiva militar lançada por Israel contra a população palestina vai muito além dos discursos que assistimos diariamente na mídia ocidental, que busca cotidianamente reforçar a tese do direito a autodefesa do governo de Israel, e ignorar que na verdade trata-se de um verdadeiro genocídio contra uma população de 1,8 milhão de pessoas que vive numa área de apenas 42 quilômetros de extensão e 10 de largura. É nesta faixa de terra, local onde hoje é impossível escapar para qualquer parte do mundo, pois as saídas para Erez em Israel e Rafah no Egito estão fechadas.

E é neste pequeno espaço de terra, que ocorre o ataque de um dos exércitos mais bem equipado do planeta e financiado pelo governo americano contra uma população que resiste contra a ocupação das suas terras e pela manutenção da sua cultura e dos seus modos de vida.

Enquanto o povo palestino resiste à ofensiva do exército israelense, um conglomerado de empresas de comunicação se esforça mundo afora para vender a ideia do direito de autodefesa de Israel, noticiando diariamente o número de vítimas dos “dois lados”. Denomina o massacre, o genocídio de “Operação Margem Protetora”. Falaram em ataques cirúrgicos realizados por caças F-18, e assim por diante. Tudo isso repetido exaustivamente pela dita “comunidade internacional”, que diz condenar o lançamento de foguetes a partir do território palestino contra Israel. Mas afinal, quem é esta “comunidade internacional”? Segundo o professor Magid Shihade, da Universidade de

Birzeit, na Cisjordânia, em entrevista publicada na revista Carta Capital⁸ “comunidade internacional é um jargão inconcebível, pois eles (Obama, Merkel, Hollande etc) não alcunharão o que Netanyahu está a provocar em Gaza porque não pega bem para a dita comunidade internacional”. Ainda para Magid Shihade “esta comunidade internacional decide termos como genocídio, e não dirá que Israel está a cometer genocídio contra os palestinos, embora esteja”⁹.

Para Soraya Misleh, em artigo publicado no dia 14 de julho, no site da CSP-Conlutas, “o pretexto deste novo ataque contra Gaza foi a morte de três jovens colonos na Cisjordânia, território palestino ocupado militarmente por Israel desde 1967. A despeito de o Hamas ter negado ser responsável pela morte dos três jovens e estas estarem cercadas de incertezas, Israel condenou toda a população de Gaza a uma punição coletiva”. Ainda segundo Soraia Misleh, “o que a grande mídia não divulga é que - como nas ofensivas anteriores - os antecedentes couberam a Israel. Em maio último, matou dois jovens palestinos - seus nomes Nuwara Nadim e Mohammed Abu Khdair - .”Após as mortes destes jovens, milhares de palestinos foram presos, torturados, tiveram suas casas queimadas e nada disso repercutiu na mídia mundial ou é condenado pela chamada comunidade internacional.

Quando analisamos o poder da mídia global e também nacional, em relação ao ataque israelense contra os palestinos, podemos perceber o que Edward Said destaca em relação aos ataques de Israel contra os Palestinos, mesmo antes do atual conflito. Segundo Edward Said “em quase todas as reportagens de quase todos os dias sobre a Cisjordânia e Gaza, se você observar com atenção, no fim você vai ver que quatro, cinco, seis palestinos foram mortos. Eles ficam anônimos. Mortos sem uma razão particular. Muitas crianças foram mortas. A morte de palestinos é três, às vezes, quatro para um”¹⁰. No atual ataque, o número de mortos já supera mais de mil e seiscentos palestinos, sendo mais de 80% civis e entre eles a maioria de mulheres e crianças.

O que Israel busca neste novo ataque é consolidar sua estratégia de levar os palestinos a uma morte lenta, pois ao destruir toda a infraestrutura de Gaza, suas escolas, seus geradores de energia, seus hospitais e toda forma de produção, estará condenando os quase 1,8 milhão de habitantes deste território a morrer de fome, enquanto a mídia global, a chamada “comunidade internacional” continua a fazer de conta que nada está acontecendo.

Apesar da tentativa de colocar de joelhos os palestinos, o que podemos ver é uma resistência heroica contra um dos mais bem equipados exércitos do planeta, e nestes quase trinta dias de ocupação, os palestinos de todas as idades dão mostra que vão continuar a resistir e defender sua terra contra mais esta tentativa de extermínio praticada pelo governo israelense.

Ao mesmo tempo em que cresce a resistência dos palestinos em Gaza, também podemos perceber que ao redor do planeta passam a surgir manifestações de apoio ao povo palestino, com boicotes aos produtos israelenses e marchas em diversas capitais mundiais exigindo dos governos o rompimento das relações comerciais no tocante a venda de armas para Israel.

No Brasil, já foram realizadas centenas de atividades, marchas envolvendo diversos setores da sociedade, cobrando que o governo o brasileiro rompa imediatamente os

⁸ Revista Carta Capital. Pág. 62.30 de Julho de 2014.

⁹ Idem.

¹⁰ SAID, Edward W. **Cultura e resistência**. Entrevista a David Barsamian. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

acordos de compra e vendas de armas para Israel, sendo que atualmente o Brasil é um dos maiores compradores de armas israelenses.

O governo brasileiro precisa cessar imediatamente qualquer compra ou venda de armas para Israel e romper imediatamente as relações diplomáticas. Também é preciso manter a solidariedade a todo o povo palestino que resiste na luta contra a ocupação de suas terras, denunciando os ataques israelenses e o silêncio da mídia local com o que vem ocorrendo em Gaza.

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

TEXTO 23

Contribuição dos professores Marina Ferreira de Souza Antunes, Lucia Helena de Paula Menezes, Luiz Caetano de Salles, Olenir Maria Mendes e Tiago Soares Alves – Sindicalizados da ADUFU Seção Sindical

EM LUTA CONTRA AS PERDAS EM CONSEQUÊNCIA DO NOVO PNE¹¹

TEXTO DE APOIO

O Plano Nacional de Educação – PNE – (2011-2020) foi aprovado no mês de junho, com quase quatro anos de atraso. E, em alguns aspectos, apresenta um retrocesso para a educação pública nacional. Um dos principais itens discutidos ao longo desses anos de tramitação diz respeito ao financiamento da educação. Muitas metas do PNE (2001-2010) não foram cumpridas em função dos vetos presidenciais, em especial, aqueles relativos ao financiamento; por isso, nesse “novo plano” tanto se discutiu esse tema. Sem verba não há como melhorar a educação pública em nosso país. Entretanto, nossos representantes no legislativo, mais uma vez, não ouviram as entidades, movimentos sociais e sociedade civil organizada, que clamavam por 10% do Produto Interno Bruto – PIB- para educação pública, já! Mais uma vez o lobby das “particulares” (leia-se educação empresarial) falou mais alto; e, de acordo com a meta 20 do PNE teremos 7% até o quinto ano de vigência e 10% ao final do Plano para a educação pública e privada. Ou seja, esse Plano estreita a parceria público/privado que também já aparece em outros ordenamentos legais recentemente aprovados, como por exemplo, a Lei da ICES (Lei 12881 de 12 de novembro de 2013). Algumas entidades estão vendo avanços nesse plano aprovado, principalmente, se comparado com a versão que havia sido encaminhada pelo executivo. Entretanto, os avanços relativos que são apontados, como o estabelecimento do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) carece de um amplo controle social e exigência do cumprimento da Lei. Os tribunais de contas e outros órgãos fiscalizadores nada fizeram em relação as metas que não foram cumpridas no PNE anterior. Nesse sentido, precisamos nos organizar para continuar a luta pela educação pública e de qualidade e também pelo investimento público em educação pública.

TR - 23

O 59º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. intensificar a luta pelo investimento público em educação pública, constituindo o Encontro Nacional de Educação como fórum de discussão e espaço de luta dos/as trabalhadores/as por uma educação de qualidade, gratuita, laica e socialmente referenciada.
2. resgatar o “PNE da Sociedade Brasileira” como orientador da luta pela educação que defendemos.
3. denunciar a utilização do PNE para financiar a iniciativa privada na área da educação.

¹¹ Texto elaborado pelo GTPE – ADUFU/SS. Contribuição das professoras e professores: Marina Ferreira de Souza Antunes, Lucia Helena de Paula Menezes, Luiz Caetano de Salles, Olenir Maria Mendes e Tiago Soares Alves)

TEXTO 24

Contribuição dos Professores Maria Beatriz Carnielutti, Ester Nogueira, Maria Julia Piaggio, Carlitos Schallenberger, Antonio Motta Flores e Beatriz Weber – Sindicalizados e integrantes do GTSSA/ SEDUFMS

RETOMANDO OS RUMOS

TEXTO DE APOIO

Por considerarmos que:

1 o ANDES-SN com suas ações não tem atendido de forma adequada as demandas dos professores, em especial as dos Professores Aposentados;

2 o ANDES-SN não tem dado o adequado e necessário andamento às decisões tomadas em Congressos resultantes de proposições dos Professores Aposentados, por exemplo, um simples protocolo não é uma ação nem eficaz nem eficiente;

3 o ANDES-SN está cada vez mais se distanciando de sua base, fortalecendo dessa forma outras entidades para onde se transferem seus associados;

4 o ANDES-SN, que construiu um nome com poder e influência, não está tendo a responsabilidade de olhar, de analisar, de refletir e de decidir sobre todos os interesses da classe, hoje não decide quais as lutas que beneficiarão seus associados;

5 o ANDES-SN tem dado maior ênfase a outras ações políticas em detrimento as dos Professores que, são os que sustentam essa entidade;

6 que esses fatos negativos estão contaminando a base inteira como um poderoso vírus de desânimo e de descrença;

7 que está faltando ao ANDE -SN “ATITUDE”, porque atitude é o que define, é o que abre caminhos e é o que faz a diferença;

8 que sindicalismo não é só teoria mas também prática.

TR - 24

O 59º CONAD determina:

Que a partir desta data sejam retomados os princípios que nortearam a criação do nosso ANDES-SN e, que as ações prioritárias da Direção Nacional sejam dirigidas no sentido de atender as necessidades e as preocupações profissionais dos seus Professores Sindicalizados.

TEXTO 25

Contribuição do professor Waldir Bertúlio – Sindicalizado da ADUFMAT SSind

PERDAS, SALÁRIOS ACHATADOS E ENDIVIDAMENTO

TEXTO DE APOIO

O assunto é arrocho salarial e subsistência. Assim se apresentam os “empréstimos consignados” via bancos, para desconto compulsório na folha de pagamento. Uma arma para eternizar na tática dos refinanciamentos a dívida de professores e servidores como uma fonte de alta rentabilidade e sanha de lucro do setor rentista e financeiro. Uma verdadeira “barbada”, portas abertas para a privatização de parte do salário via empresas financeiras, bancos e terceirizados que perseguem como abutres os professores que já estão endividados no limite máximo. Aí entra a tal proposta de “refinanciamento”, que é um verdadeiro roubo do bolso de professores e servidores federais, bem como de outras categorias de servidores públicos, especialmente os aposentados. Este problema situa-se em uma pauta cara para o ANDES/SN, que é a questão da precarização, das perdas salariais, do achatamento salarial.

O endividamento extrapola em muito os 30% colocados como limite, na medida em que os altíssimos juros prolongam o tempo de endividamento e aumentam aritmeticamente o valor da dívida via juros e manobras exorbitantes para impor como única alternativa o “escorchante” refinanciamento. Não há espaço de discussão e renegociação. Resultado: os empréstimos consignados, que seriam uma alternativa para emergências, tornam-se uma prisão permanente para quem empresta e reempresta, vez que a situação fundante é a depreciação salarial, com suas perdas progressivas e inexoráveis mantidas pelo Governo Federal. Torna-se desta forma, para a maioria dos consignantes uma situação crônica de endividamento, que a cada dia o remete para sair desta dívida impagável só com a morte, pois a cada ano o arrocho salarial é maior. Poucos conseguem sair desse perverso círculo vicioso.

Para enfrentar e lutar na reversão desta situação, concretamente no caso da consignação/refinanciamento, é preciso estabelecer uma agenda diagnóstica desta situação, empreendendo todas as estratégias possíveis que tirem a público esta relação espúria do Governo Federal com bancos privados como o BMG, financiadores de campanhas do PT e base aliada. É possível esclarecer e intervir sobre este conluio de setores governamentais com o mercado financeiro bancário. Cito aqui um caso, onde no primeiro momento das consignações um gerente do BMG em Curitiba deslocou-se para residências dos que pleiteavam o financiamento, entrando direto no SIAPE. De alguma forma detinha a senha, o que era tido como impossível.

É grande o número de instituições financeiras envolvidas nesta verdadeira agiotagem com respaldo oficial. Estes empréstimos não oferecem nenhum risco para os bancos, pois são descontados diretamente em folha de pagamento. Por isso, a invasão permanente da privacidade de todos que potencialmente podem fazer refinanciamento em uma verdadeira disputa aética entre os potenciais reemprestantes e as instituições financeiras.

Como se não bastasse para os poderosos e corruptos de plantão, a política agressiva de perdas para os trabalhadores, incorporam-se a interesses do mercado financeiro para obtenção de vantagens. Expropriados dos bolsos dos professores e servidores que não

conseguem sobreviver com seus depreciados salários. Esta situação percorre toda a categoria de professores, desde as redes Municipais a Estaduais, atingindo neste conjunto, talvez com mais peso, os aposentados, nessa maléfica financeirização salarial, a mercê de negociatas e acordos privados com o Governo. É preciso agendar esta questão invisibilizada, formando uma Comissão para conduzir este trabalho, e levar a todas instâncias necessárias responsáveis institucionalmente por este grave e crônico problema.

TR - 25

O 59º CONAD delibera:

Que o ANDES/SN faça um levantamento via regionais e ADs dos problemas de endividamento com empréstimos/reempréstimos consignados que são praticados nas propostas de refinanciamento, abrindo uma pauta com o MEC/MPOG para fazer uma auditoria via indicadores de viabilidade, taxa de juros cobrada e quantidade de refinanciamentos. Entende-se aqui a necessidade de desdobramentos, trazendo autoridades públicas, os bancos privados “autorizados” para um debate público, apontando o ressarcimento e sustação dos desvios que são cometidos no mercado financeiro em nome do poder público.

Tema IV: Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 12

Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

Considerando que a Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ADIFMT Seção Sindical do ANDES-SN fez os ajustes complementares no seu regimento, a Diretoria do ANDES-SN apresenta uma nova versão para o TR 12.

TR – 12

O 59º CONAD delibera:

PARECER

1 - Em consonância com o Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, a Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SINDIFPB Seção Sindical do ANDES-SN, *ad referendum* do 34º Congresso.

2 - Em consonância com o Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, a Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal do Mato Grosso, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ADIFMT Seção Sindical do ANDES-SN, *ad referendum* do 34º Congresso.

CONTRIBUIÇÃO PARA A REVISÃO DA METODOLOGIA DO CONGRESSO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O 33º Congresso do ANDES-SN autorizou este CONAD a rever sua metodologia de realização “com vista a melhor objetivar o tempo e reduzir a intensidade de trabalho no evento, garantindo condições para apreciação e deliberação das propostas a ele submetidas”.

Acreditamos que a realização do Congresso deve se pautar pela singularidade daquele espaço, isto é, a reunião simultânea de amplo número de militantes do Sindicato para aprofundar de maneira democrática, plural e efetiva o debate político de modo a pautar ações concretas de luta com o devido acúmulo dos problemas a serem enfrentados. Avaliamos que o Congresso deve ser alterado para garantir o melhor aproveitamento político do tempo de sua realização a partir da definição clara da centralidade da luta do ANDES-SN.

Percebemos uma considerável frustração nos congressos, sobretudo pela extensão dos debates que se acumulam ao longo dos dias de trabalho e que acabam sendo transferidos de plenária a plenária levando a que no último dia se discutam assuntos da maior relevância em condições que não são adequadas.

Visando responder a este problema, a presente contribuição pretende enriquecer o debate aportando reflexões e propostas concretas sem que sejam fórmulas fechadas, e sim, propostas flexíveis e abertas a serem debatidas no CONAD. Nesse sentido, apontamos algumas contribuições privilegiando, sobretudo, permitir uma participação mais ampla e ao mesmo tempo profunda dos militantes das Seções Sindicais. A organização do envio das propostas (TRs), a maneira de consolidação dos debates, os tempos de realização das plenárias, a necessidade de tempos de descanso, todas estas questões se relacionam e merecem revisão para garantir a realização da democracia de Sindicato tão plural como o ANDES-SN.

É necessário que haja uma reorganização de temas de debate para que a centralidade da luta ganhe um foco de destaque enquanto mobilizador e organizador da ação do Sindicato. As Assembleias devem ser dinamizadas para garantir a presença de todos durante sua realização e, para tal, devem ter duração determinada e seu modo de operação deve ser conclusivo, isto é, não se deve permitir o envio de pautas de determinado tema para a Assembleia seguinte, evitando o usual acúmulo de temas na última plenária.

Está sendo proposto que as plenárias possam ter seu horário de trabalho estendido até o máximo de duas horas, sendo aprovadas uma hora a cada vez. Se busca assim preservar que as plenárias não avancem até tarde da noite, preservando assim o horário noturno para atividades culturais, sociais e políticas, garantindo também o adequado descanso dos congressistas.

É desejoso que os temas referidos ao Plano de Luta Geral e Plano de Luta dos Setores do Andes-SN ganhem, literalmente, centralidade, ocupando o terceiro e quarto dia do

congresso, garantindo assim que estes assuntos sejam abordados de forma aprofundada e com ampla participação dos congressistas.

Tais alterações deverão, evidentemente, envolver um processo de disciplinamento para racionalizar o uso do tempo nos Grupos Mistos e nas Plenárias: será necessário hierarquizar as TR's prioritárias que devem ser amplamente discutidas nestes fóruns.

Há também interesse em acrescentar ao congresso uma atividade de organização dos Grupos de Trabalho do ANDES-SN, reservando para isto, um espaço para que todos os GT possam realizar uma sessão aproveitando o congresso para definir uma agenda de trabalho.

Não acreditamos que todas as alterações serão realizadas de maneira total e única, da mesma forma, não acreditamos que haja um modelo congelado, definitivo, de realização do Congresso, portanto, as alterações sugeridas aqui incluem também a necessidade da continuidade desta avaliação do método de realização do Congresso após as aplicações das alterações aprovadas neste CONAD para que se possa adequar as alterações de maneira democrática e continuada, pelo menos até o próximo CONAD.

TR - 26

O 59º CONAD delibera que:

1. A pauta para o Congresso do Andes-SN será assim distribuída:

Tema I: Movimento docente e conjuntura

Tema II: Centralidade da luta

Tema III: Plano de lutas geral

Tema IV: Plano de lutas dos setores

Tema V: Questões organizativas e financeiras

2. O cronograma para o desenvolvimento dos trabalhos do Congresso do ANDES-SN terá como referência o seguinte esquema:

Temas	Dia 1 - Tema I Conjuntura	Dia 2 - Tema II Centralidade da luta	Dia 3 - Tema III Plano de Lutas Geral	Dia 4 - Tema IV Plano de Lutas Sectores	Dia 5 - Tema V Organização e Finanças Organização de GTs	Dia 6 - Tema V e Encerramento
9-12	Credenciamento. Abertura	GM II	GM III	GM IV	GM V	Plenária V
14-18	Credenciamento Instalação Plenária I	Plenária II	Plenária III	Plenária IV	Organização de GTs	Plenária de Encerramento
Noite	Livre	Livre	Livre	Livre	Livre	

3. Após a Plenária de Instalação que acontecerá no primeiro dia, o congresso funcionará numa dinâmica de Grupo Misto e Plenária a cada dia. Apenas a plenária do Grupo V

seria deslocada para o dia seguinte da realização do GM para permitir que haja um espaço para a realização de reuniões organizativas de todos GTs do ANDES-SN no próprio Congresso.

4. As plenárias deverão ser conclusivas (não sendo permitido o envio de temas de uma Plenária para outra). Cada plenária poderá ser estendida por uma hora e, excepcionalmente, por mais uma hora.

5. A organização do congresso será objeto de avaliação permanente a cada CONAD.

***AJUSTES, COMPLEMENTAÇÕES E
TEXTOS APRESENTADOS NA
PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO***

TR -7

(TEXTO DE APOIO APRESENTADO NA PÁGINA 37 DE CADERNO DE TEXTOS)

O 59º CONAD do ANDES/SN delibera:

1. Realizar nos dias 14, 15 e 16 novembro de 2014, o Seminário Nacional sobre Povos Indígenas, conforme planilha a seguir.

Planilha (em real) de despesas do Seminário Nacional sobre Povos Indígenas

14, 15 e 16 de novembro – Brasília/DF

Regional	Seção Sindical	Nº Filiados	Trecho	Despesa		
				Deslocamento	Hospedagem	Diárias
Norte 1	SINDUERR		Boa Vista	997,00	465,00	300,00
Norte 2	SINDUEPA		Belém	769,00	465,00	300,00
	ADUFRA		Belém	769,00	465,00	300,00
	SINDUFSS-PA		Marabá	411,00	465,00	300,00
	SINDUFOPA		Santarém	1.189,00	465,00	300,00
	SINDUEAP		Macapá	665,00	465,00	300,00
	SINDUFAP		Macapá	665,00	465,00	300,00
Nordeste 1	SINDURCA		J. do Norte	880,00	465,00	300,00
Planalto	ADCAC		Catalão	150,00	465,00	300,00
	ADCAJ		Jataí	1.760,00	465,00	300,00
	ADUEG		Goiânia	261,00	465,00	300,00
Pantanal	ADLESTE		T. Lagoas – MS	343,00	465,00	300,00
Rio de Janeiro	ASDUERJ		Rio de Janeiro	240,00	465,00	300,00
Leste	Adunimontes		Montes Claros	870,00	465,00	300,00
Sul	SINDUNESPAR		Curitiba	691,00	465,00	300,00
R.G. do Sul	S. Sind UFRGS		Porto Alegre	413,00	465,00	300,00
	SESUNIPAMPA		Bagé	413,00	465,00	300,00
Total				11.486,00	7.905,00	5.100,00
Total Geral				24.491,00		

2. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, casos sejam necessários, na planilha anterior do Seminário Nacional sobre Povos Indígenas, que acontecerá nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 2014, em Brasília.

TEXTOS 27

Contribuição da diretoria da Adunirio- Ssind, biênio 2013/2015, referendada pela Assembleia Geral dos Docentes da Adunirio.

TEMA IV – Questões Organizativas e Financeiras

A SINDICALIZAÇÃO DOS DOCENTES PRECARIZADOS PELA POLÍTICA DE EAD NO BRASIL

TEXTO DE APOIO

A lógica da reforma do estado brasileiro em geral, e do setor educacional em particular, seguiu a máxima neoliberal, indicada ainda no governo Sarney pelo economista Bresser Pereira: expandir com custo reduzido. Todos os governos que o sucederam continuaram aplicando o mesmo princípio, desde Collor de Mello, Itamar Franco, seu sucessor FHC, seguido por Lula e Dilma. A LDB 9394/96 é o principal fruto dessa lógica no campo educacional, sendo a EAD sua expressão mais contundente. Outra área do campo educacional a ser diretamente afetada pela LDB foi a da formação de professores. Havia, como ainda há até hoje, um certo consenso entre os professores e os responsáveis pelas políticas públicas educacionais que, sem a melhoria da formação de professores a educação básica não atingiria a qualidade mínima requerida.

O governo do Estado do Rio de Janeiro, na gestão do Sr. Anthony William Matheus de Oliveira - Garotinho (1998 a 2002), uniu a necessidade de melhoria da formação com a EAD, permitida pela LDB e instituiu, no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia, o projeto CEDERJ, em 1999. Tomou como base dessa criação antigo projeto do falecido Senador Darcy Ribeiro, cuja ideia primeira era aproveitar a reconhecida excelência do ensino das Universidades Públicas sediadas no Estado do Rio de Janeiro e formar um consórcio entre as mesmas para levar ao interior do estado um ensino superior público de qualidade.

Este consórcio, financiado inicialmente pelo governo do estado, assumiu a função de agência articuladora da criação dos cursos nas universidades consorciadas, produtora e distribuidora de material didático, de apoio a toda a logística necessária ao funcionamento dos cursos, articuladora das condições político pedagógicas de sustentação dos pólos nos municípios onde se instala, além de secundariamente oferecer cursos de formação continuada através do setor de extensão. No processo de consolidação jurídica da instituição, o consorcio fundiu-se ao Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro dando origem a Fundação CECIERJ.

As universidades são as responsáveis pelos cursos, são as instituições certificadoras e legalmente reconhecidas para esse fim. Há cursos que são ofertados por uma só instituição, outros que são partilhados entre uma ou mais instituições.

O consórcio e as universidades partilham as responsabilidades pela seleção de tutores, tanto os que atuarão nos pólos (chamados de tutores presenciais), quanto os que atuarão na sede do curso (chamados de tutores a distância). Todos esses profissionais são pagos através de bolsas, que podem ser oriundas do CEDERJ a partir de seleção pública com validade de 2 anos ou da UAB também a partir de seleção pública, mas como pré-requisito o tutor deve estar vinculado a Programa de Pós-Graduação ou ser servidor público. Todos os processos seletivos são pensados de forma a não caracterizar vínculo empregatício.

Hoje esse modelo de expansão atingiu uma quantidade expressiva de alunos e já conta, no estado do Rio de Janeiro, com 12 cursos ou mais de graduação que se espalham por quase todos os municípios do estado. O modelo criado no Rio de Janeiro, se expandiu para o Brasil e hoje são 1206 cursos ofertados entre Tecnológicos, Bacharelados, Licenciaturas e Pós-Graduações em 677 polos distribuídos pelo país, ofertados por 96 instituições de ensino públicas (Universidades Federais e Estaduais e Institutos Federais)

Outro elemento que sustenta o projeto é a diversificação do papel docente, que Mill (2010) denomina de polidocência, conceito que cria ao analisar a educação a distância.

Entende esse autor que a docência presencial já se configura como uma atividade multideterminada, que depende de fatores institucionais, culturais e individuais. Em relação à docência realizada na modalidade a distância, este mesmo autor entende que novos saberes precisam ser incorporados pelos professores e destaca o domínio das tecnologias de informação e comunicação, a gestão do tempo e o gerenciamento de uma equipe de tutores como os principais. Corroboramos desse entendimento do autor, embora entendamos também que, no caso específico do uso das TIC nas reformas educacionais brasileiras, o mesmo é consequência das exigências internacionais e são utilizados como elementos do processo de individualização de formação do trabalhador (Barreto, 2009).

Agrava o quadro o fato desse trabalho polidocente ser levado a termo de forma precária. Quais são as características dessa precarização?

- 1) A inexistência de vínculo trabalhista e de garantias legais na execução do trabalho. Os docentes das universidades ganham bolsas que complementam seus salários, embora por um valor h/a menor do que o pago pelo vínculo institucional. Além disso, assumem as tarefas dessa docência como secundárias no seu fazer cotidiano, uma vez que estas não contribuem para a sua progressão docente e não conta pontos para o currículo Lattes;
- 2) Os tutores presenciais e a distância recebem bolsas e não estabelecem um vínculo trabalhista formal com qualquer instituição, nem com a universidade, nem com o consórcio nem com a prefeitura que mantém o pólo. O valor dessas bolsas é nivelado aos dos professores da educação básica estadual, em termos de hora/aula, o que os distancia ainda mais de uma remuneração semelhante a dos demais professores das IES (Instituições de Ensino Superior);
- 3) A coordenação das disciplinas, a cargo dos professores das IES consorciadas, obriga estes docentes a articular os tutores presenciais e a distância. Os tutores presenciais, que estarão em contato com os alunos e os orientarão nos estudos, têm períodos curtíssimos (1 sábado no Rio de Janeiro, como norma) de preparação geral, e nesses encontros discutem as funções de um tutor a distância e um treinamento para uso da plataforma. É possível que nesses encontros eles tenham momentos com os coordenadores das disciplinas pelas quais serão responsáveis nos pólos (é comum o mesmo tutor presencial ser responsável por mais de uma disciplina do curso). Essa preparação específica, quando existe, ocupa 1/3 do tempo total disponível. Ao longo do curso são pouquíssimas as oportunidades de troca e interação entre esses sujeitos, o que pode causar ruídos na comunicação e dificuldades ao aprendizado dos alunos;
- 4) A seleção de tutores a distância, que privilegia alunos de cursos de pós-graduação que, mesmo já sendo, na sua maioria, professores de origem, assumem tal tarefa entendendo-a como temporária, passageira e, portanto, distante da sua atividade preferencial e/ou principal, o que aliás é característica de toda a polidocência que forma esta rede.
- 5) As dificuldades desses colegas tutores se filiarem aos sindicatos docentes das universidades uma vez que não estão formalmente vinculados às instituições
- 6) A fragmentação da relação dos docentes das IES com seu sindicato, uma vez que, pela quebra da autonomia universitária, sua remuneração pode ser cortada em caso de adesão a uma paralisação ou a uma greve.

A luta pela melhoria desse sistema passa pela rediscussão do modelo pedagógico adotado, pelo desafio de retomar a autonomia universitária aviltada nesta política pública e, principalmente, no nosso entendimento, pela esfera da luta sindical, uma vez que são os interesses e direitos das professoras e professores que estão em risco. Há vários colegas que já trabalham há muitos anos no sistema e não terão contabilizado esse tempo de atuação no cálculo para a aposentadoria, se saírem hoje não recebem qualquer tipo de indenização. Férias, nesse sistema, não existem. Em diversos estados da federação os tutores e coordenadores de disciplina recebem 10 bolsas por ano trabalhado. No caso do Rio de Janeiro,

não há interrupção de pagamento, pois os cursos funcionam como fluxo contínuo. Em muitos estados e instituições, essa atuação como tutor não é considerada como atuação docente e, portanto, são inúteis para aproveitamento em concursos públicos da área.

Temos, portanto, a convicção de que a filiação dos colegas denominados tutores aos nossos sindicatos é o primeiro passo para unificar a luta desses professores por condições dignas de trabalho, para terem respeitados seus direitos trabalhistas e poderem utilizar toda essa experiência acumulada nos concursos públicos e na aposentadoria.

TR -27

O 59º CONAD delibera:

Pela filiação dos colegas denominados tutores aos nossos sindicatos é o primeiro passo para unificar a luta desses professores por condições dignas de trabalho, para terem respeitados seus direitos trabalhistas e poderem utilizar toda essa experiência acumulada nos concursos públicos e na aposentadoria.

A contribuição financeira do professor-tutor será voluntária

Criação de um GT responsável por refletir sobre as políticas e lutas referentes a esta parcela de sindicalizados.

Substituição da tabela de Demonstração do Resultado Mensal 2013 apresentada na página 64 do Caderno de Textos do 59º CONAD

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Fundo Único
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL - 2013
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
(+) Contribuições Recebidas	19.518,90	46.005,48	50.558,77	101.073,25	71.941,53	71.966,71	68.724,83	64.066,83	65.659,27	96.107,08	655.622,65
(+) Rendim. Aplicações Financeiras	6.850,31	17.215,42	15.962,02	15.704,08	20.516,13	18.794,91	20.869,92	22.607,60	18.863,63	21.802,25	179.186,27
Total das Receitas	26.369,21	63.220,90	66.520,79	116.777,33	92.457,66	90.761,62	89.594,75	86.674,43	84.522,90	117.909,33	834.808,92

MESES	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
(-) Despesas Bancárias/CPMF/IOF	116,10	368,90	204,10	216,00	186,30	178,20	153,90	211,10	183,00	204,60	2.022,20
(-) Desp. c/Contribuições e Doações	5.000,00	87.760,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	32.000,00	24.000,00	166.760,00
(-) Desp. c/Material de Consumo Diversos	0,00	10.182,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.182,69
(-) Desp. c/Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas	0,00	3.259,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.259,29
(-) Desp. c/Loações Diversas	0,00	2.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.020,00
(-) Desp. c/Diárias	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
(-) Desp. c/Condução e Transporte Urbano	0,00	160,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.160,00
(-) Desp. c/Serviço Gráfico	0,00	510,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510,00
(-) Desp. c/Combustíveis e Lubrificantes	0,00	152,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152,80
(-) Desp. c/Prestação de Serviços	0,00	380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	380,00
(-) Desp. c/Hospedagens	0,00	0,00	4.176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.176,00
(-) Desp. c/Mantimentos e Alimentação	0,00	0,00	654,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	654,36
Total das Despesas	5.116,10	107.293,68	13.034,46	216,00	6.186,30	178,20	153,90	10.211,10	32.183,00	24.204,60	198.777,34
(=) Superávit (Déficit) do período	21.253,11	(44.072,78)	53.486,33	116.561,33	86.271,36	90.583,42	89.440,85	76.463,33	52.339,90	93.704,73	636.031,58